



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE ARTES VISUAIS (FAV)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E CIDADE (PPG-PROCIDADE)

ISABELA CAIXETA VEIGA

Despejos na Pandemia: Estratégias de Resistência das
Ocupações na Região Metropolitana de Goiânia

GOIÂNIA
2025

Processo: 23070.048984/2025-48
Documento: 5753336



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Isabela Caixeta Veiga

3. Título do trabalho

Despejos na Pandemia: Estratégias de Resistência das Ocupações na Região Metropolitana de Goiânia

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Caixeta Veiga, Discente**, em 30/10/2025, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wagner De Souza Rezende, Professor do Magistério Superior**, em 04/11/2025, às 20:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5753336** e o código CRC **CACA9CF5**.

ISABELA CAIXETA VEIGA

**Despejos na Pandemia: Estratégias de Resistência das
Ocupações na Região Metropolitana de Goiânia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, da Faculdade de Artes Visuais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Projeto e Cidade.

Área de concentração: Projeto, Teoria, História e Crítica

Linha de pesquisa: História e Teoria da Arquitetura e da Cidade

Orientador: Prof.º Dr. Wagner de Souza Rezende

GOIÂNIA
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Veiga, Isabela Caixeta

Despejos na Pandemia [manuscrito] : Estratégias de Resistência
das Ocupações na Região Metropolitana de Goiânia / Isabela Caixeta
Veiga. - 2025.

CLXVIII, 168 f.: il.

Orientador: Prof. Wagner de Souza Rezende.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-graduação em
Projeto e Cidade, Goiânia, 2025.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, lista de
figuras, lista de tabelas.

1. Biopolítica. 2. Territórios Insurgentes. 3. Cidadania Insurgente. 4.
Despejo Zero. 5. Ocupações Urbanas. I. Rezende, Wagner de Souza,
orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE ARTES VISUAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 013/2025 da sessão de Defesa de Dissertação de Isabela Caixeta Veiga, que confere o título de Mestre(a) em Projeto e Cidade, na área de concentração em **Projeto, Teoria, História e Crítica**.

Ao/s **vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e cinco**, a partir da(s) **dezesesseis horas, através de webconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**Despejos na Pandemia: Estratégias de Resistência das Ocupações na Região Metropolitana de Goiânia**”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Wagner de Souza Rezende (PROCIDADE/FAV/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Débora Sanches (PPGAU/FAU/Universidade Presbiteriana Mackenzie)**, membro titular externo; Professora Doutora **Karla Emmanuela Ribeiro Hora (PROCIDADE/FAV/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Wagner de Souza Rezende (PROCIDADE/FAV/UFG)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e cinco**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Wagner De Souza Rezende, Professor do Magistério Superior**, em 06/10/2025, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Débora Sanches, Usuário Externo**, em 09/10/2025, às 08:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karla Emmanuela Ribeiro Hora, Professora do Magistério Superior**, em 10/10/2025, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5650495** e o código CRC **ABA36A97**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, aos meus amados pais, Alvanir e Janio, minhas maiores referências, que sempre garantiram apoio e suporte aos meus estudos e profissionalização. Aos meus irmãos Alexandre e Leonardo, por todo o carinho e companheirismo sempre.

Ao meu querido amigo Cassio Giacomini e à sua mãe e querida amiga Raimunda Meneses, muito prestativos, desde à graduação. O Cassio sempre me incentivou a fazer o mestrado e me acolheu em Goiânia, pelo que sou muito grata.

Ao Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade e seus docentes que me possibilitaram um grande aprendizado, em especial ao Prof.º Dr. Wagner Rezende, que me orientou nesse processo de pesquisa, contribuindo bastante para o meu desenvolvimento como pesquisadora.

Às comunidades Beira da Mata e Jatobá, especialmente as suas lideranças, e a Direção Estadual do MTD-GO, que acolheram minha pesquisa atenciosamente, colaborando com os resultados. A partir do contato direto, tive a oportunidade de conhecer suas realidades e suas lutas, o que contribuiu bastante para o desenvolvimento de um novo olhar como pesquisadora da área de arquitetura e urbanismo.

RESUMO

A pandemia da covid-19 (2020-2022) colaborou para o aprofundamento de problemas sociais que já existiam no Brasil, agravados, principalmente, pelo cenário de transformações neoliberais e pela má condução das políticas de controle da propagação do vírus. Perante esse contexto, surgiram muitas iniciativas solidárias voltadas, principalmente, àqueles que estavam em maior vulnerabilidade social. Foram ações articuladas por entidades, instituições, associações, organizações e movimentos sociais que formaram redes de apoio. Uma dessas redes originou a Campanha Despejo Zero (CDZ), uma mobilização nacional em prol do fim dos despejos, que se intensificaram na crise sanitária. Diante disso, essa pesquisa propõe responder **como as ocupações urbanas da Região Metropolitana de Goiânia (RMG) se organizaram para superar ou mitigar os processos de expulsão durante a pandemia da covid-19**. Desse modo, o objetivo principal foi identificar as estratégias de resistência diante da iminência de despejos e agravamento da vulnerabilidade social em um período tão crítico. Para tal finalidade, esta pesquisa utilizou a metodologia de estudo de casos múltiplos de duas ocupações urbanas localizadas no município de Aparecida de Goiânia. Para a coleta de informações foram utilizados múltiplos métodos: pesquisa bibliográfica e documental, análise espacial por meio de fotografias e mapas, entrevistas e observação participante. Para a análise foi utilizada a teoria fundamentada nos dados. As ocupações urbanas da RMG resistiram a partir do processo de auto-organização, que foi fortalecido a partir da mobilização na CDZ e organização em um movimento social, o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD). Desse modo, esta pesquisa colaborou com a discussão sobre cidadania, insurgência e luta pelo direito à cidade, considerando que a conjuntura pandêmica impulsionou novas formas de mobilização e organização para as lutas sociais.

Palavras-chave: Biopolítica; Territórios Insurgentes; Cidadania Insurgente; Despejo Zero; Ocupações Urbanas.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic (2020-2022) contributed to the deepening of existing social problems in Brazil, exacerbated primarily by the neoliberal transformations and the mismanagement of coronavirus control policies. In this context, many solidarity initiatives emerged, primarily targeting those most socially vulnerable. These actions were coordinated by entities, institutions, associations, organizations, and social movements that formed support networks. One of these networks gave rise to the Zero Evictions Campaign (CDZ), a national mobilization to end evictions, which intensified during the health crisis. Therefore, this research aims to answer how urban occupations in the Goiânia Metropolitan Region (RMG) organized themselves to overcome or mitigate eviction during the COVID-19 pandemic. The main objective was to identify resistance strategies in the face of imminent evictions and worsening social vulnerability during such a critical period. To this end, this research used a multiple case study methodology for two urban occupations located in the municipality of Aparecida de Goiânia. Multiple methods were used to collect information: bibliographic and documentary research, spatial analysis through photographs and maps, interviews, and participant observation. Grounded theory will be used for analysis. The urban occupations in the RMG resisted through a process of self-organization, which was strengthened by mobilization in the CDZ and organization into a social movement, the Workers' Movement for Rights (MTD). Thus, this research aims to contribute to the discussion on citizenship, insurgency, and the fight for the right to the city, considering that the pandemic situation has driven new forms of mobilization and organization for social struggles.

Keywords: Biopolitics; Insurgent Territories; Insurgent Citizenship; Zero Evictions; Urban Occupations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama do desenho da pesquisa.....	20
Figura 2 - Relação entre os objetos de análise e os conceitos.....	23
Figura 3 - Características da expulsão e desterritorialização em sentido social e econômico..	40
Figura 4 - Associação entre a cidadania insurgente e reterritorialização.....	41
Figura 5 - Identidade Visual da campanha “Parem os Despejos”.....	52
Figura 6 - Moradores de ocupações urbanas participam das audiências de revisão do Plano Diretor de Goiânia.....	62
Figura 7 - Mulheres, moradoras de ocupação, levam suas pautas para Marcha das Mulheres em Goiânia.....	63
Figura 8 - Turma do MTD-GO na manifestação pela prorrogação da ADPF 828 em Brasília....	63
Figura 9 - A prorrogação da ADPF 828 foi tema do Encontro de Mulheres do MTD Goiás...64	64
Figura 10 - Cartas das moradoras de ocupações urbanas para o Ministro Luís Roberto Barroso.....	64
Figura 11 - Moradores de ocupações urbanas denunciam a falta de vacina no Grito dos Excluídos de 2021.....	65
Figura 12 - Uma parceria entre entidades e movimentos sociais entrega 700 cestas básicas agroecológicas em 4 ocupações de Goiânia e Aparecida de Goiânia em 2021.....	66
Figura 13 - Vista da cidade legalizada distante da Ocupação Paulo Freire (iniciada em 2022), em Goiânia.....	67
Figura 14 - Reunião na tenda da Ocupação Paulo Freire, em Goiânia.....	68
Figura 15 - Igreja na Ocupação Marielle Franco, em Goiânia.....	68
Figura 16 - Distribuição de marmitas na Cozinha Popular Solidária da Ocupação Nova Canaã, em Goiânia, assistida pelo programa do governo federal.....	69
Figura 17 - Entrevista com o grupo de moradoras da Ocupação Jatobá na casa de uma delas....	72
Figura 18 - Elementos e conceitos identificados nas entrevistas.....	74
Figura 19 - Topografia acidentada e presença de encostas na área ocupada.....	79
Figura 20 - Divisões bem delimitadas: no canto esquerdo um lote de aproximadamente 12 metros de testada, e os demais lotes com cerca de 6 metros.....	80
Figura 21 - Placas das casas com quadra, número do lote e número da casa.....	80
Figura 22 - A primeira casa de alvenaria foi construída em mutirão para uma idosa de mais de 110 anos.....	81
Figura 23 - Fotografias da ocupação em 2022 (acima) e 2025 (abaixo) demonstram o adensamento na área e aumento de moradias em alvenaria.....	83
Figura 24 - Espaço comunitário da Associação de Moradores da Ocupação Beira da Mata: (a) vista externa do espaço comunitário; (b) comemoração do aniversário de 3 anos da ocupação; (c) comemoração de Dias das Mães.....	85
Figura 25 - Igreja Assembleia de Deus dentro da comunidade Beira da Mata.....	87
Figura 26 - Imagem do território após o despejo em matéria do Jornal O Popular.....	89
Figura 27 - Reportagem do Jornal Brasil Central na ocupação entrevista moradores.....	90
Figura 28 - Fotografia tirada por uma das moradoras após a compra do lote.....	94

Figura 29 - Casas de alvenaria na Ocupação Jatobá.....	95
Figura 30 - Construção da casa da moradora entrevistada pelo marido, pelos filhos e por ela mesma aos finais de semana.....	96
Figura 31 - Despejo na Ocupação Buenos Aires: à esquerda, patrula destruindo as moradias; à direita, policiais e moradores em meio a poeira.....	99
Figura 32 - Atividade de extensão da Universidade Estadual de Goiás (UEG) em parceria com a DPE e o MTD-GO.....	103
Figura 33 - Almoço da Cozinha Popular Solidária Ocupação Jatobá na casa de uma das moradoras.....	103

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização da RMG em Goiás e adensamento populacional.....	47
Mapa 2 - Mapa de localização das ocupações urbanas da RMG.....	48
Mapa 3 - Localização das ocupações urbanas no mapa de macrozoneamento (no canto direito) e mapa de zonas básicas e eixos de integração.....	75
Mapa 4 - Contexto urbano da Ocupação Beira da Mata.....	78
Mapa 5 - Contexto urbano da Ocupação Jatobá.....	93
Mapa 6 - Localização da Ocupação Buenos Aires antes e após a desocupação.....	100

LISTA DE QUADROS E GRÁFICO

Quadro 1 – Conceitos e autores que fundamentam este trabalho.....	21
Gráfico 1 - Relação entre os componentes do déficit habitacional, a renda domiciliar média per capita (mensal) na RMG e o valor do aluguel residencial por metro quadrado em Goiânia..	52
Quadro 2 - Ocupações urbanas na RMG que foram despejadas durante a pandemia.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABJD - Associação Brasileira dos Juristas pela Democracia
ACMPP Nacional - Associação Comercial de Mercado Público Popular Nacional
ACNUR - Agência da ONU para Refugiados
ACP - Ação Civil Pública
AE - Auxílio Emergencial
ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ALEGO - Assembleia Legislativa de Goiás
AGLURB - Aglomerado Urbano de Goiânia
Agehab - Agência Goiana de Habitação
AGSN - Aglomerados Subnormais
AIH - Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados
APA - Área de Preservação Ambiental
AMMA - Agência Municipal de Meio Ambiente
CCF - Comissão de Conflitos Fundiários
CDZ - Campanha Despejo Zero
CadÚnico - Cadastro Único
CAP - Coletivo de Advogadas e Advogados Populares
CF - Constituição Federal de 1988
CGDH D. Tomás Balduino - Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino
Ciamp Rua - Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua
CEP - Código de Endereçamento Postal
CMP - Central de Movimentos Populares
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos
CNSF - Comissão Nacional de Soluções Fundiárias
Codese - Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Goiânia
CONAM - Confederação Nacional das Associação de Moradores
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CPC - Código de Processo Civil
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CRSF - Comissões Regionais de Soluções Fundiárias
CSF - Comissão de Soluções Fundiárias
CVA - Casa Verde e Amarela
DUHD - Declaração dos Direitos Humanos
DPE - Defensoria Pública do Estado
DPU - Defensoria Pública da União
EC - Emenda Constitucional
ESP II - Emergência de Saúde Pública de Relevância Internacional
ESPIN - Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
FCU - Favelas e Comunidades Urbanas
FETAEG - Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás
FETRAF - Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil
FICA - Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNRU - Fórum Nacional de Reforma Urbana
GCM - Guarda Civil Metropolitana
GO - Goiás

GT - Grupo de Trabalho
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCMV - Minha Casa Minha Vida
MLB - Movimento de Luta nos Bairros e Favelas
MNLM - Movimento Nacional por Moradia Popular
MP - Ministério Público
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MTD - Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos
NAJUP - Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular
NUPIA - Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PAB - Programa Auxílio Brasil
PBF - Programa Bolsa Família
PGM - Procuradoria Geral do Município
PGE - Procuradoria-Geral do Estado
PL - Projeto de Lei
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PD - Plano Diretor
PIB - Produto Interno Bruto
PGE - Procuradoria-Geral do Estado
PM - Polícia Militar
RMG - Região Metropolitana de Goiânia
RNCDH - Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura Urbana
STF - Supremo Tribunal Federal
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TJ - Tribunal de Justiça
UH - Unidades Habitacional
UNMP - União Nacional por Moradia Popular
UPA - Unidade Básica de Saúde
ZDE - Zona de Desenvolvimento Econômico
ZEPA - Zona Especial de Proteção Ambiental
ZUM - Zona de Uso Misto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA.....	26
1.1. TERRITÓRIO E PODER.....	27
1.2. BIOPOLÍTICA.....	32
1.3. EXPULSÃO (URBANA).....	34
1.4. CIDADANIA INSURGENTE.....	39
1.5. ARTICULAÇÃO ENTRE CONCEITOS.....	41
2. A LUTA CONTRA AS EXPULSÕES NA RMG: AS OCUPAÇÕES URBANAS, A CDZ E O MTD.....	44
2.1. AS OCUPAÇÕES URBANAS NA RMG.....	47
2.2. A CAMPANHA DESPEJO ZERO NA RMG.....	53
2.3. A FUNDAÇÃO DO MTD EM GOIÁS PARA A LUTA ALÉM DOS DESPEJOS... 61	
2.4. O PODER PÚBLICO, AS OCUPAÇÕES URBANAS, A CDZ E O MTD.....	70
3. LUGAR, CIDADANIA E RESISTÊNCIA.....	73
3.1. AS OCUPAÇÕES BEIRA DA MATA E JATOBÁ.....	75
3.1.1. Ocupação Beira da Mata.....	76
3.1.2. Ocupação Jatobá.....	90
3.1.3. Desterritorialização e (Re)territorialização: ocupações Jatobá e Beira da Mata.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICE 01.....	121
APÊNDICE 02.....	136
APÊNDICE 03.....	143
APÊNDICE 04.....	156
ANEXO 01.....	164

INTRODUÇÃO

Na era do capitalismo financeiro, tem se produzido instrumentos cada vez mais complexos para expandir a securitização para todos os campos da vida social. Porém, para especular o valor fictício é preciso obter o produto material. Nesse sentido, a tendência que tem se apresentando é o crescente aumento do monopólio, especialmente fundiário, no campo e na cidade. Além disso, a financeirização dos elementos que constituem a vida urbana. Por conseguinte, o uso dos imóveis como estoque de valor especulativo encareceu o preço da habitação e do custo de vida nas cidades. Essa tendência mundial se inicia com a ascensão do neoliberalismo na década de 1970, com a reorientação da econômicas políticas em todo mundo, pressionadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, por meio das dívidas externas dos países, a implementarem políticas de austeridade fiscal, incentivo ao mercado privado de moradia, privatizações de empresas e serviços públicos, fortalecimento do setor financeiro, incentivos fiscais para empresas, entre outras (Sassen, 2016; Rolnik, 2019).

Sendo a biopolítica a gestão da vida coletiva, dos processos biológicos e demográficos por meio de mecanismos de poder (Foucault, 2018), na contemporaneidade esta tem se expressado como “expulsão”. Neste caso, são um conjunto de mecanismos, instrumentos e dinâmicas econômicas que produz a exclusão/expulsão – social, dos direitos básicos, da formalidade, da cidadania, da terra, da moradia, etc. Assim, a expansão do capital financeiro tem constituído cada vez mais uma massa de despossuídos ou expulsos (Sassen, 2016). O que tem se refletido no aumento dos assentamentos precários em todo mundo e no número de deslocados. Rolnik (2019) denomina de “transitoriedade permanente” a condição a que milhares de pessoas estão submetidas em razão da pobreza e insegurança de posse das terras que ocupam. Dentro da lógica do capital financeiro, esses territórios são reservas de valor a serem acessados quando rentáveis, portanto, causando a expulsão daqueles que os habitam (Rolnik, 2019).

No Brasil, um projeto de políticas neoliberais mais ortodoxas foi efetivado entre 1990 e 2002, com os governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso. Esse período foi marcado por privatizações das empresas estatais, terceirização dos serviços públicos, reforma do Estado (Estado mínimo) e desindustrialização. Em acordo com o FMI, consolidou-se o modelo do tripé macroeconômico: metas fiscais (restrição dos gastos públicos), câmbio flutuante e regime de metas inflacionárias. Entre 2003 e 2015, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), continuam às políticas econômicas neoliberais, como o tripé macroeconômico, às

privatizações e às parcerias público-privadas. Contudo, aumentaram os gastos públicos com medidas de combate à pobreza, infraestrutura econômica e social. Entretanto, o neoliberalismo mais extremado foi retomado entre 2016 à 2022, com os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, que aumentaram a austeridade fiscal e precarização das relações de trabalho, com a aprovação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos (EC 95/2016), Reforma Trabalhista (Lei nº. 13.467/2017), a Reforma da Previdência (EC 103/2019), e intensificação das privatizações (Araújo, 2024).

A pandemia da Covid-19, que teve maior impacto na população mundial entre 2020 e 2022, intensificou os processos de expulsão, aumentando a concentração de renda, desigualdade social e pobreza. A Oxfam Internacional (2024) aponta que desde 2020, os cinco homens mais ricos do mundo mais que duplicaram as suas fortunas, enquanto 5 bilhões de pessoas empobreceram. No Brasil, o corte das políticas sociais e a precarização do trabalho aumentaram a pobreza no país. Logo, a pandemia agravou ainda mais as condições de vulnerabilidade social, com a doença atingindo de maneira mais aguda uma parcela da população que já vivia em condições socioambientais precárias e insalubres e que, geralmente, também sofrem com endemias diversas.

A precarização da vida decorrente das políticas neoliberais é “deixar morrer” os mais pobres, uma necropolítica (ou biopolítica) exercida pelo Estado em que as vidas humanas são sacrificadas em prol da lógica de acumulação capitalista. O discurso adotado pelo governo federal de “economia *versus* vida” é a expressão mais forte dessa lógica, expondo o trabalhador diretamente à doença e a morte (Mbembe, 2016). Por fim, a (in)gestão da pandemia da covid-19 no Brasil não salvou nem a economia e muito menos as vidas. O país terminou o ano de 2022 com mais de 700 mil mortes por coronavírus registrados pelo Ministério da Saúde (2024). No ápice da crise pandêmica, cerca de 125,2 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar e 33 milhões conviviam com a fome (Rede PENSSAN, 2022).

Em um momento em que muito se repetia a frase “fica em casa”, aludindo às medidas de distanciamento social, muitas famílias estavam sendo despejadas das moradias de aluguel e de áreas ocupadas coletivamente. Diante dessa realidade, muitos movimentos sociais, entidades, instituições e organizações formaram redes de resistência e solidariedade, dando apoio a população vulnerável. Neste trabalho, destaca-se a Campanha Despejo Zero (CDZ), uma articulação nacional que reuniu mais de 100 organizações¹ em defesa da suspensão dos

¹ Algumas das organizações e movimentos nacionais são: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), a Central dos Movimentos Populares (CMP), a

despejos e solidariedade à população periférica. As articulações políticas da CDZ com alguns parlamentares, bem como a mobilização social, levaram à conquista de algumas medidas legais, tanto a nível nacional como estadual e municipal. Em nível nacional, destaca-se a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 828, julgada pelo Supremo Tribunal Federal que suspendia os despejos coletivos. Após o fim da crise sanitária, deixou como legado a obrigatoriedade da instalação das Comissões de Soluções Fundiárias (CSFs) nos Tribunais de Justiça (TJs) (Franzoni *et. al.*, 2022).

No estado de Goiás, o aparecimento de diversas desocupações e ameaças de remoção motivou a criação da campanha “Parem os Despejos”, em 10 de julho de 2020 (Barreira *et al.*, 2021). Lançada 13 dias antes da CDZ, posteriormente, se incorporou à campanha nacional, se tornando um núcleo estadual em Goiás, com atuação, sobretudo, na Região Metropolitana de Goiânia (RMG). Da sinergia entre os membros da campanha estadual e ocupações urbanas ameaçadas de despejo, formou-se o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos de Goiás (MTD-GO), que tem mobilizado a luta das comunidades pelo direito à moradia, à cidade e à cidadania.

A Grande Goiânia foi a segunda região metropolitana com maior crescimento populacional entre os anos de 2010 e 2022, atualmente, com cerca de 2,6 milhões de habitantes (IBGE, 2022a). Em 2022, apresentou um déficit habitacional de 75,7 mil domicílios (Fundação João Pinheiro, 2024), e 68 Favelas e Comunidades Urbanas (FCU)², que somam 12.145 moradias (IBGE, 2024). No estado de Goiás, a plataforma colaborativa da CDZ (2023), aponta que desde março de 2020 até agosto de 2022, foram ameaçadas 4.570 famílias e despejadas 1.833. Ainda assim, foram suspensas 10 reintegrações de posse devido a atuação da campanha Parem os Despejos/Despejo Zero, evitando que 1.223 famílias ficassem desabrigadas.

Perante o contexto apresentado, observa-se que o agravamento dos problemas sociais mobilizou uma série de organizações e movimentos sociais a lutar pela sobrevivência. Deste modo, a pesquisa se propôs a responder **como as ocupações urbanas da Região**

União Nacional por Moradia Popular (UNMP), o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Teto (MTST), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), o Movimento de Luta nos Bairros e Favelas (MLB), o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), BR Cidades, etc (Franzoni *et. al.*, 2022).

² No censo de 2022, o termo “aglomerados subnormais”, foi substituído por “favelas e comunidades urbanas”. Diante disso, foi realizada uma nova redação da definição do termo e dos critérios, porém mantendo o seu conteúdo essencial de análise das áreas. As FCU foi definida como: “territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade.” (IBGE, 2024b, p. 52).

Metropolitana de Goiânia se organizaram para superar ou mitigar os processos de expulsão durante a pandemia da covid-19. Para responder à questão da pesquisa, foram realizados estudos de casos de duas ocupações urbanas na RMG, além de uma contextualização da atuação da CDZ-GO e do MTD-GO, junto aos territórios periféricos. As duas comunidades estão localizadas em Aparecida de Goiânia, município bastante importante no cenário econômico de Goiás, se tratando do terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado, com arrecadação de R\$16,9 bilhões em 2021 e com uma movimentada atividade comercial e industrial (Freitas, 2023). Em 2024, a cidade registrava 11 ocupações urbanas em conflitos fundiários, entre estas estão as comunidades Jatobá e Beira da Mata, que serão estudadas neste trabalho (Campanha Despejo Zero, 2024).

A ocupação Jatobá está localizada no Setor Buenos Aires, em um loteamento ilegal cujo o proprietário não foi identificado, é composta por 7 famílias, com o assentamento da primeira família em 2018, antes da pandemia. Em frente a comunidade, havia uma outra ocupação em uma área privada que, em 2020, sofreu desocupação forçada, afetando cerca de 120 famílias. Logo após a remoção, os moradores da Jatobá começaram a ser ameaçados por policiais e servidores da Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia, porém, nenhuma ação de despejo foi executada. Já a Ocupação Beira da Mata, formada em 2021, durante a pandemia, composta por 78 famílias, ocupa uma área mista (pública e privada), no bairro Independência Mansões, próxima à uma Área de Preservação Ambiental (APA). Em setembro do mesmo ano sofreu dois despejos administrativos³, sem ordem judicial, realizados pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) e Polícia Militar (PM), a mando da Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia (CNDH, 2022).

Tendo em vista toda a articulação da CDZ-GO, que formou uma rede de apoio, solidariedade e luta política, composta por: entidades, organizações, movimentos sociais, instituições (universidades, institutos e grupos de pesquisa), órgãos públicos e figuras políticas (Defensoria Pública, deputados e vereadores). A **hipótese** formulada inicialmente é de que as comunidades resistiram ou mitigaram os processos de expulsão, primeiramente, a partir da auto-organização em seus territórios, com práticas de solidariedade e cooperação entre os moradores nos momentos de maiores dificuldades durante a pandemia. Ao se mobilizarem na CDZ-GO, criaram vínculos entre si, formando uma rede entre as ocupações, e com os militantes dos direitos humanos, o que fortaleceu os territórios de maneira organizativa para a luta social.

³ Despejo administrativo é uma ação que ocorre por ordem de algum órgão administrativo, sem decisão judicial, extrajudicial.

O **objetivo geral** do trabalho foi identificar as estratégias de resistência das ocupações urbanas da RMG diante dos processos de expulsão durante a pandemia da covid-19. **Os objetivos específicos** foram:

- Identificar quais os sujeitos e que instrumentos fizeram parte das estratégias de resistência das ocupações;
- Descrever a atuação do poder público nos processos de expulsão das ocupações urbanas;
- Descrever os processos de desterritorialização e (re)territorialização.

A pesquisa se **justifica** pela necessidade de compreender as transformações e efeitos da crise sanitária de coronavírus na luta social, em especial, relacionada à moradia. Como outras pandemias, além dos efeitos sobre as questões de saúde coletiva, mobilizaram mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. A série de crises (derivadas do sistema capitalista neoliberal) agravadas pela pandemia de Covid-19, impulsionou uma mobilização social mais intensa e produziu solidariedade em grande medida. Além disso, as condições impostas pelo contexto forçaram adaptações de antigas formas de atuação das organizações sociais e impulsionou novas estratégias. Destarte, a pesquisa buscou compreender como isso repercutiu nas ocupações urbanas da RMG.

Metodologia

Este trabalho possui uma abordagem qualitativa que, segundo Minayo (2016), nas ciências sociais contempla o “[...] universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (p. 20). São fenômenos humanos que fazem parte de uma experiência compartilhada dentro de uma mesma realidade social. A pesquisa qualitativa possui três etapas fundamentais: (1) Fase exploratória - elaboração do projeto de pesquisa, com a delimitação do tema, dos objetivos, construção teórica e definição dos métodos de coleta dos dados; (2) Fase de campo - é o encontro com a realidade a ser investigada, podendo ser empregados múltiplos métodos de coleta de dados como observação, análises documentais, entrevistas, etc; (3) Tratamento e análise do material - procedimentos para compreender os dados empíricos associando-os à fundamentação teórica do trabalho.

Diante da dificuldade de responder à questão da pesquisa contemplando a realidade de todas as ocupações urbanas da RMG, optou-se pela metodologia do estudo de caso, especificamente estudos de casos múltiplos, que terá como unidades de análise a Ocupação Jatobá e Beira da Mata. Conforme Yin (2001, p.19) “[...] os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos

contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Consiste no estudo aprofundado de um ou mais objetos ou fenômenos. Geralmente, os resultados do estudo de caso não podem ser generalizados, por exemplo, as duas ocupações estudadas não representarão todas as existentes na RMG. No entanto, ampliam o conhecimento sobre o tema e o contexto ao qual pertencem, apontando possíveis respostas à questão de pesquisa (Gil, 2002).

Foram utilizados múltiplos métodos de coleta de dados, que possibilitaram captar diferentes perspectivas: o ponto de vista da pesquisadora, por meio do método de observação participante; entrevistas semiestruturadas com movimentos sociais que fizeram/fazem parte da rede de apoio das ocupações; e a perspectiva dos próprios moradores, por meio de entrevistas grupais. Também foram feitas pesquisas bibliográficas e documentais e análise espacial por meio de fotografias e mapas. No processo de pesquisa, foi desenvolvido um projeto de extensão denominado de “Análise da Paisagem Urbana da Ocupação Beira da Mata”, com o objetivo de gerar um diagnóstico socioambiental da comunidade citada no título, que contribuiu com informações para este trabalho.

Nas pesquisas semi-estruturadas utiliza-se um roteiro de questões abertas e/ou fechadas, podendo ser alterado conforme o desenvolvimento do entrevistado sobre os assuntos. Na observação participante o pesquisador se insere em algum meio social para se aproximar do objeto de estudo, observando o contexto e colhendo informações, compreendendo que sua presença não é neutra no ambiente. As observações do pesquisador são anotadas no diário de campo (Minayo, 2016; Yin, 2001). A pesquisa bibliográfica é realizada a partir de materiais elaborados, como livros, artigos, matérias de jornais e revistas. Já a pesquisa documental utiliza fontes primárias, que ainda não passaram por uma análise, são: documentos oficiais emitidos por órgãos públicos, legislação, relatórios, diários, cartas, gravações, fotografias, memorandos, etc (Gil, 2002).

Este trabalho teve uma abordagem indutiva-dedutiva. Na abordagem indutiva os dados obtidos contribuíram para a identificação dos conceitos. Já a abordagem dedutiva os conceitos e categorias previamente estabelecidos foram utilizados na análise dos dados. Os conceitos são os termos que “estruturam o discurso da pesquisa” (Minayo, 2016, p. 20). Os conceitos que fundamentam esse trabalho são: território, biopolítica e cidadania insurgente. Estes dialogam entre si, e estão relacionados aos objetivos geral e específicos, portanto, importantes para responder à questão da pesquisa (Quadro 01).

Quadro 1 – Conceitos e autores que fundamentam este trabalho.

CONCEITOS	AUTORES	RESUMO DAS PRINCIPAIS IDEIAS
Território	<p>Marcelo Lopes de Souza Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial (2013) Temas: Território e lugar.</p>	<p>Concebe o território como um espaço definido pelo “poder”, conceito de caráter político (das relações sociais). Já “lugar”, refere-se a uma dimensão cultural-simbólica do espaço vivido.</p>
	<p>Claude Raffestin Por uma Geografia do Poder (1993) Temas: Território, territorialização, territorialidade.</p>	<p>Concebe o território como um espaço apropriado material e simbolicamente, por um sistema de ações que carregam signos e intenções, que formam a imagem do território. A territorialização, é o processo de apropriação do espaço. A territorialidade, por sua vez, trata-se do território vivido, onde se vive o processo e produto do território.</p>
	<p>Rogério Haesbaert O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade (2016) Temas: Desterritorialização e multiterritorialidade.</p>	<p>Propõe a noção de “multiterritorialidade” - vivência de múltiplos territórios - ao que vários autores denominam de “desterritorialização”, relacionada às dinâmicas da globalização, que constituíram territórios fluídos que se interagem em rede. Também discorre sobre desterritorialização na perspectiva (de exclusão) social, que atinge a população periférica.</p>
	<p>Milton Santos “O Retorno do Território”, texto da obra “Território, Globalização e Fragmentação” (1998) Tema: Lugar.</p>	<p>Diante da transnacionalização dos territórios, em que o território vivido tem suas normas definidas por uma elite global, o autor defende que o lugar é o espaço de resistência para uma transformação possível.</p>
	<p>Marco Aurélio Saquet A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial (2018) Tema: Reterritorialização.</p>	<p>Propõe um “desenvolvimento de base local” ou “reterritorialização” fundamentado em premissas que requerem a adoção de “práticas de reciprocidade” (dialógicas, participativas, cooperativas, solidárias) e tomada de “consciência de classe e de lugar”. Assim, pretende-se fortalecer a territorialidade, o pertencimento e constituir um paradigma contra-hegemônico.</p>
Biopolítica	<p>Michel Foucault “Direito de Morte e Poder sobre a Vida”, texto da obra “História da Sexualidade: 1. A Vontade de Saber” (2016) e “Segurança, Território, População” (2008). Tema: biopolítica.</p>	<p>A biopolítica é a gestão do corpo social através dos processos biológicos e demográficos. Isso envolve mecanismos jurídico-legais, disciplinares e, em especial, de “segurança”. A biopolítica atua a partir do conhecimento minucioso sobre o território e seus processos para organizá-lo de maneira a controlar a circulação dos bons e maus fluxos (marginalizados/indesejados).</p>
	<p>Saskia Sassen Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global (2016). Tema: A lógica de expulsão</p>	<p>Com a reorientação das economias políticas para neoliberalismo, o setor financeiro tem se expandido para cada vez mais campos da vida urbana, produzindo uma lógica de expulsão de variados tipos (econômicas, sociais, ambientais) para o monopólio material e de capital.</p>

	<p>Raquel Rolnik Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças (2019) Temas: Financeirização, expulsões e a permanente transitoriedade, legalidade/ilegalidade.</p>	Assentamentos populares ao redor do mundo estão entre a legalidade e a ilegalidade. Situação balizada pelas legislações fundiárias nos países. Na era de hegemonia das finanças, os territórios periféricos são reservas de valor, que são usurpadas através da insegurança de posse dos seus moradores, geralmente, quando atraentes para empreendimentos imobiliários. Assim, os despossuídos da propriedade da terra estão em permanente transitoriedade/deslocamento.
Cidadania Insurgente	<p>James Holston Cidadania Insurgente: Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil (2013) Tema: Cidadania insurgente.</p>	Neste caso, aplica-se o termo às comunidades urbanas que, para reivindicar a propriedade de suas moradias e melhorar as condições de seus bairros, constituíram uma nova esfera de participação social, se organizando em associações de bairro, confederações e movimentos sociais, aprendendo a interpretar e utilizar as leis que os excluem da cidadania.
	<p>Henri Lefebvre O Direito à Cidade (2001) Tema: Direito à cidade.</p>	O direito à cidade é o direito de usufruir dos serviços e bens urbanos, mas também de participar da construção da experiência urbana pela apropriação e pela práxis social coletiva.
	<p>Marcelo Lopes de Souza Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial (2013) Temas: Práticas espaciais insurgentes.</p>	As práticas espaciais insurgentes são ações coordenadas que afrontam a ordem estabelecida para a transformação da realidade. O autor classifica seis tipos que podem ser associados na formação de territórios insurgentes: territorialização pela presença física, territorialização por símbolos, refuncionalização do espaço, ressignificação do espaço, construção de redes espaciais e circuitos econômicos alternativos.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

O método de análise utilizado foi o conjunto de codificações analíticas organizadas pela Teoria Fundamentada nos Dados (*Grounded Theory*), conforme as diretrizes da socióloga Kathy Charmaz (2009). A autora não considera a *Grounded Theory* como um método de regras rígidas, propondo diretrizes flexíveis. Além dos conceitos pré-definidos no referencial teórico, os dados também contribuem para a adaptação do quadro analítico, indicando outros conceitos e temas importantes para responder às questões de pesquisa. A codificação é a denominação ou categorização dos dados para, posteriormente, serem interpretados como um todo. Serão realizados dois tipos de codificação:

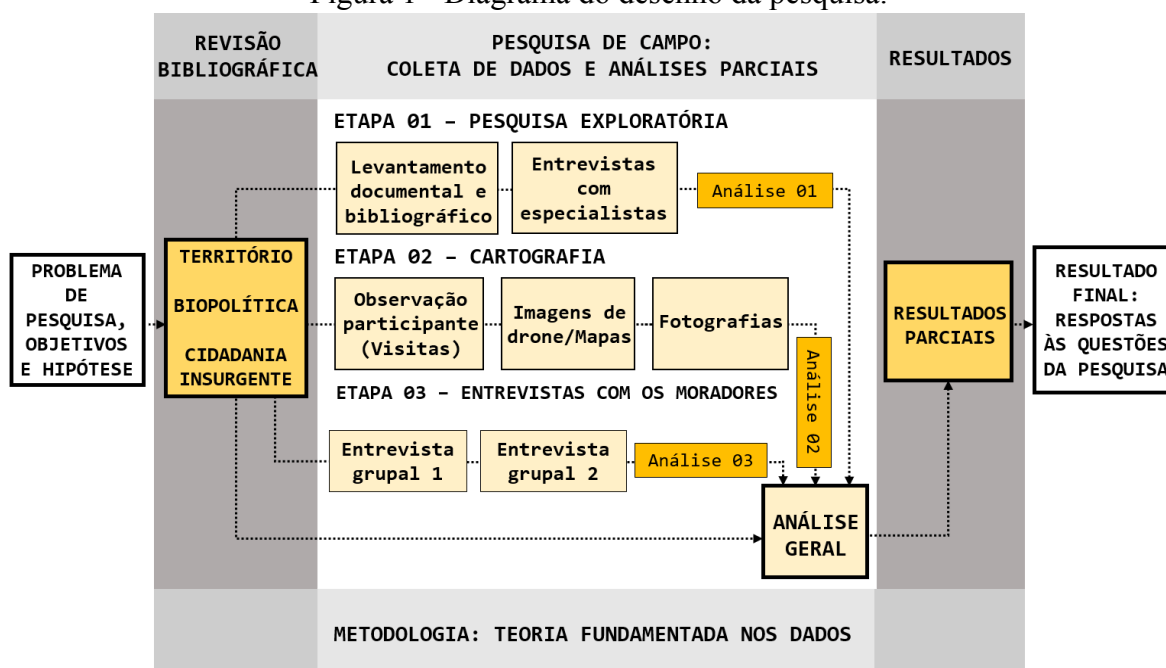
(1) Codificação inicial - codificação por palavra, linha ou a cada unidade de dado. Neste trabalho será utilizado esse último procedimento. Essa etapa permite a familiarização com os dados, a identificação dos conceitos abordados no referencial teórico, e outros conceitos que podem derivar dos dados.

(2) Codificação focalizada - é o refinamento da análise dos dados para classificá-los conforme os conceitos e categorias identificados na etapa anterior. Durante esse processo, as reflexões obtidas a partir das análises vão sendo anotadas em memorandos, que contribuirão para a criação da teoria fundamentada nos dados.

Desenho da Pesquisa

A partir do problema, objetivos e hipótese definidos no projeto de pesquisa, na fase de “Revisão Bibliográfica” foi elaborado um quadro teórico-conceitual, ao qual os conceitos foram categorizados em análises para análise do conteúdo coletado na fase de “Pesquisa de Campo: Coleta de Dados e Análises Parciais” (conforme o diagrama da Figura 1).

Figura 1 - Diagrama do desenho da pesquisa.



Fonte: elaborado pela autora (2024).

A fase de “Pesquisa de Campo: Coleta de Dados e Análises Parciais” foi a coleta de dados em três etapas, sendo que em cada uma foram elaboradas análises parciais em relatórios e memorandos que, posteriormente, embasaram a “Análise Geral”. A partir disso, foram gerados os “Resultados Parciais”, utilizado para responder às questões iniciais da pesquisa, chegando ao “Resultado Final” (Figura 1).

As etapas da Pesquisa de Campo são:

1º Etapa - Pesquisa exploratória - estudo do contexto das expulsões nas ocupações urbanas durante a pandemia de Covid-19. Foi realizado um levantamento documental e bibliográfico sobre o tema e “entrevistas com especialistas”, neste caso, foram entrevistadas duas dirigentes

estaduais do MTD-GO. A entrevista semi-estruturada foi realizada com auxílio de um roteiro de questões pertinentes, e teve o áudio gravado e transcrito pela pesquisadora.

2º Etapa - Cartografia - neste momento, buscou-se compreender a organização do território, como foi apropriado e modificado. Foram realizadas visitas nas ocupações para observação participante com o objetivo de captar informações e entender as relações no/com o espaço. As observações foram registradas em relatórios de campo. Utilizou-se registros fotográficos e imagens/mapeamentos de drone. Também foram utilizados mapas oficiais gerados por órgãos públicos e Sistemas de Informação Geográfica (SIG), tais como o *Google Earth* e o *software QGIS*.

3º Etapa - Entrevistas com os moradores - foram entrevistas grupais com moradores das ocupações, na Jatobá participaram 4 moradoras, enquanto na Beira da Mata foram 8. Entre os critérios de participação esteve ser maior de idade e morar nas comunidades desde a pandemia (2020-2022). As entrevistas tiveram duração de cerca de 1 hora e foram conduzidas a partir de um roteiro com os dois temas centrais da pesquisa: expulsão e resistência. As conversas foram gravadas em áudio e transcritas.

Diante dos objetivos e da metodologia proposta, optou-se por organizar este trabalho em três capítulos:

No Capítulo 1 “Territórios de Resistência”, são abordados os conceitos e teorias que fundamentam esta pesquisa, dentro dos três conceitos-chave: Território, Biopolítica e Cidadania Insurgente. Entende-se o **território** como o “meio” e o “objeto” pelo qual/onde ocorre a expulsão, mas também às resistência. Assim, aborda-se os conceitos e teorias sobre território, territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Utiliza-se o conceito de **biopolítica** associado à expulsão para compreender os mecanismos por trás da lógica e das dinâmicas do capitalismo financeiro na contemporaneidade, em especial, aqueles que atuam sobre as cidades. Para analisar a resistência das ocupações urbanas às expulsões, às considerando também como exclusão social, utiliza-se o conceito de **cidadania insurgente**, como esfera de participação cidadã alternativa pela qual populações à margem da sociedade se organizam para acessar direitos aos quais são excluídos, entre estes, à moradia, à cidade e à cidadania. Por fim, articula-se esses conceitos para a análise dos resultados.

No Capítulo 2 “A luta contra as expulsões na RMG: as ocupações urbanas, a CDZ e o MTD”, apresenta-se o contexto/recorte espaço-temporal dentro dos assuntos desta pesquisa. Primeiramente, aborda-se o contexto pandêmico no Brasil, a fim de introduzir os assuntos principais do capítulo: as ocupações urbanas na RMG, a luta contra os despejos coletivos, remontando a CDZ Goiás (entre 2020 e 2022) em paralelo com a campanha a nível nacional.

Posteriormente, discorre-se sobre a fundação do MTD-GO e seu papel na mobilização das ocupações urbanas para a luta contra os despejos e garantia de direitos.

No Capítulo 3 “Lugar, Cidadania e Resistência”, são apresentados os estudos de caso da Ocupação Beira da Mata e Jatobá, primeiramente com um texto descritivo sobre cada comunidade: quais processos derivaram a ocupação, como se organizaram para (re)territorialização do espaço, a formação da territorialidade (ativa), as exclusões de direitos, as remoções coletivas ou ameaças e a organização para a luta contra os despejos. Posteriormente, disserta-se sobre os casos perpassando pelos conceitos e teorias que fundamentam este trabalho para responder à questão principal desta pesquisa.

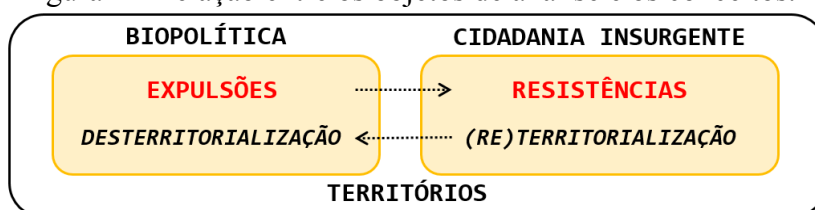
1. TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA

Sendo o objetivo principal da pesquisa analisar as estratégias de “resistência” às “expulsões” nas ocupações urbanas, foram definidos três conceitos-chave:

- (1) **Território** - como o “meio” e “objeto” de disputa, onde ocorre a expulsão, mas também a resistência. Portanto, discorre-se sobre o território e seus processos - territorialização, desterritorialização e reterritorialização - a partir da sua relação com o “poder”.
- (2) **Biopolítica** - o conceito criado por Foucault (2014) trata dos mecanismos e procedimentos de gestão da vida na Idade Contemporânea pelo poder hegemônico (Foucault, 2014). Nesse sentido, é abordado o conceito de expulsão, discutido por Sassen (2016) como uma lógica sistêmica proveniente do neoliberalismo, ascendente na década de 1980.
- (3) **Cidadania Insurgente** - trata-se da constituição de uma outra forma de cidadania por determinados grupos em contraposição àquela que está instituída/imposta. Holston (2013) discorre sobre o assunto a partir do contexto de territórios periféricos, de exclusão social, que se organizaram para conquistar a titularidade de suas terras, o que significa serem reconhecidos como cidadãos, sujeitos de direitos, uma vez que, em nossa sociedade, isto está associado ao acesso à propriedade.

O diagrama a seguir (Figura 2) demonstra a relação entre os objetos de análise desta pesquisa e os conceitos/teorias que fundamentaram esta análise. Compreende-se que a expulsão é a expressão da biopolítica nesta etapa neoliberal do capitalismo financeiro, se manifestando nos territórios como desterritorialização. Diante disso, a resistência é insurgir à ordem hegemônica, no caso daqueles que são excluídos do exercício da cidadania, é constituir uma cidadania insurgente. Neste caso, isto passa pela disputa do território, pela (re)territorialização daqueles que foram expulsos/desterritorializados. Nesse sentido, Saquet (2018) propõe a construção de um paradigma contra-hegemônico por meio de premissas que articulam práticas e táticas comunitárias para um desenvolvimento de base local, que consiste no fortalecimento da territorialidade.

Figura 2 - Relação entre os objetos de análise e os conceitos.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Na primeira seção do capítulo, discute-se sobre o conceito de território como espaço constituído a partir das relações de poder, principalmente o poder hegemônico, porém também como espaço de resistência. Assim, aborda-se os conceitos de território, territorialização, desterritorialização, reterritorialização, territorialidade e lugar. Posteriormente, discorre-se sobre o conceito de biopolítica e seus mecanismos de gestão da vida coletiva. Na terceira seção, discute-se a lógica de expulsão, suas causas, instrumentos e consequências, e evidencia-se os processos de expulsão urbana a partir das ideias de Rolnik (2019). Por fim, na terceira seção, aborda-se o conceito de cidadania insurgente, associada às práticas espaciais insurgentes (Souza, 2013) e a luta pelo direito à cidade (Lefebvre, 2001). Na última seção, é feita a integração ou aproximação entre as teorias, construindo uma estrutura para análise dos resultados.

1.1. TERRITÓRIO E PODER

Sendo o poder inerente às relações interpessoais (Foucault, 2008), concebe-se que o território é, essencialmente, um espaço demarcado pela projeção das relações de poder (Souza, 2013). Raffestin (1993), representa o “sistema territorial” através de um esquema geométrico, ao qual os atores são nós (pontos) e suas relações formam redes (linhas) e malhas ou tessituras (superfícies), que constituem territórios. As tessituras/territórios, são campos de poder que se sobrepõem em vários níveis, escalas e tipos de relação (políticas, econômicas, sociais, culturais). Logo, o autor (Raffestin, 1993, p. 150) infere que “toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir na tessitura, nó e rede”. Deste modo, a territorialização é um processo de apropriação concreta e simbólica do espaço, por meio de ações dotadas de intenções, informações e sistemas sêmicos, que formam a imagem/representação do território. Esses processos ocorrem no campo do poder, logo os símbolos e códigos que constroem a realidade percebida são funcionais ao exercício desse poder.

A territorialidade, por sua vez, trata-se da multidimensionalidade do território “vivido” pelos sujeitos. Deriva, fundamentalmente, da interação entre sociedade, espaço e tempo. Ao mesmo tempo que as pessoas vivem o produto territorial, também fazem parte e vivem o processo de territorialização. Tanto o território, como a sua territorialidade são relacionais, estão associados com um contexto sócio-histórico e espaço-temporal (Raffestin, 1993). Deste modo, a territorialidade abrange as identidades, os comportamentos, valores, são práticas pluridimensionais que envolvem as relações dos homens entre si e com a natureza,

intermediadas pelos aspectos subjetivos e simbólicos (conhecimentos, saberes, cultura, ideologia, etc), e/ou através de meios materiais (tecnologias, técnicas, instrumentos, etc) (Saquet, 2019).

Souza (2013) discute estruturas de poder baseando-se, principalmente, no filósofo francês Cornelius Castoriadis, que concebe duas formas antagônicas de governo do poder: “autônomo”, radicalmente democrático, ao qual membros de uma coletividade possuem condições iguais de decisão para a gestão de um território, um autogoverno; e “heterônomo”, o domínio de alguns grupos ou indivíduos sobre outros. O poder político, associado aos governos (heterônomo ou autônomo), expressam um “poder explícito”, visível nas relações com os sujeitos. Para prevalecer, o governo heterônomo, no exercício do poder explícito, necessita empregar instrumentos coercitivos. Para um domínio mais efetivo, opera-se o “infrapoder”, realizando o controle ideológico por meio da internalização de valores sociais que domesticam a coletividade. Já o poder autônomo deve, fundamentalmente, desprezar a violência como um elemento estrutural do poder, e sua legitimidade deve partir da coletividade de maneira consciente (Souza, 2013).

Já Raffestin (1993), defende que existe o Poder com letra maiúscula e o poder com letra minúscula. O primeiro é expresso pelas instituições que sujeitam a população ao Estado, sendo visível e identificável; e o segundo, fundamentado nas ideias de Foucault (2008) sobre as relações de poder, se manifesta de maneira imperceptível, nos processos de troca e comunicação entre os indivíduos. O poder (com letra minúscula) é exercido por meio do controle dos fluxos de energia e informação que atravessam as relações. Isto é, toda prática (energia) é orientada por um saber (informação), o autor exemplifica com o “trabalho”, que classifica como uma “energia informada”, uma “ação” que é realizada baseada em um “conhecimento”.

Raffestin (1993) e Souza (2013), divergem dos autores clássicos da geografia política, fundada em 1897 por Friedrich Ratzel. Estes adotavam uma visão unidimensional, jurídico-política, centrada na figura do Estado-Nação como fonte única de poder, e o território como expressão do seu domínio administrativo. Nesta acepção, o termo era associado à ideia de nação e pátria, refletindo ainda hoje na interpretação popular de território como uma “grande extensão de terra”. Souza (2013) considera que isso omite o principal perfil do conceito, que é o poder, funcionando como um filtro ideológico para suscitar o sentimento de pertencimento ao “território nacional”. Deste modo, justifica-se a integração de porções de terras com grupos culturais diversos em um mesmo país, legitimando o exercício da soberania do Estado sobre esse espaço geográfico. O autor defende o refinamento do conceito para a

análise de diferentes tipos de territórios, como aqueles de escalas menores, concebidos nas práticas sociais/espaciais cotidianas e práticas espaciais insurgentes. As práticas espaciais insurgentes são ações coordenadas para a mudança de uma realidade, geralmente, através do enfrentamento da ordem estabelecida.

Diante das dinâmicas globais da contemporaneidade, muitos autores têm discutido o “fim dos territórios” ou “desterritorialização”, o que Haesbaert (2016) questiona propondo a noção de “multiterritorialidade”, definida como a interação ou cruzamento entre múltiplos territórios, que criam uma nova territorialidade, relacionado a uma lógica reticular. Os “múltiplos territórios” se referem à coexistência de uma pluralidade de estruturas territoriais dentro de duas lógicas no capitalismo - zonal e reticular. A lógica zonal ou “territórios-zona” são mais tradicionais, fixos e estáveis, relacionados ao poder do Estado que, em seu domínio sobre o espaço, controla a entrada e saída de fluxos por meio das fronteiras. Em contrapartida, a lógica reticular ou “territórios-rede” são móveis e fluídos, mais relacionados ao poder empresarial, que controla os fluxos por meio de nós, dutos e conexões entre os territórios em escala global. Todo território-rede é composto pela conjugação de territórios-zona, e já existiam em períodos mais antigos, como por exemplo as redes de cidades no comércio marítimo durante o século XVI. Portanto, mesmo dentro de uma concepção jurídico-política de território, a multiterritorialidade já era experienciada. Também está presente nas práticas e interações entre os diversos grupos sociais que constituem seus territórios. Contudo, isso se intensificou com as relações capitalistas globalizadas, o avanço das tecnologias de transporte e comunicação e, conseqüentemente, a compressão do espaço-tempo.

Destarte, Haesbaert (2016) relaciona a experiência da multiterritorialidade com os argumentos que baseiam a discussão sobre a desterritorialização em diferentes perspectivas (econômica, político-jurídica, cultural). Em uma perspectiva econômica, os territórios perderam o seu valor como estruturante das empresas e indústrias, que se tornaram multinacionais; e o setor financeiro superou as distâncias e a materialidade por intermédio das tecnologias informacionais, que permitem a realização de transações financeiras e circulação de capital de maneira globalizada. Sob uma visão político-jurídica, as questões econômicas têm reduzido o poder dos Estados-nações sobre seus territórios (enfraquecimento da lógica zonal). Com fronteiras frágeis, os governos já não possuem tanto controle sobre as relações sociais, culturais e transações econômicas, que podem ser realizadas através dos meios de comunicação. Também há uma desterritorialização cultural, em que não se desenvolvem ligações afetivas com os espaços vividos, o território perdeu a capacidade de definir identidades e enraizar os indivíduos. Nesse sentido, também há uma ciber-desterritorialização,

a desmaterialização das relações sociais em vista de globalização cultural e da comunicação, que fragilizam o vínculo identitário do local físico vivido.

Para Haesbaert (2016), o que tem sido chamado de desterritorialização (a multiterritorialidade) são novas formas de (re)territorialização, que o autor denomina “des-re-territorialização” - “[...] territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (p. 280-281). Simultaneamente a qualquer processo de desterritorialização sempre ocorre uma (re)territorialização, relacionada a outros atores e relações de poder. Entretanto, é muito evidente que a experiência de multiterritorialidade é desigual, enquanto uma pequena elite econômica global escolhe os seus territórios (para moradia, lazeres, consumo, estabelecer negócios) e controla os fluxos (de capital, produtos, pessoas, informações), os grupos subalternizados vivenciam uma multiterritorialidade insegura, marcada por desterritorializações constantes (no sentido de perda do espaço de abrigo e reprodução social, cultural e econômica).

Nesse sentido, Haesbaert (2016) aponta que a desterritorialização é estudada sob vários enfoques (econômico, político, cultural), porém a perspectiva social é pouco abordada. O que, provavelmente, se deve aos debates se concentrarem em concepções formadas a partir de discursos nos países centrais do capitalismo. Destarte, o autor vincula desterritorialização à exclusão social:

Desterritorialização, [...] nunca “total” ou desvinculada dos processos de (re)territorialização, deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitado de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural (Haesbaert, 2016, p. 312).

Nesse sentido, trata-se da privação ou precarização do território como recurso material necessário para a habitação, a segurança e a reprodução da vida social. O autor denomina essa desterritorialização relacionada à exclusão social como “territorialização precária” ou “aglomerados de exclusão”, sendo o termo associado ao sentido de “amontado”, “ajuntamento”, expressando desordem. Assim, se refere, principalmente, à uma crescente massa de pessoas desempregadas ou precarizadas que formam territórios instáveis (principalmente devido à ilegalidade) nas periferias. Esse é um sintoma social mais agudo dos processos capitalistas anteriormente citados como desterritorializantes.

Portanto, diante da “transnacionalização do território”, o território como espaço habitado, formado por lugares contíguos, é atravessado verticalmente por normas e formas

impostas por uma governança global, composta pelo mercado mundial, por instituições e organizações internacionais, entre outros atores. Assim, o lugar, como dimensão do vivido, é o espaço possível da agência e resistência da sociedade para construir uma nova lógica de desenvolvimento territorial, podendo ampliar a escala de incidência das ações (Santos, 1998). Para Souza (2013), diferente do conceito de território, o poder não é a principal dimensão na definição de “lugar”, mas a dimensão cultural-simbólica, construída pela introjeção das identidades e signos contidos na espacialidade do percebido e vivido. Ainda assim, o autor aproxima o conceito de “lugar” e “território”, visto que identidades sócio-espaciais estão sempre associadas às relações de poder.

Compreendendo o lugar como espaço possível de resistência, Saquet (2018) propõe um “desenvolvimento territorial de base local” ou (re)territorialização, fundamentada na adoção coletiva de “práticas de reciprocidade” (cooperação, solidariedade, colaboração e diálogo) e tomada de “consciência de classe e de lugar” para, desta maneira, construir um paradigma contra-hegemônico. A consciência de classe está relacionada à compreensão da realidade material e econômica imposta e dos conflitos de interesses entre as classes. Já o lugar, como já abordado, está relacionado à dimensão simbólica do espaço vivido. Portanto, a consciência de classe e lugar relaciona-se ao reconhecimento, pertencimento e enraizamento, importantes no fortalecimento da vida comunitária, suscitando o interesse na participação política para a conquista de direitos e benefícios coletivos. Deste modo, Saquet (2018) propõe as seguintes premissas para um desenvolvimento de base local de territórios populares:

- (1) **Paradigma reticular** - diferentes redes (curtas, longas, sólidas, virtuais, efêmeras, permanentes) de apoio, cooperação e/ou solidariedade vinculadas ao território.
- (2) **Territorialidade ativa** - trata-se do desenvolvimento das ações por meio de processos cooperativos, dialógicos e participativos dentro de uma coletividade.
- (3) **Ancoragem territorial** - valorização dos vínculos locais, que se localizam nas redes curtas, para fortalecer e potencializar a valorização dos pequenos negócios, das dinâmicas, das características e experiências das comunidades locais.
- (4) **Proximidade (geográfica e institucional)** - entre os grupos que compõem a rede de cooperação e solidariedade que visa o desenvolvimento de base local. A partir disso, há a possibilidade do fortalecimento de práticas endógenas como a formação política, bem como o planejamento de ações e mobilizações para resistir às dinâmicas políticas e econômicas perpetradas pelos grupos hegemônicos.
- (5) **Consciência do inacabamento** - é a compreensão de que os processos de transformação social são feitos de luta constante para a manutenção e superação do

que foi conquistado. Deste modo, é demandada contínua formação e adaptação dos agentes de mudança.

(6) Auto-organização e autogestão - não é desconsiderar as atribuições que cabe ao Estado, porém buscar autonomia organizativa no que diz respeito ao desenvolvimento territorial de base popular, visto que há um modelo de desenvolvimento hegemônico, capitalista e com valores economicistas, que são replicados com a colaboração do poder político.

Nesse sentido, a resistência aos processos de desterritorialização está associada ao fortalecimento da territorialidade, com práticas comunitárias regidas por princípios rumo à auto-organização do território.

1.2. BIOPOLÍTICA

Para Foucault (2008 e 2014), o poder é um conjunto de mecanismos e procedimentos com finalidade de manter a si mesmo (o poder). Este é intrínseco a todas as relações - familiares, sociais, sexuais, econômicas, etc. Ao analisar os mecanismos de poder, é possível correlacionar aos históricos de transformações econômicas. O filósofo estudou e classificou três grandes expressões de poder que abrangem o nascimento e desenvolvimento do capitalismo, são estes: o Poder Soberano, na Baixa Idade Média; o Poder Disciplinar, na Idade Moderna; e Biopoder, na Idade Contemporânea.

O Poder Soberano tratou-se da formação de um sistema jurídico centrado no poder régio, dos monarcas absolutistas. Esse poder político-jurídico sujeitava os indivíduos pelo monopólio do uso da força, operando pelo “direito de causar a morte ou deixar viver” - suplício, poder de guerra, aprisionamento e, também, pelo confisco das riquezas e do trabalho dos súditos. Já o Poder Disciplinar não se exercia pela morte, mas pela vida. Centrou-se na docilização e disciplinamento dos corpos, para extrair sua eficácia e ajustá-los aos sistemas econômicos e sociais. É um poder normalizador, exercido por meio da vigilância e das instituições disciplinares: a família, exército, polícia, prisão, escola, fábrica, medicina, etc. Enquanto o poder disciplinar centra-se no corpo individual, o biopoder investe sobre a população, regulamentando e intervindo em seus processos biológicos: a saúde, natalidade, mortalidade e longevidade. O biopoder também foi denominado como um poder de “segurança”, fazendo oposição à ideia de risco, é a gestão da vida coletiva a fim de minimizá-los (Foucault, 2008 e 2014).

A passagem dos tipos de poder (soberano, disciplinar e de segurança/biopoder) é uma adaptação e aperfeiçoamento das estratégias de domínio jurídico-legais e disciplinares,

acrescidos os mecanismos de “segurança”. Foucault (2008) aponta exemplos, como a questão da criminalidade - a lei estabelece o que é permitido ou proibido, e a punição em casos de infração. Também existem os instrumentos de vigilância/fiscalização (mecanismos jurídicos-legais e disciplinares). Sob o poder soberano, a punição ocorria, principalmente, por meio do suplício, em praça pública e de “modo exemplar”. Porém, agora tem ocorrido por meio do encarceramento, ao qual os presidiários são submetidos aos procedimentos que objetivam a “moralização” (disciplinarização). Nesse processo, a “segurança” atua através da pesquisa e estatística para identificar os padrões de crimes, suas causas e, assim, controlar o número de ocorrências, para que estejam dentro de uma margem aceitável. A correção ocorre em função dos riscos de reincidência. Deste modo, as “biopolíticas” são realizadas baseadas no conhecimento sobre os fenômenos biológicos e demográficos que pretende-se gerir.

Foucault (2008, p. 15 e 16) abordou a espacialização das relações de poder, “[...] a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto da população”. A eficácia da soberania está relacionada à distribuição espacial do poder no interior do território, onde se controla a circulação das ideias, dos produtos e das pessoas. A disciplina atua sobre um espaço artificialmente construído para vigilância e domesticação dos corpos. Já a segurança parte de dados e da probabilidade para dispor o meio⁴ e organizar os fluxos. O autor cita o exemplo das cidades, onde o planejamento urbano organiza o espaço para o controle da circulação, buscando permitir o que se considera “bons fluxos” (circulação do capital), e eliminar os “maus fluxos” ou “indesejados” (criminosos, delinquentes, mendigos, etc). Deste modo, a disciplina é centrípeta, age no interior de um espaço o regulamentando, com a finalidade de induzir “o que” deve ser feito e “como” deve ser feito. Já a segurança é centrífuga, se expande para fora, não é desregulamentada, mas presume uma “liberdade”, fazendo o controle baseado no tratamento dos acontecimentos prováveis e aleatórios.

Conforme Foucault (2008), a polícia é um importante dispositivo biopolítico de segurança na gestão do “meio”, ganhando importância, principalmente, na gestão da vida na cidade como uma força do Estado que tem por finalidade consolidar o seu domínio e o cumprimento de suas normas. Atua, prioritariamente, para garantir o desenvolvimento dos processos produtivos, controlando a circulação de produtos e comércio, garantindo que os indivíduos estejam produzindo e reprimindo a “ociosidade”. Portanto, a “polícia é

⁴ Conforme Foucault (2008, p. 27 e 28) o meio é “o suporte e o elemento de circulação de uma ação”, que é criado, planejado e organizado pelos dispositivos de segurança. Portanto, engloba elementos materiais e imateriais, naturais e artificiais. Não se trata apenas da organização espacial, é a organização do que abrange um contexto - “o meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem”.

essencialmente urbana e mercantil, ou ainda, para dizer as coisas mais brutalmente, que é uma instituição de mercado, no sentido amplo” (Foucault, 2008, p. 451). Assim, a segurança afeta a população desigualmente, para a “[...] segurança de um grupo ou classe social que se gera a insegurança de outros [...]” (Haesbaert, 2014, p. 155). A criminalidade é utilizada para alimentar o discurso sobre a (in)segurança e reforçar o “imaginário do medo”, que é utilizado para justificar a repressão policial violenta, principalmente, sobre grupos sociais estigmatizados.

1.3. EXPULSÃO (URBANA)

Conforme Sassen (2016, p. 7-8), as “economias políticas avançadas criaram um mundo em que a complexidade tende a produzir brutalidades elementares com demasiada frequência”. As “complexidades” são inovações ou sofisticações em diversos campos que interferem na economia política: no setor financeiro, nas legislações e políticas governamentais, técnicas e tecnologias de exploração de matéria-prima, entre outros. As brutalidades produzidas por essas complexidades são canais de “expulsão” de vários tipos (econômicas, sociais, ambientais), que contribuem e fazem parte de “tendências sistêmicas”, entre estas: a aquisição de grandes porções de terras ao redor do mundo, principalmente por capitais estrangeiros, facilitado por políticas de enfraquecimento das fronteiras entre os países para operações econômicas (empreendimentos, indústrias, agroindústrias, extrativismo, etc); a expansão da securitização⁵ para todos os campos possíveis da vida em sociedade, à exemplo da financeirização urbana - da infraestrutura, empreendimentos imobiliários, privatização e terceirização dos serviços públicos - que têm produzido “cidades globais”, com a entrada de empresas e corporações estrangeiras.

A construção das atuais dinâmicas globais se iniciou com a reestruturação econômica dos países conduzida por programas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, após a crise internacional da década de 1970. Muitos haviam adquirido grandes dívidas para a reconstrução no pós-guerra e para a implementação de políticas de desenvolvimento econômico e estado de bem-estar social (*welfare state*). Nos programas de reestruturação econômica, as dívidas passam a disciplinar as mudanças nas economias políticas. Cobrança que foi desigual para países do Sul e do Norte Global. Para os países pobres, foi cobrado de 20% a 25% de suas receitas de exportações ao pagamento da dívida, enquanto para Europa Central, apenas, 8%. Assim, os governos foram tencionados a

⁵ A securitização trata-se de um processo que transforma ativos financeiros em títulos mobiliários que podem ser negociados no mercado secundário (Alves, 2001).

implementarem políticas neoliberais⁶: austeridade fiscal, redução dos serviços públicos, cortes de programas sociais, retirada de direitos trabalhistas e benefícios sociais, privatizações, incentivos fiscais para empresas, fortalecimento do setor financeiro, etc (Sassen, 2016).

Anteriormente, as economias políticas, principalmente dos países do norte global, estavam orientadas para o keynesianismo, baseadas principalmente no capital fixo, na expansão das economias materiais e nas políticas de bem-estar social. Com a reorientação para o neoliberalismo e com o crescente monopólio empresarial e de capital de uma pequena elite global, as burguesias nacionais tradicionais, outrora cruciais, perdem a relevância que tinham no cenário socioeconômico. Com a supremacia do capital fictício, a população trabalhadora e consumidora também têm participação cada vez menos nos lucros dos setores econômicos. A complexa rede internacional de atores, instituições e instrumentos formam uma estrutura invisível sobre as relações de trabalho e opressão, criando um distanciamento ainda maior entre os “oprimidos” e “opressores”, o que dificulta os processos de reivindicação e negociação de interesses de classe, como ocorriam mais intensamente com os sindicatos de trabalhadores (Sassen, 2016).

Destarte, a autora identifica e analisa os variados tipos de expulsão, revelando os seus mecanismos. Entre estes, o crescente desemprego (e pode-se acrescentar o emprego informal) e pobreza, acentuados após as sucessivas crises do atual modelo econômico, que se configura em expulsão do estado de bem-estar social e direitos vinculados ao trabalho formal. Também é uma expulsão econômica, em que se percebe uma retração do espaço econômico para que seja mais facilmente administrável e permita a percepção de aumento do PIB, conforme as métricas de avaliação tradicionais. O aumento do encarceramento em massa é uma expulsão do convívio em sociedade, consequência do aumento da pobreza e desigualdade social. Em muitos países, têm relação com a privatização dos presídios, no qual a lucratividade depende do aumento de pessoas encarceradas, o que tem resultado em *lobby* dos empresários do ramo sobre juízes e até compra de sentenças (Sassen, 2016).

A provisão governamental de moradia foi muito importante para a instituição do estado de bem-estar social na Europa durante os anos 1950 e 1960. Alguns países, como a Inglaterra, construíram um grande estoque de habitações estatais para aluguéis mais acessíveis, além da regulamentação dos valores e auxílios para o pagamento. Após a crise econômico-financeira na década de 1970, os Estados foram pressionados à deixar de serem “provedores” da habitação, para serem “facilitadores” do desenvolvimento do mercado

⁶ Em nenhum momento Sassen cita os termos “neoliberal” ou “neoliberalismo”, geralmente utiliza “era global”, entre outros termos que são adjetivos do modelo de economia política neoliberal.

imobiliário privado, orientação política que foi pactuada com o documento publicado pelo Banco Mundial em 1993. A partir disso, os estoques públicos de habitação foram vendidos e difundiu-se o “ideário da casa própria”. A moradia passou de um “bem social” para “ativo financeiro”, com a criação e fortalecimento de novos instrumentos para disponibilização de créditos e financiamentos para famílias de média e baixa renda, às incluindo nos circuitos financeiros, ampliando o espaço de circulação do capital imobiliário. Os novos instrumentos financeiros têm promovido a expulsão de milhares de pessoas que não conseguem quitar as dívidas, como é o caso das hipotecas *subprime* (Rolnik, 2019; Sassen, 2016).

Novos instrumentos legais e contratuais têm permitido a compra de vastas extensões de terras em Estados-Nações por empresários, e até governos, estrangeiros, para a exploração econômica. Para isso, expulsam a população nacional de parte de seu território - povos nativos, camponeses ou moradores urbanos. O uso das terras para a construção de empreendimentos ou para exploração de matéria-prima degradam a natureza, principalmente, pela utilização de tecnologias bastante agressivas ao meio ambiente, causando a expulsão da biodiversidade. Também é um modo de expulsão da soberania nacional sobre o seu território e destruição da cidadania para a população local (Sassen, 2016).

Deste modo, ao analisar as transformações sistêmicas, Sassen (2016, p. 245) demonstra que a lógica neoliberal de concentração e centralização do capital precisa, para tanto, expulsar para o limite sistêmico: “[...] a passagem do keynesianismo à era global, de privatizações, desregulamentação e fronteiras abertas para alguns, implicava uma passagem de uma dinâmica que atraía pessoas para seu interior para outra dinâmica que empurra pessoas para fora”. Para criar valor fictício sobre o capital produtivo, o sistema financeiro precisa obter seu material e, para isso, precisa invadir, tomar e expulsar. Assim, a expulsão, em suas diferentes modalidades, é uma biopolítica inerente à reprodução da economia política capitalista em sua atual etapa neoliberal, para a concentração cada vez maior de capital por uma restrita elite global.

As expulsões estão diretamente associadas ao aumento dos deslocados em todo mundo, que migram de seus países, ou mesmo internamente, de uma região para outra, fugindo da pobreza, de problemas climáticos e ambientais, de conflitos, entre outros (Sassen, 2016). Segundo a Agência da ONU para Refugiados – ACNUR (2024), há 12 anos se vê um aumento contínuo do número de pessoas deslocadas em razão de conflitos, violência, perseguições, violações de direitos humanos e calamidade pública, finalizando o ano de 2023 com mais de 117 milhões de refugiados. No Brasil, o Comitê Nacional para os Refugiados – Conare (2023), registrou mais de 77 mil refugiados. As expulsões também se refletem no

aumento de guetos e favelas. Em 2020, a ONU Habitat contabilizou cerca de 1 bilhão de pessoas ao redor do mundo vivendo em assentamentos informais, adensados e precários.

Durante a industrialização, no século XX, nos países do sul global, em especial, no contexto latino-americano, a moradia informal em assentamentos autoconstruídos foi a forma predominante de habitação da classe operária. Contudo, percebeu-se um crescimento ainda mais acelerado das periferias durante a década de 1990 e início dos anos 2000, predominando como modelo de moradia popular em cidades como São Paulo. Esse fenômeno, muitas vezes compreendido como uma busca de oportunidades de trabalho nas cidades, oculta os processos de expulsão no campo, que ocorrem com o incentivo estatal à produção de *commodities*, como o agronegócio e mineração. Ocorre, muitas vezes, por meio de concessões de propriedades públicas ou privadas para as empresas, geralmente, terras com frágil segurança de posse, como de povos tradicionais e pequenos agricultores que não possuem documentação da terra, muitas vezes ocupada informalmente. A expulsão dos mais pobres do campo para serem proletarizados nas cidades ocorre desde os “cercamentos dos espaços comuns” na idade média. Contudo, nesta etapa do capitalismo, criou-se uma nova relação entre capital e espaço, em que acumulação de terras não significa mais apenas um meio de produção, mas reservas de valor financeiro (Rolnik, 2019).

Deste modo, Rolnik (2019) aponta que a precariedade urbana não é resultado da “incompetência” despropositada do Estado. É comum o discurso que associa as periferias urbanas à migração massiva para as cidades e falta de preparo das mesmas para receber esse contingente populacional, discurso que tem forte apelo político e colabora na formulação de políticas públicas de controle de imigração. Autores marxistas, como Francisco de Oliveira e Lúcio Kowarick, argumentam que o modelo de acumulação capitalista necessita que uma parcela da população viva em condições de pobreza para manter baixo os salários e, portanto, os custos de produção. Trata-se de uma parcela sobrando, desempregada e precarizada, o “exército industrial de reserva”, que permite que os patrões possam demitir os seus funcionários caso estes queiram exigir melhores condições de trabalho. É o motivo pelo qual empresas se instalam em países mais pobres com leis trabalhistas escassas. Assim como no campo, os territórios periféricos, além de reserva de trabalhadores, também são reservas de valor, que tem suas terras usurpadas através da insegurança de posse dos seus moradores e, geralmente, quando se tornam atraentes para a instalação de empreendimentos imobiliários.

Nesse sentido, muitos assentamentos populares ao redor do mundo estão entre a legalidade e a ilegalidade, situação balizada pelas contradições e ambiguidades da legislação fundiária, bem como a atuação do magistrado. Segundo Holston (2013, p. 265-266), a lei

produz complexidades processuais que geram irresoluções jurídico-burocráticas. O desfecho, geralmente, são soluções extrajudiciais, em que a correlação de forças entre as partes produz usurpação de direitos. Assim, segundo o autor, a lei “é um instrumento de desordem calculada”, é manipulável conforme os interesses. Rolnik (2019, p. 152) também reforça a perspectiva de que a ilegalidade é um instrumento de controle, é produzida e mantida por um complexo sistema de leis e *modus operandi* das mesmas:

[...] a insegurança de posse é uma questão de economia política – leis, instituições e processos de tomada de decisão relacionados ao acesso e ao uso da moradia e da terra são atravessados pelas estruturas de poder existentes na sociedade. [...] no interior dessa trama jurídico-administrativa que se tecem os mecanismos de inclusão/exclusão na cidade (ROLNIK, 2019, p. 152).

Destarte, Rolnik (2019) aborda algumas formas pelas quais as normas produzem a legalidade/ilegalidade, como sobreposição jurídica, pluralismo jurídico e concessões públicas aos territórios periféricos. Um tipo muito recorrente de sobreposição jurídica em vários países, como no Brasil, é o loteamento de glebas nas bordas da cidade por seus proprietários sem autorização do poder local. As vendas de lotes, geralmente, possuem documentação oficializada em cartório, porém o loteamento é irregular frente às leis de parcelamento do solo. O pluralismo jurídico são as contradições produzidas por legislações que coexistem. Sendo as leis criadas em diferentes processos históricos, por diversos agentes e concepções políticas, é bastante comum a produção de ambiguidades, como a ilegalidade e legalidade, principalmente, no que tange ao direito civil, urbanístico e ambiental. Porém, também se refere às leis extraoficiais que são constituídas nos territórios periféricos, paralelas à esfera governamental. Geralmente, normas provenientes de uma autoridade local, que pode ser legitimada por motivos de diversas naturezas: pelo poder de violência, religião, cultura, política. As autoridades comumente atuam na mediação de conflitos, como no cumprimento contratual de compra e venda de imóveis (Rolnik, 2019).

Também há a insegurança de posse por meio da concessão de áreas públicas para usufruto pelos governos, pois não é garantida a permanência. Rolnik (2019) cita o caso do bairro do Horto, no Rio de Janeiro, uma área de ocupação ilegal antiga que, ao longo de sua história, sofreu muitas ameaças de remoção. Contudo, por meio de constante resistência, os moradores conseguiram permanecer, sempre através da concessão pública. A área se valorizou, pois está próximo a lugares turísticos, como Jardim Botânico, sendo muitas mansões construídas nas proximidades. A pressão do mercado imobiliário para obter a área, tem ameaçado a expulsão do assentamento popular. Deste modo, as concessões públicas criam uma dependência das populações assentadas com o poder público e, principalmente,

com a esfera política. Muitos políticos utilizam as concessões com intenções eleitoreiras, na expectativa de receber gratidão, fidelidade e votos. Assim, a cadeia de informalidades (principalmente, habitação e trabalho) a qual estão submetidos os mais pobres os impedem de sair desta condição de instabilidade, os sujeitando a constantes expulsões, permanente transitoriedade e formação de novos territórios precários (Rolnik, 2019).

1.4. CIDADANIA INSURGENTE

Ao estudar a formação da cidadania brasileira, Holston (2013, p. 22) aponta como a elite política e econômica nacional, historicamente, instrumentalizou a lei para manter os seus privilégios por meio da distribuição desigual dos direitos. Assim, denomina a cidadania brasileira como uma “cidadania diferenciada”, que “administra as diferenças sociais legalizando-as de maneiras que legitimam e reproduzem a desigualdade”. Entre os principais elementos de administração da cidadania está o acesso à propriedade da terra, que desde a Lei de Sesmarias (1534), no período colonial, tem sido concentrada por uma elite latifundiária. Esse grupo restrito foi perpetuando os seus privilégios, introduzindo os seus herdeiros no Estado (cargos políticos e no sistema de justiça), utilizando-se de brechas na lei e o poder de violência para expulsar os pequenos proprietários e posseiros, acumulando ainda mais terras. Por muito tempo, ter propriedade foi pré-requisito para limitar os direitos eleitorais dos cidadãos brasileiros que, desde a Constituição de 1924, é todo aquele que nasce no Brasil ou de pais brasileiros. Com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, a terra foi transformada em mercadoria, diante disso começou a ser difundida a prática de “grilagem”, que consiste na apropriação ilegal do solo para comércio, com falsificação de documentos. Nesse contexto, o emaranhado de leis fundiárias, ganha outras camadas que dão brecha à fraude e usurpação, legalizando o ilegal.

Portanto, uma grande parcela da população brasileira sempre esteve excluída do exercício de uma cidadania plena, tanto pela negação dos direitos políticos que as impediram de participar da formulação das leis, como pela falta de acesso à propriedade da terra. Assim, durante o processo de expansão das cidades no século XX e expulsão dos centros das cidades, a população mais pobre consolidou a posse da terra como forma de acesso à propriedade. Por meio da ilegalidade buscam a legalização da propriedade, seja na compra de lotes ilegais ou ocupação de áreas. A partir disso, por meio da “autoconstrução” desenvolvem os seus territórios que, com o tempo, se tornam bairros urbanizados. Ao construírem seus bairros, os trabalhadores tornaram-se agentes ativos na produção da cidade, também querendo participar dela como cidadãos. **Se reconhecem como sujeitos de direitos** e buscam acessá-los. No

contexto de organização coletiva do território e luta por permanência, os moradores **constroem uma nova esfera alternativa de participação**, se formando politicamente, aprendendo a utilizar a lei, se organizando em associações e movimentos sociais, e criando redes com outros territórios que vivem em contextos parecidos. Assim, constituem uma cidadania insurgente que entra em conflito com a cidadania diferenciada, em busca de legalizar a propriedade como modo de legitimação da sua cidadania. Por meio de incidência política **transformam a relação com o Estado**, gerando novos instrumentos legais e construindo espaços de participação (Holston, 2013).

Portanto, a cidadania insurgente no contexto das periferias urbanas parte da reivindicação pelo direito à cidade, que é em si o direito à cidadania urbana. Conforme Lefebvre (2001, p. 134): “o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar”, também é o “direito à obra (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) [...]”. Logo, mais que usufruir dos serviços e bens urbanos, trata-se de participar da construção da experiência urbana pela apropriação, pela práxis social coletiva, que também são práticas espaciais insurgentes, orientadas para a transformação de uma realidade imposta, constituindo territórios em pequenas escalas, como abordado anteriormente por meio de Souza (2013). O autor classifica seis práticas espaciais insurgentes, que podem ser articuladas para maior força de incidência sobre a realidade:

- (1) **Territorialização em sentido estrito** - apropriação material do espaço pela presença física. As características são bastante diversificadas, incluindo uma ampla quantidade de ações que podem ser efêmeras ou duradouras, locais ou, se ganham grande adesão, de proporções nacionais. Incluem ocupações de prédios e terrenos; bloqueio de acessos por manifestantes, etc;
- (2) **Territorialização em um sentido amplo** - é uma apropriação espacial por meio de representações simbólicas, sem a constante presença física dos transgressores que, geralmente, deixam vestígios provocativos, como as grafitagens, por exemplo.
- (3) **Refuncionalização/reestruturação do espaço material** – é a adaptação ou alteração do espaço material para as necessidades das novas relações que estão sendo estabelecidas.
- (4) **Ressignificação de lugares** – É a associação de novas práticas culturais, simbólicas, identidades e discursos a determinado espaço, transformando a sua imagem.
- (5) **Construção de circuitos econômicos alternativos** – a implementação de alternativas criativas de geração de renda, que envolvem as relações de trabalho, produção, troca e

comércio. Se contrapondo, pelo menos em pequena escala, ao modelo capitalista de relações econômicas.

(6) Construções de redes espaciais – é a integração de práticas espaciais insurgentes em múltiplas escalas (locais, regionais, nacionais, internacionais), gerando maior visibilidade e relevância na esfera pública, o que aumenta a sua força de incidência sobre determinada realidade.

Essas práticas espaciais insurgentes podem ser identificadas, em grande medida, no que Holston (2013) definiu como processo de construção de uma cidadania insurgente em comunidades urbanas periféricas: a posse (apropriação material), a autoconstrução (reestruturação do espacial), a partir desses processos, bem como práticas cotidianas constroem-se vínculos e identidades no lugar (ressignificação de lugares). As comunidades formam associações de moradores que se unem a outras organizações de bairros periféricos com problemas semelhantes, assim formam confederações ou movimentos sociais (construções de redes espaciais).

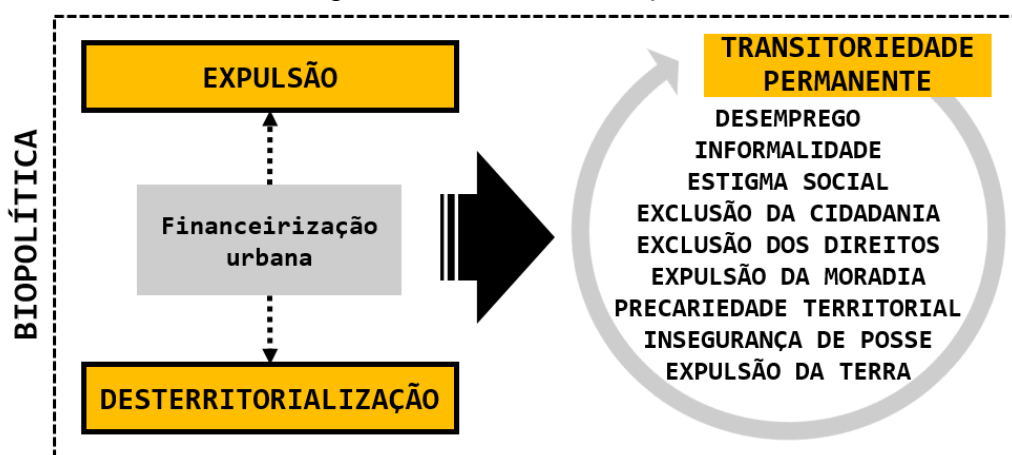
1.5. ARTICULAÇÃO ENTRE CONCEITOS

Nesta seção são associados os conceitos e teorias abordados neste capítulo. Primeiramente, aproxima-se os conceitos de expulsão e desterritorialização, considerando-os como expressão da biopolítica nesta etapa do capitalismo neoliberal. Ambos reportam a apropriação de todos os espaços (materiais e imateriais) pelo capitalismo financeiro, para a lógica de acumulação e monopólio. Derivam de políticas, normas e mecanismos que são ditados pelo Sistema Financeiro Internacional às economias políticas dos Estados-Nações. Dentre os principais mecanismos estão: o fortalecimento e criação de novos sistemas financeiros e suas tecnologias de informação, flexibilização na legislação que permite maior abertura ao capital estrangeiro para explorar recursos, políticas de austeridade fiscal - redução das políticas de bem-estar social e privatização dos serviços públicos - entre outros (Haesbaert, 2016; Sassen, 2016).

A expulsão e a desterritorialização tratam da perda de vínculos com espaços em diversas instâncias (social, econômica e cultural), o que tem produzido uma grande massa de deslocados e despossuídos no mundo (Haesbaert, 2016; Sassen, 2016). Diante disso, territórios instáveis e precários se formam, principalmente nas periferias urbanas, constantemente ameaçados de remoção, devido à frágil segurança de posse. Assim, a permanente transitoriedade ou deslocamento é uma sina da população mais pobre, desempregada e/ou precarizada, e sem acesso à moradia. Transitoriedade que nas cidades é

mediada pelos interesses do mercado imobiliário, infiltrados nas políticas de desenvolvimento urbano (Rolnik, 2019). E, como infere Foucault (2008), o planejamento urbano é um instrumento de organização do “meio” para a gestão da vida coletiva. Além disso, a circulação nas cidades é controlada pela polícia (dispositivo biopolítico) que atua em defesa da propriedade privada e processos econômicos produtivos, reprimindo a população periférica com justificativas associadas aos estigmas sociais, que generalizam os socialmente excluídos como criminosos, imorais e improdutivos. No diagrama (Figura 3) são classificadas algumas efeitos das biopolíticas de expulsão associadas a financeirização urbana:

Figura 3 - Características da expulsão e desterritorialização em sentido social e econômico.



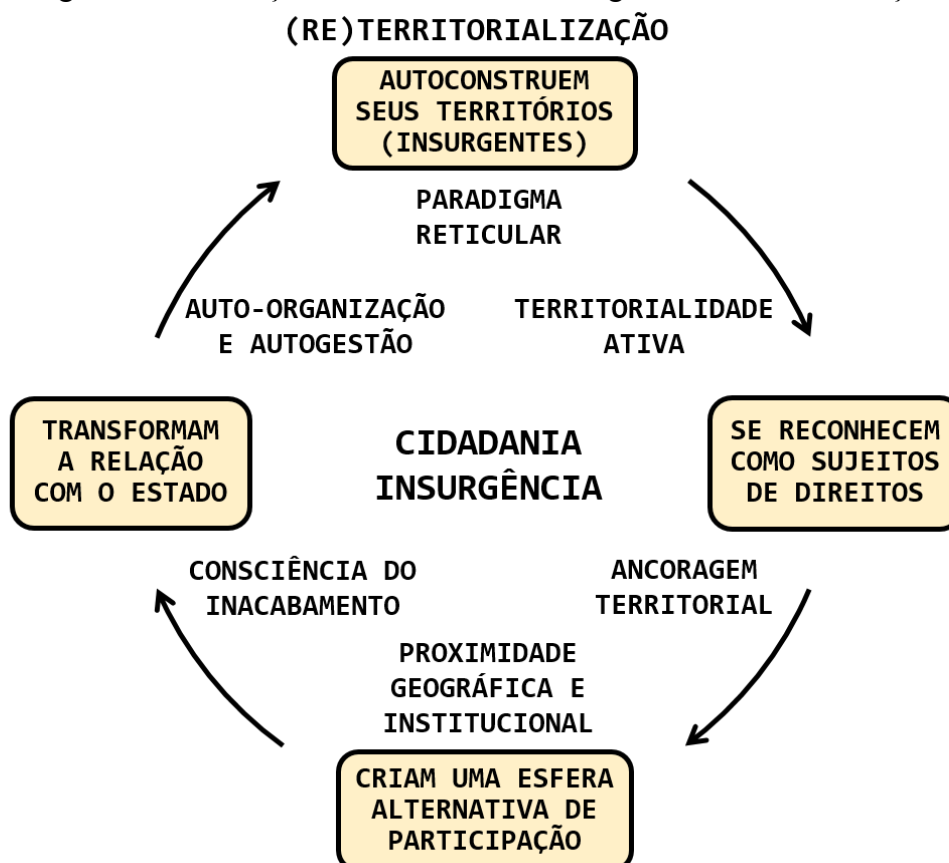
Fonte: elaborado pela autora (2025).

Portanto, a expulsão/desterritorialização que atinge a população das ocupações urbanas é, essencialmente, a exclusão social, que abrange esse conjunto de características apontadas na figura 3. Trata-se dos direitos negados de maneira generalizada, resultando em vidas marcadas por uma territorialidade instável e transitoriedade permanente. Diante disso, a alternativa de resistência consiste na disputa do território com o poder instituído, portanto, uma (re)territorialização com caráter contra-hegemônico. Neste sentido, tomemos como referência as premissas apresentadas por Saquet (2018) para o desenvolvimento territorial de base local, isto é, baseado no “lugar”, como espaço do vivido, da proximidade, da territorialidade, valorizando os aspectos simbólicos-culturais (os saberes, identidades, culturas) do território. A construção desse paradigma contra-hegemônico requer a adoção de práticas de reciprocidade (diálogo, participação, solidariedade, cooperação), que alimentam uma territorialidade ativa e a promoção da autonomia organizativa ou auto-organização.

Portanto, a (re)territorialização é a construção de uma cidadania insurgente que se contrapõe à cidadania diferenciada (essencialmente excludente) através da construção de uma esfera alternativa de participação, partindo da necessidade de reconhecimento e melhoria da

vida nos territórios, o que mobiliza os sujeitos a conhecerem os seus direitos e reivindicá-los. Por meio de incidência política, os moradores dos territórios populares transformam a sua relação com o Estado. O diagrama (Figura 4), demonstra os processos de cidadania insurgente que também consistem na (re)territorialização.

Figura 4 - Associação entre a cidadania insurgente e reterritorialização.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Trata-se de um processo cíclico, em que essas quatro fases, que ocorrem de maneira imbricada, quase simultaneamente, estão em constante transformação. Dentro do ciclo, estão as premissas Saquet (2018), que podemos denominar como estratégias de resistência para a mobilização dos processos, ligadas à organização comunitária. Esse diagrama contribuirá para as análises dos estudos de caso no capítulo 3.

2. A LUTA CONTRA AS EXPULSÕES NA RMG: AS OCUPAÇÕES URBANAS, A CDZ E O MTD

No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou Emergência de Saúde Pública de Relevância Internacional (ESPII), em decorrência do surto da Covid-19, com término em 5 de maio de 2023 (Nações Unidas Brasil, 2023). No Brasil, de maneira formal e popular, considera-se a pandemia entre os anos de 2020 e 2022, sendo o período de maiores efeitos sociais, econômicos e na saúde da população brasileira. Além de que, a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), foi declarada pelo Ministério da Saúde em fevereiro de 2020, com fim decretado em abril de 2022 (Ministério da Saúde, 2022).

O Governo Federal, comandado por Jair Bolsonaro, desde o início, minimizou os impactos da Covid-19 na saúde da população brasileira, o que ocasionou mais de 700 mil óbitos por coronavírus até o final de 2022 (Ministério da Saúde, 2024). Além disso, a crise sanitária teve grande impacto econômico e social. A necessidade de distanciamento social prejudicou, principalmente, as atividades no comércio que perderam 404,1 mil postos de trabalho em 2020 (IBGE, 2022b). Logo, houve um aumento progressivo da taxa de desemprego chegando a quase 15% (IBGE, 2024a). Esse cenário contribuiu para o aumento generalizado da desigualdade socioeconômica, nas metrópoles brasileiras que detém cerca de 40% da população do país, entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021, os 40% mais pobres chegaram a ter sua renda média reduzida em 34% e passaram a ganhar 42,3 vezes menos que os 10% mais ricos (Salata e Ribeiro, 2021).

Diante disso, havia a necessidade de maior assistência à população por parte do Estado. Contudo, o país já vinha adotando políticas neoliberais de austeridade fiscal, como a EC 95/2016 do Teto de Gastos⁷. Para descumprir a meta fiscal, em 20 de março de 2020 foi aprovado o Decreto Legislativo nº 6, que reconheceu o estado de calamidade pública, e foi aprovado o Orçamento de Guerra (EC 106/2020)⁸. A partir disso, uma das principais políticas para amenizar o colapso social foi o Auxílio Emergencial (AE)⁹, proposto pelo Congresso Nacional. Foi uma política importante, porém bastante instável em sua implementação, sendo

⁷A Emenda Constitucional nº 95 de 2016 (EC 95/2016), conhecida como “Teto de Gastos”, congelava a meta fiscal por 20 anos (até 2036), sendo o valor reajustado conforme a inflação (por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA) (Brasil, 2016).

⁸A EC 106/2020 “Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia” (Brasil, 2020).

⁹Lei nº 13.982/2020, tratou-se da transferência monetária para pessoas desempregadas ou trabalhadores informais, com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo ou renda familiar de até 3 salários mínimos, microempreendedores individuais (MEI), beneficiários do Programa Bolsa Família - PBF (Lei nº 10.836/2004), entre outros.

a transferência descontínua e o valor reduzido progressivamente. Foi iniciado em abril de 2020, com a transferência de R\$600,00, aumentando para R\$1.200,00 em casos de mães solo. Na última parcela do AE, em outubro de 2021, o valor já havia sido reduzido para R\$250,00, subindo para R\$375,00 no caso de mães solas e diminuindo para R\$150,00 em casos de família unipessoal¹⁰ (Brasil, 2020). Após o fim do AE, o governo federal revogou o Programa Bolsa Família (PBF)¹¹, substituindo-o pelo Programa Auxílio Brasil¹² (PAB). Iniciou em novembro de 2021, com o valor de R\$400,00, aumentando para R\$600,00¹³ em novembro de 2022 (Agência Senado, 2022). Nesse período, o então presidente era candidato à reeleição.

A luta para sobreviver à precarização da vida e ao covid-19 mobilizou a composição de redes de solidariedade e luta política compostas por movimentos, organizações, entidades e instituições que atuavam em causas sociais. Assim, percebe-se que organizações sociais articuladas adaptaram antigas formas de atuação e desenvolveram novas práticas. São diversas as ações, que podem ser classificadas em três categorias que se entrecruzam: (1) Campanhas de doações - cestas básicas, alimentos, produtos de higiene, máscaras, cozinhas solidárias, doações financeiras, etc; (2) Pesquisa e produção de materiais informativos (muitos sobre a covid-19) - guias e manuais, mapeamentos e monitoramento, análises de conjuntura, entre outros; (3) Mobilizações políticas - cartas, manifestações e campanhas para reivindicar o cumprimento de direitos, bem como medidas de combate aos efeitos da pandemia (LabCidade, 2021).

Entre as redes que se formaram na pandemia, destaca-se a CDZ, lançada em 23 de julho de 2020, em prol da suspensão das remoções coletivas no campo e na cidade. Com aderência nacional, se uniram à campanha mais de 100 entidades, instituições, organizações, movimentos, associações, tanto da sociedade civil quanto instituições públicas, como grupos ligados às universidades e a Defensoria Pública da União (DPU). Também teve apoio internacional, com a manifestação do Relator Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, Balakrishnan Rajagopal pedindo às autoridades brasileiras que as reintegrações de posse fossem suspensas durante a pandemia, além de articulações com organizações de diferentes países¹⁴ (Franzoni *et. al.*, 2022; Nações Unidas, 2020).

¹⁰ Medida Provisória nº 1039/2021.

¹¹ O Programa de transferência de renda condicionada era a Lei nº 10.836/2004, e foi reconstituída em substituição ao PAB, como Lei 14.601/2023.

¹² Lei nº 14.284/2021.

¹³ O valor foi alterado a partir da Medida Provisória nº 1.130 de 2022.

¹⁴ A Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, a ONU Habitat, Habitat para Humanidade, Coalizão Internacional do Habitat (México), Ndifuna Ukwazi (África do Sul), Housing and Land Rights Network (Índia), Plataforma dos Afetados pela Hipoteca (Espanha), Aliança Internacional dos Habitantes (Itália), Cancel The Rent (EUA).

As cidades brasileiras expressam a desigualdade social por meio da segregação sócio-espacial, distribuição desigual das infraestruturas urbanas e territórios de pobreza. O censo do IBGE (2022) apontou para a existência de 12,3 mil FCU, com uma população estimada de 16,3 milhões de pessoas distribuídas em 6,5 milhões de domicílios, número que se aproxima do déficit habitacional¹⁵, estimado em mais 6,2 milhões de moradias (Fundação João Pinheiro, 2024). Além disso, havia uma crescente população de rua que, entre 2012 e 2022, aumentou 211%, ultrapassando 281,4 mil pessoas. Com o empobrecimento durante a pandemia, muitas famílias foram despejadas das moradias de aluguel e, conseqüentemente, formaram novas ocupações urbanas que, por sua vez, sofreram com ameaças e remoções coletivas. Portanto, a CDZ, pautada por movimentos da reforma agrária, reforma urbana e entidades de direitos humanos, deu visibilidade aos conflitos fundiários em um momento de tamanha fragilidade social, econômica e sanitária. Estima-se que entre março de 2020 e setembro de 2022, aproximadamente 35,2 mil famílias sofreram remoções forçadas, através da mobilização da campanha, foram suspensas 149 desocupações que afetariam cerca de 37,7 mil famílias (CDZ, 2022).

A moradia é um direito previsto em um conjunto de tratados internacionais que respaldam as leis brasileiras, como: a Declaração dos Direitos Humanos (DUHD) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, promulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU). No âmbito nacional, a Constituição Federal (CF) de 1988 estabelece a moradia como um Dos Direitos Sociais, junto à saúde, higiene, alimentação, segurança, lazer, entre outros. No capítulo Da Política Urbana, o art. 182 delibera a função social da propriedade urbana e o art. 183 garante o direito de usucapião (Brasil, 1988). O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), confere instrumentos para a garantia da função social da cidade e propriedade, bem como diretrizes para um planejamento participativo (Brasil, 2001). Na incidência política da CDZ, ganhou reconhecimento a Resolução nº. 10, de 27 de outubro de 2018 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) que “dispõe sobre soluções garantidoras de direitos humanos e

¹⁵ Segundo a Fundação João Pinheiro (2019, p.14) o déficit habitacional é um cálculo que busca estimar o “número de moradias necessárias para a solução de necessidades básicas habitacionais”. Essa estimativa parte da quantificação de três categorias: Habitação precária, coabitação e ônus excessivo do aluguel. A metodologia da Fundação João Pinheiro utiliza de fontes oficiais do governo, tais como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnad) e Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

medidas preventivas em situações de conflitos fundiários coletivos rurais e urbanos”¹⁶ (CNDH, 2018).

Na próxima seção é apresentado um panorama das ocupações urbanas na RMG. Posteriormente, é realizada uma recomposição da CDZ em Goiás (entre 2020 e 2022), contextualizada dentro dos acontecimentos da campanha a nível nacional. Para isso, foram entrevistadas duas lideranças do MTD-GO, que tiveram grande participação na mobilização estadual (com atuação concentrada na RMG). O MTD-GO, fundado em 2021, tem um papel importante na organização/mobilização das ocupações urbanas para a luta contra os despejos. Na última seção, discorre-se sobre a fundação do movimento e sua atuação junto às comunidades que acompanha. Além da entrevista e de material bibliográfico, são apresentadas informações obtidas por meio de observação participante e a partir da militância no MTD-GO, com participação em diferentes atividades do movimento.

2.1. AS OCUPAÇÕES URBANAS NA RMG

Goiânia foi fundada como nova capital de Goiás em 1933, como política do Programa Marcha para o Oeste do governo de Getúlio Vargas. A cidade, em seu início, foi planejada para um desenvolvimento urbano ordenado que comportaria 50 mil habitantes. Na primeira década, teve o Plano Diretor original de Attilio Corrêa Lima, que se baseava em referências clássicas, posteriormente, com desenho modificado pela gestão do engenheiro Armando Augusto de Godoy, que propôs a ideia de cidade-jardim. Logo nos anos 1930, já ocorriam ocupações de terras e loteamentos ilegais no município, algumas tiveram consentimento do próprio governador através de cartas de autorização. Até metade da década de 1940, o Estado era responsável pelo loteamento urbano e comercialização dos imóveis. Através de pressão da Associação Comercial, foi concedido ao setor privado o direito de atuar nessa função (Amaral e Amaral, 2019).

Nos anos 1950, houve uma grande expansão urbana com novos loteamentos planejados pela iniciativa privada, em decorrência da demanda pelo aumento populacional e facilitação da Lei Municipal nº 176/1950, que isentava os loteadores de custear a infraestrutura urbana. Na década de 1960, a população de Goiânia ultrapassa 100 mil habitantes, crescimento impulsionado pela fundação de Brasília (a cerca de 205 km) e da própria capital, que recebia uma grande quantidade de trabalhadores migrantes da região nordeste. Neste período, a

¹⁶ A Resolução é fundamentada nos Comentários Gerais (CGs) do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas sobre o direito à moradia adequada, em especial o CG nº 7, referente aos despejos forçados (Conselho Nacional de Direitos Humanos, 2018; Organização das Nações Unidas, s/d).

abertura de novas rodovias e políticas de colonização do centro-oeste aumentam o escoamento de produção e fluxo de pessoas para a região. Na década de 1970, Goiânia tinha mais de 300 mil habitantes (Amaral e Amaral, 2019; Haddad e Moura, 2016; Borges *et. al.*, 2018).

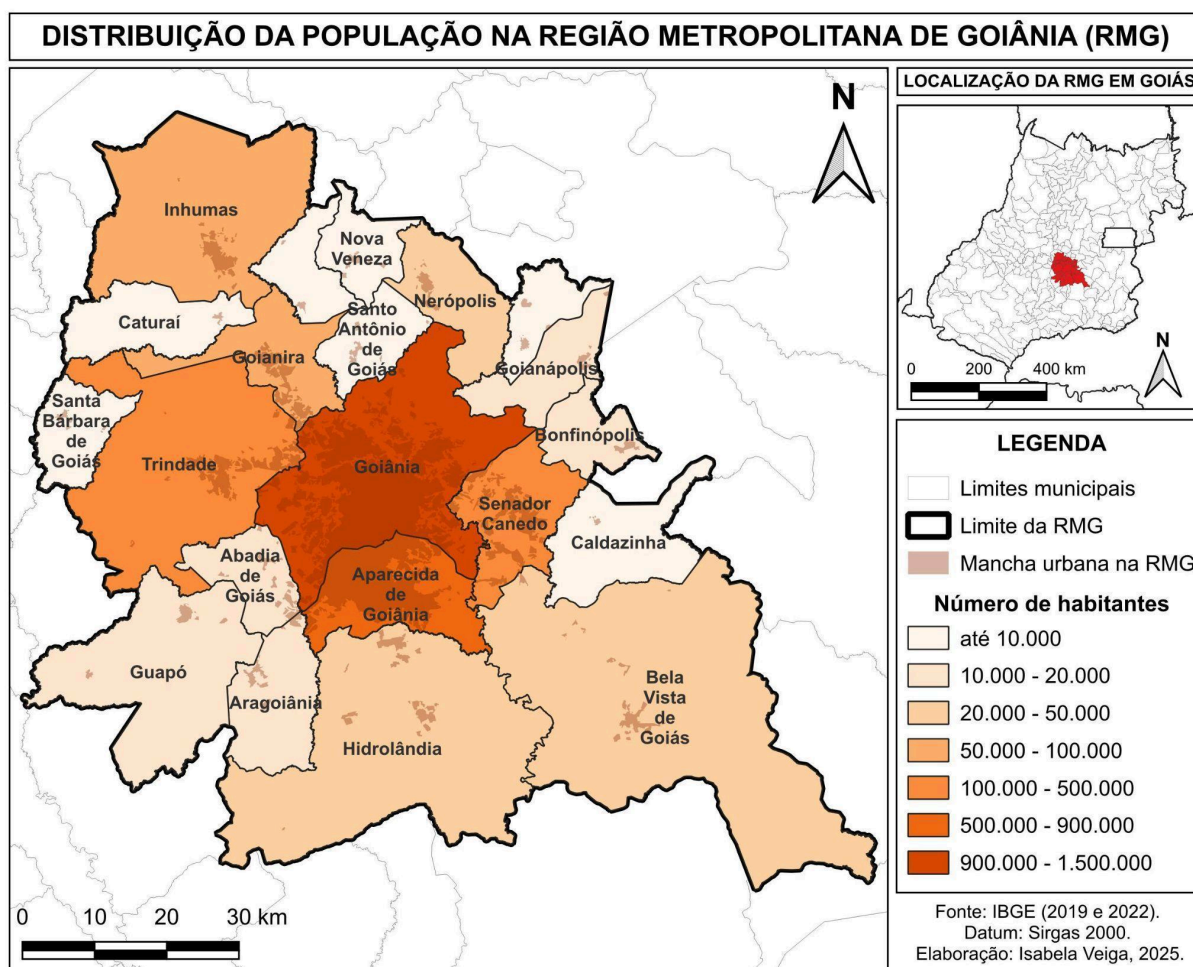
Fundada em 1922, Aparecida de Goiânia foi anexada ao território municipal de Goiânia em 1938, sendo o seu desenvolvimento urbano aliado ao processo de periferação da capital, onde muitos migrantes que construíram a “cidade planejada” ou, posteriormente, aqueles que buscavam emprego, acabaram sendo realocados. Deste modo, houve o adensamento na divisa dos municípios, marcada pela Avenida Rio Verde, formando uma conurbação urbana e centralidade comercial importante. Aparecida de Goiânia se emancipou de Goiânia em 1963 (Cirqueira, 2009).

Diante da periferação da capital para os municípios vizinhos, em 1980, foi instituído o Aglomerado Urbano de Goiânia – AGLURB (Lei nº 8.956/1980), constituído inicialmente por 10 municípios¹⁷. O processo de metropolização da região na década de 1980 e 1990, impulsionou o aumento da mancha urbana, principalmente, a partir da implantação de um sistema de transporte que integrava os municípios. Diante disso, houve um deslocamento das famílias de baixa renda para as periferias de Goiânia, em alguma medida, com ocupações ilegais de terras, e migração para as outras cidades, onde o valor da terra é mais acessível, aumentando a mobilidade pendular (Borges *et. al.*, 2018).

A RMG foi instituída pela Lei Complementar Estadual Nº 27 de dezembro de 1999 (Goiás, 1999). Ao longo dos anos foi contemplando mais municípios, sendo, em 2025, composta por 21, que somam cerca de 2,6 milhões de habitantes (ver Mapa 1), com maior concentração na capital Goiânia (1,4 milhões), Aparecida de Goiânia (527.550), Senador Canedo (155.635) e Trindade (142.431) (IBGE, 2022a). Segundo o censo do IBGE (2022), entre os anos de 2010 e 2022, a população da RMG foi a segunda que mais cresceu (1,49% ao ano) com aumento acentuado nas cidades dormitórios, que fazem divisa com a metrópole, como Abadia de Goiás (178,18%), Goianira (111,15%) e Senador Canedo (84,31%) (Haddad *et. al.*, 2024).

¹⁷ Goiânia, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianópolis, Goianira, Leopoldo Bulhões, Nerópolis e Trindade. Em 1983 inclui Hidrolândia, em 1989, Brazabrantes e Bonfinópolis, e em 1992, Senador Canedo, Caturai, Inhumas e Santo Antônio de Goiás (Goiás, 1980).

Mapa 1 - Localização da RMG em Goiás e adensamento populacional.



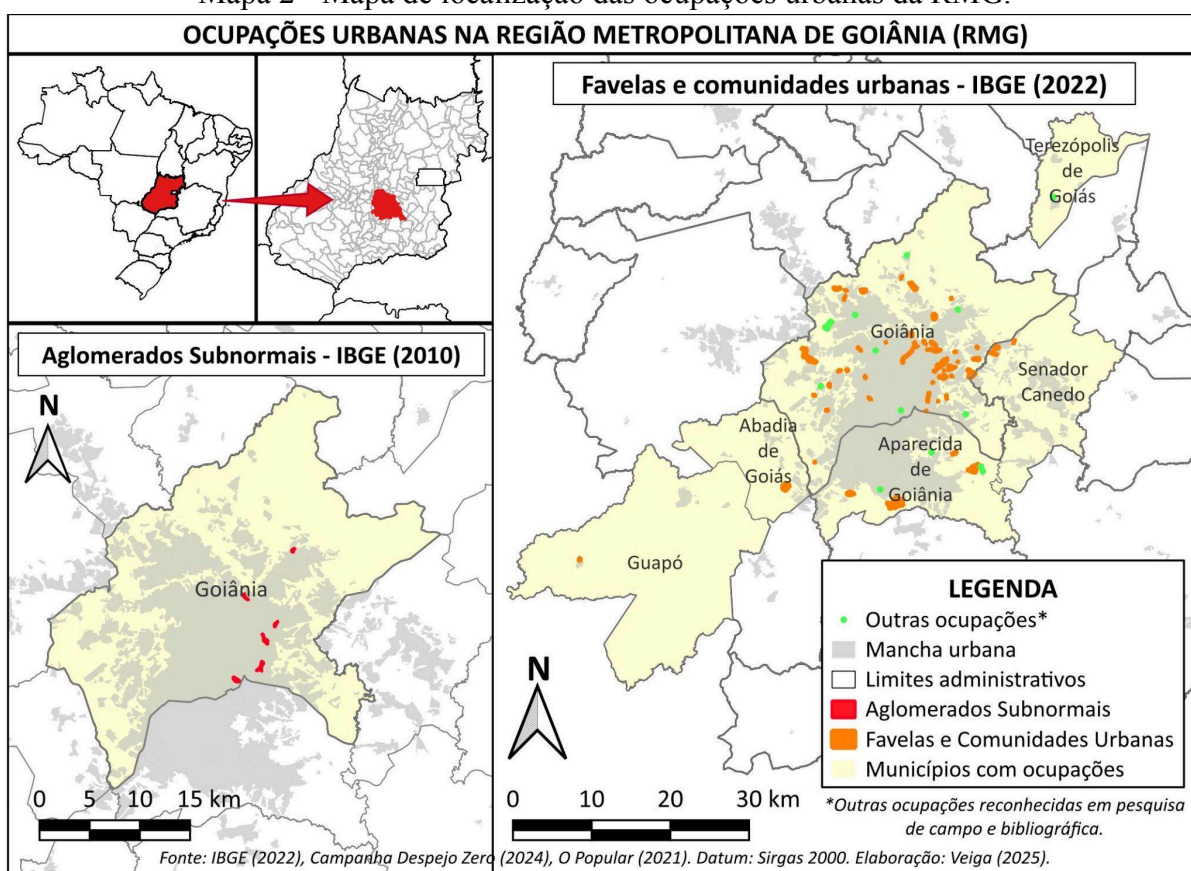
Fonte: elaborado pela autora (2025), com dados do IBGE (2019 e 2022).

A RMG é o maior pólo econômico do Goiás, em 2021 concentrou mais de 34,46% do Produto Interno Bruto (PIB) nominal do estado, que atingiu R\$269,628 bilhões. O setor com maior participação no PIB da região foi de serviços, representando 66,8%, seguido do segmento industrial (17,2%) e agropecuário (1,4%) (Instituto Mauro Borges, 2023). Os municípios com maiores índices econômicos são Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo. No setor de serviços destaca-se o comércio varejista e atacadista, de alimentação, do mercado imobiliário, e serviços nas áreas de saúde e educação. No segmento industrial, se sobressai a indústria de transformação: a construção civil, produtos de metais, produção química, farmacêutica e de bebidas (Haddad e Cunha, 2022).

Em 2010, o censo do IBGE identificou 7 Aglomerados Subnormais (AGSN) na RMG, todos localizados em Goiânia (ver Mapa 2). Em 2022, após mudança do termo, o número aumentou para 68 FCU na RMG, com 12.145 domicílios e 36.982 pessoas. Essas comunidades estão localizadas em 5 municípios: 55 em Goiânia, 8 em Aparecida de Goiânia, 3 em Senador Canedo, 1 em Guapó e 1 Abadia de Goiás. São formadas majoritariamente por

pessoas adultas (57,07%), com idade mediana de 31 anos, negras (72,5%)¹⁸ e com número parecido de homens (50,02%) e mulheres (49,98%). Quanto à infraestrutura, a maioria dos domicílios são do tipo “casas” (94,71%), sendo que 92,28% são atendidos pela coleta de lixo, 67,62% estão ligados à rede geral de distribuição de água e 40,9% possuem esgotamento sanitário ligado à rede geral ou pluvial. Percebe-se, portanto, um aumento muito drástico das ocupações urbanas na região em 12 anos (entre 2010 e 2022), o que pode estar relacionado ao modo como os dados foram coletados e analisados, além do crescimento real, relacionado ao aumento populacional na RMG e encarecimento dos valores dos imóveis.

Mapa 2 - Mapa de localização das ocupações urbanas da RMG.



Fonte: IBGE (2022), Campanha Despejo Zero (2024), O Popular (2021), elaborado pela autora (2025).

Comparando as informações disponibilizadas pelo censo de FCU (2022) com dados da pesquisa de campo, da CDZ e matérias de jornais, identificou-se 18 ocupações que não foram cadastradas¹⁹ (marcadas no Mapa 2 como “Outras ocupações”). Também verificou-se que,

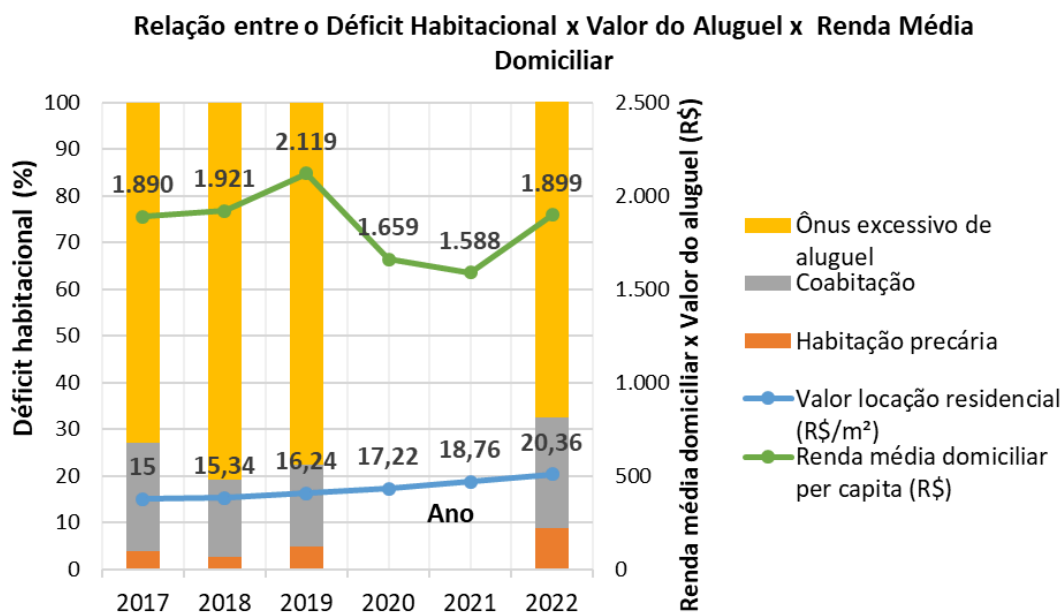
¹⁸ Consideram-se crianças e adolescentes de 0 a 19 anos (32,02%), adultos de 20 a 59 anos (57,07%) e idosos a partir de 60 anos (9,66%). Negros são aqueles que se autodeclararam pretos (12,73%) e pardos (59,77%).

¹⁹ Em Goiânia foram 13 ocupações: Solar Ville, Paulo Freire, Zumbi dos Palmares, Marielle Franco, Terra Prometida, Manaaim, Residencial Antônio Carlos Pires, Parque dos Eucaliptos, Tremendão, Parque Amazonas, São Marcos, São José I, Jardim Mariliza. Em Aparecida de Goiânia foram 4 ocupações: Buenos Aires, Jatobá, Beira da Mata e Jardim Paraíso. Por fim, em Terezópolis de Goiás foi identificada uma ocupação, o Residencial Povo Trabalhador.

pelo menos, 11 comunidades surgiram após 2020 - 7 em Goiânia, 3 em Aparecida de Goiânia e 1 em Terezópolis de Goiás²⁰. Em 2021, uma pesquisa realizada pelo jornal O Popular com as prefeituras e lideranças comunitárias estimou o aumento de 2,1 mil pessoas nas ocupações irregulares da RMG desde o início da pandemia.

Outros indícios do crescimento dos territórios periféricos durante a pandemia podem ser observados ao analisar a série histórica do déficit habitacional na RMG (ver Quadro 2). O componente “ônus excessivo com o aluguel” teve a sua maior participação em 2018 (80,9%), após esse período tem decaído, em 2022 representou 67,6% do déficit. Enquanto isso, nesse período as “habitações precárias” triplicaram de 2,7% para 8,8% e a “coabitação” cresceu de 18% para 23,7%. Em 2019, o déficit habitacional na RMG era de 69,9 mil domicílios, aumentando para 75,7 mil em 2022 (Fundação João Pinheiro, 2024). Ao relacionar os dados do déficit habitacional na RMG com o valor por m² da locação residencial em Goiânia e com a média de renda domiciliar per capita mensal (na RMG), pode-se constatar que o aumento das habitações precárias e da coabitação se deve ao crescente valor do aluguel e redução da renda da população, principalmente entre 2020 e 2021²¹. Portanto, a moradia de aluguel tem se tornado cada vez mais insustentável para a população de baixa renda, e ainda mais difícil adquirir um imóvel próprio.

Gráfico 1 - Relação entre os componentes do déficit habitacional, a renda domiciliar média per capita (mensal) na RMG e o valor do aluguel residencial por metro quadrado em Goiânia.



Fonte: FJP (2020 e 2024), Índice FipeZap (2017 a 2022), IBGE (2022), elaborado pela autora (2025).

²⁰ As ocupações: Estrela D’Alva, Paulo Freire, Zumbi dos Palmares, Marielle Franco, Terra Prometida, Manaaim, Nova Jerusalém, Marília Mendonça, Buenos Aires, Beira da Mata e Residencial Povo Trabalhador (Terezópolis de Goiás).

²¹ A FJP não divulgou o déficit habitacional dos anos de 2020 e 2021, devido às paralisações de pesquisas nesse período em razão da pandemia, como a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD do IBGE.

Diante disso, em 2021 o governo estadual implementou o programa Pra Ter Onde Morar – Aluguel Social (Lei nº 21.186/2021). É uma política de transferência monetária com vigência de 18 meses para pagamento de aluguel de imóveis residenciais. Entretanto, o valor repassado aos beneficiários, desde 2021, é de R\$350,00, insuficiente para custear o aluguel em muitas cidades do estado, principalmente na metrópole (Goiás, 2021).

A política de moradia voltada para a produção de unidades habitacionais (UHs) têm sido estrategicamente utilizada para financeirização e especulação imobiliária, com parte do processo gerido por empresas da construção civil, deixando de atender aqueles que mais precisam. Entre 2009 e 2020, foram construídas 127.223 UHs na RMG através do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), entretanto, cerca de 104 mil foram destinadas às Faixas 2 e 3 do programa, que utilizou 76% dos recursos enviados para a região. Portanto, com um valor de UHs muito reduzido para a Faixa 1, que são para famílias com a menor renda e que mais necessitam da política pública. O grande salto na produção de imóveis atraiu grandes empresas de capital aberto e, assim como em todo o país, em 2011 ocorreu o *boom* imobiliário na RMG. Isso voltou a acontecer em menor proporção em 2021, com muitos empresários do ramo creditando o mérito ao Casa Verde e Amarela (CVA), que foi responsável pelo lançamento de cerca de 42% entre 2020 e 2022. Em plena pandemia, os empresários do ramo imobiliário comemoraram mais de 200 bilhões em vendas. O programa, porém, deixava de fora aqueles que possuem maiores dificuldades de adquirir moradia, que deveriam ser o público alvo das políticas habitacionais. O Grupo 1 do programa, menor faixa de renda, é de a partir de R\$2.000,00²², com a exigência de vínculo formal de trabalho e capacidade de endividamento através do financiamento imobiliário (Borges *et. al*, 2024).

Em Goiânia, as Incorporadoras S/A (Sociedade Anônima), possuem representação em entidades e organizações do setor construtivo e empresarial²³ que compõem o Fórum Goiano de Habitação e Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Goiânia (Codese). Tais organizações buscam influenciar diretamente as políticas públicas, principalmente em processos que, legalmente, requerem a participação da sociedade civil, como aconteceu na revisão do Plano Diretor (PD) de Goiânia em 2022, denunciado como inconstitucional ao Ministério Público de Goiás (MP-GO), devido a supressão da participação social em benefício dos representantes do mercado imobiliário. A influência do mercado imobiliário nas leis urbanísticas, incluindo PD, é responsável pela verticalização até mesmo

²² Em 2021, o salário mínimo era de R\$1.100,00.

²³ Algumas dessas organizações são: Sindicato dos Condomínios e Imobiliárias (Secovi-Goiás), Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás (Ademi-GO), Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO) e Associação dos Desenvolvedores Urbanos do Estado de Goiás (Adu-GO).

de áreas periféricas na capital Goiânia, aumentando o número de imóveis e empreendimentos comercializados (Borges *et. al.*, 2024).

2.2. A CAMPANHA DESPEJO ZERO NA RMG

Em 10 de julho de 2020, foi lançada a campanha “Parem os Despejos” em Goiás, em decorrência de muitas ameaças de remoção forçada em meio a pandemia de covid-19 e, logo após, o despejo administrativo de 20 famílias na Ocupação São Marcos, em Goiânia, no dia 3 de julho de 2020. Junto ao lançamento foi divulgada uma “Carta Aberta ao Poder Público do Estado de Goiás pela Suspensão dos Despejos durante a Pandemia de COVID-19” assinada por 70 organizações, instituições, movimentos, sindicatos, coletivos, mandatos parlamentares, entre outros²⁴. Iniciada anteriormente, a campanha Parem os Despejos tinha uma identidade visual própria que foi utilizada até meados de 2021 (Figura 5). Conforme a entrevistada 1, os membros da campanha se apegaram e demoraram para aderir a identidade de CDZ-GO, até entenderem que a melhor estratégia contra as remoções forçadas era unir de maneira uníssona à luta nacional (Mendes *et. al.*, 2021; Apêndice 1).

Figura 5 - Identidade Visual da campanha “Parem os Despejos”.



Fonte: Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino (2020).

²⁴A Carta Aberta está disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1s2TMWINKwS5m2nGY8pM6fcVjkhbfkOIN/view>.

Os núcleos da CDZ se organizaram, geralmente, por meio de três grupos de trabalhos (GTs) correlacionados: (1) monitoramento - responsável por levantar e acompanhar os conflitos fundiários, que são publicados no “Mapeamento Nacional de Conflitos pela Terra e Moradia”, *site* da CDZ, por meio do preenchimento de um formulário de denúncia; (2) comunicação - divulgação das ações da campanha, principalmente através das redes sociais, com a publicização das remoções coletivas e demais violações, bem como a mobilização social, como estratégia de pressão sobre o poder público; (3) incidência política - atuação sobre os conflitos por meio de práticas de *advocacy*²⁵, articulando assistência técnico-jurídica com incidência política (Franzoni *et. al.*, 2022).

A partir das práticas de *advocacy*, a CDZ foi desenvolvendo protocolos de atuação sobre os conflitos, que incluía, entre outras ações, angariar apoio de órgãos nacionais e internacionais²⁶ de direitos humanos, por meio do envio de cartas e ofícios, para pressionar autoridades locais quando falhavam as tentativas de conciliação. Para a defesa nos processos legais, foram organizadas quatro teses jurídicas fundamentadas nas normas internacionais de direitos humanos, na CF de 1988 e na Resolução nº. 10/2018 do CNDH: (1) a garantia do direito à moradia reflete no direito à saúde individual e coletiva²⁷; (2) os conflitos fundiários que contemplam ocupações coletivas informais rurais e urbanas não devem ser solucionados pela polícia; (3) a retirada da população assentada deve ser a última opção a ser cogitada, apenas em casos em que é necessário para a garantia dos direitos humanos²⁸; (4) as desigualdades sócio-espaciais e aumento da vulnerabilidade de determinadas populações exigem medidas diferenciadas de proteção social (Franzoni *et. al.*, 2022).

Em Goiás, a campanha ocorreu de maneira similar, havia um grupo operativo²⁹ que atuava diretamente sobre os casos de ameaças ou remoções, por meio do acesso às denúncias,

²⁵ “*Advocacy*” em uma tradução simples do inglês significa “advocacia”. Neste caso, o termo é utilizado para designar uma prática que combina estratégias (técnica, jurídica, política) para a defesa de pautas de grupos ou coletivos da sociedade civil, a fim de torná-las relevantes no debate público e influenciar as políticas públicas (Libardoni, 2000).

²⁶ Entre os órgãos acionados estão: Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e Aliança Internacional dos Habitantes - AIH

²⁷ Os direitos à saúde e moradia estão previstos no Capítulo II - Dos Direitos Sociais, art. 6º, da CF (Brasil, 1988).

²⁸ Arts. 9º e 14 da Resolução 10/2018. Art. 9º: “Enquanto não houver solução garantidora de direitos humanos, deve-se permitir a permanência das populações nos locais em que tiverem se estabelecido, adotando providências para a regularização de sua situação jurídica no local, ainda que temporariamente, garantindo-se o acesso a todos os serviços essenciais. Já no art. 14 “Remoções e despejos devem ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais, quando o deslocamento é a única medida capaz de garantir os direitos humanos” (Conselho Nacional de Direitos Humanos, 2018).

²⁹ O grupo operativo era composto pelo Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino (CGDH D. Tomás Balduino), o CAP (Coletivo de Advogadas e Advogados Populares) Luiz Gama, BrCidades, NAJUP (Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular) Pedro Nascimento, Associação Brasileira dos Juristas pela Democracia (ABJD) e os Jornalistas Livres.

comunicação, assistência técnico-jurídica e articulação com as comunidades. O processo ocorria espontaneamente devido a ampla experiência dos membros com os eixos estratégicos da campanha: direitos humanos, advocacia popular, jornalismo e comunicação. E havia outro grupo maior que fazia parte da rede de apoio e mobilização popular, formado por movimentos sociais estaduais do campo e da cidade³⁰. A maioria dos conflitos fundiários a CDZ-GO encaminhou para a DPE para atuar como *custos vulnerabilis*, que é a defesa no processo jurídico de quem está em vulnerabilidade social. Deste modo, o órgão público esteve bastante presente na campanha, estando *in loco* após as remoções, até mesmo quando ocorreriam fora do horário comercial (Mendes *et. al.*, 2021; Apêndice 1).

A entrevistada 2, que fazia parte dos Jornalistas Livres, alega que a CDZ-GO não conseguia fazer incidência na imprensa tradicional que, quando divulgavam os casos, adotavam uma abordagem “objetiva” e “neutra”, que não fortalecia a pauta contra os despejos. Deste modo, a maior divulgação era nas redes sociais e mídias do campo popular. Assim que eram informados sobre desocupações ou ameaças, logo produziam materiais de divulgação, geralmente *cards* com frases em tom de denúncia, acompanhados de textos alertando para a gravidade da situação, especialmente durante uma pandemia. Também eram feitas fotografias e filmagens nas ocupações após as remoções. Relata que fizeram uma transmissão ao vivo na Ocupação Estrela D’Alva após o despejo, onde as famílias contaram suas histórias. Houveram muitas ameaças de despejos, porém, a maioria não se concretizaram, especialmente devido à essa visibilidade que a campanha deu para os conflitos. A estratégia de comunicação gerava comoção ao expor as violações que vão além do desabrigo das famílias: “Quando ocorre um despejo, não é só a violação do direito à moradia, junto ocorre muitas outras violações de direitos humanos, teve gente sendo presa, teve gente apanhando da polícia, teve cachorro soterrado, teve pintinho sendo morto,...” (entrevistada 2).

Os despejos urbanos na RMG durante a pandemia foram todos por ordem administrativa de secretarias e órgãos das Prefeituras Municipais: em Aparecida de Goiânia a Procuradoria Geral do Município (PGM); e em Goiânia, as secretaria de Infraestrutura Urbana (Seinfra) e Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA) (ver Quadro 2). A desocupação da Ocupação Estrela D’Alva, que aconteceu alguns dias depois da ADPF 828 entrar em vigor, foi executada com muita violência pela Polícia Militar (PM), incluindo uso de *spray* de

³⁰O grupo maior era composto pelo Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD-GO) Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST-GO), Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB – GO), Movimento Nacional da População em Situação de Rua de Goiás, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST - GO), Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG), Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF-GO).

pimenta e gás lacrimogêneo, e não houve ordem judicial ou administrativa, com a prefeitura se isentando da participação, deixando subentendido de que foi um ação clandestina da PM. Com exceção dessa desocupação supracitada, foram todas executadas pela Guarda Civil Metropolitana (GCM), com a presença de servidores municipais. Entre 2020 e 2022 identificou-se a ocorrência de cinco despejos de ocupações na RMG, sendo três no período de vigência da ADPF 828. Ao todo, as remoções atingiram cerca de 376 famílias.

Quadro 2 - Ocupações urbanas na RMG que foram despejadas durante a pandemia.

OCUPAÇÕES URBANAS DESPEJADAS NA RMG (2020-2022)							
Ocupação	Município	Data	Ordem	Propriedade	Órgão emissor	Execução e órgãos públicos presentes	Nº. de famílias
São Marcos	Goiânia	Jul/2020	Administrativa	Pública Municipal	Seinfra Prefeitura Municipal	GCM, SEMAS, Seinfra	20
Buenos Aires	Aparecida de Goiânia	Set/2020	Administrativa	Privada	PGM Prefeitura Municipal	GCM, PM e Fiscais de regulação fundiária	120
Estrela D'Alva	Goiânia	Jun/2021	Sem mandato administrativo ou judicial	Pública Municipal	-	PM	100
Beira da Mata	Aparecida de Goiânia	Set/2021	Administrativa	Mista (Pública Municipal e Privada)	PGM Prefeitura Municipal	GCM, PM, agentes da Prefeitura	56
Paulo Freire	Goiânia	Set/2022	Administrativa	Pública Municipal	AMMA Prefeitura Municipal	AMMA, GCM, assistência social e conselho tutelar	80

Fonte: Campanha Despejo Zero (2025); O Popular (2020, 2021 e 2022); Mais Goiás (2020, 2021 e 2022).

Mediante a incidência política, a pauta dos despejos chegou ao poder legislativo e judiciário. Em 2020, alguns órgãos e conselhos soltaram recomendações e notas referentes à necessidade de suspender as desocupações durante a pandemia, como a Recomendação Conjunta Nº 01/2020 da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos (RNCDH) e a Nota Técnica nº 2 do Grupo de Trabalho Moradia e Conflitos Fundiários da DPU (RNCDH, 2020; DPU, 2020). Em março de 2021, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu a Recomendação nº 90³¹, que não solicita a suspensão, mas a “cautela” dos magistrados nas decisões judiciais que resultem em remoção, observando a vulnerabilidade da população afetada (Conselho Nacional de Justiça, 2021). No Congresso Nacional, foi aprovada a Lei

³¹ A Recomendação nº 90 “recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção de cautelas quando da solução de conflitos que versem sobre a desocupação coletiva de imóveis urbanos e rurais durante o período da pandemia do Coronavírus (Covid-19)” (Conselho Nacional de Justiça, 2021).

Federal nº 14.216 de 7 de outubro de 2021, válida até 31 de dezembro de 2021³². Originalmente, o texto do Projeto de Lei (PL) estabelecia a suspensão das remoções em áreas urbanas e rurais. No entanto, foi alterado no senado pela bancada ruralista, que excluiu as áreas rurais antes de ser aprovado. O PL recebeu veto presidencial, que foi derrubado por meio de pressão popular sobre os parlamentares (Ludermir *et. al.*, 2021).

Contudo, a norma mais efetiva foi a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 828, julgada pelo Supremo Tribunal Federal em 3 de junho de 2021, em respeito ao direito social à moradia e à saúde, previstos no artigo 6º da Constituição Federal³³. A medida cautelar, peticionada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi construída coletivamente com entidades que compõem a CDZ, especialmente de direitos humanos e advogados populares, habilitadas como *amicus curiae*³⁴ no processo, fornecendo subsídios como: os dados adquiridos pela campanha e argumentos jurídicos, como as teses citadas anteriormente. Neste caso, foi estabelecida a suspensão das remoções forçadas para as áreas rurais também. Inicialmente, a ADPF 828 ficaria em vigor até 3 de dezembro de 2021, porém prorrogou em três momentos, com vigência até 31 de outubro de 2022. Isso ocorreu devido à muita pressão popular organizada na CDZ, que mobilizou atos em todo o país, caravanas para Brasília, manifestações nas redes sociais, protocolaram petições, entre outras ações (Portal do Supremo Tribunal Federal, 2023).

A articulação com parlamentares das Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas possibilitou que os membros da CDZ-GO participassem da elaboração PLs. Em 2020, foram escritas três propostas: com os vereadores de Goiânia Mauro Rubem (PT) e Sabrina Garcez

³² A Lei Federal nº 14.216 “Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e para estimular a celebração de acordos nas relações locatícias” (Brasil, 2021).

³³ Cabeçalho da ADPF 828: “Ação que tem por objeto a tutela dos direitos à moradia e à saúde de pessoas em situação de vulnerabilidade. Pedido cautelar de suspensão imediata de todos os processos, procedimentos, medidas administrativas ou judiciais que resultem em despejos, desocupações, remoções forçadas ou reintegrações de posse enquanto perdurarem os efeitos da crise sanitária da COVID-19” (Brasil, 2021).

³⁴ *Amicus curiae* é um termo em latim que significa “amigo da corte”. Conforme o art. 138 do Código de Processo Civil, o *amicus curiae* é uma pessoa física ou jurídica, organização ou entidade habilitada pelo Juiz ou relator para fornecer subsídios jurídicos, quando a matéria é considerada de relevância (BRASIL, 2015; STJ, 2021). As seguintes entidades participaram como *amicus curiae*: Conselho de Direitos Humanos do Estado da Paraíba; Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), Associação Advogadas e Advogados Públicos para a Democracia (APD) e Coletivo por um Ministério Público Transformador; Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores – GAETS; Terra de Direitos e Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST e Associação Amigos da Luta dos Sem Teto; o Partido dos Trabalhadores; o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU, o Centro Popular de Direitos Humanos – CPDH, a Petrobras; o Acesso Cidadania e Direitos Humanos, o Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH, o Núcleo de Amigos da Terra-Brasil e o Centro de Direitos Econômicos e Sociais – CDES (BRASIL, 2021).

(Republicanos), e com a deputada Adriana Accorsi (PT) (Mendes *et. al.*, 2021). Apenas o PL 83/2020, protocolado por Mauro Rubem, foi aprovado na câmara, tornando-se a Lei nº 10.701, de 19 de novembro de 2021, que “dispõe sobre a suspensão do cumprimento de medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas que resultem em despejos, desocupações ou remoções forçadas conforme especifica”, abrangendo a urbana e rural. Entretanto, foi vetada pelo Prefeito de Goiânia, Rogério Cruz (Solidariedade) (Goiânia, 2021).

Com a perspectiva de que ocorreriam muitos despejos após o fim da ADPF 828, o MTD-GO e o CGDH D. Tomás Balduino (membros da CDZ-GO) enviaram um documento para o MP-GO avisando sobre esta preocupação. A partir disto, o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA)³⁵ criou um Grupo de Trabalho (GT) interinstitucional para discutir resolução autocompositiva³⁶ na retomada dos despejos. Além do MP-GO, o GT foi composto pelo Poder Judiciário de Goiás, DPE-GO, Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Procuradorias Municipais de Goiânia e Aparecida de Goiânia e da Agência Goiana de Habitação (Agehab), CGDH D. Tomás Balduino e o MTD-GO. A criação deste GT desdobrou-se em ações importantes, como: a realização de audiências públicas sobre o pauta, a criação de um protocolo para as remoções, e a missão-denúncia do CNDH (Ministério Público de Goiás, 2022).

As Missões Denúncia, realizadas pelo Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), CDZ e CNDH, foram visitas aos territórios populares, onde eram averiguadas as violações de direitos e, a partir disso, buscava-se soluções com o poder público. As atividades resultam em um “Relatório-Denúncia”, que é entregue às autoridades políticas locais e também à relatoria da ONU pelo direito à moradia. Em Goiás, foi realizada entre os dias 17 e 19 de agosto de 2022, pela Comissão Permanente de Direito à Cidade do CNDH e membros da CDZ-GO. Foram visitadas seis ocupações urbanas em Goiânia, Aparecida de Goiânia e Terezópolis de Goiás, e a comitiva se reuniu com o Ciamp Rua³⁷ e representantes de acampamento do MST em Vila Formosa. A maioria das violações identificadas nas ocupações decorreram do não cumprimento do direito à moradia – falta de acesso à água, saneamento, coleta seletiva, energia; dificuldade de acesso aos equipamentos e serviços urbanos, principalmente, pela falta

³⁵ É um órgão do MP que tem por finalidade “adotar mecanismos de autocomposição, como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais, bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão sobre tais mecanismos” (Conselho Nacional do Ministério Público, 2014).

³⁶ A autocomposição trata-se da resolução dos conflitos através da negociação e diálogo entre as partes, sem intervenção judicial, de modo com que cheguem em um acordo por meio do reajuste dos interesses ou renúncia de uma das partes. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-autocomposicao/192097736>. Acesso em: 18 jun. 2025.

³⁷ Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CNDH, 2022).

de comprovante de residência e falta de infraestrutura nos bairros periféricos; violência física e ameaças dos agentes de segurança nas remoções; despejos sem ordem judicial; entre outros. Essas demandas foram levadas para as reuniões com representantes da prefeitura de Goiânia e, posteriormente, representantes do governo estadual (CNDH, 2022).

O protocolo unificado para remoções foi o PL nº 118/2022 elaborado pelo CGDH D. Tomás Balduino, MTD-GO e DPE-GO, proposto pelo então vereador de Goiânia, Mauro Rubem (PT). Foi aprovado, porém com quatro artigos vetados pelo executivo municipal. Para os militantes dos direitos humanos, apesar da aprovação, foram retiradas questões centrais do PL. Os artigos referiam-se à garantia dos direitos humanos em soluções fundiárias, fundamentados no Comentário Geral nº 7 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU sobre o direito à moradia adequada, Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Resolução nº 10/2018 do CNDH. Ao ser aprovado, tornou-se a Lei nº 10.856, de 29 de novembro de 2022, que “Cria o Protocolo Unificado Para Remoções no Município de Goiânia” (Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino, 2022; Câmara Municipal de Goiânia, 2022). Entre os itens principais, está o art. art. 4º da lei:

Antes do início dos atos executórios, o órgão responsável pela remoção realizará reuniões com a comunidade envolvida, Defensoria Pública, Ministério Público e secretarias com atribuição na área de habitação, regularização fundiária e assistência social, em especial em remoções coletivas (GOIÂNIA, 2022).

Durante o processo de elaboração e tramitação do PL nº 118/2022, a equipe de comunicação da DPE-GO produziu o documentário “Entre Lonas e Estacas”. O filme, que está disponível no *youtube*, aborda de maneira sensível a pauta dos despejos e a perspectiva sobre a transição após o fim da ADPF 828, demonstrando a necessidade de cautela para contenção da violação de direitos humanos na retomada dos processos judiciais. As protagonistas do documentário são moradoras de ocupações em Goiânia, Aparecida de Goiânia e Terezópolis de Goiás, que contam sobre suas vidas nas comunidades, os preconceitos que sofrem, a violência sofrida nos despejos e o medo de que ocorram. O documentário foi exibido no 24º Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental – FICA, que ocorreu em junho de 2023, no município de Goiás, com a presença das moradoras das ocupações (Marques, 2023).

Após o fim da ADPF 828, o STF deliberou aos Tribunais de Justiça (TJs) e Tribunais Regionais Federais (TRFs) a instalação de Comissões de Conflitos Fundiários (CCF), para auxiliar os juízes na elaboração de um plano de retomada gradual dos processos suspensos. Previamente a qualquer decisão de reintegração de posse, deveriam ser realizadas inspeções

judiciais na área do litígio e audiências de mediação com a participação da população afetada. Posteriormente, as CCFs foram regulamentadas pelo CNJ por meio da Resolução nº 510, de 26 de junho de 2023, que instituiu, de maneira permanente, e em diferentes instâncias, a Comissão Nacional de Soluções Fundiárias (CNSF) e as Comissões Regionais de Soluções Fundiárias (CRSF). A norma estabelece diretrizes para as mediações dos conflitos fundiários, visitas técnicas na área em conflito e, em casos de reintegração de posse, um protocolo de desocupação (CNJ, 2023). Em acordo com a determinação do STF, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) criou a Comissão de Soluções Fundiárias (CSF), composta por membros do Poder Judiciário de Goiás, DPE-GO, MP-GO, e Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Goiás (OAB-GO) (Ministério Público do Estado de Goiás, 2023).

Alguns estudos apontam que o magistrado manteve a histórica postura patrimonialista sobre os conflitos fundiários durante a pandemia³⁸, em prol dos proprietários. Análises de decisões judiciais sobre pedidos de reintegração de posse, entre fevereiro de 2020 e 2021, demonstram que, mesmo as sentenças favorecendo aqueles que ocupam, poucas se embasaram no direito à moradia, função social da propriedade ou, ainda menos citado, no contexto de crise sanitária. Foi constatada a baixa menção às audiências de mediação e inspeções judiciais em decisões que envolvem ações coletivas de bens imóveis, com crescimento ínfimo após o novo Código de Processo Civil (CPC) entrar em vigor em 2016³⁹ (Alves, Carvalho e Rios, 2021; Quintans, Tavares e Vieira, 2023).

Compreende-se, portanto, que a incidência da CDZ sobre o poder público teve importantes conquistas no campo jurídico, com alteração das práticas processuais de conflitos fundiários coletivos. A ADPF 828 e, seu legado, a instalação das CSF nos tribunais, tem promovido maior difusão de instrumentos jurídicos e normativas já existentes, mas pouco utilizados nos processos judiciais, como algumas das diretrizes da Resolução nº 10/2018 do CNDH e do CPC para atuação nos conflitos fundiários. As lideranças entrevistadas avaliam que a implementação das CSFs é uma importante conquista que só aconteceu a partir de muita luta dos movimentos populares. É problematizada a falta de representação dos movimentos sociais nas comissões. Ainda assim, permitem uma maior aproximação dos juízes sobre a realidade das famílias afetadas pelos conflitos fundiários, podendo gerar a sensibilização e

³⁸ São pesquisas e análises de decisões judiciais em processos no STF, Superior Tribunal de Justiça (STJ), TJs e TRFs.

³⁹ Conforme o art. 565 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015): “No litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho ou a turbacão afirmado na petição inicial houver ocorrido há mais de ano e dia, o juiz, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 (trinta) dias, que observará o disposto nos §§ 2º e 4º”. O inciso 3 prevê que: “O juiz poderá comparecer à área objeto do litígio quando sua presença se fizer necessária à efetivação da tutela jurisdicional” (Brasil, 2015).

mudança da prática jurídica que é feita dentro dos gabinetes, anteriormente, realizadas sem o contato com o contexto que está sendo julgado.

Em reação à luta e resistência do campo popular, surgiu um grupo autodenominado “Movimento Invasão Zero”, com o pressuposto de defesa absoluta da propriedade privada. É composto por ruralistas e empresários ligados ao agronegócio, grandes proprietários de terra no campo e na cidade, articulados com uma frente parlamentar (nos três níveis - federal, estadual e municipal) antagônica aos movimentos sociais que pressionam pela reforma agrária, reforma urbana, e pelo reconhecimento e demarcação de terras indígenas e quilombolas. O Invasão Zero é também composto pelas forças armadas formal e informal, como grupos paramilitares e milícias armadas que promovem a violência, principalmente no campo. Percebe-se que o maior enfoque são as “invasões” das propriedades rurais. Contudo, os PLs lançados pela frente parlamentar Invasão Zero, equipara os “invasores” de terras rurais e urbanas, como o PL 709/2023, aprovado no Congresso Nacional e em tramitação no Senado Federal, que tem o objetivo de impedir pessoas condenadas por esbulho ou que ocupam propriedades de acessar políticas assistenciais e assumir cargos públicos (Teixeira, 2025).

2.3. A FUNDAÇÃO DO MTD EM GOIÁS PARA A LUTA ALÉM DOS DESPEJOS

No contexto de luta contra os despejos, alguns membros do grupo operativo da CDZ-GO criaram vínculos com as ocupações ameaçadas e perceberam que não bastava suspender os despejos, era preciso ajudar as comunidades a se organizarem para a luta por moradia e direito à cidade. Deste modo, em 15 de agosto de 2021, fizeram uma reunião com todas as lideranças das ocupações e construíram uma rede entre os territórios com a palavra de ordem “mexeu com uma família, mexeu com todas as ocupações”. Apontaram que tinham alguns limites enquanto CDZ, e que para uma luta mais ampla deveria ser adotada outra estratégia. Assim, definiram coletivamente por fundar o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) em Goiás. A partir disso, começa a se estruturar o movimento em Goiás, consolidando a luta das comunidades. No início, chamavam de “rede de lideranças” o que, posteriormente, se tornou a coordenação estadual, formada por lideranças das comunidades e uma direção. Em 2025, é formado por 13 ocupações urbanas⁴⁰ - 8 em Goiânia, 4 em Aparecida de Goiânia e uma em Terezópolis de Goiás (Apêndice 1).

⁴⁰ Goiânia - Alfredo Nasser, Nova Canaã, Solar Ville, Paulo Freire, Marielle Franco, Maanain, Terra Prometida, Zumbi dos Palmares; Aparecida de Goiânia - Alto da Boa Vista, Beira da Mata, Jatobá e Buenos Aires; e em Terezópolis de Goiás, a comunidade Povo Trabalhador.

O MTD é um movimento nacional fundado no ano 2000, iniciado com o nome de Movimento dos Trabalhadores Desempregados, devido ao contexto de pobreza e desemprego gerados pelas políticas neoliberais dos mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso⁴¹. É um movimento urbano que atua pela garantia de direitos para as populações das periferias. Como a luta por direitos na cidade abrange muitas pautas, a atuação em cada estado ocorre de uma forma diferente, com suas especificidades, e ênfase em algum determinado assunto: geração de renda, cultura popular, moradia, grupo de mulheres. Os membros da CDZ-GO que formaram o movimento decidiram pelo MTD devido aos princípios organizativos, especialmente, pelo caráter formativo e pedagógico que tem na educação popular uma ferramenta de transformação social (Apêndice 1).

São objetivos estratégicos do MTD-GO: (1) a conquista material das áreas ocupadas para a efetivação do projeto de habitação popular ou outros locais em que as famílias possam permanecer juntas para continuar com a luta pelo direito à cidade; (2) conquista e fortalecimento de espaços de participação política para as/os trabalhadoras/es atuarem na concepção e fiscalização das políticas públicas relacionadas à vida na cidade. Esses objetivos demandam formação política contínua, com as ações construídas em um processo dialógico “com” e “entre” as comunidades. Isso é realizado por meio da organização e práxis social em si e da educação popular em direitos nos “Círculos de Cultura”. Este último, trata-se de um método inspirado na pedagogia do educador Paulo Freire, são espaços de formação nos territórios sobre temas que partem da realidade local (temas geradores), geralmente, as violações de direitos. A partir do entendimento e debate sobre o direito violado, cria-se estratégias para a sua superação. Algumas são: acionar a DPE-GO e o MPE-GO; tentar dialogar com a prefeitura; audiência pública na Câmara Municipal ou Assembleia Legislativa; articulação com o CNDH (como as Missões-Denúncia), entre outras (Apêndice 1).

Os Círculos de Cultura são realizados, especialmente, como uma estratégia de organização das comunidades para as ações de incidência, por exemplo, a mobilização para participação da revisão do Plano Diretor de Goiânia (Figura 6). Antes de participarem das audiências, o MTD-GO realizou Círculos de Cultura para dialogar sobre o que se tratava o PD. Então, os moradores das comunidades foram para as audiências na Câmara Municipal com interesse de participar ativamente do processo, das decisões concretas, porém foram ignorados, tratados como incapazes de discutir a legislação urbana, o que mostra que não é um processo participativo e inclusivo (Apêndice 1).

⁴¹ Cartilha do MTD. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/16ZjIXQfUVX3LwUs6YWfFJK_9LZYBiw2s/view. Acesso em 17 jun. 2025.

Figura 6 - Moradores de ocupações urbanas participam das audiências de revisão do Plano Diretor de Goiânia.



Fonte: MTD Goiás (2022).

Quanto ao caráter formativo do movimento, também é prioridade a construção do “feminismo popular”, reconhecendo o protagonismo das mulheres da classe trabalhadora nas lutas sociais e na liderança das comunidades. Uma das atividades mais tradicionais do movimento são os “Encontros de Mulheres do MTD Goiás”. Adotaram como símbolo e referência a escritora Carolina Maria de Jesus, mulher negra e periférica que contou o seu cotidiano de pobreza e fome na favela no livro célebre “Quarto de Despejo”. Portanto, uma figura em que as mulheres na luta pelo direito à moradia digna podem se reconhecer, pela sua trajetória de vida. As mulheres das comunidades também têm participado das Marchas do 8 Março (Figura 7) (informações de campo).

Figura 7 - Mulheres, moradoras de ocupação, levam suas pautas para Marcha das Mulheres em Goiânia.



Fonte: MTD Goiás (2022).

Deste modo, a fundação do MTD-GO fortaleceu a participação das ocupações que acompanhavam na luta contra as expulsões durante a pandemia. Conforme as entrevistadas, após o intenso processo de luta contra os despejos, as comunidades estão mais preparadas, sabem como reagir à uma notificação de reintegração de posse. Os ocupantes participaram de muitas mobilizações, com maior destaque para o Ato 30M, uma grande manifestação nacional da CDZ em Brasília, realizada em 30 de março de 2022, em prol da prorrogação da ADPF 828. Foram três ônibus de Goiás com pessoas das ocupações, majoritariamente mulheres (Figura 8).

Figura 8 - Turma do MTD-GO na manifestação pela prorrogação da ADPF 828 em Brasília.



Fonte: Matheus Alves (2022).

Antes de irem até Brasília, foram realizadas outras ações de incidência política e mobilização. No dia 17 de março, a CDZ-GO se manifestou em frente ao TJ-GO e protocolou uma carta aberta aos juízes com a finalidade de alertá-los e sensibilizá-los quanto às violações de direitos humanos com a retomada dos processos paralisados pela ADPF 828⁴². O MTD realizou Círculos de Cultura em todas as 8 ocupações que acompanhava até então, dialogando sobre a ADPF 828. Em 26 de março, foi realizado o “II Encontro de Mulheres do MTD Goiás: Mulheres em Luta pelo Direito à Cidade” (Figura 9). Em uma atividade pedagógica do

⁴²Manifestação em frente ao TJ-GO em 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CbOq3xruziT/?img_index=1. Acesso em: 22 jun. 2025.

encontro, as mulheres, moradoras das ocupações escreveram cartas para o Ministro Luís Roberto Barroso relatando sobre os despejos violentos, a precariedade vivida, e pedindo a prorrogação da ADPF 828 (Figura 10). Cerca de 50 cartas foram levadas para o Ato 30M em Brasília e entregues ao ministro do STF que, posteriormente, enviou um ofício às mulheres do MTD de Goiás alegando o recebimento das cartas⁴³ (Apêndice 1).

Figura 9 - A prorrogação da ADPF 828 foi tema do Encontro de Mulheres do MTD Goiás.



Fonte: Alex Sandro Pereira (2022).

Figura 10 - Cartas das moradoras de ocupações urbanas para o Ministro Luís Roberto Barroso.



Fonte: Alex Sandro Pereira (2022).

No dia 21 de junho, as comunidades junto ao MTD-GO e demais organizações e movimentos sociais reunidos na CDZ se mobilizaram novamente para pedir a prorrogação da ADPF 828, desta vez em frente a Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO). No final de 2022, também participaram da campanha Natal Sem Despejo. Em Goiânia, as remoções forçadas e problemas vividos nas comunidades também foram pautados nas passeatas do 8 de março - Dia Internacional das Mulheres; nos Atos “Fora Bolsonaro”; no Grito dos Excluídos⁴⁴, que entre 2022 e 2024 terminaram a caminhada em ocupações urbanas; entre outros (MTD Goiás, 2025).

Em Goiânia, o Grito dos Excluídos⁴⁵, em 2021, teve uma participação expressiva dos moradores das comunidades, que desfilaram com cartazes denunciando a falta de vacinação das pessoas que moram nas ocupações (Figura 11). A visibilidade desta denúncia fez com que

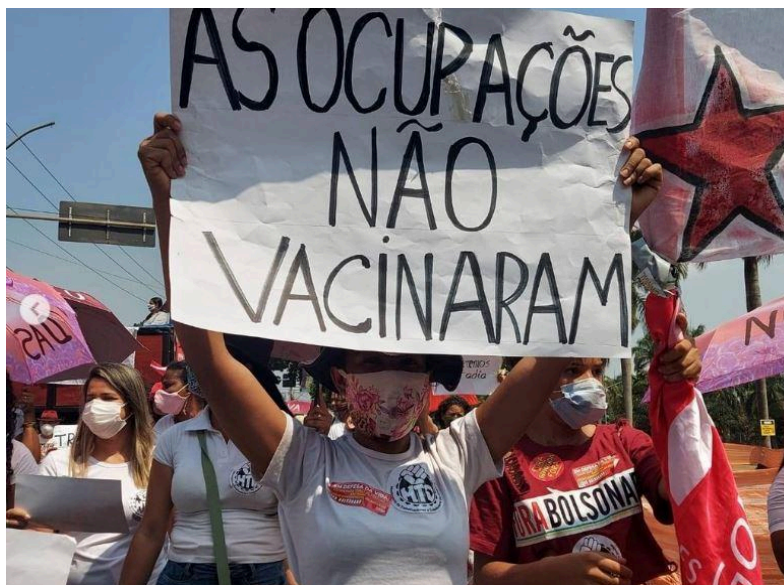
⁴³Publicação na página do instagram do MTD. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CbuzbwCuMgS/?img_index=5. Acesso em: 20 jun. 2025.

⁴⁴ Manifestação que leva às ruas a população periférica e marginalizada. Ocorre anualmente em 7 de setembro no mesmo horário do desfile cívico-militar da Independência. O “grito” dos excluídos faz oposição ao grito da independência. Foi criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Disponível em: <https://www.gritodosexcluidos.com/sobre-grito-dos-excluidos-e-excluidas>.

⁴⁵ Manifestação que leva às ruas a população periférica e marginalizada. Ocorre anualmente em 7 de setembro no mesmo horário do desfile cívico-militar da Independência. O “grito” dos excluídos faz oposição ao grito da independência. Foi criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Disponível em: <https://www.gritodosexcluidos.com/sobre-grito-dos-excluidos-e-excluidas>.

a Prefeitura Municipal de Goiânia tomasse alguma providência. Já no dia 10 de setembro, foi criado um ponto de vacinação próximo à ocupação Estrela D'Alva, que possui mais de 150 famílias. As populações periféricas tiveram dificuldades, devido à distância dos pontos de vacinação e ao sistema de atendimento, que exigia que fosse feito agendamento pela *internet* ou comparecimento de automóvel no *Drive Thru* de vacina⁴⁶ (Apêndice 1).

Figura 11 - Moradores de ocupações urbanas denunciam a falta de vacina no Grito dos Excluídos de 2021.



Fonte: MTD Nacional (2021).

As lideranças entrevistadas destacam a importância da solidariedade durante a pandemia. Foram importantes as articulações e campanhas para matar a fome nas ocupações, como a doação de toneladas de alimentos orgânicos por movimentos sociais do campo e grupos da economia solidária (Figura 12). Ocorreram muitas campanhas de solidariedade, nas quais foram doados diferentes produtos de necessidade básica para as comunidades: roupas, alimentos, produtos da cesta básica, entre outros. Ressaltam, porém, que também levavam o debate sobre os direitos, não se tratando de mero assistencialismo. Percebeu-se também a solidariedade entre as comunidades, com as lideranças de ocupações visitando o território que sofreu a remoção forçada, para dar apoio às famílias afetadas. Assim, exalta-se a resistência das famílias nos territórios como essencial, que em um momento de tamanha fragilidade, que é o desabrigo após o despejo, buscam se fortalecer pela união e solidariedade entre os ocupantes (Apêndice 1).

⁴⁶ TOMAZINI, Leicilane. **Moradores da ocupação no Estrela Dalva II recebem a 1ª dose da vacina contra Covid nesta sexta (10)**. O Popular, 10 set. 2021. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/moradores-da-ocupac-o-no-estrela-dalva-ii-recebem-1-dose-da-vacina-contra-covid-nesta-sexta-10-1.2317609><https://opopular.com.br/cidades/moradores-da-ocupac-o-no-estrela-dalva-ii-recebe-m-1-dose-da-vacina-contra-covid-nesta-sexta-10-1.2317609>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Figura 12 - Uma parceria entre entidades e movimentos sociais entrega 700 cestas básicas agroecológicas em 4 ocupações de Goiânia e Aparecida de Goiânia em 2021.



Fonte: MTD Goiás (2021).

Portanto, a trajetória da CDZ e do MTD-GO se confundem, principalmente, porque envolvem as mesmas pessoas e grupos. Entretanto, possuem missões diferentes: a primeira tem a missão de suspender os despejos; e o segundo de organizar os moradores das ocupações para a luta política, que inclui as remoções forçadas prioritariamente, porém abrange outras pautas da população periférica. O recorte territorial em que a CDZ atua é mais amplo, assistindo a cidade, mas também o campo, territórios indígenas, quilombolas e até ciganos. Enquanto que o MTD, fundado por 5 ocupações urbanas, acompanha, apenas, 13 ocupações das muitas que existem no estado e que surgem espontaneamente todos os dias. Além do MTD, há outros movimentos sociais urbanos que lutam por moradia, porém com organização diferente, como o MLB, que acompanha a Ocupação São Marcos, e o MTST, vinculado à Ocupação Fidel Castro, ambas localizadas em Goiânia (Apêndice 1; pesquisa de campo).

As comunidades que formam o MTD-GO são mais recentes, surgiram a partir de 2018, e estão todas em terrenos ou áreas que estavam abandonadas nas periferias urbanas (ver Figura 13). De modo geral, se constituíram espontaneamente com comunicação em rede, na qual quem ocupa informa outras pessoas que necessitam e, assim, o número de moradores aumenta. Um caso particular, é a Ocupação Povo Trabalhador em Terezópolis de Goiás, iniciada em dezembro de 2020 por famílias de baixa renda que se organizaram para ocupar um loteamento público municipal que existe há mais de 8 anos com finalidade de habitação de

interesse social, porém, desocupado, sem função social (CNDH, 2022; informações de campo).

Figura 13 - Vista da cidade legalizada distante da Ocupação Paulo Freire (iniciada em 2022), em Goiânia.



Fonte: a autora (2024).

Quanto à estrutura das ocupações: quanto mais recentes, mais precária, com barracos de lona e restos de materiais; quanto mais antigas, maior o número de casas de alvenaria e mais desenvolvida é a infraestrutura comum, como espaços comunitários, instalações de água e energia elétrica, as vias internas, etc. Ainda assim, todas são bem precárias e pouco consolidadas, sem saneamento básico e, apenas, duas possuem acesso à rede de energia elétrica formalmente. É comum nas ocupações a existência de um espaço comunitário (Figura 14) para as reuniões e também a presença das Igrejas Evangélicas (Figuras 15) (informações de campo).

Figura 14 - Reunião na tenda da Ocupação Paulo Freire, em Goiânia.



Fonte: a autora (2024).

Figura 15 - Igreja na Ocupação Marielle Franco, em Goiânia.



Fonte: a autora (2024).

Observa-se que, de modo geral, são compostas por famílias em vulnerabilidade social, trabalhadores desempregados ou em empregos informais, sendo os mais comuns: empregadas domésticas, pedreiros e serventes, vendedores do comércio popular, catadores de materiais recicláveis, entre outros. Há muitas pessoas dos estados do Norte e Nordeste, principalmente do Tocantins e Maranhão. Apesar do censo do IBGE (2022) demonstrar uma paridade de gênero na população de favelas e comunidades urbanas da RMG, nos territórios acompanhados pelo MTD há uma forte presença das mulheres e crianças. Também são mais participativas na organização da vida comunitária, ocupando espaços de liderança (informações de campo).

Conforme as lideranças entrevistadas, até o momento a atuação do MTD-GO tem sido pelo acesso aos direitos fundamentais previstos na CF, ainda não sendo possível a luta pela ampliação dos direitos. A violação do direito à moradia interfere diretamente no acesso à outros, tanto pela precariedade e abandono dos territórios periféricos pelo Estado, como pelo sistema burocrático que impede ou dificulta as pessoas que moram informalmente de acessar serviços sem um Código de Endereçamento Postal (CEP). Deste modo, algumas das demandas mais comuns que buscam resolver são: os constantes cortes de água e energia elétrica⁴⁷, falta de transporte escolar, falta de coleta de lixo, dificuldades de acessar serviços hospitalares, dificuldades com a realização de matrículas escolares, entre outros. Para tanto, têm sido acionados os órgãos de justiça, como DPE e MP. As entrevistadas citam alguns casos solucionados ou mitigados como: a conquista de um CEP único para três ocupações urbanas de Aparecida de Goiânia, que aconteceu via atuação do MP-GO; também a falta de vagas nos Centros Municipais de Escola Infantil (CMEIs) das regiões periféricas, onde estão as comunidades, o que têm sido solucionada pela DPE-GO com a realização de mutirões de matrículas (Apêndice 1).

Ademais, o MTD-GO tem buscado fortalecer as comunidades com atividades nos territórios organizadas em parceria com instituições, como a realização de projetos de extensão com as universidades. Com o retorno do Presidente Lula ao governo federal (mandato 2023 a 2026), foram implementados novos programas sociais, que os movimento têm buscado acessar junto às ocupações, como: o Programa Cozinhas Solidárias (ver Figura 16), Programa de Formação de Educadores e Educadoras Populares de Saúde (AgPopSUS) e Programa de Formação Paul Singer de Agentes de Economia Popular e Solidária (AGEPS). As atividades nas comunidades, além de colaborar para o processo formativo e mobilizar os

⁴⁷ Neste caso, é a interferência na estrutura alternativa criada pelas comunidades, com o corte e retirada da fiação e mangueiras que fazem ligações com ramais da rede de água e da rede de energia.

moradores em torno de práticas coletivas, atendem determinadas demandas sociais e fortalecem os territórios contra as remoções forçadas, pois se tornam espaços visibilizados onde são executadas políticas públicas.

Figura 16 - Distribuição de marmitas na Cozinha Popular Solidária da Ocupação Nova Canaã, em Goiânia, assistida pelo programa do governo federal.



Fonte: Alex Sandro Pereira (2025).

Deste modo, conforme a entrevistada 2, a efetivação dos direitos é um processo em construção de uma sociedade mais humana que precisa ser feita no dia-a-dia, pois não virá fácil ou espontaneamente. É preciso pensar na luta por direitos à curto, médio e longo prazo. A suspensão dos despejos é uma luta à curto prazo, já consolidação de redes com instituições, a formação e despertar da consciência política nas ocupações é um trabalho à médio prazo. Esse processo de tentativa de efetivação dos direitos são com pequenas conquistas no dia-a-dia. Não é assistencialismo, pois é conseguido em ação conjunta com as comunidades. É a consciência política que vai balizar as mudanças estruturais na sociedade (Apêndice 1).

2.4. O PODER PÚBLICO, AS OCUPAÇÕES URBANAS, A CDZ E O MTD

O capítulo iniciou (seção 2.1) evidenciando o processo de financeirização urbana na RMG, com contribuição dos poderes executivos, responsáveis pela implementação de políticas públicas de habitação e políticas de desenvolvimento das cidades. Como observado em Goiânia, há uma cooptação das diretrizes de desenvolvimento urbano, principalmente via

PD, por organizações que representam os interesses empresariais, como a Codese e o Fórum Goiano de Habitação. Os programas de produção de moradia que, em tese, deveriam suprir às demandas do déficit habitacional, em especial para a população mais pobre, são utilizados para a especulação imobiliária, encarecendo o custo do solo urbano. Assim, enquanto muitos não conseguiam mais se sustentar nas moradias de aluguel, derivando novas ocupações urbanas, o mercado imobiliário estava aquecido, com a contribuição do programa CVA. Para coibir a formação de novas ocupações, as prefeituras reagiram com despejos administrativos, realizados com violência policial de vários tipos: patrimonial, física, moral e simbólica.

Nesse sentido, compreende-se que o poder executivo, especialmente o municipal, atuou como agentes de expulsão: sendo representante dos interesses das corporações, expulsando uma parcela da população da cidade legal ao torná-la uma mercadoria inacessível aos mais pobres; pela falta de políticas de assistência social que amparasse as famílias empobrecidas e sem moradia; e através da remoção forçada, principalmente das ocupações que surgiram durante a pandemia. No legislativo, alguns mandatos parlamentares participaram da CDZ, formulando leis, convocando audiências públicas para tratar sobre a pauta, entre outras ações. Contudo, é uma minoria de parlamentares, havendo uma bancada maior e mais poderosa formada por representantes do agronegócio e do mercado imobiliário que reagiram com o Movimento Invasão Zero, buscando aprovar punições mais drásticas à população vulnerável que ocupa terras (muitos PLs foram declarados inconstitucionais).

Os órgãos de justiça também manteve a histórica postura patrimonialista, porém, tanto à nível nacional, como na RMG, percebeu-se que a incidência constante da CDZ, munida de uma base jurídica consistente, conseguiu construir um maior espaço de diálogo com esses órgãos. Para as organizações e movimentos sociais, a implementação das CSFs nos TJs foi uma importante conquista, pois alterou as práticas processuais nos conflitos fundiários, criando uma maior proximidade do magistrado com a população afetada. Também aumentou o tempo dos processos até qualquer decisão judicial, o que permite a organização de estratégias de negociação por parte dos ocupantes e entidades sociais. Sendo estas transformações muito recentes, ainda precisam ser analisados os desdobramentos, principalmente das CSFs, se contribuíram, concretamente, para algum avanço no direito à moradia digna.

Foi bastante mencionada a importância da unidade dos movimentos e organizações sociais na CDZ, com a articulação de variados tipos de ações de incidência política. Portanto, constituindo como sujeitos e instrumentos de resistência das ocupações urbanas diante das expulsões. Além das tradicionais práticas de mobilização social e pressão política, viu-se a

incorporação de novas ferramentas e estratégias, condicionadas pelo contexto pandêmico e avanço tecnológico. Entre estas, o uso das novas mídias (redes) sociais e meios de comunicação, que possibilitaram uma maior denúncia/publicização dos casos de despejo, e também facilitou a comunicação em tempo real das diversas entidades e grupos envolvidos na campanha. Neste âmbito, também destaca-se, a criação de uma plataforma colaborativa na *internet* para a denúncia e monitoramento público dos conflitos fundiários, com dados sistematizados em mapa interativo. Este tipo de pesquisa, anteriormente, estava muito concentrada em cidades da região sudeste, em laboratórios de pesquisa universitária, a exemplo do Observatório de Remoções⁴⁸. Deste modo, houve a ampliação do monitoramento para todo o território brasileiro.

Dentre os principais elementos observados na luta contra os despejos na RMG, está a aproximação das organizações e movimentos sociais com os territórios ameaçados, o que resultou na fundação do MTD-GO. O movimento fortaleceu a CDZ ao incluir os moradores das ocupações mais ativamente na luta contra os despejos, saindo da atuação apenas local (ou cada comunidade por si mesma), para somar a luta nacional, à exemplo da mobilização para a prorrogação da ADPF 828, em 30 de março de 2022. Neste sentido, a educação popular em direitos tem sido fundamental, pois contribui para a compreensão dos ocupantes sobre os seus direitos e processos políticos e jurídicos neste cenário de disputa. Para além da suspensão dos despejos, ao se organizarem em um movimento social, os territórios populares se fortalecem para reivindicar os direitos que lhes são negados e, por consequência, pavimentam o caminho para o reconhecimento (legal) de seus territórios.

⁴⁸ Projeto que reúne universidades federais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará. Dentre suas principais atividades, está o levantamento e monitoramento das remoções coletivas e ameaças nas regiões metropolitanas onde estão as instituições de pesquisa.

3. LUGAR, CIDADANIA E RESISTÊNCIA

Neste capítulo são apresentados os estudos de caso das ocupações Jatobá e Beira da Mata. O principal material utilizado na realização dos estudos foram as entrevistas grupais, realizadas uma em cada comunidade, com complementação das informações a partir de observação participante, mapas, fotografias e ortofotografias, recortes da participação das comunidades na CDZ-GO e MTD-GO e matérias de jornais. Na Beira da Mata participaram da entrevista em grupo 8 mulheres com faixa etária entre 25 e 50 anos, a maioria negras, mães, algumas com criança no colo, ou brincando ao redor. Já na Ocupação Jatobá foram 4 mulheres, negras, sendo três de idades próximas, entre 38 e 40 anos, e uma idosa de 60 anos, três são naturais do Maranhão, enquanto uma é do Tocantins (Figura 17).

Figura 17 - Entrevista com o grupo de moradoras da Ocupação Jatobá na casa de uma delas.



Fonte: autora (2024).

Para direcionamento das entrevistas foi utilizado um mesmo roteiro, com as seguintes diretrizes:

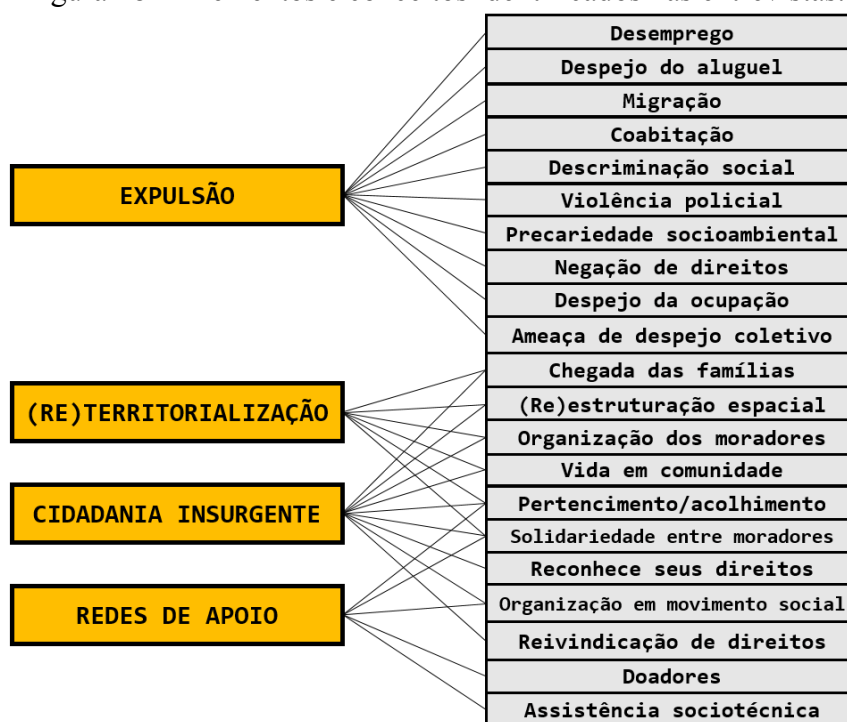
- (1) Apresentação e explicação do tema da pesquisa, dos assuntos que seriam abordados (expulsão e resistência), da dinâmica da atividade e sobre o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE).

(2) Rodadas de depoimentos, sendo no mínimo duas: uma para abordar as expulsões vividas pela/na ocupação ou, individualmente, por cada entrevistada durante a pandemia; e outra sobre como se organizaram para mitigar ou superar os problemas observados na primeira rodada. Durante o depoimento de cada participante, também foram feitas outras perguntas para que elaborassem melhor sobre os assuntos.

(3) Por último, foram assinados os TCLEs.

Posteriormente, as gravações em áudio das conversas foram transcritas. As análises das entrevistas de cada comunidade foram realizadas em três etapas: (1) codificação inicial por unidade de dado; (2) codificação focalizada - agrupamento das falas por assuntos e conceitos identificados na primeira etapa. As informações agrupadas foram utilizadas para a construção de um texto narrativo (memorandos) para cada entrevista grupal, que estruturou as seções 3.1.1 e 3.1.2. Em síntese, os assuntos e conceitos identificados, considerados mais relevantes para a pesquisa, foram os seguintes (ver Figura 18):

Figura 18 - Elementos e conceitos identificados nas entrevistas.



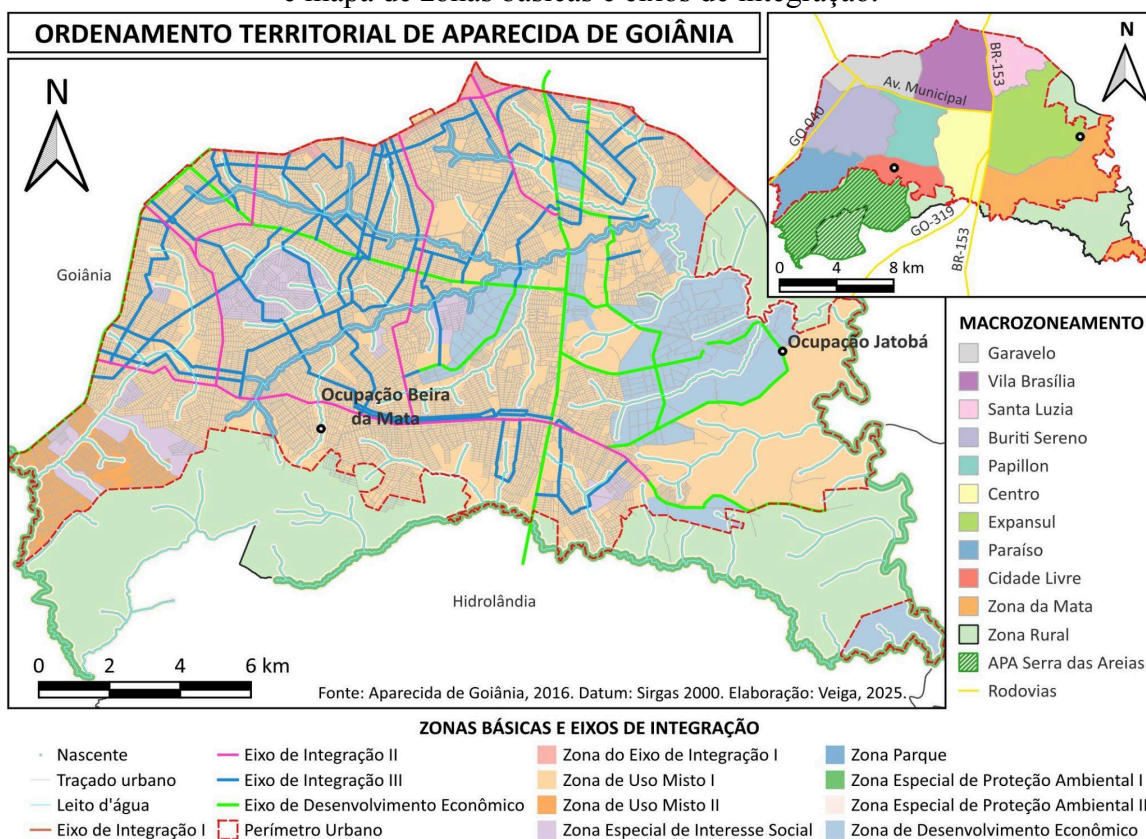
Fonte: autora (2025).

Nas seções seguintes serão apresentados os estudos de caso, iniciando com a localização das ocupações Beira da Mata e Jatobá dentro do ordenamento urbano de Aparecida de Goiânia; em sequência, será apresentado um texto narrativo e descritivo de cada caso; será realizada uma análise comparativa entre os processos que envolvem cada ocupação, e por fim, uma análise conclusiva.

3.1. AS OCUPAÇÕES BEIRA DA MATA E JATOBÁ

As ocupações estudadas neste trabalho estão localizadas em Aparecida de Goiânia, em contextos urbanos muito diferentes (ver Mapa 3). A Beira da Mata, está localizada no bairro Independência Mansões, na macrozona “Cidade Livre”, marcada pelo uso residencial unifamiliar, derivado de loteamentos promovidos pelo poder público. A comunidade ocupa três zonas básicas: Zona Especial de Proteção Ambiental I (ZEPA I), que corresponde às faixas bilaterais de largura mínima de 30 metros ao longo do córrego Santo Antônio, destinadas a preservação de mata ciliar; a ZEPA II, faixas bilaterais de amortecimento da ZEPA I, com largura de 50 metros, destinadas a ocupação de baixa densidade e de edificações horizontais; e a Zona de Uso Misto I (ZUM I), para usos residenciais e comerciais. A Ocupação Jatobá está na divisa entre as macrozonas “Expansul” e “Zona da Mata”, na ZUM I, encostada na Zona de Desenvolvimento Econômico (ZDE). Está em frente ao Eixo de Desenvolvimento Econômico, composto por rotas de escoamento das atividades produtivas. Portanto, a Ocupação Jatobá está entre o urbano e o rural, em áreas destinadas às atividades industriais, agropecuárias e extrativistas, que geram impacto de vizinhança incompatível com o uso residencial (Aparecida de Goiânia, 2016).

Mapa 3 - Localização das ocupações urbanas no mapa de macrozoneamento (no canto direito) e mapa de zonas básicas e eixos de integração.



O censo do IBGE (2022) identificou 216.870 domicílios no município, sendo 86,39% casa e apenas 10,48% apartamentos, portanto, um município de paisagem pouco verticalizada. 60,76% das residências estão conectadas à rede de esgoto e 72,3% ligadas à rede de abastecimento de água. O levantamento apontou a existência de 8 favelas e comunidades urbanas em Aparecida de Goiânia, com 8.222 habitantes, sendo a população predominantemente negra⁴⁹ (78,66%). Entretanto, as ocupações desse estudo não foram cadastradas na pesquisa do IBGE, juntamente com duas outras comunidades identificadas em mapeamento próprio.

3.1.1. Ocupação Beira da Mata

A Ocupação Beira da Mata, inicialmente chamada de Beira-Mar, começa em 25 de fevereiro de 2021, resultante de um conjunto coordenado de expulsões de famílias de baixa renda que ficaram ainda mais empobrecidas durante a pandemia de Covid-19. As histórias das entrevistadas são bastante parecidas - iniciam com o desemprego de pessoas que, provavelmente, já estavam em serviços informais e esporádicos, sem direitos trabalhistas. As entrevistadas 2 e 6, foram dispensadas do serviço em situações de fragilidade - a primeira estava grávida e a segunda adoeceu. Em consequência do desemprego, essas mulheres e suas famílias não conseguiram manter a moradia de aluguel, sendo despejados. Algumas, antes de ocuparem, moraram em situação de coabitação com parentes e amigos, uma situação bastante incômoda, principalmente quando se mora de favor, como relata a entrevistada 7.

Entrevistada 1: Antes da pandemia, eu trabalhava, meu esposo trabalhava, aí meu esposo sofreu um acidente e a gente morava com a minha mãe. Meu irmão tem três filhos autistas, e aí meu irmão também perdeu o emprego, foi morar dentro da casa da minha mãe. Então, a casa da minha mãe ficou sobrecarregada, e aí a gente não tinha mais espaço, como viver lá, as coisas estavam muito difíceis.

Entrevistada 2: Quando eu pensei em vir pra cá, eu estava grávida do meu segundo filho. Eu tinha acabado de sair do serviço. E aí a gente estava com um pouco de dificuldade para estar pagando energia, aluguel, água. A gente estava pagando aluguel, e ao invés de pagar energia, a gente tinha que comprar comida.

Entrevistada 5: E quando eu vim, eu vim com bastante sofrimento, sem poder pagar aluguel, água, luz... Vim devendo os “senhorinhos” onde a gente morava. Eles não esperam, eles botam a gente para fora. [...] A gente teve que juntar todo mundo num lugar só, por não ter dinheiro para pagar aluguel, morando umas 12 pessoas.

Entrevistada 6: [...] como eu peguei covid, meus patrões me mandaram embora, sem direito a nada. E assim, recente que eu tive a covid, eu perdi meu pai. Então, era muito difícil pra mim, eu trabalhar, eu que cuidava dele. E aí veio a covid, eu entrei em depressão. Então, eu perdi o emprego, eu não tinha onde morar.

⁴⁹ Conforme o art. 1º do Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010), inciso IV, a população negra são “o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (Brasil, 2010). Neste caso, 66,92% dos moradores das favelas e comunidades urbanas de Aparecida de Goiânia se autodeclararam pardos, enquanto 11,74% pretos e 21,05% brancos (IBGE, 2022).

Entrevistada 7: E foi difícil, porque antes eu morava com a minha sobrinha, morei com a minha irmã, depois eu fui morar com uma amiga, e depois essa amiga minha viajou. [...] É que eu vim pra cá com a intenção de trazer um filho meu que morava com a minha filha. Eu queria ter um lar, pra mim e pra ele, que dá pra nós viver, e pra me sair da casas dos outros também, da casa dos parentes, pois a gente é mal recebido. Daí fui morar com uma colega, morei com ela por 6 meses.

O processo de ocupação não foi planejado, o número de moradores foi crescendo a partir do acolhimento/solidariedade dos primeiros moradores com outras famílias que precisavam de abrigo, ao comunicarem à existência do território e ajudarem na aquisição de um lote. A família da liderança da comunidade (entrevistada 1) foi uma das primeiras a ocupar a área, sendo ela uma importante figura neste processo:

Entrevistada 1: Foram chegando famílias e famílias, com as mesmas histórias, na mesma situação, e a gente foi acolhendo essas famílias que precisavam. E fazendo, como se diz, a coletividade, e construindo uma comunidade, que hoje é a comunidade Beira da Mata.

Entrevistada 2: Aí...uma amiga nossa, a entrevistada 4, morava aqui já e chamou a gente. Disse que tinha um lote disponível. E aí a gente veio conhecer. E aí a gente veio pra cá, porque estávamos deixando de pagar energia para comprar comida. Então a gente estava num momento difícil, e com mais um bebê...e eu estava desempregada na época. A gente pegou, juntou um pouquinho de dinheiro, veio pra cá, montou uma barraca nossa.

Entrevistada 3: Então quando eu cheguei até aqui...assim, a minha família nunca foi de ter convívio, de ter apoio, nada...assim de boas convivências, mas foi isso que eu vim para cá. [...] quando eu cheguei aqui, eu fui muito bem acolhida.

Entrevistada 5: Por conta da entrevistada 1, a gente conseguiu aqui e veio pra cá, senão a gente estava na rua, ou debaixo da ponte. [...] graças a Deus, hoje a gente tem onde morar, e graças a Deus, nós temos onde ficar, porque antes, não tínhamos. Minhas coisas foram despejadas, por eu não ter onde ficar.

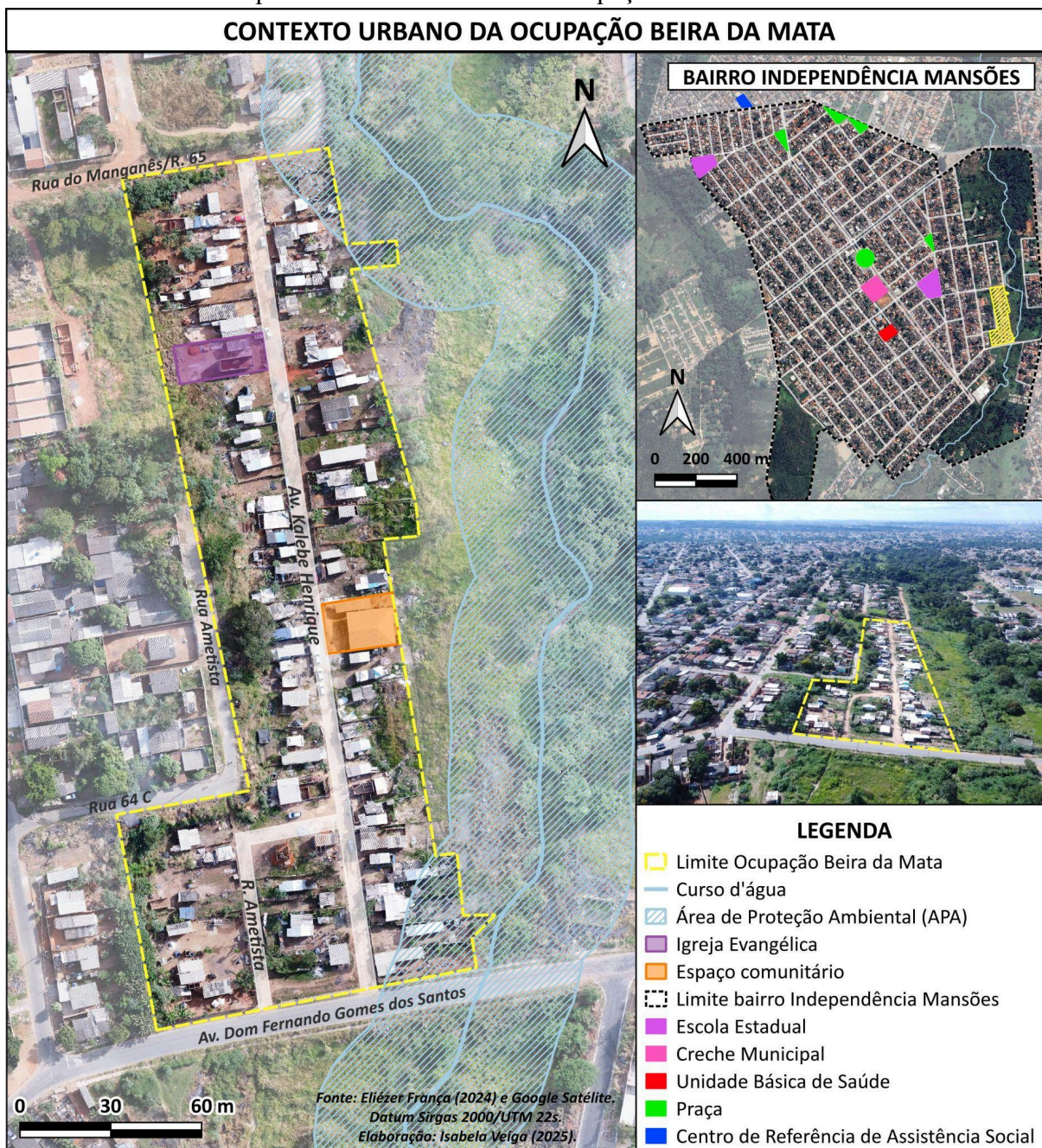
Entrevistada 6: Então, eu perdi o emprego, eu não tinha onde morar. E aí, a minha irmã morava aqui..., ela conversou com a entrevistada 1, que me ajudou. [...] até hoje estou desempregada, com problemas de saúde, fiz uma cirurgia no olho. Então não estou podendo ir trabalhar. Mas, eu estou olhando as crianças em casa. Como diz os meninos, eu sou a avó de todos da comunidade, que esses meninos não podem me ver (risadas), e sou grata por isso. Graças a Deus, Deus me deu esse dom de ter muito amor pelas crianças, as crianças se apegam muito comigo. E eu tenho só que agradecer, a entrevistada 1, o marido da entrevistada 1, a entrevistada 4 também. Porque eu não tenho família aqui, a minha família é o pessoal da comunidade.

Entrevistada 7: E eu fiquei sabendo da invasão, ocupação Beira da Mata. Como eu morava de favor, eu falei: “vou lá, vou tentar”. Aqui eu senti mais à vontade, me senti mais bem.

Algumas das falas expressam o sentimento de gratidão à comunidade, pelo acolhimento e rede de solidariedade formada pelos moradores, criando assim, um senso de pertencimento. Percebe-se também que a legitimação da liderança comunitária (entrevistada 1), decorre da sua solidariedade nesse processo de ocupação, sendo citada em algumas falas associada ao sentimento de gratidão. Atualmente, a comunidade soma 78 famílias, sendo a prioridade abrigar mães solas e casais com filhos. São as mulheres que, geralmente, são mais participativas e responsáveis pelas atividades comunitárias, por conseguinte, são proclamadas lideranças pelos demais.

A área ocupada é, em sua maior parte, privada com alguns trechos dentro da área pública de preservação ambiental (ver Mapa 4). Está localizada na periferia do bairro Independência Mansões, já bem consolidado, com a presença de equipamentos públicos básicos. Conforme o relato da liderança comunitária (entrevistada 01), a área nunca teve função social, e o dono é desconhecido, sendo utilizada para descarte de lixo.

Mapa 4 - Contexto urbano da Ocupação Beira da Mata.



Fonte: Eliézer França (2024), GoogleMaps (2025), alterado pela autora (2025).

A topografia do terreno é bastante acidentada, abaixo do nível das vias de acesso (a Avenida Dom Fernando Gomes dos Santos e Rua 65), e em declive na direção do córrego

Santo Antônio, com presença de encostas e erosões no solo (Figura 19). As entrevistadas relembrou as dificuldades socioambientais para reestruturar o espaço material do território, principalmente, no período de chuva, quando ocorrem enxurradas.

Figura 19 - Topografia acidentada e presença de encostas na área ocupada.



Fonte: Eliézer França (2024).

Atualmente, o córrego tem sido utilizado para lazer, principalmente, das crianças, porém, no início, as mesmas águas eram utilizadas para lavar roupas e vasilhas. No caso da energia, segundo a entrevistada 8, inicialmente era distribuída através da emenda de várias extensões, o que gerou pequenas explosões e estragos de aparelhos eletrônicos.

Entrevistada 3: E quando eu cheguei aqui, eu fui para o barraco de Lona, e eu sofri muito no tempo da enxurrada, foi difícil. [...] E assim...eu sofri nesse tempo da chuva, todo mundo passou por dificuldade também, porque ficou de difícil acesso para as pessoas entrar com o carro, muita lama, a estrada ficou muito ruim.

Entrevistada 4: Aí...quando eu venho pra cá, foi no mês de fevereiro, março, no tempo da chuva e ventania. Aí nós fizemos a nossa barraca, vinha o vento e derrubava. Nós fazíamos nossa barraca de novo e o vento derrubava.

Nós íamos lá (no córrego) lavar roupa, lavar vasilha,...era a única água que tinha. Nós usava bastante essa água.

Entrevistada 6: [...] quando é tempo de chuva, as barracas da gente não têm segurança. A gente tem que pedir muito a Deus para proteger a gente.

Entrevistada 8: Não tinha essa rua (a Av. Dom Fernando Gomes dos Santos), o acesso aqui era muito difícil, tanto que só tinha que lá, onde asfaltou agora. Eu tive que carregar os meus materiais num carrinho de mão com o falecido, Seu F., que me ajudou a fazer o meu primeiro barracão. Foi muito difícil. Quando eu vim pra cá, não foi no despejo, foi depois. Mas não tinha água, não tinha energia. Nós pegava uma extensão com a outra, e ia emendando, emendando até chegar aqui em cima.

A água,...tinha um tanque que era da entrevistada 1 O tanquinho, que era para lavar roupa, ficava lá na associação, que era uma lona esticada de caminhoneiro. Tinha fogão que a entrevistada 1 fazia comida pra gente, porque quem não tinha comida em casa, a entrevistada 1 chamava, pra fazer o panelão pra todo mundo comer. Aí nós buscava água na bica, e a água dali começou a adoecer as crianças. Aí para lavar roupa, nós lavava no tanque da entrevistada 1, nós ficava revezando, pegava água no balde pra trazer. Aí foi uma luta bem grande. Mas aí nós pegava a extensão, ligava um no outro, e no outro, e no outro, aí a minha extensão era maior, ligava na da entrevistada 4, ligava da entrevistada 7, ligava na da A., e na do R.. Ligava 5 casas no T, e quando chovia, nós ficava sem energia, porque tinha que tirar as extensões.

Tirava correndo, pra não dar “pipoco”, mas deu uma duas ou três vezes. Que nós saiu correndo pra desativar. Mas aí, graças a Deus, nós tá aí na luta.

Percebe-se, portanto, que os moradores atuaram colaborativamente para lidar com a precariedade socioambiental e falta de infraestrutura urbana básica, criando estruturas improvisadas (muitas vezes perigosas, como a fiação de energia), que foram sendo melhoradas, gradativamente, pela comunidade. O problema de lama e dificuldades de acesso ao território melhorou bastante com o asfaltamento da Rua 65 e o patrolamento das Ruas internas da ocupação. A comunidade estruturou o sistema alternativo⁵⁰ conhecido como “gato”, com ligações com ramais de água e energia elétrica próximos do território. A eletricidade é distribuída para os postes de madeira em frente aos lotes, e a água através de mangueiras e canos que percorrem o território. O esgotamento sanitário é por meio de fossas rústicas ou despejo no solo à céu aberto.

A área ocupada foi loteada com um traçado semelhante ao das demais quadras do entorno. Os lotes foram divididos em sua maioria, inicialmente, com larguras parecidas, cerca de 12 metros. Com o aumento das famílias, e após os despejos na ocupação, a maioria dos lotes foram divididos em 2, reduzindo a testada para cerca de 6 metros, sendo classificados pelo número do lote e número da casa (ver Figura 20 e 21).

Figura 20 - No canto esquerdo, um lote de cerca de 12 metros de testada, e os demais lotes com cerca de 6 metros.



Fonte: Eliézer França (2024).

Figura 21 - Placas na fachada dos lotes.



Fonte: autora (2025).

⁵⁰O termo “alternativo” é utilizado, por se tratar de uma alternativa encontrada pelos moradores de acessar recursos fundamentais associados à dignidade humana, que deveriam ser garantidos pelo Estado, entretanto são mercantilizados. Em 2010, inclusive, a Assembleia Geral da ONU declarou que a água potável e saneamento são direitos humanos universais (Resolução 64/292 de 2010).

Quando iniciei o contato com a ocupação, em fevereiro de 2024, a maioria das habitações eram barracos de lona improvisados. Havia 15 moradias emergenciais, projeto da Organização Não Governamental (ONG) TETO, que são edificações de 15 m² a 18 m², construídas com peças pré-fabricadas em madeira, algumas com fossa séptica agroecológica com bananeiras⁵¹. Algumas das entrevistadas receberam as “casinhas da TETO” (palavras delas), sendo gratas por isso. A seleção ocorre por meio de sorteio das famílias, que devem ajudar na construção das edificações. Foram percebidas, apenas, 2 casas em alvenaria, entre estas, a moradia de uma senhora de mais de 110 anos, feita em sistema de mutirão pela comunidade para garantir um pouco mais de conforto para a idosa (figura 22).

Figura 22 - A primeira casa de alvenaria foi construída em mutirão para uma idosa de mais de 110 anos.



Fonte: Alex Sandro Pereira (2022).

No início de 2025, percebeu-se muitas moradias sendo construídas em alvenaria, decorrente do processo de consolidação dos moradores no território e pequena melhora nas condições socioeconômicas pós-pandemia. A entrevistada 4, por exemplo, que foi para ocupação desempregada, relata que conseguiu trabalho de carteira assinada, o que possibilitou reforçar a sua moradia, construindo em alvenaria:

Entrevistada 4: Depois do despejo (em setembro de 2021) que a gente foi se organizando, em 4 ou 5 meses, eu arrumei um serviço e comecei a trabalhar. Fiz uma barraca mais reforçada, coloquei um telhado bom na barraca que eu fiz, depois que eu comecei a trabalhar...É...Aí fui...Eu comecei a trabalhar fichado e já vai fazer uns 2 anos nessa firma. [...] Fui arrumando a minha casa, construí em alvenaria. E hoje eu estou mais avançada, porque eu hoje eu estou em casa de alvenaria, tudo mais organizado.

⁵¹ Disponível em: <https://br.techo.org/o-que-fazemos/>

Ao comparar as imagens de 2022 e 2025 (Figura 23), é possível identificar o aumento das casas de alvenaria, que são construídas pelos próprios moradores, e o adensamento das construções, o que se deve também ao crescimento do número de famílias e reparcelamento dos lotes.

Figura 23 - Fotografias da ocupação em 2022 (acima) e 2025 (abaixo) demonstram o adensamento na área e aumento de moradias em alvenaria.



Fonte: Alex Sandro Pereira (2022 e 2025).

Há um espaço comunitário que, anteriormente, era coberto com lona, mas com ajuda da TETO foi construída uma cobertura com uma estrutura de madeira mais resistente e telhas de fibrocimento (ver Figura 24). O local é utilizado pela associação de moradores que se reúne para debater questões do território. A entrevistada 1 declara que a comunidade foi mais organizada coletivamente nos períodos mais difíceis, se referindo, provavelmente, ao início da ocupação na pandemia e após os despejos. Interpreta que isso se deve a uma melhora na condição econômica dos moradores de um modo geral:

Entrevistada 1: A comunidade, no começo a gente se organizava muito de forma coletiva, porque a gente precisava sempre estar mais coletivo. Hoje, infelizmente não está tão nessa coletividade. O pessoal já estabilizou mais, muita gente foi trabalhar fora, já estão mais bem, vamos dizer. E aí não tem muita essa coletividade. Existe sim, a nossa reunião. Quando acontece alguma coisa na comunidade, a gente junta o pessoal, faz uma reunião para poder debater sobre a pauta, para resolver. E, às vezes, não comparece todo mundo que nem antigamente. Antigamente, se chamava não cabia gente, hoje é menos. Mas continua tendo a coletividade, né?! Nossa associação é mais para isso: para a reunião, é para a gente receber doação para poder ajudar a comunidade, o espaço é para isso.

Figura 24 - Associação de Moradores da Ocupação Beira da Mata: (a) vista externa do espaço comunitário; (b) Aniversário de 3 anos da ocupação; (c) confraternização de Dias das Mães.



Fonte: Eliézer França (2024); autora (2024 e 2025).

A entrevistada 3, concorda que a “coletividade” (colaboração, participação ou cooperação) não é um princípio adotado por todos, porém, ainda assim, há bastante união e solidariedade por parte dos moradores. A sede da Associação de Moradores, além de atender às reuniões, também é um espaço para confraternizações, onde recebem doações e visitas de grupos ou projetos que queiram ajudar a comunidade. Há um parquinho ao lado, onde as crianças brincam. Todo ano é comemorado o aniversário da ocupação nesse espaço, com bolo e comidas preparadas pelos moradores de maneira compartilhada (ver Figura 24). Portanto, é um ponto de referência dentro do território:

Entrevistada 3: [...] quando eu cheguei aqui, eu fui muito bem acolhida. E até hoje, a gente somos unidos. Quando uma precisa da outra, eu chego “ei entrevistada 1, me dá um leite que eu estou precisando” e ela também. A gente aqui, entre a gente, a gente se ajuda da forma que a gente pode. Se uma não tem e a outra tem, a gente divide. A gente corre atrás, e ajuda um ao outro. Então, não é todo mundo, como ela falou, que tem essa coletividade de um estar se ajudando. Como na parte da construção da associação, muitas vezes, quase nem um dos moradores está presente, faz vista grossa às vezes, e aí fica difícil também, porque eles (os voluntários da ONG TETO) trabalham sozinho. E a associação é nossa segunda casa, porque tudo que é coisa, nós corremos para lá. E, é onde nós temos a oportunidade de estar todos juntos, e a gente conversar, de manhã tomar um café. A gente também tira um tempinho pra poder ficar lá, para as crianças brincarem na associação.

Outro local de reunião é a Igreja Assembleia de Deus, dentro da ocupação (Figura 25). Além dessa denominação, é bastante frequente a presença de grupos religiosos filantrópicos na comunidade, que levam doações e fazem pregações. As doações e campanhas de solidariedade dos variados grupos, segundo a entrevistada 4, são importantes para suprir as necessidades mais básicas das pessoas que moram ali, fortalecendo-as em períodos de maior vulnerabilidade, para que possam buscar alguma autonomia:

Entrevistada 2: O despejo foi na época da pandemia, estava muito difícil arrumar emprego. Então, a gente tinha que contar com a ajuda de doadores mesmo, tanto para alimento, quanto para roupa, essas coisas. Então, os doadores ajudaram muito nessa época, eles doaram muita cobertura para o pessoal. Então, essa foi a ajuda que a gente teve para ir firmando as pernas, né?!

Entrevistada 4: Desde o começo, quando eu vim pra cá, quando teve o primeiro e segundo despejo, nós já começamos a ter doadores. Nós tivemos doadores de muitas coisas, de roupa, cobertor, cestas. Os doadores que vêm ajudou a gente bastante. Se não fosse eles, ia ser mais difícil ainda pra nós conseguir, que já não era fácil. Aí vinha os doadores, doavam muitas coisas boas, roupas, cestas, cobertores,... E cada um de nós foi fazendo as suas atividades - alguns vendendo alguma coisa, outro manicure, eu fui trabalhar de carteira assinada, e assim por diante.

Participante 5: Quando eu vim pra cá, por conta da gente precisar de mudar, essas coisas, a gente teve a ajuda da comunidade, veio doadores que ajudou a gente com cobertura, com alimento, que a gente não estava tendo. Foi bastante doadores que ajudaram a gente, do pouco que eu estou aqui, graças a Deus, é bastante gente que vem ajudar a gente.

Figura 25 - Igreja Assembleia de Deus dentro da comunidade Beira da Mata.



Fonte: Autora (2025).

Apesar do acolhimento dentro da comunidade, seus moradores são alvos da estigmatização social, tratados como invasores e criminosos por grande parte da sociedade civil. É ainda pior a relação com os agentes de segurança pública, que agem com preconceito e repressão violenta:

Entrevistada 3: E assim, o dia-a-dia da gente não é fácil aqui na comunidade! Porque às vezes vem polícia, e eles não querem saber quem é bandido, eles tratam todos nós como bandidos, pela questão da gente morar aqui, né? É difícil, porque a gente leva a culpa, sendo que somos cidadãos de bem. E pode ter, todo lugar tem, mas, às vezes, ao invés de irem atrás do bandido, vão atrás das pessoas honestas; e às vezes batem, e todo mundo se cala por conta do medo deles.

Entrevistada 6: [...] não é fácil, porque a gente tem muito preconceito. Às vezes, você precisa de uma ajuda: ‘ah, mas você mora lá naquela ocupação, lá só tem bandido, eu não vou, eu não posso ajudar, não tenho o que fazer.

Em setembro de 2021, quando somavam 56 famílias, a ocupação sofreu dois despejos administrativos⁵² a mando da Prefeitura Municipal, sem prévia notificação dos moradores, o primeiro no dia 18 e o segundo no dia 27. A justificativa utilizada para a ação foi a degradação ambiental da ZEPA I, no trecho da Área de Preservação Ambiental - APA - Serra das Areias⁵³ (CNDH, 2022). Conforme as entrevistadas 1 e 4, que passaram pela remoção forçada, na primeira ocasião, os agentes públicos esperaram os ocupantes retirarem os seus

⁵² Despejo realizado por um órgão administrativo sem uma ação judicial.

⁵³ Disponível em:

<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/56-familias-sao-despejadas-de-ocupacao-em-aparecida-de-goiania-354671/>.

pertences das moradias antes de derrubá-las. Porém, por não terem para onde ir, permaneceram na área e, rapidamente, reconstruíram suas barracas. No segundo despejo, que aconteceu às 6 horas da manhã, houve “muita truculência”, com a presença da Polícia Militar (PM), Guarda Civil Metropolitana (GCM) e de agentes públicos da Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia. Conforme as moradoras, todos apanharam: crianças, idosos, adultos (Figura 26). A violência física e patrimonial foi acompanhada de violência moral e simbólica:

Entrevistada 1: A gente estava ocupando por quatro meses, quando a gente sofreu o primeiro despejo. Um despejo que não teve truculência, eles chegaram ainda a conversar, deixaram a gente tirar as nossas coisas. E a gente falou para eles: “você não vai tirar, mas a gente vai ter que voltar, porque como é que vai fazer? A gente não tem para onde ir. Vai ficar onde? No meio da rua?” E aí, quando eles foram embora, a gente voltou de novo, passamos a noite construindo a barraca, para amanhecer o dia e a gente já estar com a barraca pronta. Quando foi 15 dias do primeiro despejo, a gente sofreu o segundo despejo. E o segundo despejo foi com muita truculência, eles vieram já, muito agressivos. Veio a polícia, veio a GCM, a prefeitura. E aí, eles vieram batendo na gente, tirando a gente que nem cachorro, batendo nas crianças. Na época, meu marido de muleta apanhou, eu também apanhei. Eu fiquei...até hoje...tenho sequelas no meu joelho. Isso foi muito triste, a gente ficou lesado materialmente, porque destruiu nossas barracas de novo, a gente tinha acabado de construir, que já tinha sido destruído; e sentimentalmente, porque a gente foi xingado, de lixo, chamado de vagabundo, de ladrão. E a gente não é isso, a gente trabalha também, corre atrás. A gente tem só uma diferença com as pessoas que tem casa, que é o CEP, a gente não tem esse CEP, mas eu creio que isso também não faz a gente muito diferente não. A gente é igual, mas infelizmente na vista da sociedade, quem não tem CEP, quem não tem moradia, não é ninguém, é invisível.

Entrevistada 4: [...] eu estava aqui teve o primeiro despejo, só que esse não foi tão violento como no segundo despejo. [...] no segundo despejo, eles vieram com muita violência. Batendo em todo mundo, nas crianças, nos idosos. Não queriam saber. Queriam passar a patola em cima das barracas onde as crianças estavam dormindo. Eles não queriam saber de nada!

Figura 26 - Imagem do território após o despejo em matéria do Jornal O Popular.



Fonte: Diomício Gomes (2021).

A partir do segundo despejo, a ocupação recebeu apoio da CDZ, que levou o caso para a DPE-GO. Esta, por sua vez, entrou com uma Ação Civil Pública (ACP) de requerimento liminar da suspensão de reintegração de posse, conforme previsto na ADPF 828. A solicitação foi negada pela juíza de 1º grau, porém a DPE recorreu com agravo de instrumento, conseguindo a suspensão da desocupação por tempo indeterminado, sob pena do município ter que pagar multa diária de 100 mil reais. A comunidade também recebeu ameaças de remoção de forma ilícita por parte de uma pessoa acompanhada por uma viatura da PM, alegando que era advogado do proprietário da área. Entretanto, o indivíduo não apresentou qualquer documento que provasse alguma decisão judicial ou administrativa, e os moradores não receberam tal notificação (CNDH, 2022).

Através da mobilização dos moradores e da CDZ, o segundo despejo da ocupação foi amplamente divulgado nas redes sociais, nos jornais digitais, impressos e televisivos (ver Figura 27). Em nota para a imprensa, a Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia alegou que não havia ninguém no local, apenas estacas dividindo os lotes e algumas barracas de lona. Portanto, sugerindo a invasão da área para interesses mercadológicos, de comercialização de lotes ilegais ou grilagem. Entretanto, os moradores gravaram o momento da desocupação, mostrando o contrário⁵⁴. As gravações dos moradores apareceram em algumas cenas do documentário “Entre Lonas e Estacas”, produzido pela DPE-GO. Também foi dito em nota que as famílias seriam cadastradas pela secretaria de habitação para participar do sorteio de unidades habitacionais produzidas pelo programa Casa Verde e Amarela (o Minha Casa Minha Vida rebatizado no governo Bolsonaro)⁵⁵.

Figura 27 - Reportagem do Jornal Brasil Central na ocupação entrevista moradores.



Fonte: Jornal Brasil Central (2021).

⁵⁴ Compilado de vídeos gravados pelos moradores da ocupação Beira da Mata durante o despejo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uIryzAH97KM&t=2s>. Acesso em: 1º maio de 2025.

⁵⁵ Reportagem do Jornal O Popular. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/familias-sofrem-despejo-em-aparecida-de-goiania-1.2326690>. Acesso em: 30 abr. 2025.

O momento após a tentativa de expulsão do território, foi de muita união e solidariedade para passarem pelo desabrigo e medo de serem violentados novamente. Nesse contexto, a comunidade já tinha práticas de cozinha solidária, com os moradores compartilhando o pouco alimento que possuíam e, principalmente as mulheres, preparando as refeições. Também precisaram dormir todos juntos debaixo da mesma lona:

Entrevistada 1: [...] Quando teve o segundo despejo, a gente começou a dormir todo mundo junto na associação, porque era a única lona que tinha sobrevivido, e a barraca que dava para acolher todo mundo. Então todo mundo dormia lá com medo de chegar alguém para fazer mal, querer matar a gente, a gente ficava muito junto lá.

Entrevistada 4: Aí depois do segundo despejo, 15 dias depois do primeiro, nós ficamos morando aqui, na luz de vela, né entrevistada 1? (ela confirma). E para nós fazer comida era no fogão de lenha, a gente fazia no tacho para todos os moradores que estavam aqui com nós, para todo mundo comer. E nós dormia na rede, embaixo do pé de árvore. Até que nós conseguiu arrumar a energia depois de quatro meses, nós conseguiu arrumar a energia de pouco em pouco. Depois nós conseguimos arrumar água, porque nós pegávamos em um poço artesiano que tem ali pra baixo, e a água vinha com muito gosto de ferrugem. Aí, depois de uns dois ou três meses que nós conseguimos arrumar água. E que foi melhorando, melhorando, e nós estamos aí.

Através do contato com a CDZ após a remoção forçada, a ocupação conheceu o MTD-GO, e se uniu ao movimento para lutar pela moradia e pelo acesso aos direitos sociais. O movimento tem mobilizado os moradores para ações reivindicatórias e atividades pedagógicas, como os Círculos de Cultura, para a conscientização dos ocupantes de seus direitos. A liderança comunitária, ao falar do MTD-GO, demonstra esse entendimento dos direitos, e denuncia o Estado por não garantir o que é um direito social:

Entrevistada 1: Quando a gente sofreu o segundo despejo, a gente teve uma ajuda muito grande aqui, que foi o pessoal do MTD, o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos. Eu até brinco muito com a A. (liderança do MTD-GO), eu falo que ela é a mãe da comunidade Beira da Mata, porque através deles...eles vieram com tudo para acolher a comunidade. Sempre andou junto com a gente. Quando tinha alguma coisa que a gente ficava preocupada, algum carro suspeito, a gente ligava para eles, e eles entravam em contato com o pessoal da Defensoria, para estar vigiando, ajudando a gente, que a gente tinha muito medo. [...] Então tinha esse apoio do pessoal do MTD, até hoje eles estão junto com a gente também ajudando. Se a gente participou de alguma passeata em prol da comunidade, em prol da moradia digna, foi através deles, eles que conseguiram ônibus, eles que correram atrás. [...] Foi ensinando a gente o que era direito, que a gente não estava fazendo nada errado, que a gente estava aqui, porque precisava, porque está na Constituição Federal Brasileira, que a gente tem direito de moradia digna. Essa lei foi criada em 1988, e a gente quer que ela saia do papel, e venha atender as famílias, em extrema vulnerabilidade social. [...] Estamos com 78 famílias, em extrema vulnerabilidade social. Temos uma senhora de 110 anos. Quando a gente fala assim a gente fica até triste, 110 anos esperando o seu direito de moradia. Aí, qual que é os critérios da prefeitura, né?! Eu já perguntei para o secretário de habitação: “qual é o critério?” Eu vou para o meu 8º filho, quanto filhos tem que ter? É 20 filhos? É 150 anos? Porque uma senhora de 110 anos, uma mulher de 8 filhos, já tem que estar dentro, né?! E nunca teve casa. Eu estou inscrita no MCMV já tem 12 anos, eu nunca fui chamada. Meu irmão, foi 9 anos com 3 filhos autistas, para poder conseguir um apartamento pelo MCMV. Então, a gente fica muito triste. Infelizmente, essas

casinhas do MCMV é só sonho mesmo, porque acaba atendendo as pessoas que são familiares deles lá. Porque, para as pessoas que realmente precisam, que têm direito, eles não chega. Então, a gente acaba ocupando, para não morar na rua. Enquanto morar for privilégio, ocupar é certo, porque as pessoas precisam.

A partir da CDZ-GO e do MTD-GO, em agosto de 2022, a ocupação recebeu a visita da Missão-Denúncia que colheu os relatos da comunidade sobre as violações de direitos que vivem. Muitas das violações estavam relacionadas a falta do CEP, como: dificuldade de realizar matrículas escolares, serem atendidos em postos de saúde e, até mesmo, ter a inserção no Cadastro Único (CadÚnico) negado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), para poder acessar programas sociais. Na entrevista grupal, essa também foi uma das reclamações que se sobressaiu:

Entrevistada 2: E até hoje a gente enfrenta muita dificuldade, até para marcar uma consulta no postinho, um exame para os nossos filhos, porque a gente não tem o CEP, não tem um comprovante de endereço.

Entrevistada 3: Mas assim, a dificuldade maior, é a rede de esgoto, escola, mercados,...que é difícil pra gente que tem criança pequena, para estar se deslocando para... ir pro postinho, para ir no hospital. [...] A questão de saúde mesmo, a questão de postinho, é difícil para estar marcando, consultando...por exemplo, eu mesma, estou passando por uma dificuldade, já tem quatro meses que eu estou correndo atrás de uma consulta para retirar o meu DIU, e eles não fazem nada. Falam que aqui não tem ginecologista, que não tem médicos especialistas para atender. E é difícil! Pela questão do CEP, porque o CEP vale muito. E às vezes eles deixam de nos atender, até de nós conseguir pegar cartão,...é isso aí

Entrevistada 5: Falta muita coisa, esgoto, o CEP, que para a gente trabalhar, a gente não consegue, tem que pegar endereço de outras pessoas.

Entrevistada 6: Você precisa de um médico, você não tem CEP, você não tem o que fazer. Então, você precisa ficar atrás das autoridades para ver o que pode fazer para te ajudar.

Atualmente, os habitantes utilizam um “Termo de Declaração de Residência” emitido pela DPE-GO, conforme a Lei 7.115/1983⁵⁶, que comprova residência na ocupação e utiliza um CEP válido da Rua do Manganês, próxima ao território.

A comunidade também esteve bastante presente nas atividades pela prorrogação da ADPF 828. No 30M, grande Ato em Brasília, os ocupantes foram em peso, e a moradora centenária, na época com 108 anos, quis participar também, sendo assistida pelos demais para que ficasse confortável. Em 2022, o Grito dos Excluídos finalizou a caminhada na comunidade. Também tem recebido projetos de pesquisa e extensão universitária, como o “Análise da Paisagem Urbana na Ocupação Beira da Mata”, vinculado a esta pesquisa de mestrado, que tem como produto final a elaboração de um diagnóstico socioambiental do

⁵⁶ A Lei 7.115/1983 “dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências”, com emissão de declarações nos seguintes casos “prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes” (Brasil, 1983).

território, com a finalidade de compartilhar contribuir com a comunidade para esta planejar práticas para prevenção dos riscos socioambientais.

3.1.2. Ocupação Jatobá

A Ocupação Jatobá está na franja urbana de Aparecida de Goiânia, localizada no Setor Buenos Aires, que tem uma distância de cerca de 10 km do centro da cidade. Contudo, ainda está dentro do perímetro urbano do município. A paisagem do bairro é marcada pela presença de chácaras, empreendimentos econômicos do primeiro e segundo setor, como fazendas de monocultura, pecuária e agroindústria. O equipamento urbano mais próximo da ocupação é o Cemitério Municipal Jardim da Esperança, há cerca de 200 metros, onde começa o asfalto para quem parte da comunidade (Mapa 5). A ocupação é composta por 7 lotes divididos com áreas desiguais, onde moram 7 famílias de baixa renda, formadas por migrantes dos estados do Maranhão, Bahia e Tocantins, sendo apenas alguns dos filhos nascidos em Goiás.

Mapa 5 - Contexto urbano da Ocupação Jatobá.



Fonte: Eliézer França (2024) e Google Satélite (2025), elaborado pela autora (2025).

A ocupação originou-se do loteamento irregular de uma gleba de proprietários desconhecidos, sendo os lotes vendidos por diferentes pessoas, sem documentação, por cerca de R\$1.000,00 - “Era só palavra mesmo, acreditando um no outro” (entrevistada 1). A ocupação da área se iniciou em 2018, com um dos lotes já ocupado, porém os demais moradores compraram os terrenos e se mudaram no final de 2019 e começo de 2020, durante a pandemia de Covid-19. Como relata a entrevistada 1, a compra dos lotes foi uma

oportunidade de sair do aluguel, o que comprometia uma grande parcela da renda familiar. Conheceu a área por intermédio de um amigo da família que comprou um dos lotes para ficar longe das aglomerações durante a crise sanitária e porque havia ficado desempregado. Assim que adquiriu o terreno, buscou ela e sua família para ficarem no lugar durante um tempo. Levaram colchões, mantimentos, construíram uma barraca de lona e foram criando vínculos com o lugar. Logo, a família da entrevistada 1 também comprou um lote, e chamou parentes e amigos que passavam dificuldades com o aluguel em Goiânia para fazerem o mesmo:

Entrevistada 01: Aí já fomos chegando e avisando para os outros meninos que moravam de aluguel também, já fomos avisando pro meu cunhado “ali tem um pedaço, vai lá e compra”, que era baratinho. Vamos juntar todo mundo pra comprar e depois correr atrás dos objetivos. [...] Era, porque sempre a gente morava de aluguel, na mesma rua, aquele conhecimento de um com o outro. Então a gente disse “não, como a gente mora de aluguel, vamos morar todo mundo junto, porque quando for resolver alguma coisa, junta todo mundo e resolve”. Nós é parente aqui, tudinho. Porque tem a primeira, a minha casa, a segunda é do meu cunhado, aqui já é meu menino. Aqui já é a entrevistada 4, nossa vizinha que a gente conhecia a muito tempo. Ali é da minha comadre que é outro lote. Só a I. (moradora não entrevistada) que já era daqui.

Portanto, amigos e parentes compraram os lotes e foram morar no local, a fim de, juntos, reivindicar a terra através do usucapião. As moradoras relembram que quando chegaram em seus lotes precisaram fazer a limpeza do mato alto, entulhos e pedras (ver Figura 28).

Figura 28 - Fotografia tirada por uma das moradoras após a compra do lote.



Fonte: colaboradora anônima (2020).

A área ocupada não é atendida por saneamento básico e rede de energia elétrica. A energia é acessada por meio de ligações alternativas com um ramal próximo à ocupação. Em uma ocasião, após solicitarem energia elétrica na prefeitura, a concessionária instalou três relógios, porém, não foram ligados. Mesmo assim, chegou uma conta de energia, que serve de comprovante de endereço para todos os moradores quando precisam fazer cadastros e acessar algum serviço.

Entrevistada 1: [...] na época que a gente pediu a energia, eles deram uma boeira muito grande, eles veio e instalou uns três relógios, aí veio os comprovantes de endereço, porque vinha cobrando eles, aí lá é um comprovante de endereço.

Já a água é retirada de poços rasos abertos pelos próprios moradores em seus terrenos. Devido às condições do solo, tiveram dificuldades de escavar a cisterna. Inicialmente, a entrevistada 1, que foi a primeira a conseguir acessar a água do solo, compartilhava com os demais. Segundo as entrevistadas, servidores da prefeitura e agentes de segurança pública que estiveram na ocupação apontaram que a água pode estar contaminada com necrochorume que está no solo, por causa da proximidade com o cemitério.

Entrevistada 1: A nossa (cisterna) tem 9 metros. Tem uma camada que é terra, aí na outra já é barro, aí chega nas mais escuras, e depois nas pedras, que aí é difícil.

Entrevistada 2: Só um que tinha cisterna, aí a gente ia pegando a água lá na entrevistada 01, ia pegando a água de lá. [...] Porque não dava conta de cada um abrir uma cisterna...

Entrevistada 4: Não tem asfalto, nós não temos água encanada, nossa água é da nossa cisterna, né?! Que eles mesmo, prefeitura, chegaram a falar para nós que nós não podia tomar essa água daqui, pois essas águas por causa do cemitério aqui, e que a água podia fazer mal para a gente.

Inicialmente, as moradias foram construídas com lona e restos de materiais. Atualmente, todas as famílias possuem suas casas em alvenaria (ver Figura 29). Uma das moradoras construiu sua casa com blocos de concreto que produziu em uma fôrma que a própria montou. Em um dos lotes, além de residência, também é utilizado como comércio, sendo inicialmente uma borracharia e, posteriormente, um pequeno bar (ver Figura 29, imagem à direita).

Figura 29 - Casas de alvenaria na Ocupação Jatobá.



Fonte: Eliézer França (2024).

A entrevistada 1 relembra que trabalhou bastante junto com o marido e o filho para construir sua casa aos finais de semana (Figura 30):

Entrevistada 1: [...] tinha dia que o meu marido acordava cansado, trabalhou de domingo a domingo, eu falava “vou fazer o café e toma aí, que daqui a pouco é fazer massa”. E eles faziam massa e eu carregava tijolo, carregava madeira, e já colocava no cantinho pra ficar mais fácil deles mexerem, pra levantar um lugarzinho pra gente ter um lugar digno de a gente deitar, dormir sem passar cobra por cima, passar bicho,

passar nada. O desafio foi que trabalhava igual homem. Se tivesse que catar uma enxada para capinar, capinava. Queria ver limpinho, ver organizado.

Figura 30 - Construção da casa da moradora entrevistada pelo marido, pelos filhos e por ela mesma aos finais de semana.



Fonte: moradora anônima da Ocupação Jatobá (2024).

As entrevistadas relataram o preconceito que sofrem como moradoras de uma ocupação, sendo tratadas como criminosas, invasoras e, até mesmo, pessoas doentes que transmitem o coronavírus.

Entrevistada 4: [...] para muitas pessoas não somos bem vistos aqui. Tipo assim: “eles são favelados”, “os homens não trabalham”. Pra eles os homens (moradores da ocupação) são pessoas que mexem com coisa errada. Sendo que eles não conhecem... não dá nem oportunidade de conhecer um pouco da vida da gente. Como é a convivência, do que a gente trabalha, como que a gente vive, né?!

A estigmatização social está aliada a privação de direitos básicos pela falta de uma habitação formal. A entrevistada 4 recorda que foi maltratada por uma recepcionista em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) por não ter um CEP. Era um atendimento de urgência, visto que passava mal em decorrência da sua insuficiência cardíaca, uma doença crônica. Perante a situação, recorreu à locatária do imóvel que moravam em Goiânia, pedindo emprestado um comprovante de residência. Assim, faz seus tratamentos na UPA do bairro na capital, bastante distante de onde moram atualmente:

Entrevistada 4: Quando eu cheguei lá (na UPA) que a moça pediu pra passar o endereço e que a gente falou que não tinha, ela perguntou: como eu ia fazer se eu não tinha o endereço nem de onde eu morava? Onde eu morava que eu não tinha nem o endereço? A gente foi explicar para ela e ela virou e falou para mim que então eu não morava, que eu era uma invasora. Entendeu? Ela falou pra mim desse jeito lá dentro do hospital. [...] Aí a gente não ficou lá, fomos lá para Goiânia para a Chácara do Governador, que é um postinho que tem lá. A gente pegou um talão de energia emprestado da casa da mulher onde eu morava, ela me emprestou. Então meus tratamentos são feitos todos lá (no postinho do bairro Chácara do Governador em Goiânia).

Posteriormente, quando começaram a utilizar a conta de energia como comprovante de endereço, muitas vezes, foram identificados como “os moradores da invasão”, e recebiam, novamente, um tratamento hostil:

Entrevistada 4: Aí quando começamos usar o talão de energia do padrão que instalaram aqui, muitos falavam “eu sei onde é, é lá na invasão”. A gente entende que é sim um preconceito. Às vezes a gente chegava no posto de saúde e eles falavam pra gente por a máscara que aqui nessas invasões a gente pegava covid e passava para eles.

A distância dos equipamentos urbanos e falta de transporte público é um problema que as famílias enfrentam no cotidiano. Os ocupantes solicitaram transporte escolar para as crianças e adolescentes do setor, pois além da Ocupação Jatobá, na região está a Ocupação Buenos Aires e muitas chácaras que seriam atendidas. Entretanto, por estarem localizados na fronteira de Aparecida de Goiânia com Goiânia e Senador Canedo, cada uma dessas prefeituras jogam a responsabilidade para a outra, deixando o problema sem solução. As mães e pais acabam precisando resolver esse problema individualmente. A entrevistada 3 acrescenta que também possuem dificuldades para chamar motoristas de aplicativo para buscar e deixar na ocupação, devido a falta de pavimentação no trecho da estrada que passa pelo território.

Entrevistada 1: [...] crianças que moram aqui na nossa ocupação não têm direito à escola. Por exemplo, a gente mora aqui bem no entremeio entre Senador Canedo, Goiânia e Aparecida (de Goiânia), quando é para fornecer uma van para... a gente foi lá e pediu essa van, eles não forneceram pra gente. Falaram assim “vocês tem que colocar eles pra estudar lá em Goiânia”, quando chega em Goiânia “não é Aparecida (de Goiânia)”, e ficou. Aqui a gente tem que ir ou de bicicleta, ou com transporte... gente que faz os gastos para levar e trazer as crianças da escola, pois eles não fornecem transporte.

Entrevistada 3: A saúde também é um descaso, até para chamar um Uber para ir no médico é a maior dificuldade, eles não querem descer, porque é estrada de chão. É um descaso total!

Apesar das dificuldades vividas na ocupação pela falta de infraestrutura básica, as moradoras demonstraram gostar de viver no local, em especial, porque oferece privacidade, tranquilidade e possuem mais espaço em seus terrenos, onde cultivam hortaliças, plantas e árvores frutíferas. Em outros momentos, também já criaram animais de produção e consumo, como galinhas e porcos. Afirmaram que possuem boa convivência na comunidade, se ajudando como podem e reunindo os vizinhos de vez em quando para confraternizações, onde todos colaboram com algum prato de comida ou bebidas. A entrevistada 4, contou que quando conheceu o lugar onde mora “se apaixonou” (palavras dela), e ter ido morar na ocupação foi um ponto positivo no contexto pandêmico, principalmente, porque o marido havia acabado de perder o emprego, o que comprometeu o pagamento do aluguel.

Entrevistada 1: A gente costuma se reunir. Em um aniversário, data comemorativa, a gente se reúne. Não é toda semana, pois todos trabalham e têm que cuidar da sua vida. Mas quando tem um aniversário, juntamos em uma casa, cada um leva uma coisa ou ingrediente para colaborar.

Entrevistada 4: Então, quando a gente estava nessa fase, que estava essa doença (a covid-19) pegando todo mundo aí, né?! Foi assim, por uma parte foi bom e outra ruim, porque doença ninguém merece, mas foi que a gente conseguiu aqui. A gente conseguiu aqui e, assim que começou (a pandemia), eu morava de aluguel, meu marido foi mandado embora do serviço, e aí foi o tempo que a gente veio pra cá, e ficamos enfrentando as lutas por aqui.

Elas (as entrevistadas 1 e 3) vieram e, assim que elas chegaram, viemos fazer uma visita, aí eu me apaixonei por esse lugar. E, assim, esse pedaço nosso aqui também era do rapaz que faleceu (o amigo da entrevistada 1 supracitado), e aí ele tava vendendo e ofereceu pra gente. Aí compramos baratinho aqui também, compramos não, eu sempre falo que a gente ganhou, porque mil reais não paga. Aí a gente foi e comprou através das meninas, e hoje a gente tá aqui. E a gente não quer sair não.

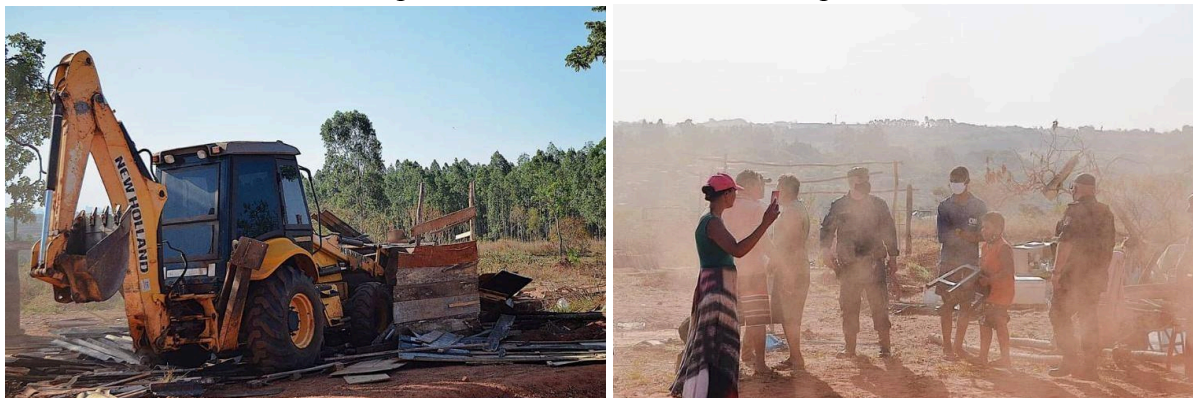
A convivência entre nós aqui é boa. É uma tentando ajudar a outra, e quando dar de se reunir a gente faz um almoço, uma refeição na casa do vizinho,...todo mundo brinca de boa. E entre nós, as mulheres têm “mais ideia” que os homens, quando nós queremos, a gente chega uma na outra sem eles saberem, mas eles tem que aceitar no final (risos). E é muito bom!

No mesmo período em que a maioria das famílias se mudavam para o loteamento, a partir de março de 2020, também se formava outra ocupação em frente, em uma área também privada, ao lado do cemitério. Conforme o presidente da Associação Comercial de Mercado Público Popular Nacional (ACMPP Nacional), entre os moradores havia alguns microempreendedores associados que tiveram a situação financeira agravada em decorrência da pandemia. No dia 11 de setembro de 2020, quando somava cerca de 120 famílias, a ocupação sofreu um despejo administrativo realizado pela GCM, PM e fiscais de Regulação Urbana a mando da Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia (Figura 31). As moradoras da Ocupação Jatobá presenciaram o momento da desocupação, que foi de violência por parte dos policiais e muito desespero daqueles que viam os seus bens materiais, e até animais que criavam, sendo destruídos, mortos e soterrados pela patrola:

Entrevistada 1: Tinham várias famílias do outro lado da rua, tinha mais ou menos umas 150 famílias. Foi quando a prefeitura chegou e falou que o outro lado da rua era deles, era da prefeitura, e que eles tinham que sair. Só que, na hora que eles falaram que tinha que sair, chegaram mais ou menos umas 30 viaturas - umas bem agressivas, chegaram umas batendo nas pessoas do outro lado da rua, chegaram com a patrola entupindo os poços, passando a patrola nas casas das pessoas, jogando para debaixo da terra o fogão,...as coisas que tem dentro de casa, botijão, é... arrastando para dentro dos poços e tampando. E as famílias falando para eles não fazerem aquilo, e eles em cima com patrola e viatura, dizendo que ali não era deles e eles tinham que sair dali. Outros apanharam também na hora do despejo, eles batiam neles - a polícia. Tanto que as pessoas colocaram no Instagram, colocaram no YouTube, muita gente ficou revoltada, porque eles não estavam respeitando as crianças, não estavam respeitando os animais, e não estavam respeitando adultos, não estavam respeitando ninguém. Eles estavam colocando em primeiro lugar só autoridade, eles estavam colocando como se fosse da prefeitura, a favor de que a polícia pudesse fazer qualquer coisa, com os outros mais inferiores.

Entrevistada 2: [...] só não passou por cima (a patrola) de morador, porque o morador saía correndo, mas passou por cima de bichinho, de cachorro, né?!.

Figura 31 - Despejo na Ocupação Buenos Aires: à esquerda, patrola destruindo as moradias; à direita, policiais e moradores em meio a poeira.

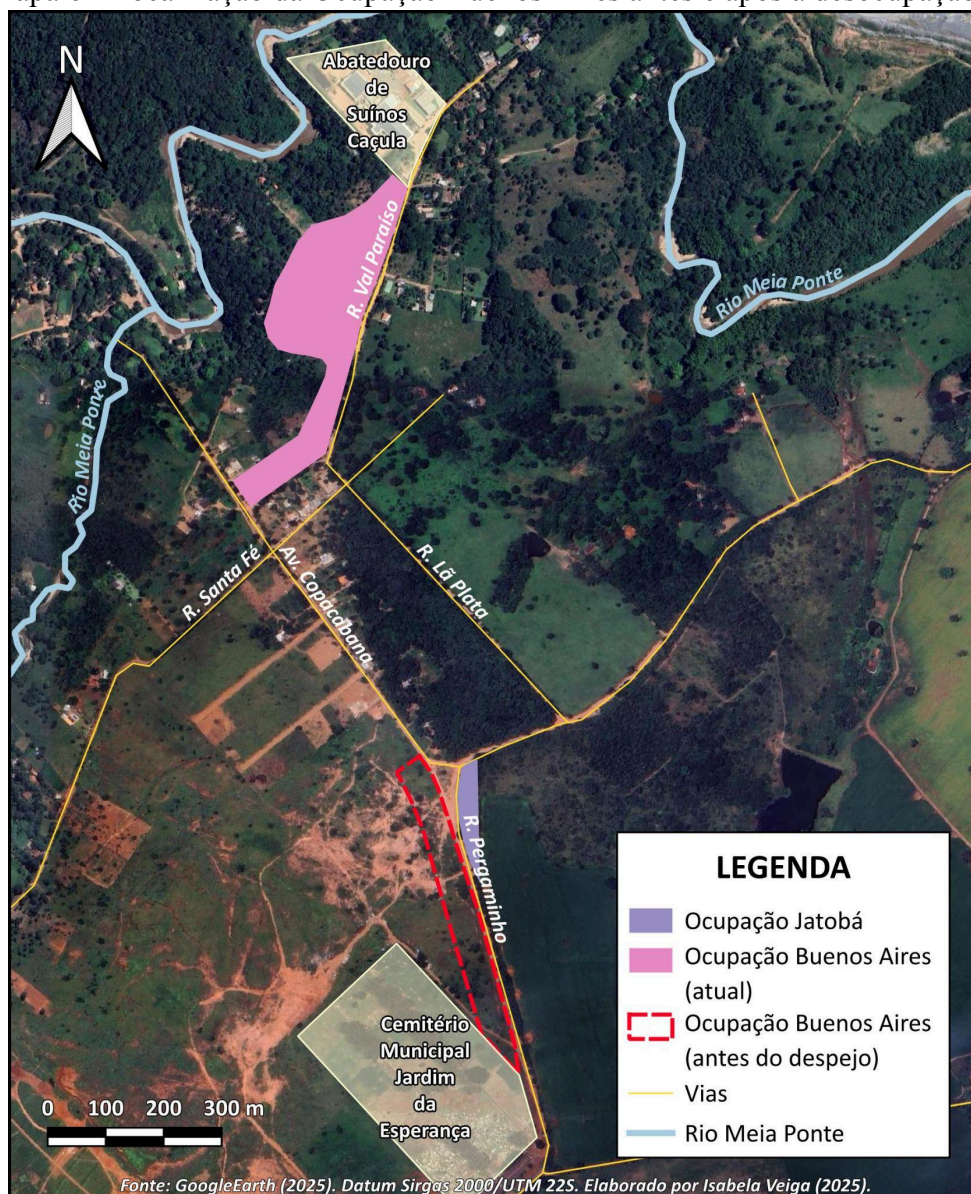


Fonte: MLB-GO (2020).

A Procuradoria Geral do Município (PGM), que deu o parecer favorável à remoção, justifica que a ocupação é irregular e está em desacordo com o Plano Diretor e Código de Postura. Conforme a PGM, a área já estava sendo monitorada a 20 dias antes da desocupação, sendo os moradores notificados. Entretanto, o advogado das famílias contestou que houve a notificação do despejo e acrescentou que não foi concedido aos ocupantes tempo para retirarem seus pertences⁵⁷. As ocupações vizinhas funcionavam como um mesmo território, após o despejo a ocupação removida ficou conhecida como Buenos Aires e aquela formada pelas 7 famílias escolheu o nome de Jatobá, por causa de uma grande árvore de jatobá que está à frente do primeiro lote. Os moradores da Ocupação Buenos Aires migraram para uma outra área no mesmo bairro, próximo ao Abatedouro de Suínos Caçula e a uma das ramificações do Rio Meia Ponte (Mapa 6).

⁵⁷ COSTA, Francisco. Prefeitura de Aparecida despeja famílias de ocupação do setor Buenos Aires. Mais Goiás, Goiânia, 11 set. 2020. Disponível em: <https://www.maisgoias.com.br/cidades/prefeitura-de-aparecida-despeja-familias-de-ocupacao-do-setor-buenos-aires>. Acesso em: 3 jun. 2025.
 CARNEIRO, Mariana. Aparecida de Goiânia desocupa área no Setor Buenos Aires. O Popular, Goiânia, 12 set. 2020. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/aparecida-de-goiania-desocupa-area-no-setor-buenos-aires-1.2118304>. Acesso em: 3 jun. 2025.

Mapa 6 - Localização da Ocupação Buenos Aires antes e após a desocupação.



Fonte: GoogleEarth (2025), alterado pela autora (2025).

Para impedir a reocupação da área, policiais e servidores da prefeitura a monitoraram por alguns dias. A partir disso, começaram a pressionar os moradores da Ocupação Jatobá para que deixassem a área, ameaçando de remoção forçada, também buscavam impedir que prestassem apoio às famílias despejadas. As ameaças eram bastante agressivas, realizadas de maneira a gerar pânico:

Entrevistada 1: [...] eles vieram na nossa casa aqui, desceu na casa de cada um - veio na minha, veio na vizinha...da I. (vizinha que não participou da entrevista),...sei que eles passaram aqui dizendo que era para a gente desocupar a área.

Entrevistada 3: Aí eles vieram, disseram que iriam derrubar o lado de cá também, mas graça a Deus, isso não aconteceu não. Nós estamos aí tentando lutar para ter algum recurso. [...] eles estavam usando o de lá para afetar o de cá.

Entrevistada 4: Quando aconteceu do povo chegar e tirar as pessoas daí (da área vizinha), a gente foi bastante ameaçado aqui, né?! Eu fiquei com muito medo, às

vezes chegava até a passar mal também. E...com medo deles vim aqui, mexer com a gente. À noite também a gente tinha medo, porque depois que eles tiraram o povo daí, eles passaram mais ou menos 15 dias, não davam sossego para nós. A polícia mesmo, passava aqui, batia na porta assim “levanta seu bando de invasores”. Foi duas ou três vezes que aconteceu [...] Quando a prefeitura veio, teve uma vez que eles vieram, e a gente estava começando a construir aqui, eles falavam que era para a gente tirar os tijolos, para a gente aproveitar o máximo os tijolos, que eles vinham com as máquinas derrubar aqui. (Eram) da prefeitura, era acompanhado por uns PMs também.

Um cara que morava aqui atrás e era conhecido nosso, né?! Aí ficou ele e o filho dele (na casa da entrevistada 4) [...]. E eles tinham comprado algumas telhas, as telhas novinhas, passaram por cima das telhas dele. Passaram com as máquinas duas ou três vezes para destruir mesmo, pra não sobrar nada, entendeu?! E, eles (a polícia) falavam ainda, que se a gente chegasse a dar apoio para o povo de lá, que ia pegar para o nosso lado também, eles avisavam isso. E, o meu marido tentou ajudar um senhor que morava ali, e foi a hora que eles chegaram e falaram que se vissem e soubessem de alguém daqui, ajudando o lado de lá, eles iam começar a mexer com nós também, pois aí a gente tava procurando.

Diante das ameaças, cerca de 6 moradores foram à prefeitura para saber se havia, de fato, alguma ordem de despejo para a ocupação Jatobá. Conversaram com um superintendente que desmentiu que havia solicitado a remoção das famílias, apenas da ocupação Buenos Aires. Na ocasião da desocupação, as moradoras conheceram membros do CGDH D. Tomás Balduino, entidade que faz parte da CDZ. A partir disso, a campanha começou a acompanhar a comunidade, prestando apoio técnico-jurídico contra as ameaças de despejo e demais tipos de violações de direitos.

Entrevistada 1: aí a gente foi na prefeitura ver se era verídico o que ele estava dizendo, e aí falaram que não era. A gente reuniu os moradores e fomos lá, conversar com o superintendente da prefeitura. Ele falou que não tinha solicitado para a gente ser despejados não. Mas do lado de lá, eles tinham pedido para sair.

A Jatobá foi uma das 5 ocupações urbanas que fundou o MTD-GO, fazendo parte da coordenação estadual do movimento, representada por duas mulheres, lideranças da comunidade, a entrevistada 1 e uma outra moradora que não esteve na entrevista. A entrevistada 1 aponta que estar organizado junto ao MTD fortalece a comunidade, pois criaram vínculos e contatos com outras ocupações que passam pelos mesmos problemas, criando uma rede apoio entre os territórios, e uma rede mais ampla com organizações, entidades, instituições e parlamentares. Esse apoio garantiu a segurança dos moradores que, a partir disso, têm melhorado as suas casas e estão se organizando para iniciar o processo de usucapião.

Entrevistada 1: [...] a nossa defesa aqui dependeu muito do MTD, porque nos deu, assim, uma segurança muito grande, [...] daí que a gente foi para o ministério público, correr contra o despejo, contra eles chegarem aqui e dizer que “vai todo mundo sair que a gente vai passar a máquina em cima”. Aí foi eles que deu aquela segurança da gente permanecer, para a gente construir as coisas devagarinho, mas construir conforme a gente podia fazer. E foi aí que eles incentivaram a gente estar aqui, e inclusive a gente vai entrar com a ação de pegar o documento de posse de

moradia, porque já fez cinco anos, né?!
 [...] através deles (do MTD), a gente sabe participar das reuniões e conhecer outras ocupações que passam pelas mesmas dificuldades que a gente. O incentivo da gente ficar aqui é isso. Porque se a gente demonstrar cada dia, demonstrar na defensoria, demonstrar na prefeitura, demonstrar em algum lugar, fica mais difícil de eles chegar e achar que somos uns zê ninguém aqui, que não tem ninguém que possa nos ajudar.

Além da rede formada junto à CDZ e ao MTD-GO, as moradoras relatam que, principalmente, amigos e vizinhos fizeram parte da rede de apoio na pandemia, visto que muitos são de outros estados e estão distantes de suas famílias, como é o caso da entrevistada 4 e seu marido. Também receberam muitas doações, que ajudaram nas necessidades mais urgentes em tempos tão difíceis.

Entrevistada 3: É, na pandemia, graças a Deus, a gente recebeu algumas doações, aí teve a A. (membro do CGDH D. Tomás Balduino), teve um grupo aí que trouxe umas cestas básicas pra gente, teve um pessoal que também passaram aí doando. Aí fomos levando, e passamos por ela.

Entrevistada 4: A gente foi se apegando às pessoas que já convivia por mais tempo, já conhecia. Mas a gente teve apoio sim, de outras pessoas conhecidas da gente. Minha família mora tudo longe, mas tem algumas pessoas bem próximas da gente, uns amigos, que deram muito apoio pra gente. [...] teve apoio deles (do MTD) que estão até hoje ajudando a gente. [...] teve muita ajuda de doação e os vizinhos todo mundo conhecidos se ajudando da maneira que podiam ajudar o outro. Foi aí que conhecemos essas bênçãos, vocês e todo mundo que está nos ajudando.

Na ocupação são desenvolvidas atividades formativas com educação popular, projetos de extensão universitária (Figura 32) e o AgPopSUS do governo federal, tendo sido uma das moradoras da comunidade selecionada como educadora e bolsista do programa. Com o acesso ao Programa Cozinha Solidária (Lei nº 14.628/2023) por algumas cozinhas comunitárias das ocupações acompanhadas pelo MTD-GO, ocasionalmente, têm sido realizadas refeições coletivas com o apoio da política pública. O programa é executado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), que garante um recurso para as atividades da cozinha, e são disponibilizados alimentos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), comprados de pequenos produtores agrícolas. Deste modo, além de um mecanismo de combate à fome e insegurança alimentar, assistindo à população mais necessitada, o programa contribui para a consolidação das cozinhas comunitárias como uma prática de auto-organização, solidariedade e colaboração dentro das comunidades. Também criam uma rede de contatos entre diversos atores e grupos sociais: a equipe da cozinha, a comunidade, entes governamentais, cooperativas de pequenos produtores agrícolas, movimentos sociais do campo e da cidade, entre outros (ver Figura 33).

Figura 32 - Atividade de extensão da Universidade Estadual de Goiás (UEG) em parceria com a DPE e o MTD-GO.



Fonte: autora (2024).

Figura 33 - Almoço da Cozinha Popular Solidária Ocupação Jatobá na casa de uma das moradoras.



Fonte: autora (2025).

A partir das reivindicações cotidianas e da visibilidade dos problemas enfrentados na comunidade, os moradores têm tido conquistas que melhoraram, pelo menos um pouco, a vida no território, como a emissão do “Termo de Declaração de Residência” pela DPE-GO, facilitando o acesso à serviços que precisam do CEP. Apesar desse estudo se concentrar nas 7 famílias moradoras da Jatobá, é importante ressaltar o vínculo afetivo que estes possuem com as famílias da Ocupação Buenos Aires, que foram vizinhos próximos por alguns meses. Assim, as lideranças têm buscado integrá-la ao MTD-GO, inserindo seus moradores nas atividades que realizam junto ao movimento, compreendendo que isso é importante para fortalecê-la.

3.1.3. Desterritorialização e (Re)territorialização: ocupações Jatobá e Beira da Mata

As ocupações estudadas derivam de um conjunto coordenado de **expulsões** durante a pandemia de Covid-19 sobre uma população que já era de baixa renda, em empregos informais e que sofriam com os altos preços do aluguel, o que piorou durante a crise do coronavírus, devido ao aumento do desemprego. Assim, nos estudos de caso percebe-se a instabilidade social que causa a **transitoriedade/deslocamento**, muitas vezes iniciando com a

migração de pessoas das regiões mais pobres para outros estados em busca de trabalho e melhores condições de vida, como é o caso das famílias da Ocupação Jatobá, que são do Maranhão, Bahia e Tocantins. As moradoras da Beira da Mata também relataram situação de coabitação ou moradia de favor antes de morarem na ocupação. Portanto, já eram pessoas marcadas por constantes **desterritorializações** (instabilidade territorial).

Deste modo, essas famílias foram empurradas para a moradia informal. O processo de ocupação da Beira da Mata ocorreu mais espontaneamente, derivado da urgência de abrigo para famílias despejadas do aluguel e acolhimento por aqueles que chegaram primeiro na área. Enquanto isso, na Jatobá, os moradores são formados por familiares e amigos que também sofriam com os altos custos do aluguel. Contudo, viram uma oportunidade de se organizarem para comprar os lotes ilegais e, posteriormente, reivindicar o direito à propriedade por meio do usucapião. Em seus estudos, Holston (2013) percebeu uma diferença de *status* entre “ocupar” e “comprar” uma terra ilegalmente. Aqueles que compram sentem maior legitimidade quanto ao direito à propriedade, mesmo que isso não garanta a sua legalidade. Ainda, quando são compradores enganados, por meio de documentação fraudulenta, podem alegar “boa-fé” no processo jurídico. No caso da Jatobá, os compradores não receberam documentação, e foram diferentes vendedores, que não se sabe se realmente tinham o título da terra. Em ambos os casos, busca-se por meio da posse (uso da terra) torná-la propriedade.

No contexto de **(re)territorialização**, os moradores das ocupações sofrem uma série de novas desterritorializações/expulsões. Se sobressai a dificuldade de acesso aos serviços públicos básicos pela falta do CEP/comprovante de endereço. Portanto, uma violação de direito social (à moradia) que resulta na negação de outros direitos (saúde, educação, segurança, etc). Assim, às leis são formuladas de maneira associada negando direitos e legitimando privilégios, sendo o acesso à propriedade prerrogativa para o exercício da cidadania (Holston, 2013). Destarte, a discriminação social sofrida pelas entrevistadas das comunidades em razão da situação de moradia, reforça a premissa de qualificação dos sujeitos para exercício dos seus direitos. Neste caso, a opinião pública julga aqueles que são dignos ou não de acessá-los.

Nesse sentido, a estigmatização social se retroalimenta dos discursos sobre segurança e criminalidade (Foucault, 2008), tornando aceitável pela sociedade a hostilização de pessoas mais pobres. Esses discursos legitimam na opinião pública os despejos violentos executados pelos “agentes de segurança pública”. No caso da Beira da Mata ficou bastante evidente a intenção da Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia taxar os moradores como

criminosos frente à opinião pública, alegando que não havia ninguém na área, apenas as demarcações dos lotes, insinuando que eram invasores que estavam loteando o terreno para fins de venda ilegal. Já na Jatobá, policiais e servidores da prefeitura aproveitaram-se do despejo que havia ocorrido em frente a comunidade para assediar moralmente e expulsar os moradores da área, mesmo que não houvesse nenhum mandado ou processo judicial em curso.

Diante da exclusão social, os moradores das comunidades se unem coletivamente, primeiramente para (re)estruturar os seus territórios, melhorando as condições de habitabilidade. Enquanto que na Jatobá as famílias já eram bem próximas, com boa convivência, se afirmando como rede de apoio umas para as outras, no caso da Beira da Mata ficou mais evidente o processo de construção dos vínculos afetivos e comunitários. Estes foram construídos a partir da solidariedade, união e cooperação no processo de adequação do espaço, dificultado pela condição ambiental da área, somada à vulnerabilidade com que as famílias chegavam na ocupação. Após sofrerem os despejos, os habitantes ficaram ainda mais unidos para se protegerem contra novas violências e reconstruir o território. As atividades de cozinha solidária, como as refeições coletivas preparadas após o despejo, são bastante emblemáticas, se caracterizando como uma resistência coletiva, em que há união para o “fazer junto” de maneira colaborativa, e para “partilhar” o alimento, expressando solidariedade e cuidado de uns para com os outros. Portanto, nas comunidades construiu-se, em algum nível, uma **territorialidade ativa**, que deriva de práticas de reciprocidade, principalmente nos momentos mais difíceis. Por meio dos **vínculos locais** (ancoragem territorial) constroem o sentido de **lugar**, como espaço vivido, neste caso, da vida comunitária com suas identidades, suscitando o sentimento de pertencimento.

Logo, no processo de luta para desenvolverem seus territórios e permanecer neles, as ocupações criaram **esferas alternativas de participação política**. Nesse sentido, também se organizam em **redes** (paradigma reticular), em ambos os casos, multiescalares e com diferentes atores sociais: redes mais próximas, aquelas construídas entre os moradores nas comunidades; a rede em escala metropolitana construída durante a CDZ-GO e com a fundação do MTD-GO na pandemia, composta por algumas ocupações urbanas mobilizadas, entidades, coletivos, instituições, movimentos, organizações sociais, figuras políticas, entre outros; essa rede se amplifica a nível nacional, sendo movimentos e mobilizações com incidência em todo o país. As ocupações também receberam muitas doações na pandemia que, conforme os relatos, no momento de maior vulnerabilidade foram essenciais para suprir as necessidades mais básicas. A **proximidade** com o MTD-GO e sua rede fortalece as práticas

territoriais, a partir dos processos formativos contínuos, por meio da educação popular com os círculos de cultura, atividades de extensão universitária, ações vinculadas à programas do governo federal, como as cozinhas solidárias, entre outras programações diversas. Portanto, contribui para a autonomia e **auto-organização** das comunidades.

Nesse processo de formação política pela **práxis social** e educação popular, as pessoas nas comunidades têm **(re)conhecido os seus direitos**. A partir da pesquisa, percebe-se que este conhecimento ainda está centralizado nas lideranças e em grupos de pessoas mais participativas, geralmente mulheres. Nas falas das entrevistadas, também se percebe a reprodução de discursos que concebem direitos como privilégios, isto é, a necessidade de determinadas qualificações pessoais dos sujeitos para serem dignos de direitos, como ser “trabalhador” e “honesto”. Conforme Holston (2013), esse tipo de fala expressa a necessidade dos moradores de provarem que são dignos dos seus direitos para as autoridades, o que é contraditório, mas deriva da maneira como se configura a concepção de cidadania para os brasileiros. Contudo, a conscientização política ocorre em movimento, em processos contínuos na luta social, e observa-se um conjunto de ações neste sentido.

Portanto, por meio da auto-organização dos territórios reunidos em uma rede ampla de luta social, com estratégias de incidência política que envolvem múltiplas práticas de *advocacy* (visibilidade da pauta, mobilização social, atuação político-jurídica, etc), estes **transformaram sua relação com o Estado**. As comunidades têm acessado parte dos direitos básicos aos quais são excluídos, com atuação da DPE-GO, acionada junto ao MTD-GO. Via movimento social e mobilização da CDZ, também participaram da formulação de PLs estaduais e municipais. Trata-se, portanto, de uma **cidadania insurgente**, que se desenvolve na resistência à falta de acesso aos direitos e participação social, se contrapondo ao sistema de exclusões impostas pela cidadania diferenciada (excludente).

Logo, o processo de (re)territorialização e a formação de uma cidadania insurgente é, em essência, a luta pelo **direito à cidade**. Mediante **práticas sociais/espaciais insurgentes** se reivindica o acesso à cidadania urbana. Compreende-se, porém, que para a efetivação do direito à cidade aos moldes do conceito de Lefebvre (2001), é necessário alterar a lógica sistêmica (do capitalismo financeiro) que torna a cidade uma mercadoria. Só desta maneira, será possível democratizar, de fato, as decisões políticas que definem o desenvolvimento urbano. Portanto, depende de um processo de luta social mais profundo, com caráter anticapitalista, para além das questões exclusivamente urbanas, sendo necessária a superação das injustiças sociais, como as disparidades de classe, gênero e raça, por exemplo.

Nesse sentido, as expulsões não foram superadas, estando as ocupações ainda sob iminente risco de despejo, não havendo sido realizada a regularização das terras e garantida a propriedade aos ocupantes, além de continuarem a sofrer com a exclusão social generalizada. Entretanto, as comunidades estão mais fortalecidas e preparadas para resistir, disputar o território e reivindicar o acesso aos direitos. E, diante da exclusão que vivem, as pequenas conquistas se mostram importantes no processo de construção de uma vida mais digna para essas populações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou responder **como as ocupações urbanas da Região Metropolitana de Goiânia se organizaram para superar ou mitigar os processos de expulsão durante a pandemia da covid-19**. Compreendendo que houve uma ampla rede de apoio, solidariedade e luta política unificada na CDZ, que atuou contra os despejos na pandemia, a pesquisa buscou observar como esta resistência aconteceu na perspectiva das ocupações urbanas. Portanto, o objetivo principal foi **identificar as estratégias de resistência das ocupações urbanas da RMG diante dos processos de expulsão durante a pandemia da covid-19**. Para tanto, foram realizados estudos de casos, que não podem ser generalizados, porém demonstraram um recorte importante dentro do contexto e assunto estudado. Nesse sentido, retomo aos capítulos apontando como corresponderam aos objetivos específicos para atingir o objetivo geral e responder a questão de pesquisa.

Primeiramente, no Capítulo 1 “Territórios de Resistência” desenvolve-se o referencial teórico-conceitual para fundamentar a análise dos resultados, tratando das dinâmicas que geram a expulsão e as formas de resistência nos territórios. Deste modo, foram associados os conceitos de biopolítica, expulsão e desterritorialização e, posteriormente, cidadania insurgente e (re)territorialização. Assim, formou-se uma base para análise dos processos de expulsão e resistência nos territórios, isto é, os processos de desterritorialização e (re)territorialização das ocupações urbanas, um dos objetivos específicos.

No capítulo 2 “A luta contra as expulsões na RMG: as ocupações urbanas, a CDZ e o MTD”, foi possível observar, na escala da RMG, como ocorreram os processos de expulsão na pandemia e, posteriormente, a resistência a partir da formação da CDZ-GO e do MTD-GO, como resultado da mobilização das ocupações na campanha e necessidade de ampliar a luta social pelo direito à moradia digna, à cidade e cidadania. Neste sentido, descreveu-se **a atuação do poder público nos processos de expulsão e identificou-se quais os sujeitos e que instrumentos fizeram parte das estratégias de resistência das ocupações**, dois dos objetivos específicos.

Quanto ao primeiro dos objetivos, em um primeiro momento, destaca-se que os executivos municipais e estaduais têm atuado em prol dos interesses do mercado imobiliário, utilizando as políticas habitacionais nas dinâmicas de financeirização e especulação, contribuindo para a expulsão das famílias mais pobres do aluguel e da cidade formal, cada vez mais encarecida. Ainda, foram os principais agentes dos despejos, realizando-os via ordem administrativa, até mesmo no período de vigência da ADPF 828. Os membros da CDZ destacam a dificuldade de diálogo com as prefeituras municipais nas conciliações. Em

contrapartida, conseguiram criar pontes com os órgãos de justiça, a DPE-GO foi uma importante aliada na luta contra os despejos, e o MP-GO tem alguns servidores sensíveis à causa, derivando na formação de um grupo de trabalho para o regime de transição com o fim da ADPF 828.

Quanto ao segundo objetivo, os sujeitos e instrumentos de resistência são os diferentes atores sociais e múltiplas práticas de incidência política envolvidos na CDZ e na atuação do MTD junto às comunidades. Neste caso, a CDZ-GO envolveu um conjunto de ocupações urbanas, entidades de direitos humanos, grupos e coletivos de advogados populares, movimentos e organizações sociais do campo e da cidade, ligados à pauta da terra e moradia, figuras políticas progressistas, a DPE-GO, entre outros. Entre as práticas de incidência política sobre o poder público: a publicização das remoções, especialmente, nas redes sociais; mobilização de atos e manifestações; assistência técnico-jurídica; envio de cartas e ofícios para órgãos nacionais e internacionais de justiça; formulação de PLs junto à parlamentares; entre outras táticas de negociação com o poder público para evitar remoções. Nesse processo, surge o MTD-GO, que potencializou a mobilização das ocupações na luta contra as desocupações e pelo acesso aos direitos fundamentais, tendo como uma das principais ferramentas a educação popular em direitos.

No Capítulo 3 “Lugar, Cidadania e Resistência” discorreu-se sobre os estudos de caso, a partir disso, foram descritos e analisados os eventos importantes que abrangem os **processos de desterritorialização e (re)territorialização**, associados à expulsão e resistência. Nesse sentido, observou-se parte dos processos descritos no capítulo 2, porém na escala das duas ocupações estudadas. Assim, pôde-se enxergar a resistência nos territórios, a partir da auto-organização e fortalecimento da territorialidade e sentido de lugar, que envolve práticas de solidariedade, cooperação e união para mitigar os processos de expulsão. A partir disso, observou-se o processo de mobilização das comunidades na CDZ e organização no MTD, ou seja, a união à esta ampla rede que possibilitou a permanência nos territórios. Destarte, a **hipótese** formulada se comprova: as ocupações urbanas resistiram, primeiramente se organizando em seus territórios e, posteriormente, se fortaleceram ao se mobilizarem conjuntamente contra os despejos, pelo acesso aos direitos e à cidadania. Deste modo, os territórios ainda estão sob iminente risco de despejo, entretanto estão mais preparados para resistir.

Do material desenvolvido neste trabalho emergem temas periféricos que podem ser aprofundados em pesquisas futuras. Sendo as duas comunidades localizadas em áreas que oferecem riscos socioambientais - a Beira da Mata, próxima à uma APA, e a Jatobá, vizinha

de indústrias e monoculturas - e com população majoritariamente negra e migrante das regiões norte e nordeste (alvos históricos de xenofobia), um dos temas que se sobressai é o racismo ambiental e a relação dos conflitos fundiários com as emergências climáticas. As cozinhas solidárias é outro assunto que pode ser aprofundado, visto que é uma prática comunitária de resistência, que ganhou bastante evidência durante a pandemia, resultando no Programa Cozinha Solidária, como uma estratégia de combate à fome e insegurança alimentar em todo o país. Compreendendo que os territórios estudados ainda não estão consolidados, ainda sob risco de despejo e em luta pelo acesso legal às suas terras, há desdobramentos que só poderão ser observados mais futuramente. Da mesma forma, as consequências do fim da ADPF 828, da implementação das CSFs nos TJs, da organização do MTD em Goiás (movimento bastante recente no estado), a continuidade da CDZ, são temas que não se esgotam neste trabalho, merecendo ser aprofundados com um maior distanciamento histórico.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria. **Glossário de termos neológicos da economia**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- ALVES, Rafael Assis; CARVALHO, Laura Bastos; RIOS, Marcos Camilo da Silva Souza. Fique em casa? Remoções forçadas e Covid-19. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 2147-2173, jul./set. 2021.
- ARAÚJO, Victor Leonardo. Neoliberalismo no Brasil: uma proposta de periodização. **Geosul**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 89, p. 95-121, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/96842/55890>. Acesso em: 21 out. 2025.
- APARECIDA DE GOIÂNIA. **Lei Complementar nº 124, de 14 de dezembro de 2016**. Institui o Plano Diretor e estabelece princípios, políticas, estratégias e instrumentos para o desenvolvimento municipal, o uso, a ocupação e o parcelamento do solo urbano, o sistema viário e para o cumprimento da Função Social da Cidade e da Propriedade no Município de Aparecida de Goiânia e dá outras providências. Aparecida de Goiânia, 15 dez. 2016. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.aparecida.go.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Lei_124.2016_Plano_Diretor.pdf. Acesso: 3 mai. 2024.
- BARREIRA, Celene C. A. M. *et. al.* Região Metropolitana de Goiânia (GO). *In*: MIRANDA, Livia I. B. de (org.). **As Metrôpoles e a covid-19: dossiê nacional volume II**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2021.
- BORGES, Elcileni M.; CUNHA, Débora F. da; SOUZA, Deusa M. B. de; MORAES, Lucia M. Precariedade da moradia e ocupações espontâneas na Metrópole Goiânia. *In*: BARREIRA, Celene C. M. A.; HADDAD, Marcos B.; MOYSÉS, Aristides (org.). **Reforma Urbana e Direito à Cidade: Goiânia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.
- BORGES, Elcileni M.; CUNHA, Débora F. da; COSTA, M. Eduarda; BARREIRA, Celene C. M. A.; HADDAD. Desenvolvimento Urbano Sustentável e Planejamento Ambiental: impactos da expansão urbana e provisão habitacional na recente crise hídrica que atinge a RM de Goiânia. **Confins**, n. 38, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/17017>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: 16 de março de 15. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13105&ano=2015&ato=c61QT S65UNVpWTc75>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de

outubro de 2012; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 out. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm. Acesso em 10 out. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 15 de dezembro de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020**. Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 mai. 2020. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/32160992/publicacao/32161198>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, 4 mai. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2 abr. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm. Acesso em 10 out. 2024

BRASIL. Lei nº 14.216, de 7 de outubro de 2021. Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 out. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14216.htm. Acesso em 10 out. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (1. Turma). **Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 828 Distrito Federal**. Direito Constitucional e Civil. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Tutela do direito à moradia e à saúde de pessoas vulneráveis no contexto da pandemia da covid-19. Medida cautelar parcialmente deferida. Brasília – DF. Relatoria: Min. Luís Roberto Barroso, 21 de junho de 2021. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/dl/stf-suspende-meses-desocupacoes-areas.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022

BRASIL. Senado Federal. **Decreto Legislativo nº 6, de 2020**. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Brasília, DF, 20 de março de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/dlg6-2020.htm. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL DE FATO. Relator de moradia da ONU pede que Brasil pare com despejos e remoções. **Brasil de Fato**, Brasília, 9 jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/09/relator-de-moradia-da-onu-pede-que-brasil-pare-com-despejos-e-remocoes>. Acesso em: 24 mar. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. **Câmara aprova regras para disciplinar retirada de pessoas de locais públicos**. Goiânia, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://www.goiania.go.leg.br/sala-de-imprensa/noticias/camara-aprova-projeto-que-regulamenta-remocoes-de-pessoas-de-locais-publicos>. Acesso em: 30 mar. 2024.

CAMPANHA DESPEJO ZERO. Despejo Zero: Live Internacional. Youtube, 4 de setembro de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vssp6_cD8dw. Acesso em: 24 mar. 2024.

CAMPANHA DESPEJO ZERO. Manifesto da Campanha Despejo Zero. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, 31 jan. 2021, v. 7, n.1. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/issue/view/2188>. Acesso em: 24 mar. 2024.

CAMPANHA DESPEJO ZERO. **Mapa Nacional de Conflitos pela Terra e Moradia**. Brasil, 2024. Disponível em: <https://mapa.despejozero.org.br/?modo=mapa&recorteTerritorial=mr>. Acesso em: 20 out. 2024.

CAMPANHA DESPEJO ZERO. Vitória da Campanha Despejo Zero: ADPF 828 é prorrogada até 31 de outubro. **Fórum Nacional da Reforma Urbana**, 9 de agosto de 2022a. Disponível em: <https://forumreformaurbana.org.br/vitoria-da-campanha-despejo-zero-adpf-828-e-prorrogada-ate-31-de-outubro/>. Acesso em: 10 out. 2022.

CAMPANHA DESPEJO ZERO. **Campanha Despejo Zero: Balanço dos dados até setembro 2022**. Brasil: 2022b. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Balanc%CC%A7o-Despejo-Zero---outubro-2022.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

CAMPOS, Ana Cristina. **Censo**: falta de endereço em favelas dificulta registro de domicílios. Agência Brasil, 22 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-03/censo-falta-de-endereco-em-favelas-dificulta-registro-dos-domicilios>. Acesso em: 03 mar. 2024.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada**: um guia prático para análise qualitativa [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Artmed, 2009. Tradução Joice Elias Costa.

Chefe da Organização Mundial da Saúde declara o fim da COVID-19 como uma emergência de saúde global. **Nações Unidas Brasil**, Brasília, 5 mai. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/230307-chefe-da-organiza%C3%A7%C3%A3o-mundial-da-sa%C3%BAde-declara-o-fim-da-covid-19-como-uma-emerg%C3%AAncia-de-sa%C3%BAde>. Acesso em: 29 jan. 2025.

CIRQUEIRA, José Vandério. Periodização de Aparecida de Goiânia: da Forma Embrionária às Novas Funcionalidades no Espaço Fragmentado. **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 29, núm. 1, 2009, pp. 87-105.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Resolução Nº 17, de 06 de agosto de 2021**. Reconhece como conduta contrária aos direitos humanos a realização de despejos, remoções e deslocamentos sem ordem judicial e dispõe medidas preventivas e soluções garantidoras de direitos humanos. Brasília-DF, 7 ago. 2021. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Publicacao-Resolucao-10-CNDH.pdf>. Acesso em 22 mar. 2024.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório da Missão à Goiânia sobre o Direito à Moradia e ao Território**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/relatorio-da-missao-a-goiania-sobre-o-direito-a-moradia-e-ao-territorio>. Acesso em: 2 out. 2023.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Resolução nº. 10, de 27 de outubro de 2018**. Dispõe sobre soluções garantidoras de direitos humanos e medidas preventivas em situações de conflitos fundiários coletivos rurais e urbanos. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/outubro/resolucao-para-garantia-de-direitos-humanos-em-situacoes-de-conflitos-por-terra-e-aprovada-pelo-conselho-nacional-dos-direitos-humanos/copy_of_Resoluon10Resoluosobreconflitospossessriosruraiseurbanos.pdf. Acesso em 20 out. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Recomendação nº 90**. Ministro Luiz Fux. Brasília, DF. Publicada em: 23 nov. 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original1256102021030560422a6ac453a.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Portaria Presidência N. 113 de 28 de abril de 2023**. Institui o Comitê Executivo Nacional de Soluções Fundiárias. Rosa Weber. Brasília, 28 mai. 2023. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original1307192023050264510b071b5f6.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Soluções Fundiárias. **CNJ**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoos/solucoes-fundiarias/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

DE LIMA AMARAL, E. F.; DE LIMA AMARAL, C. V. Estruturas invisíveis de segregação na Região Metropolitana de Goiânia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 36, p. 1–31, 2019. DOI: 10.20947/S0102-3098a0089. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/1351>. Acesso em: 2 jul. 2023.

DE SORDI, Denise. Empobrecimento, fome e pandemia: o Auxílio Emergencial, o fim do Programa Bolsa Família e o Auxílio Brasil, 2019-2022. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 30, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Zz97SwmZnfrqSz4GSG6Q6Rx/?lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2024.

DEFENSORIA PÚBLICA DA ÚNIÃO. **Nota Técnica Nº 2 - DPGU/SGAI DPGU/GTM DPGU**. Disponível em: <https://direitoshumanos.dpu.def.br/nota-tecnica-no-2-dpgu-sgai-dpgu-gtm-dpgu/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

Famílias voltam para área pública após desocupação violenta na região Noroeste de Goiânia. **O Popular**, 20 jun. 2021. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/familias-voltam-para-area-publica-apos-desocupac-o-violenta-na-regi-o-noroeste-de-goiania-1.2271176>. Acesso em 18 jun. 2025.

FONSECA, João J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA; INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO. **Dossiê de Monitoramento das Políticas Urbanas Nacionais 2021: direito à cidade e reforma urbana em tempos de inflexão conservadora**. Rio de Janeiro: Ed. dos Autores, 2021.

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. **Missão Denúncia**. Disponível em: <https://forumreformaurbana.org.br/missoes-denuncia/>. Acesso em 22 mar. 2024.

FOUCAULT, Michel. Direito de Morte e Poder sobre a Vida. In: **História da Sexualidade: 1. A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014. p. 145-175.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Tradução: Eduardo Brandão.

FRANZONI, Júlia Ávila; LABÁ – DIREITO, ESPAÇO E POLÍTICA – FND-UFRJ (Orgs.). **Gramática Jurídica da Campanha Despejo Zero**. São Paulo: Instituto de Direito Urbanístico – IBDU, 2022. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Gramatica-Juridica-compactado.pdf>. Acesso em 2 out. 2023.

FREITAS, Rafael. PIB de Aparecida de Goiânia cresce 192% em onze anos. **Prefeitura de Aparecida**, 19 dez. 2023. Disponível em: <https://aparecida.go.gov.br/pib-de-aparecida-de-goiania-cresce-192-em-onze-anos/#:~:text=Dados%20do%20PIB%202021%20do,%2C66%25%20em%20uma%20d%C3%A9cada>. Acesso em: 3 mai. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil - 2016-2019**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf. Acesso em 29 out. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2022**. Belo Horizonte, 2024. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/13FL-MVsULmFMjkQb1nQsYzO2JVhLQvwz/view>. Acesso em 29 out. 2024.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Boletim socioepidemiológico da COVID-19 nas favelas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIÂNIA. **Lei nº 10.701, de 19 de novembro de 2021**. Dispõe sobre a suspensão do cumprimento de medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas que resultem em despejos, desocupações ou remoções forçadas conforme específica. Goiânia, 19 nov. 2021.

GOIÂNIA. **Lei Nº 10.856, de 29 de novembro de 2022**. Cria o Protocolo Unificado Para Remoções no Município de Goiânia. Goiânia, 29 nov. 2022. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/103035/pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.

GOIÁS. **Decreto nº 9.638, de 20 de março de 2020**. Altera o Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020 e dá outras providências. Goiânia, 20 mar. 2020.

GOIÁS. **Lei nº 21.186, de 30 de novembro de 2021**. Institui no Estado de Goiás o Programa Pra Ter Onde Morar e autoriza a abertura de crédito especial para a Agência Goiana de Habitação S/ A - AGEHAB. Goiânia, 30 nov. 2021.

GOIÁS. **Lei complementar nº 149, de 15 de maio de 2019**. Altera a Lei Complementar nº 139, de 22 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Goiânia, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, cria o Instituto de Planejamento Metropolitano e dá outras providências. Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2019. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/101136/pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.

HADDAD, M. B.; BARREIRA, C. C. M. A.; NACIFF, Y. D. N.; MOYSÉS, A. Censo 2022: Região Metropolitana de Goiânia tem a segunda maior taxa de crescimento do país. **Observatório das Metrôpoles**, São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/censo-2022-regiao-metropolitana-de-goiania-tem-a-segunda-maior-taxa-de-crescimento-do-pais/?utm_source=Boletim&utm_medium=E-mail&utm_campaign=801&utm_content=Censo+2022%3A+Regi%C3%A3o+Metropolitana+de+Goi%C3%A2nia+tem+a+segunda+maior+taxa+de+crescimento+do+pa%C3%ADs. Acesso em: 12 fev. 2024.

HADDAD, Marcos B.; MOURA, Rosa. Dinâmicas de expansão do arranjo urbano-regional Brasília-Anápolis-Goiânia. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v.18, p. 583-603, jul. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/5vGZD6cvRkzgsy3JFvSr7Gw/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2023

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HENRIQUES, C. M. P.; VASCONCELOS, W. **Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 25-44, maio/jul. 2020.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022: Favelas e Comunidades Urbanas**. IBGE, 2024. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=7>. Acesso em: 8 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. IBGE, 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 28 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Anual de Comércio 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/55/pac_2020_v32_informativo.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. IBGE, 2024a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 24 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas e comunidades urbanas**. IBGE, 2024b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102062.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2024.

INSTITUTO MAURO BORGES. **Informe Técnico - Tema: Perfil da população em situação de rua a partir do Cadastro Único de Goiás**. Disponível em: https://goias.gov.br/imb/wp-content/uploads/sites/29/2020/12/Informe_Tecnico_perfil_cadunico_dez-aa8.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

LABCIDADE. **Despejo Zero quer prorrogação de ação no STF que suspende despejos na pandemia**. LabCidade, São Paulo, 25 mar. 2022. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/despejo-zero-quer-prorrogacao-de-acao-no-stf-que-suspende-despejos-na-pandemia/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

LABCIDADE. **Articulação de campanhas nos territórios minimizam impactos no pior momento da pandemia**. LabCidade, São Paulo, 6 abr. 2021. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/articulacao-de-campanhas-nos-territorios-minimizam-impactos-no-pior-momento-da-pandemia/>. Acesso em: 8 fev. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LIBARDONI, Marlene. Fundamentos Teóricos e Visão Estratégica da Advocacy. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 207, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11936>. Acesso em 3 nov. 2024.

LUDERMIR, R.; GONSALES, T.; MOREIRA, F.; UEMURA, M.; MAGNONI, J.; FRANZONI, J. A.; PIRES, R. F. Fique em casa! Mas que casa? O desmonte das políticas habitacionais, os despejos na pandemia, e a unificação da luta pela vida no campo e na cidade da Campanha Despejo Zero. *In*: JUNIOR, O. A. S.; MOROSO, K. Dossiê de Monitoramento das Políticas Urbanas Nacionais 2021 - Direito à Cidade e Reforma Urbana em Tempos de Inflexão Conservadora: Monitoramento dos ODS e da Política Urbana – 2021. **FNRU e IBDU**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://forumreformaurbana.org.br/dossie-de-monitoramento-das-politicas-urbanas-nacionais-2021/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Arte e Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 6 fev. 2024.

MENDES, Beatriz Gomes et al. Despejos em goiás: início, experiências e horizontes da campanha parem os despejos/Despejo zero em goiás: um relato. **Relatório 2021: violações de Direitos Humanos em Goiás**. Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino, 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Covid-19 no Brasil**. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 24 mar. 2024.

Ministério da Saúde declara fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pela Covid-19. **Ministério da Saúde**, 22 abr. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/ministerio-da-saude-declara-fim-da-emergencia-em-saude-publica-de-importancia-nacional-pela-covid-19>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. **Representante do MPMGO na Comissão de Conflitos Fundiários, Promotor participa de reunião no TJGO**. Goiânia, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/representante-do-mpgo-na-comissao-de-conflitos-fundiarios-promotor-participa-de-reuniao-no-tjgo>. Acesso em: 30 mar. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org.); DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MIRANDA, Tiago. Proposta aumenta Bolsa Família em 50% durante pandemia. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/655130-proposta-aumenta-bolsa-familia-em-50-durante-pandemia#:~:text=O%20texto%20acrescenta%20a%20medida,%C3%A9%20de%20aproximadamente%20R%24%20189>. Acesso em: 24 mar. 2024.

MARQUES, Gabriel. **Documentário idealizado por pesquisador da UFG será exibido no Fica**. Disponível em:

<https://jornal.ufg.br/n/170807-documentario-idealizado-por-pesquisador-da-ufg-sera-exibido-no-fica>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MPGO cria grupo de trabalho para resolução autocompositiva em desocupações de áreas urbanas. **Ministério Público de Goiás**, 15 jul. 2022. Disponível em: <https://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/mpgo-cria-grupo-de-trabalho-para-resolucao-autocompositiva-em-desocupacoes-de-areas-urbanas>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MP que garante recursos para o Auxílio Brasil é aprovada no Senado. **Agência Senado**, Brasília, 9 nov. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/09/mp-que-garante-recursos-para-o-auxilio-brasil-e-aprovada-no-senado#:~:text=O%20Senado%20aprovou%2C%20nesta%20quarta,de%2021%20milh%C3%B5es%20de%20fam%C3%ADlias>. Acesso em: 24 mar. 2024.

MST. Juristas e entidades de 32 países assinam pedido ao STF para que estenda medida contra os despejos no Brasil. **MST**, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/03/29/juristas-e-entidades-de-32-paises-assinam-pedido-ao-stf-para-que-estenda-medida-contr-os-despejos-no-brasil/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

MST. MST entregará mais de 2 mil cartas ao STF contra os despejos; saiba como participar. **MST**, 14 mar. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/03/14/mst-entregara-mais-de-2-mil-cartas-ao-stf-contr-os-despejos-saiba-como-participar/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

NERY, Carmen; BRITTO, Vinícius. Favelas e Comunidades Urbanas: IBGE muda denominação dos aglomerados subnormais. **Agência IBGE notícias**, 8 fev. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38962-favelas-e-comunidades-urbanas-ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais>. Acesso em 29 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relator da ONU diz que Brasil tem que suspender despejos durante pandemia. **Organização das Nações Unidas**, Nova York, 9 jul. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/07/1719591>. Acesso em: 24 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Normas Internacionais**: Relator Especial sobre o direito à habitação adequada. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-housing/international-standards#gc>. Acesso em: 28 out. 2024.

OXFAM INTERNACIONAL. **Desigualdade S.A.**: como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública. Oxfam GB: jan. 2024. Versão eletrônica [pdf].

PADUA, Rafael F. de. Precarização da vida e redes de solidariedade. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **COVID-19 e a crise urbana**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2020, p. 84-91. Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/471 . Acesso em: 24 mar. 2024.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; TAVARES, Ana Claudia Diogo; VIEIRA, Fernanda Maria da Costa. Campo jurídico, direito à moradia digna e ADPF 828. *Suprema – Revista de Estudos Constitucionais*, Distrito Federal, Brasil, v. 3, n. 1, p. 283–322, 2023. DOI: 10.53798/suprema.2023.v3.n1.a141. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/141>. Acesso em: 11 set. 2025.

Preços da série histórica do Índice FipeZap. Disponível em: <https://www.fipe.org.br/pt-br/publicacoes/relatorios/#relatorio-fipezap&locacao>. Acesso em: 17 jun. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

REDE NACIONAL DE CONSELHOS DE DIREITOS HUMANOS. **Recomendação Conjunta N° 01/2020**. Os Conselhos de Direitos Humanos por meio da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos recomendam medidas a respeito da pandemia Covid-19 para várias autoridades dos diversos poderes e à população em geral. Brasília-DF, 19 de mar. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of_RecomendaoConjuntan012020RedeNacionalCovid19.pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ROLNIK, Raquel; FRANZONI, Julia Ávila; GONSALES, Talita Anzei. STF: suspender remoções durante a pandemia. **Labcidade**, São Paulo, 6 jun. 2021. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/stf-suspender-remocoes-durante-a-pandemia-e-defender-a-vida/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

SALATA, André R.; RIBEIRO, Marcelo G. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles n. 04**. Porto Alegre: 2021. Disponível em: https://www.pucrs.br/datasocial/wp-content/uploads/sites/300/2022/07/boletim_desigualdade_nas_metropoles_04.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

SALATA, André Ricardo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre/RS, n. 13, 2023 Disponível em: <https://www.pucrs.br/datasocial/boletim-desigualdades-nas-metropoles/#aba2023>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SALATA, André R.; RIBEIRO, Marcelo G. **Pandemia, desigualdade e pobreza nas regiões metropolitanas brasileiras**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 38, n. 111, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/tyCrh5fn9gbT97ZYHFj7Hzw/?lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2024.

SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura Silveira (Orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. 4. ed.

SAQUET, M. A. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 479, 2018. DOI: 10.22296/2317-1529.2018v20n3p479. Disponível em:

<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5655>. Acesso em: 7 mar. 2024.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Saber Popular, Práxis Territorial e Contra-Hegemônica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. Recurso digital.

SECRETARIA DE SAÚDE DO GOVERNO DE GOIÁS. **Estado mantém oito unidades para Covid-19 em Goiás**. Governo de Goiás, Goiânia, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://goias.gov.br/em-resposta-ao-mpf-governo-de-goias-destaca-que-mantem-oito-unidades-de-saude-para-covid-19/>. Acesso 30 mar. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STF suspende reintegração de posse de assentamento com 50 famílias em Roraima. **Portal Supremo Tribunal Federal**, 2023. Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=513787&ori=1#:~:text=Remo%C3%A7%C3%B5es%20e%20despejos,31%2F10%2F2022>. Acesso em: 30 fev. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF suspende reintegração de posse de assentamento com 50 famílias em Roraima. **Supremo Tribunal Federal**, Brasília, 11 set. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=513787&ori=1>. Acesso em: 24 mar. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Os amigos da corte: requisitos para admissão, funções e limites, segundo a jurisprudência do STJ. **Supremo Tribunal de Justiça**, Brasília, 22 mai. 2021. Disponível em:

[https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/22082021-Os-amigos-da-corte-requisitos-para-admissao--funcoes-e-limites--segundo-a-jurisprudencia-do-STJ.aspx#:~:text=%E2%80%8B%E2%80%8BAmicus%20curiae%20\(amigo,fornece%20subs%20C3%ADdi%20ao%20C3%B3rgo%20A3o%20julgador](https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/22082021-Os-amigos-da-corte-requisitos-para-admissao--funcoes-e-limites--segundo-a-jurisprudencia-do-STJ.aspx#:~:text=%E2%80%8B%E2%80%8BAmicus%20curiae%20(amigo,fornece%20subs%20C3%ADdi%20ao%20C3%B3rgo%20A3o%20julgador). Acesso em: 24 mar. 2024.

TEIXEIRA, Leonardo Evaristo. O Invasão Zero no Centro-Oeste: o mapeamento da contrarreação mobilizadora aos movimentos sociais e povos oprimidos nas assembleias legislativas estaduais. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 11,

n. 1, p. 237–312, 2025. DOI: 10.26512/revistainsurgncia.v11i1.56697. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/56697>. Acesso em: 11 set. 2025.

WERNECK, G. L.; BAHIA, L.; MOREIRA, J.P.L.; SCHEFFER, M. **Mortes Evitáveis por Covid-19 no Brasil**. Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. São Paulo: 2021.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE 01

Entrevista com membros da coordenação do MTD-GO – 15/02/2024

A entrevista ocorreu via videochamada pelo *Google Meet* gravada e transcrita. A entrevista foi autorizada pelas entrevistadas.

Wagner Rezende: A gente vai começar a gravação. Queria que você autorizasse verbalmente a gravação desta entrevista, por favor!

Participante 01: Eu autorizo a gravação da entrevista, então, super acordo!

Wagner Rezende: Ok! Só para te informar que, tanto o vídeo quanto as transcrições das entrevistas serão utilizadas, exclusivamente, na pesquisa da Isabela do mestrado. E nenhuma informação vai ser publicada em revista ou jornal ou mesmo dissertação, sem a sua autorização por expresso, tá?! Então, e a gente, inclusive, tem a ideia de publicar artigos, etc; nós vamos encaminhar para você na íntegra o artigo antes, e aí você assinaria uma carta autorizando a publicação do conteúdo que tá ali, tá bom? Então só para você ter noção disso. Eu vou deixar a maior parte da Isabela conduzindo. Eu só gostaria de agradecer você de novo pela disponibilidade, torcendo aqui para que a gente encontre pessoalmente. Eu não moro em Goiânia, então essa é a minha dificuldade nesse deslocamento. Mas que seja aí onde você trabalha, eu vou muito aí às segundas, então, a gente depois vê um momento oportuno para tomar um café, né?! Conversar!

A Isabela comentou do comitê de ética em pesquisa, que vai ser necessário uma carta de anuência com assinatura do MTD e tudo mais, mas isso a gente pode conversar pelo WhatsApp, como que vai formalizar para dar andamento. Então sendo assim, a gente tem um, não sei se você tem o teto das 18 horas ou se você precisa sair antes? A gente coloca entre 17h30 e 18 horas de teto para a gente encerrar?

Participante 01: Não, pode ser, tá ótimo.

Wagner Rezende: Tudo bem! Então, Isabela, eu deixo com você, eu vou complementando com algumas questões que eu verificar. Se quiser começar Isabela, e aí a participante 02 chegando..., chegou aí também. Boa tarde!

Isabela Veiga: Olá, boa tarde!

Participante 02: Boa tarde!

Isabela Veiga: Prazer!

Participante 01: Oi!

Isabela Veiga: Acho que é importante apresentar para participante 02 a pesquisa, né? Bom, eu sou Mestranda do Programa de Pós-graduação Projeto e Cidade. E a pesquisa, ela tem o título de “Despejos na Pandemia: Estratégias de Resistência das Ocupações Urbanas na Região Metropolitana de Goiânia”. E ela tem como objetivo geral entender como as ocupações resistiram na pandemia aos processos de expulsão. E aí, nesse sentido, entender como se formou essa rede de apoio para as ocupações. Inclusive, que tem muita participação da campanha “Parem os Despejos”, do MTD, dos centros de direitos humanos. Então, de maneira geral, a pesquisa seria isso. E, enfim, contribuir para a luta do direito à moradia, com os movimentos sociais, para os debates sobre a democracia e participação. De modo geral, acho que seria isso.

Wagner Rezende: E só para comunicar, a gente tá gravando essa reunião. Então, você autoriza a gravação?

Participante 02: Autorizo sim!

Wagner Rezende: Ok! Então, muito obrigado participante 02 por nos conceder seu tempo para essa conversa, para a gente esclarecer algumas questões sobre o movimento pró-moradia na região metropolitana de Goiânia. A Isabela tem umas questões para fazer sobre a história da MTD, aí ela vai dirigir essa conversa. Eu vou ficar aqui acompanhando e fazendo algumas

questões também.

Isabela Veiga: Então, vou iniciar. Bom, eu fiz um roteiro para a entrevista. E, inicialmente, eu acho que é importante vocês explicarem o que é o MTD, e o que o MTD reivindica,... se tem alguma relação com os movimentos de moradia, com o MTST,... E depois, o que foi a campanha “Parem os Despejos”, como ela surgiu? O que motivou?

Participante 01: E agora?

Wagner Rezende: Eu acho que seria importante ouvir as duas. Então, sempre que possível, as duas responderem ou complementarem, enfim,... eu acho que é importante que as duas falem, né?! Sobre isso, se vocês quiserem fazer um pequeno histórico da participação de vocês nesse processo, quando começou, rapidamente, eu acho que é importante também.

Participante 01: Eu começo e você continua, pode ser?

Participante 02: Pode ser!

Participante 01: Bom, o MTD é o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, é uma organização nacional que existe no Brasil há 22 anos. No Estado de Goiás, existe há dois anos e meio, em agosto deste ano, faremos três anos de existência. E o MTD, ele luta pela defesa do direito à cidade. Ele atua no território urbano, nas periferias dos centros urbanos, então, é um movimento urbano. Ele tem na sua dimensão nacional, essa defesa do direito à cidade. Então, atua de formas diferentes, em alguns estados atua na geração de renda, em outros atua em grupos de cultura popular, pontos de Cultura, em outros na pauta da moradia, mas tendo esse espaço urbano como centralidade. Então, é assim que nos organizamos!

Aqui no Estado de Goiás, o movimento surge a partir da campanha “Parem os Despejos”, em que nós formamos uma grande rede da campanha, eu venho do Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino, a participante 02 vem dos Jornalistas Livres, outros do grupo de Assessoria Jurídica Popular Pedro Nascimento. E todos nessa defesa, dos direitos humanos, comunicação popular, dando visibilidade a essas violações. E aí nós tivemos uma grande sacada. Assim, que não é, apenas, lutar contra o despejo, dar visibilidade a violação de direitos humanos, mas é também ajudar o povo a se organizar. Que é potencializar a luta pela moradia e pelo direito à cidade, e tudo que está ali, tendo como essa questão central. E construímos vínculos com as ocupações que nessa época estavam ameaçadas de despejo, né? E aí eles falavam: “bom, e agora?”. Nossa atuação ali tinha um limite, né? Um limite de suspender o despejo! Mas e agora, né?! O que a gente faz depois? E aí foi essa necessidade! E dentro dos princípios organizativos dos movimentos urbanos no Brasil, nós identificamos no MTD esse canal, por conta da educação popular como uma ferramenta de transformação social, como da perspectiva da formação política na luta por uma sociedade justa, fraterna e igualitária, né?! O MTD está em uma articulação nacional num campo que, talvez, para entender um pouco mais, nas mesmas concepções que o MST, só que é urbano. Então, tem o mesmo referencial teórico, político, metodológico, de organização, de participação, com princípios. E isso fez com que nós fizéssemos essa opção. Então, o MTD não é apenas um movimento de moradia, em vários estados ele atua com cultura popular, com grupos de mulheres, com diversas experiências. Então, como ele é um movimento de luta por direitos, os direitos na luta da cidade é um grande guarda-chuva. Então, o MTD tem um grande leque. E nesse aspecto, que fizemos essa escolha dessa opção política, dessa ferramenta. Por acreditar que não é apenas conquistar a casa que a luta tá consolidada. Nós só vamos consolidar, quando nós tivermos, de fato, a superação das desigualdades sociais, das injustiças, e que a cidade seja, de fato, para todas as pessoas, especialmente, essas pessoas que estão à margem, nas periferias, nesses centros urbanos. Então, o caráter formativo e pedagógico do MTD foi, exatamente, a opção que fizemos para consolidar aqui no estado.

Participante 02: Bom, eu acho que a participante 01 já traz um resumo muito importante do surgimento do MTD, do nosso vínculo com a luta pela moradia, que se inicia a partir da luta

pelo fim dos despejos em Goiás, né?! Que depois se junta com a luta pelo fim de despejos nacionalmente. Então, só para agregar aqui, muito rapidamente. Acho que é importante a gente dizer a forma como a gente se organiza no MTD. Nós temos coordenações, e essa coordenação é composta pelos moradores das ocupações, junto com outras pessoas que têm experiência na organização da luta por direitos humanos, luta pelo direito à cidade. Então, com isso, a gente constrói um processo dialógico com as comunidades, onde elas se sentem parte do movimento, né? Então elas, juntamente, constroem uma ação política que é ampla. Que envolve nove ocupações, que o MTD está atuando em Goiás, atualmente. E daí a gente traça como objetivos estratégicos do MTD, a conquista material dessas áreas ocupadas, para a efetivação do projeto de habitação popular. Ou a conquista de um outro espaço, onde as famílias que fazem a luta conquistem e fiquem juntas, para dar continuidade nesse processo de luta pelo direito à cidade. Também colocamos como objetivo estratégico, a conquista e o fortalecimento de espaços de participação para as trabalhadoras e os trabalhadores atuarem, efetivamente, na concepção e fiscalização das políticas públicas municipais e estaduais e, em tudo que diz respeito à vida na cidade. Isso exige um processo de formação contínua, que é um dos pilares MTD, que é a formação, é a organização popular, e a luta em si, a ação política juntamente com as famílias. Então, acrescentar isso.

Participante 01: Ah, só um elemento, assim, que a participante 02 foi falando e eu lembrei. Que o nome do MTD, é Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos. Trabalhadoras, é porque a maioria da população brasileira, mas também nas ocupações urbanas, a maioria são mulheres. Quem sofre o impacto do despejo, a maioria são mulheres! Quem está ali, garantindo a sustentação financeira e organizativa da luta são as mulheres! Então, por isso, as mulheres vêm primeiro! E aí nós temos um símbolo. Se vocês observarem esse símbolo, ele tem traços da rua, da cultura popular, ele tem uma mapinha do Brasil, e tem um círculo de casinhas, que é essa luta dos territórios. Seja com cultura, com economia solidária, é a luta territorial nesse espaço de exclusão.

Isabela Veiga: Bom, você quer acrescentar alguma coisa Wagner? Perguntar alguma questão?

Wagner Rezende: Pelo que vocês dizem, o MTD tem 20 e poucos anos, no entanto, tem pouco mais de dois anos em Goiás. Então, eu queria que vocês falassem um pouco, como foi chegar no período de pandemia e que falasse um pouco do tema de participação na concepção da luta na campanha Parem os Despejos. Como é que isso começou? Qual foi a origem disso tudo? E como foi o MTD chegar em Goiás, depois de tanto tempo de formação nacional, e nesse momento chave um momento bastante crítico, imagina esse início de chegar em Goiás.

Participante 01: Olha só, o movimento chega em Goiás a partir da realidade concreta, como Freire pontua, né?! Foi a partir das violações de direitos humanos durante a pandemia de despejos. Foi que nós tivemos que dar uma resposta. Enquanto mais a conjuntura, as violações na conjuntura se intensificaram, mais as organizações populares têm que buscar alternativas, e foi assim que aconteceu aqui no Estado de Goiás. Então, tivemos um apoio e um suporte da direção Nacional do movimento quando... Bom, várias ocupações falavam - “e agora, o que fazer?” - então, esse grupo de pessoas que estavam de militantes e que estavam dispostos... Realizamos uma reunião conjunta entre todas as lideranças das ocupações, consolidando e construindo uma rede entre as ocupações, com a palavra de ordem “mexeu com uma, mexeu com todas”, “mexeu com uma família, mexeu com todas as ocupações” e isso foi muito forte, porque foi a primeira vez em que colocamos todo mundo no mesmo espaço e perguntamos - “bom, nós temos um limite enquanto Campanha Despejo Zero, agora precisa ser uma outra estratégia, de luta, de organização. E aí, foi quando, coletivamente, definimos!

Convidamos uma pessoa da direção Nacional do MTD para vir em Goiás, né? Claro que fizemos a tarefa de casa de ler, de conhecer, de estudar, e trouxemos uma pessoa da direção nacional para apresentar o movimento a esse coletivo, que para todo mundo era novo. Mas

como nós temos uma parte desse grupo tem formação no campo da educação popular e já conhecíamos pessoas do movimento nacionalmente. Já participamos de espaços nacionais de trocas. Então, foi mais fácil convidar e ter o MTD, né? Vocês podem perguntar - “Por que é o MTD e não o MTST? É o MTD por conta desta experiência, dessa especificidade do seu grande legado teórico e metodológico e, em especial, a educação popular, isso foi decisivo para nós. E aí quando a direção Nacional faz esse apoio, realizamos o encontro, e apresenta para um conjunto das lideranças das ocupações com esse grupo de militantes, começa a se estruturar. Isso foi em 15 de agosto. Começa a se estruturar, e aí foi iniciado um processo de organicidade, fortalecendo a luta. Na luta o povo já tava, mas foi consolidando. No início a gente chamava até de “a rede das lideranças” até se configurar nessa coordenação que a participante 02 relatou. Hoje nós temos uma coordenação, e ela tem na composição as lideranças das ocupações, e temos um grupo de direção, então, até chegar nesse nesse formato. Estamos caminhando, né? É uma trajetória pequena, por mais que o movimento tenha esse legado, essa história bonita. Mas aqui estamos caminhando. Então, em síntese, inicia da realidade concreta, né?! Tem duas formas de uma pessoa se tornar militante: pela realidade concreta ou pela formação política, intelectual e ideológica - “que eu quero transformar esse país, e me coloco como um protagonista dessa luta”, seja a luta em defesa democracia, do SUS, da educação,... Então, nesse caso foi porque a água já estava batendo no nariz, todo mundo ameaçado de despejo, e fizemos uma caminhada nesse processo. Imagina isso, hein?! Pandemia. Fizemos uma caminhada bonita nesse processo, que foi consolidar lutas importantes em defesa da moradia, contra os despejos. Conseguimos, para ter ideia... não sei se vai ter um outro bloco para dizer da caminhada, né? Bom, mas vamos falar da Campanha Despejo Zero aqui antes.

Isabela Veiga: Só para pontuar, a gente tem um roteiro, mas vocês podem falar o que vocês acharem importante. O roteiro é só uma forma de organizar os assuntos.

Participante 01: Então, a campanha Parem os Despejos foi uma unidade de algumas organizações populares aqui no Estado de Goiás contra os despejos. Começou um despejo, aí foram dois, foi três... então, tinha um grupo operativo e tinha um outro grupão, que era muita gente. Então, no grupo operativo, estava o Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino, o Coletivo de Advogadas e Advogados Populares (CAP) Luiz Gama, os Jornalistas Livres, a Associação Brasileira dos Juristas pela Democracia (ABJD). Todo mundo divulgava recebia demandas e esse grupo operacionalizava. A equipe que deu início ao debate do MTD foi, exatamente, esse grupo operativo, porque as pessoas que estavam mais ali formaram vínculos com os territórios. Começa, chegando a ameaça de despejo em Aparecida de Goiânia, na Ocupação Buenos Aires, houve um despejo na ocupação São Marcos em Goiânia. E aí, o que nós fazíamos? A estratégia era simples,... e isso antes de ter a campanha nacional Despejo Zero, né? Nós estávamos avançados no debate! E aí criam a campanha nacional Despejo Zero e nós tivemos uma dificuldade de sair da identidade da campanha Parem os Despejos para ir para a Campanha Despejo Zero. A gente tinha até uma patrolinha, que tinha um barulho, que uma artista fez, e a logo era outra. Então, ficamos com um apego naquela arte, naquela identidade, mas depois fomos, né?! Super convencidos que é uma luta maior, e que fazemos parte desse processo, uma luta nacional, e aderimos a pauta nacional. Então, paramos de chamar Parem os Despejos, mas demorou para que isso acontecesse, essa ruptura da identidade. Enfim, então esse grupo, o que nós fazíamos? Chegava uma ameaça de despejo em nossos telefones, a gente colocava nesse grupo da operativa e, rapidamente, duas pessoas super expert em comunicação, a participante 02 e a C., faziam um card, um texto. E a gente tentava entender o processo com o povo do direito. Fazíamos uma articulação com a comunidade, divulgamos no card de maneira simples “Urgente: Despejo na Ocupação Beira da Mata”. E aí mandávamos em todos os grupos de direitos humanos - dizendo quantas famílias, quem fez o despejo,... Com chamadas: “Prefeitura de Aparecida de Goiânia despeja

famílias em plena pandemia”, “Têm que ficar em casa, mas como ficar em casa”, textos assim que doíam em plena pandemia escutar aquilo. A gente acionava a comunicação popular nas nossas redes de direitos humanos e também acionava a imprensa. Só para vocês terem ideia, lá na Beira da Mata, onde a Isabela vai fazer a pesquisa, a nossa rede foi tão eficiente, que eles deram entrevistas para todas as emissoras do estado de Goiás, essas popularzinhas e do nosso campo popular. E aí então, foi exatamente a visibilidade que garantiu com que não tivesse despejos. Então, em Goiás, durante a pandemia, tivemos muitas ameaças de despejo, mas foram mais ameaças do que despejo, felizmente. Mas tivemos alguns despejos também. Não tem nada pior do que ir em território após um despejo. É cruel! Então, isso foi criando uma visibilidade, uma referência na campanha Nacional também, a turma tinha um super destaque, quando junta com a campanha nacional Despejo Zero, aí que intensificou, porque a gente fazia articulação nacional, mandava para prefeitura recomendação de organizações de direitos humanos internacional, mandava CDH...e assim incomodamos e incomodamos até hoje.

E tudo começava, às vezes, com um videozinho gravado ali com as comunidades. Da forma mais simples, a gente tentava dar visibilidade à questão central que é a ameaça à dignidade à vida da pessoa humana. Então, foi assim que a campanha começou a surgir aqui e, é exatamente esse o contexto que surge o MTD, mas não é porque surgiu o MTD que acabou a campanha. A campanha existe até hoje, nós estamos inseridos na campanha, agora a gente tem uma dupla tarefa - de construir e fortalecer o movimento e a de denunciar as violações aos direitos humanos. Então, a campanha atua no campo e na cidade, e o MTD só na cidade, e não acompanhamos todas as ocupações de Goiás, acompanhamos nove. E temos muitas ocupações, né? A Campanha Despejo Zero não está conseguindo...tem um monitoramento da quantidade de ocupações, mas muitas delas surgem espontâneas, não são movimentos. As que os movimentos acompanham é mais fácil de ter esse monitoramento esse levantamento, já às ocupações espontâneas... Bom, Goiânia é uma cidade de ocupações, né?! Foi planejada para 50 mil habitantes, hoje então toda a região noroeste, região leste, é de ocupação urbana, e por aí vai...

Então, assim aquilo que não é regularizado até hoje é classificado como ocupação, né? Mas, é claro que, tem um outro contexto do que essas ocupações que nós estamos acompanhando, que são famílias que estão no campo da extrema miséria, extrema pobreza. Ano passado, a C. acompanhou um caso no bairro Urias Magalhães, que umas famílias estavam ameaçadas de despejo, moram no território há 40 anos, mas não era regularizado e tal. Mas o contexto socioeconômico das famílias eram diferentes. É claro que a prefeitura não pode realizar aquela notificação, mas enfim, recebemos diversas denúncias. Nós, a campanha, atuamos em muitos casos no campo com MST, com a FETAEG, FETRAF,...Eles estão com mais de 60 acampamentos às margens da rodovia, ameaçados de despejo por uma lei que o Caiado criou que diz que as ocupações às margens das rodovias precisam ser retiradas. E além disso, quem estiver naquela ocupação, que eles chamam de invasão na lei, não terá os benefícios sociais - educação, Bolsa Família, ou seja, violação dos direitos básicos, né? A campanha, então, atua em tudo isso, mas o MTD faz um acompanhamento pedagógico organizativo, nós temos um tripé de formação, organização e luta. A Campanha Despejo Zero fortalece e apoia todos os territórios que estão ameaçados de despejo, no campo, na cidade, indígena, povos tradicionais, ciganos, quilombolas, todo mundo! E atuamos, inclusive, em um caso cigano, 50 anos que o povo tá acampado em extrema miséria. Então, esse é o diferencial, então acaba que muitos do MTD estão na Campanha de Despejo Zero, mas o movimento também conseguiu ir além assim. Bom, era isso, acho que até esqueci a pergunta inicial.

Wagner Rezende: Calma, tá ótimo, era sobre isso a questão. Gostaria de ouvir a **participante 02** também.

Participante 02: Então, para a gente finalizar essa transição e integração de Campanha

Despejos Zero e MTD, eu acrescentaria, que esse formato que a campanha estava organizado ocorreu de maneira espontânea. Aqueles que compuseram o grupo operativo estavam em eixos estratégicos de atuação, como as pessoas do Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino, que tem uma ampla experiência em educação em direitos humanos, em denúncia de violações de direitos humanos, e isso deu suporte para a turma do NAJUP (Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular) Pedro Nascimento e CAP (Coletivo de Advogadas e Advogados Populares) Luiz Gama pudessem encontrar saídas que precisa de um advogado militante, que precisa tomar decisões, não apenas baseadas na lei, mas buscando encontrar brechas para resolver violações de direitos humanos. Do mesmo jeito que os Jornalistas Livres, a gente não conseguia fazer incidência na mídia para fazer as denúncias. Um ou outro jornalista que entrava em contato, mas com essa narrativa objetiva e neutra, que não criava esse processo de fortalecimento da pauta assim, apesar de ser extremamente importante. Então, eu que era do jornalistas Livres, me lembro quando teve o despejo na Ocupação Estrela D'alva, a gente fez uma transmissão ao vivo lá com as famílias, onde elas estavam contando as suas histórias, de onde vinham. E quando ocorre um despejo, não é só a violação do direito à moradia, junto ocorre muitas outras violações de direitos humanos, teve gente sendo presa, teve gente apanhando da polícia, teve cachorro soterrado, teve pintinho sendo morto,...Então a Campanha Despejo Zero atua para além da luta pela moradia, pela permanência das famílias, mas consegue fazer essa denúncia de todas essas violações que partem do despejo, dizer “despejo é desumano, despejo nunca, não podemos aceitar de forma alguma despejo”. E aí quando entra a atuação do MTD, a gente intensifica o trabalho político nessas comunidades, que muitas surgem espontaneamente, algumas são já organizadas por movimento, como aconteceu no campo também, mas muitas surgem de maneira espontânea, como um reflexo da crise social, política e econômica que o Brasil vem passando e que se intensificou na pandemia, com a falta de políticas públicas para poder lidar com essa situação. Então, por exemplo, tudo que acontece no território de violação, o MTD tem um espaço muito importante que é o Círculo de Cultura. A gente vai para o Círculo de Cultura para debater com a comunidade, para a gente fazer formação, para explicar o porquê está acontecendo aquela violação de direitos, e junto com a comunidade traçar estratégias para que a gente possa superar. Um exemplo muito comum nas ocupações urbanas são os cortes constantes de água e energia. Depois que as ocupações conseguem se estabelecer ali, que dá um sossego temporário na luta pelo fim do despejo, é comum as famílias vivenciarem diversas outras violações, essa da água é um exemplo emblemático que todas as ocupações vivenciam. A Saneago vai lá e corta a água quando as mães estão fazendo almoço para os filhos irem para escola. Então, a partir disso a gente vai lá, faz um diálogo sobre o direito à água, envolve a comunidade, faz uma escuta sobre o que tem acontecido, quais são as dificuldades de acessar a água, e aí traça, conjuntamente, estratégias para poder enfrentar esse problema - seja uma reunião na prefeitura, seja uma uma pedido de audiência pública na câmara municipal, na assembleia legislativa, seja uma articulação com CNDH, onde a gente possa fazer essa denúncia de como a água não vem sendo um bem acessível. E da mesma forma, durante a pandemia algo muito importante foi uma articulação de solidariedade, para matar a fome das pessoas que estavam desempregadas, foram doadas toneladas de alimentos para as ocupações urbanas, para conseguirem resistir e terem permanência naquele território, apesar de todas essas violações. Outro exemplo, no início do ano passado, as crianças tiveram muita dificuldade de fazer matrícula nos CMEIs (Centro Municipal de Escola Infantil) e nas escolas por conta da falta de vagas nas regiões periféricas. Então, em diálogo com a Defensoria Pública de Goiás, foram realizados mutirões onde essas mães...inclusive, amanhã, sábado e domingo, novamente vai ter um mutirão da prefeitura, para ver quantas crianças estão sem conseguir fazer a matrícula nas escolas. No ano passado, eu vi a defensora pública falando no jornal, foram mais de 2 mil atendimentos. Então, é uma grave violação do direito à educação

que, muitas vezes, as famílias isoladas não conseguem sequer ter acesso a informação de que está acontecendo esse mutirão. Então, é um diálogo com as instituições, com as famílias e com os poderes políticos, para que a gente possa ser agentes de acesso à direitos humanos, direitos fundamentais. Nesse processo, a gente faz a organização e formação política para que, de fato, a gente consiga fazer reformas estruturais, como é o caso da reforma Urbana, tão necessária para enfrentar essa cidade que é vendida, a desigualdade que é colocada pelo dono da terra urbanas na especulação imobiliária, não é um processo espontâneo e natural. Então, a gente entende que é preciso ter força social para conseguir reverter essa estrutura. Fazer essas reformas estruturais necessárias para enfrentar os problemas atuais.

Participante 02 (pelo chat): A campanha estadual “Parem os Despejos” surgiu da ação conjunta de diversas entidades de defesa de direitos humanos para amparar, de forma legal e solidária, 20 famílias em situação de vulnerabilidade moradoras da ocupação urbana Residencial São Marcos despejadas no dia 3 de julho de 2020, por decisão administrativa da Prefeitura de Goiânia. A ação arbitrária atingiu grande número de mulheres, crianças, idosos e idosas, que tiveram seus pertences queimados e ficaram sem um teto para se abrigar em plena pandemia. Assim, no dia 10 de julho, o Coletivo de Advogados Populares (CAP) Luiz Gama, Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino, Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Pedro Nascimento e BR Cidades criaram a Campanha Parem os Despejos e passaram a monitorar diversas comunidades ameaçadas em várias partes do estado, atuando para garantir a proteção dos seus direitos e a suspensão dos despejos. A “Carta Aberta ao Poder Público do Estado de Goiás pela Suspensão dos Despejos durante a Pandemia de COVID-19”, amplamente divulgada no lançamento da campanha, teve a adesão de 70 entidades, movimentos sociais, coletivos, universidades, conselhos, associações e institutos urbanos e do campo.

Isabela Veiga: Gostaria de saber, como foi percebida a atuação do poder público nesse período?

Participante 01: Bom, a maior parte das ameaças de despejos vem do poder público, então, o poder público é quem mais viola os direitos humanos. É tudo isso que a participante 02 falou, o fato de não ter um CEP, não conseguir vagas na escola, não conseguir atendimento à saúde, não conseguir o básico, nem uma cartinha do correio recebe quem não tem CEP. Porém, tem algo central que é o despejo. O despejo é violento, desumano, todo despejo vem com muita dor. Então, a ação do poder público foi de violadores de direitos humanos. O que a campanha com movimentos populares fez foi denunciar as violações e, ao mesmo tempo, lutar pela exigibilidade de direitos humanos básicos que estão na constituição brasileira - direito à água, à saúde e o direito à moradia. Então, construímos uma linda rede dos movimentos populares, mas também direcionamos o campo em que queremos atuar. Como a participante 02 pontuou muito bem, atuamos na comunicação. Mas também, muitas ameaças de despejo, nós encaminhamos para a Defensoria Pública. E a Defensoria Pública defendendo como custos vulnerabilis, que é defender quem está em extrema vulnerabilidade ou até mesmo na defesa do processo jurídico, colocando as questões básicas do período da pandemia. E para isso, foram muitas lutas, muitas movimentações, muitos atos em Brasília. Nós fizemos um encontro de mulheres de todas as ocupações do MTD, que tinha como tema a defesa da vida das mulheres. E defender a vida era a prorrogação dos despejos durante a pandemia. Então, escrevemos cartas para o ministro Luís Roberto Barroso e deu muito certo. Escrevemos cartas de mulheres analfabetas, idosas, com sete filhos, cinco filhos e cada um com a sua história de luta, relatando e contando para o Ministro Luís Roberto Barroso essa realidade. E aí levamos essas cartas em Brasília, entregamos essas cartas, fizemos lá um ofício, tiramos foto dessas cartas, se você quiser usar na pesquisa. E elas relatando assim - “olha, eu nunca tive casa, eu tenho sete filhos, eu trabalho na reciclagem, se eu for despejada,...eu não consigo morar embaixo de uma ponte...” e conta a história dela. E aí depois fizemos uma roda, para fazer a

leitura dessas cartas, não tinha como não chorar, mas era uma atividade pedagógica de ir em Brasília. Imagina - três ônibus de mulheres, predominantemente, indo até Brasília participar do ato da campanha despejo zero e ir também até o STF levar essas cartas. O STF depois mandou um ofício às mulheres do MTD de Goiás falando que recebeu as cartas. Esperamos que ele tenha lido, mas o Ministro Luís Roberto Barroso naquele dia, que essas mulheres foram no ato em Brasília, conseguimos prorrogar a ADPF 828, que dizia que durante a pandemia não podia ter despejo. É claro que não foi, assim, somente uma ação pontual nossa, os atos que fizemos na porta do Tribunal de Justiça, na Assembleia Legislativa, audiências públicas, projetos de lei, né?! Fizemos projeto de lei dizendo que era necessário ter um protocolo para dar uma normalizada nesses absurdo dos despejos que aconteceram. E aí fomos estudar, elaboramos um protocolo, assim, muito bom. O nosso projeto de lei passa pela câmara de vereadores, chega lá o prefeito e ele veta o coração do nosso projeto. Foi em parceria com a Defensoria Pública, que comemorou a vitória do projeto, enquanto a gente ficou triste, pois perdemos as questões centrais. Todos os casos de despejo a gente passava para a defensoria, coisa deles irem in loco, à noite, madrugada, finais de semana, o que nós nunca tínhamos visto no sistema de Justiça. Imagina, assim, quando essas mulheres retornaram de Brasília e todo mundo acompanhando, naquele momento todo mundo entendia o que era ADPF 828. Isso não explica nada, mas as ocupações entendiam, conheciam, sabiam, inclusive, quem era responsável, e passamos nas comunidades com os círculos de cultura, discutindo e aprofundando sobre a ADPF 828. Outro tema foi, por exemplo, quando mobilizamos as ocupações para participar do plano diretor de Goiânia. As ocupações nunca foram convidadas, nem sabiam o que era plano diretor. Levamos as ocupações e elas falaram do que entendiam, o que precisavam nos territórios. Imagina, lotaram a câmara municipal, onde quem estava ali era especulação imobiliária, e ter ali a população querendo participar, entender e contribuir. E a nossa compreensão de participação não é dar contribuição em caixinha de sugestão, é participar das decisões reais e concretas. Então assim como as pessoas compreenderam o processo foi a ADPF 828, assim também foi com plano diretor, e com qualquer tema. Então, foi a partir dessa nossa atuação de exigir do poder público, que conseguimos acesso à justiça via Defensoria Pública, conseguimos vacinar o povo. Para vacinar, a gente teve que levar o povo para participar de um ato do Grito dos Excluídos, todos de máscaras, é claro, com faixas com frases assim “as ocupações não vacinaram”, porque a política do município era as pessoas se vacinarem no drive thru, mas só vai lá quem tem carro, quem não tem vai no distrito sanitário (que é um bairro periférico), mas a cidade não foi planejada para as pessoas irem de uma periferia a outra, e sim da periferia para o centro. E o pessoal não tem vale-transporte para ir, então nós queríamos que fosse lá um ônibus, um ponto uma, busca ativa de vacinação. E para isso, nós tivemos que fazer uma mobilização, tivemos que fazer pressão. Para o material escolar das crianças no ano passado, nós tivemos que fazer um documento, fazer uma campanha, porque a prefeitura, em cada escola, distribui uma lista de materiais diferentes. Então, se uma mãe tem um filho em duas escolas diferentes, ela tem que providenciar uma lista diferente, mas ela não tem, a escola é pública. Assim, até Aparecida de Goiânia e outros municípios já oferecem, mas Goiânia não. Então, fizemos uma campanha, organizamos um documento, encaminhamos para o Ministério Público, para Defensoria Pública, para prefeitura e tal, para um direito básico que é o direito à educação. Não adianta mandar a criança para escola sem material escolar. Assim também é essa pauta do CEP, ao mesmo tempo em que denunciávamos violações do poder público, nós também acionamos o poder público, pois ele é o responsável pelas políticas públicas.

Participante 02: Então, a gente expõe um pouco da contradição do poder público. De maneira sintética, eu colocaria que hoje a nossa maior dificuldade de diálogo é com as prefeituras. Depois de dois anos de movimento que a gente conseguiu a primeira reunião com o prefeito, é para ele ouvir sobre um caso de uma das ocupações, e a gente aproveitou e trouxe

outros casos também. No campo do campo legislativo, a gente tem na câmara de Goiânia, na câmara de Aparecida de Goiânia e na Assembleia Legislativa, um reflexo do conservadorismo que tem em Goiás. Mas a gente, ainda, consegue ter algumas pessoas que atuam de maneira muito combativa e em diálogo com o movimento, para que a gente consiga fazer a nossa pauta avançar. Então o MTD já lançou dois Projetos de Lei (PLs) na câmara e um na Assembleia Legislativa - do despejo zero e do protocolo das remoções. Então, a gente tem pontos de diálogo, de construir também. E também destacaria no judiciário um pouco da sensibilidade de alguns promotores que conseguem fazer uma atuação importante no Ministério Público. Então, nos últimos anos, a gente está presente numa mesa de diálogo permanente com o Ministério Público de Goiás (MP-GO), especialmente com o NUPIA (Núcleo de Prática e Alto Incentivo à Autocomposição), e isso tem ajudado a gente entrar e pensar processos juntamente com o Ministério Público. Então, um reflexo dessa atuação em incidência política nesse espaço, por exemplo, foi que em Aparecida de Goiânia, no ano passado, o promotor M. conseguiu, em diálogo com a prefeitura, fazer com que três ocupações urbanas três ocupações recebesse um CEP único, isso faz com que desburocratize muitas questões no dia a dia das famílias para acesso a serviços básicos - ao postinho, ao CAIS (Centro de Atenção Integrada a Saúde), a educação escolar,... O M., em audiência pública, falou que a própria prefeitura agradeceu, que isso tá desburocratizando muitos processos, para lidar com as situações que dizem respeito a esses territórios. Aqui em Goiânia é um pouco mais conservador, a gente não conseguiu ainda avançar nesse diálogo, estamos ainda construindo caminhos, né?! Acho que cada um dos poderes tem atuado de maneira distinta, alguns com pessoas mais sensíveis, outras com entradas muito fechadas para a gente fazer o diálogo, mas a atuação do movimento vai com portas fechadas ou abertas, a gente continua fazendo trabalho!

Isabela Veiga: Essa ouvidoria geral externa na Defensoria Pública surgiu a partir desse contato entre as ocupações e a Defensoria? Foi alguma conquista relacionada à campanha? (a participante 02 é ouvidora-geral externa na DPE).

Participante 01: As defensorias públicas do Brasil, algumas delas, têm ouvidorias externas, ou seja, escolhidas pelos movimentos sociais. Forma-se uma lista tríplice e depois o conselho superior da instituição escolhe o ouvidor externo. Existem 15 ouvidorias, com Goiás foi por meio da pressão dos movimentos aqui do Estado de Goiás para que tivesse a ouvidoria externa.

Mas é por meio de candidaturas, os movimentos se candidatam, fazem um registro da candidatura e também se habilitam para fazer escolha dessa lista tríplice. Aí esse conjunto, que também está a Campanha Despejo Zero, decidiu apresentar o meu nome para ouvidoria, mas também tiveram outras pessoas. A ouvidoria é uma ponte entre os movimentos sociais e a Defensoria Pública, então achamos que deveria ter ouvidorias em todo o Brasil, especialmente na polícia, e também em outros órgãos, para ter, de fato, um caráter participativo. Então, aqui é a primeira experiência de ouvidoria externa e que culminou desse legado. Tá no processo, mas não é essa a origem, porque o que determinou foi uma resolução interna da instituição a partir de uma lei federal, que determina que tenhamos hoje em 16 defensorias, mas a Defensoria Pública da União que tem ouvidoria externa. Então, assim, é esse bloco que indica, mas a origem não vem dessa luta. Claro que fortalece, o fato da CDZ, do Comitê Dom Tomás Balduino e do MTD levar as violações de direitos humanos para defensoria, já é quase um ouvidor nato. Aqui eu continuo, mas com uma pauta ampla. Mas o que é interessante destacar, ao mesmo tempo em que denunciemos o poder público, nós também consolidamos muitas parcerias, com Conselho Nacional de Direitos Humanos, como Ministério Público,...Quando a ADPF do STF acabou, ficamos muito preocupados, pois tudo que nós seguramos ia acontecer, acabou a pandemia e o argumento. E aí o que fazer? O MTD e o Comitê Dom Tomás Balduino organizaram um documento e encaminhou para o Ministério

Público dizendo “olha, vem uma avalanche de despejos e não temos nenhum arcabouço jurídico para sustentar agora após pandemia” e entregamos isso para o procurador institucional do MP, eles escutaram e fizeram uma reunião. Logo em seguida, tem um despejo da ocupação Paulo Freire, aí nós fomos em cima do ministério público. E esse NUPIA, ele foi assim, talvez, um dos principais a construir alguma coisa, foi depois dele, por exemplo, que nós conseguimos trazer uma missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos para denunciar os casos. Tem um relatório na página do CNDH, é o relatório visitando seis ocupações, dois dias nessa missão, fazendo denúncia, incidência,..e foi fundamental essa atuação com o ministério público. Realizamos algumas audiências públicas,..e aí tentamos elaborar esse protocolo de remoções com a defensoria e, também, a partir desse legado com o Ministério Público. Então, conseguimos essa articulação com o sistema de Justiça, mas com o executivo era o grande nó. Até conseguimos com setores no campo de direitos humanos, como a secretaria de direitos humanos, secretaria de assistência social, enfim,..em alguns despejos, assistência ia lá para dizer que o conselho tutelar ia levar as crianças, que as mães estavam expondo...Aí você ia lá problematizar o que é o papel do Conselho Tutelar, enfim...E aí se configurou no processo em período eleitoral, aí que o negócio ficou bem complexo, porque envolver o município era uma perspectiva eleitoreira, mas ao mesmo tempo, a gente tem que garantir a vida das famílias. Então tentamos e conseguimos ganhar tempo ali com essas articulações. E ao mesmo tempo, essa grande rede também dos movimentos sociais. Sem dúvida, foi a aliança estratégica e prioritária que tivemos, então, foi muito importante, essa rede da campanha e dos movimentos sociais. E claro, que isso só é possível, por conta da organização, da resistência das famílias que estão nos territórios, essa articulação entre as ocupações foi bem importante. Então, como é bonito, por exemplo, quando teve, assim, um ato de solidariedade pós-despejo na ocupação, as outras lideranças irem. Porque nós somos solidários nessa luta, então a solidariedade das comunidades, assim, é um princípio. Que a gente partilha, o que a gente tem, mas o que nós temos é a nossa luta, então, isso foi bem bonito! Os movimentos do campo entregavam alimentos orgânicos para destinar para as ocupações, projetos com vários grupos de economia solidária, nessa perspectiva da luta contra a fome. Então, foram muitas campanhas de solidariedade - agasalho, roupa, alimento, material escolar,..mas também nós sempre levamos o debate, que é uma solidariedade, não é uma assistencialismo.

Wagner Rezende: Como vocês trouxeram, essa rede possui agentes públicos em uma aproximação contraditória, enquanto são aqueles que executam os despejos, também são delegados pela constituição a proteger, prover os direitos. Gostaria de saber como você vê a consolidação desses direitos? Das pessoas estarem presentes nas sessões sobre o plano diretor, delas passarem de pessoas criminalizadas, desprovidas de seus direitos para pessoas com direitos amplos.

Participante 01: Bom, sobre as Comissões de Soluções Fundiárias (CSF), antes era Comissão de Conflitos Fundiários, para a gente conseguir sair ali da ADPF 828 e ter essa transição foi muita luta! Foi muita pressão, muita mobilização, muita articulação de todos os movimentos que lutam pelo direito à moradia, à cidade, BR cidades, CDZ, MTD, e os movimentos todos do campo e da cidade. Então, foi muita articulação! Cada ato da campanha nacional Despejos Zero, eram tarefas gigantes para o estado, de mobilizar, de tentar construir aqui uma grande visibilidade, sobre essa pauta. E hoje, eu acompanho bem de perto essa CSF, já estive presente em, mais ou menos, umas 12 inspeções só no ano passado. A comissão é formada em Goiás pelo Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, e o município - prefeitura de Goiânia, prefeitura de Aparecida de Goiânia - se for rural ou indígena envolve a DPU (Defensoria Pública da União), e o MPF. Tem muitos processos na mesa desta CSF, hoje. E o que é o trabalho? Eles fazem visitas in loco, só chega para eles aqueles processos que estão para fim de cumprir uma decisão. Nós, o MTD, acompanhamos

duas comunidades que estão com CSF. Eles vão lá, fazem a inspeção, fazem um relatório, conversam com os juízes responsáveis pelo processo, e depois, encaminham. O que nós problematizamos é que, primeiro, os movimentos sociais não estavam presentes nessa comissão. Segundo, que não é apenas, ver o conflito e conversar, o que precisa é ter alternativas. Então, o programa Minha Casa Minha Vida foi lançado, mas agora que ele será implantado. Então, aguardar todas essas movimentações jurídicas e aguardar a implantação do programa, porque aí, de fato, vai ter uma solução. O despejo não é solução! Enfim, então temos alguns casos bem sucedidos e muitos outros que estão na berlinda assim, especialmente no campo. Mas, só para dizer que isso é fruto de muita luta nossa, de muitos debates, de muitas movimentações e articulações. Eu participo pela ouvidoria, mas quando é alguma comunidade que tem movimento que está nesse processo, é diferente, por conta da organização, da mobilização, da visibilidade,... Isso, só para reforçar que a organização popular faz a diferença em qualquer processo, até mesmo jurídico.

Bom, quanto ao acesso aos direitos, a consolidação dos direitos. O que nós pautamos hoje é o que tá já previsto. Nós estamos na pauta mínima, de garantir o que está previsto na Constituição brasileira, direito à moradia, saúde, educação, trabalho, mobilidade,... Não estamos falando em ampliação de nada disso. Até porque, se a gente for falar, nós vamos perder direitos hoje nessa perspectiva conservadora que nós temos no Congresso Nacional. E já tivemos avanços! É impressionante identificar a invisibilidade dessas pessoas diante das políticas públicas. E estamos falando das coisas mais básicas, o SUS é universal, o ensino é fundamental para todas as pessoas, mesmo assim, nós temos um contingente de pessoas que não estão na educação. Tem um mutirão amanhã, não tem vaga nos bairros, não tem vaga para todo mundo. Esse é o dado concreto de Goiânia. O que precisa fazer? Abrir mais CMEIs. Então, para isso, nós investimos muito no processo de formação para ter consciência dos direitos, hoje, se chegar uma notificação de despejo, a turma já tá preparada. Eles pegam a notificação e tira foto, entendem de onde vem e para onde vai, aciona, encaminha, grava o vídeo ali e tal, e essas são formas simples que podem ajudar, inclusive, a evitar um despejo, né? Então já sabe que a defensoria parceira tem uma... parceiro não é responsabilidade dela, a missão de defesa de quem tem vulnerabilidade, quem ganha até três salários mínimos. Assim como o Ministério Público, citamos aqui um promotor super atuante, mas deveriam ser todos, né? É missão institucional do Ministério Público assim também as Universidades. Eu problematizei um dia na abertura da Jornada Direitos Humanos, que foi na ocupação urbana Nova Canaã. Falei para a reitora da universidade “vamos fazer alguns projetos aqui com as comunidades”, em qualquer uma das áreas é possível atendimento à comunidades, essa extensão, enfim! Então, é um processo lento, de fato! O que nós temos é fruto da desigualdade social, Goiás é o quinto estado mais desigual do país, mas o que nós temos como compreensão é que a formação é a essência do processo de consciência de todos os direitos. Mas, é claro, que tem uma grande trave que hoje viola, por mais que sejam direitos básicos e fundamentais. Eu não entendo até hoje porque a estratégia da saúde da família não atende as ocupações urbanas, a estratégia precisa estar exatamente nos bairros onde tem maior vulnerabilidade. Esse é o princípio do SUS, mas não atende. Eu acho que é preconceito! Isso que eu estou falando para vocês, eu já falei em reunião do Conselho Municipal de Direitos Humanos, em conferência de saúde. Não sei porque tem um bairro que não tem nenhuma unidade de saúde, de atendimento básico, que é o mesmo na educação, ou seja, o Solar Ville é um bairro em que temos o mesmo proprietário dono da metade do bairro. Então, é simplesmente a especulação. Não pensou nas famílias que ocuparam e estão sofrendo aí. Bom, acho que estamos avançando no campo da formação de acesso, mas também nós temos que denunciar as violações presentes, aqui na Defensoria Pública tá pedindo para conseguir a vaga com nome, telefone e endereço, as ocupações não tem endereço. Mas aqui já tem uma declaração interna que reconhece o território tal, mas não tá acontecendo o mesmo na saúde, o

mesmo na educação, aqui né?! Lá em Aparecida...isso só foi possível, porque as ocupações falaram muitas e muitas vezes. Muitas e muitas reuniões, e muitas e muitas audiências públicas, assim a pauta quase não muda - direitos fundamentais básicos. O executivo, em período eleitoral, promete tudo mas não cumpre nada. Então, isso nos indigna! Nós não temos essa resposta para a sua problematização sobre a participação real. O plano diretor é para a especulação imobiliária, né?! Por isso as ocupações incomodaram muito, inclusive de técnicos dizendo que as ocupações não tinham capacidade de entender o debate da cidade, né? Mas até mesmo técnicos do campo progressista do direito à cidade que aí dói mais né? Quando você vê lá cortando o microfone de pessoas de ocupação, vereadores ligados à especulação, ficamos indignados. Mas quando vê técnicos da política urbanista, que estuda e pesquisa, falar isso, aí dói mais. Enfim, estamos nesse caminho de nos organizar, porque direito é o nosso grande guarda-chuva.

Participante 02: Quero contribuir também com essa provocação do Professor Wagner, para a gente pensar essa efetivação dos direitos, esse horizonte possível de direitos. E também pensar isso para além, onde a gente, de fato, no dia a dia consegue uma vaga na escola, consegue uma cirurgia, um remédio,...coisas que não são assistencialismo, mas que conseguimos em conjunto com a comunidade. Mas eu acho que é importante que a gente traz isso no nosso movimento, uma concepção filosófica de pensar uma sociedade mais humana, e da gente pensar que a gente precisa construir. Isso não vai vir de maneira espontânea, e sim de maneira construída, essa mudança de cultura, mudança de padrão de comportamento, onde hoje o que é priorizado pelo Estado é o lucro, não é a dignidade humana. Então, no dia a dia, a gente comemora as pequenas vitórias. Depois de anos de CDZ, a gente conseguiu que houvesse uma determinação do STF para as comissões de soluções fundiárias nos TJs. Na prática isso implica com que o juiz não vai tomar uma decisão lá do gabinete dele no ar condicionado, ele vai ter que ir para comunidade, escutar a comunidade, colocar o pé na comunidade, entrar em uma mesa de uma comissão e dialogar com diferentes pontos de vista, para pensar a permanência ou não daquelas famílias naquele território. Isso, por si só, faz com que a gente tenha essa mudança na cultura na forma de tratamento das pessoas que estão à margem da sociedade que, muitas vezes, é colocada como se não tivesse condições e nem voz de decidir o que quer para a sua vida. Então, essas pequenas vitórias são construídas, a gente precisa fazer uma construção mais a longo prazo, é preciso fazer mudanças estruturais no Brasil, reformas importantes. Inclusive a vida na cidade, a reforma urbana, pensar no processo de industrialização do país, pensar no processo de luta de integração da América Latina contra o imperialismo. Então, eu cheguei agora recente de Cuba, estava participando de um programa de voluntariado, de solidariedade a Cuba, e uma visita em um museu lá onde contava o processo histórico de Cuba, contava o que era culpa antes de 1959, quando houve um processo revolucionário que conseguiu fazer mudanças estruturais na sociedade. E os desafios que o país tinha antes da revolução são os mesmos desafios nossos - problema com moradia, educação, saúde, acesso aos direitos humanos básicos, que estão na nossa Constituição. A gente não está conseguindo, ainda, efetivar a aplicação da Constituição na vida da nossa população! Então, acho que pensar um horizonte de viabilidade da luta dos direitos, é pensar a luta a curto, médio e longo prazo. Aquilo que a gente precisa resolver imediatamente é um despejo para que não aconteça. Em médio prazo, pensar na consolidação de redes, contando inclusive com instituições, para que a gente possa ter a garantia de um suporte mais forte, para que esses direitos sejam garantidos. E a gente pensar na atuação dos movimentos populares, assim como é o MTD, com a educação popular, a organização das pessoas para serem agentes transformadores das suas próprias vidas, e de incidência política. Para que a gente tenha força e consciência para fazer essas mudanças que são a mais a longo prazo. Mas que a gente possa pensar nessas mudanças estruturais necessárias para que, enfim, a gente consiga, de fato, pensar em um horizonte de garantia de direitos.

Isabela Veiga: Gostaria de perguntar sobre as ocupações que vocês indicaram para a minha pesquisa - Jatobá e Beira da Mata - como vocês começaram a acompanhar? Vocês sentem que os moradores são organizados?

Participante 01: A ocupação Jatobá, é mais antiga, conhecemos a ocupação quando teve o despejo na ocupação Buenos Aires, que era em frente. Foi um despejo bem violento e truculento da prefeitura de Aparecida de Goiânia. E, logo em seguida, essas famílias receberam uma notificação, então nós tentamos entender a questão jurídica dessa ocupação e começamos a acompanhar. Então, a Ocupação Jatobá está dentro de um território mais amplo que é a Ocupação Buenos Aires. Só que são dois processos jurídicos diferentes. E tinha alguns conflitos lá, porque a prefeitura de Aparecida de Goiânia queria remanejar as famílias da Jatobá para dentro dessa ocupação e as famílias não queriam. E aí virou um negócio, assim, bem tenso!

Então, começamos a acompanhar, a comunidade Jatobá é pequena, com 10 famílias, que é um povo com uma forma organizativa bem diferente. Cada comunidade tem uma forma organizativa diferente, algumas são bem mais unidas, outras... imagina, a Ocupação Alto da Boa Vista, 700 famílias, precisa ser organizada por quadra, né?! Então, ali não são 10 famílias, nada que um almoço de domingo, reúne todo mundo e conversa, né?! E eles estão num pedacinho da estrada, uma margem pequenininha no fundo do cemitério e do complexo prisional perto do cemitério. São meio abandonados, uma das primeiras atuações com essa comunidade foi a pauta da energia, que eles estão há cinco anos no escuro. A empresa de energia chegou a colocar o poste de energia e o padrão, chegou a fatura, mas eles não ligaram. Uma das moradoras teve o nome que foi para o SPC, porque chegou a fatura e ela não pagou, não pagou porque ela não tem energia, né? Então, assim, umas coisas que a gente não imagina que acontece, mas nós ocupações, é impressionante, tudo vira uma grande luta! E aí envolvemos, acionamos as formas para tentar ver esse caso e fomos acompanhando essa comunidade. A ocupação Jatobá, assim como a Beira da Mata e as outras comunidades, que o MTD acompanha, participa da Coordenação Estadual, então, nos planejamos coletivamente, fazemos nossos círculos de culturas. Quando uma comunidade estava sendo criminalizada, porque construiu numa área que, segundo a prefeitura, é Área de Preservação Permanente (APP)...mas a Prefeitura não comprovou que era, enfim, apenas olhando No mapa da prefeitura, que é muito ruim, vê apenas um triângulo que era uma APP. o shopping de Goiânia, Passeio das Águas, foi construído numa área de preservação ambiental, foi autorizado pela câmara e Assembleia Legislativa de Goiás. Então, ou seja, para quem é pobre a criminalização vem...Bem, então o que nós fizemos quando essa família recebe essa acusação de crime? Nós fizemos “Bosque da Vida”, plantamos e reflorestamos todas as comunidades. Então, o que nós deliberamos fazer em uma (comunidade) fazemos em todas, porque é plantar árvores, é defender a vida, os animais, inclusive, os alimentos depois que vem, as frutas dessas árvores. Então, tem essa sintonia entre as comunidades, especialmente, nos nossos momentos de encontros.

A ocupação Beira da Mata, quando recebemos o contato da liderança, foi pedindo desesperadamente ajuda por conta da ameaça de despejo, também. É uma ocupação que surge no mesmo período que o MTD. Começamos a acompanhar enquanto CDZ e depois apresentamos o movimento para a comunidade, que topou. Então, é uma comunidade que desde o início, assim...Então, ela recebeu um primeiro despejo, eles perderam tudo. Um dos filhos de uma das lideranças tinha um pintinho de estimação e a patrula passou em cima do pintinho dele. Então, isso marcou a vida dessa criança, ele chorava “passou no meu pintinho”. Passou (a patrula), em cima de documentos, alimentos, de barracas, de tudo das pessoas. E eles receberam dois despejos em menos de 15 dias. Quando nós começamos a acompanhar eram umas 40 famílias, depois eles chegaram no número de 56, hoje são 70 famílias em um espaço pequeno. E eles também participam das reuniões da Coordenação, a liderança da

ocupação é da coordenação da MTD, representou o MTD no Encontro Nacional de Mulheres do Fórum Nacional da Reforma Urbana. Então a liderança da ocupação é uma dirigente do MTD. Então, todas elas começamos a acompanhar pela pauta do despejo, mas essa comunidade, assim, eles participaram de todos esses atos em Brasília, atos aqui em Goiânia, nas audiências públicas na câmara de Aparecida de Goiânia. Então é uma comunidade que se mobilizou muito, muito mesmo.

E o bonito assim, é que essas referências, esses militantes que são do território conseguiram dar o pulo do gato, entender que não é, apenas, a luta pela moradia, mas é a luta e defesa da cidade, da educação, da saúde. Então, talvez explica essa comunidade acolher a V., que é uma pessoa da saúde mental e não tem para onde ir. Não é tão simples, nós temos muitos desafios, sem romantizar, porque é muita dor, muita disputa, ao mesmo tempo temos uma perspectiva muito forte, né? Tô falando de disputa de Nós, estamos disputando uma perspectiva formativa de educação popular, mas ao mesmo tempo tem o tráfico que disputa para a sua lógica organizativa. Isso não é uma característica da ocupação Beira da Mata, infelizmente tá em todos os centros urbanos e na classe média. Quando vem a chuva, ela é democrática, mas é enchente não. Vem a chuva muito forte, sempre destrói vários barracos, porque a comunidade está dentro do buraco, é quase um buraco ali, era um lixão, depósito de lixo, animais mortos e tal. E hoje tem as pessoas né? O primeiro despejo na ocupação foi porque estavam em uma área ambiental, que a prefeitura nunca foi lá para plantar uma árvore ou limpar o leito do rio, limpar o rio. Mas depois eles mudaram para alguns metros acima e, mesmo assim, sofreram o segundo despejo da prefeitura, sem notificação administrativa, judicial. A visibilidade protegeu as famílias, mas não avançou no campo da garantia dos direitos, do direito à moradia. As famílias continuam lá numa situação de extrema vulnerabilidade. A maioria dos barracos na ocupação Beira da Mata, tem barracos de materiais recicláveis, barracos meio madeira meio lona, alguns com telhas outros não. Já na Jatobá, todo mundo tem seu barraquinho de alvenaria, simples, mas tem alguns, inclusive, construídos por mulheres, tiveram que aprender a como levantar, como fazer o barraquinho. Então, é uma situação, um contexto diferente. Durante a pandemia, a professora A. integrava o Comitê Dom Tomás Balduino, e perguntou qual comunidade poderia doar cestas básicas, aí nós indicamos a ocupação Jatobá e ela juntou um grupinho de 5 a 7 pessoas e levavam 10 cestas todo mês. E isso foi fundamental, porque se a gente tem aquela comunidade protegida, quando vem as outras a gente partilha o pão. A ocupação Jatobá é muito longe dos equipamentos sociais, então para as crianças ir para escola, elas têm que caminhar 6 Km. Imagina isso chovendo? E não tem transporte, né? Bicicleta, a mãe levando empurrando, então, é um problema bem grave a mobilidade. É a mesma coisa com saúde. Já na ocupação Beira da Mata é fácil, mas há um preconceito muito forte de forma geral, do próprio município mesmo... Um negócio de grave violência, que eles colocaram a bandeira do Lula na entrada da ocupação, a polícia foi lá e falou “se vocês não tirarem a bandeira daí, nós vamos tirar a bandeira e vocês tudo”, e chegaram depois e agrediram. Nós também fizemos essa denúncia na Defensoria e Ministério Público. Todo dia tinha violência policial, negócio absurdo! É a violência institucional muito forte. Então, assim, são contextos bem diferentes (das duas ocupações), mas são comunidades orgânicas ao MTD. A defensoria fez um filme aqui, vale a pena ver, tá no YouTube, “Entre lonas e Estacas” e aí levamos as comunidades para ver o filme no cinema. As lideranças foram no Fica (Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental). Vocês não tem ideia a alegria delas em se verem valorizadas, porque sempre foi a invisibilidade ou preconceito, né? Então quando dá voz para elas é impressionante, né? E eu lembro das crianças animadas falando “quero ver minha mãe na televisão”. Então, tem umas coisas simples assim, ao ponto que...na copa não tinha televisão para assistir o jogo da copa do mundo. E aí um parceiro foi lá e “vamos fazer aqui um campeonato da copa”. Botou todo mundo de camiseta verde e amarela e botou um telão, assistiu sim o jogo como todo mundo. Então, assim, tem umas

coisas que sensibilizam muito né?! Dia das Crianças, foram no clube, tomaram banho de piscina pela primeira vez, umas coisas que marcam. É o direito ao lazer, assim, tá lá no último ponto da nossa lista de prioridades, quase Então, as crianças e as mulheres da ocupação Beira da Mata é uma marca muito forte, de resistência, de indignação, assim, mas também de muita amorosidade, e é extrema vulnerabilidade, é extrema miséria.

APÊNDICE 02

Entrevista grupal na Ocupação Beira da Mata - 20/10/2024

Participaram 8 pessoas, sendo o local a casa da participante 01 (liderança da comunidade). É importante destacar que as participantes eram mulheres, algumas com crianças de colo, além daquelas que estavam ao redor brincando.

Além de mim, participou da atividade (como ouvinte, pois preferiu não fazer intervenções), uma mestrande do PPGPROCIDADE, também voluntária nas atividades da ONG TETO de construção de habitações de emergência na comunidade Beira da Mata.

Obs.: A atividade foi marcada para iniciar às 9h, mas iniciou por volta das 11h, em decorrência de um grupo de religiosos espíritas que estavam na sede da associação de moradores fazendo doações de alimentos, cobertores, brinquedos e doces. Também fizeram uma roda com as pessoas presentes para orar em grupo. Durante a conversa, passaram duas carreatas de candidatos à prefeitura de Aparecida de Goiânia. Houve a passagem constante de pessoas da comunidade pelo local. Esses fatores atrapalharam o desenvolvimento da atividade, tirando a concentração dos participantes e da intermediadora nos assuntos tratados. Também tive problemas como a gravação, achei que havia ligado o aparelho, mas apertei o botão errado. Precisei gravar a primeira fala da participante 01 novamente.

Início - Expliquei as participantes como funcionaria a conversa, os assuntos que seriam tratados e as dinâmicas.

1ª Rodada - Expulsões - Expliquei o conceito de EXPULSÃO para as participantes. Elas preferiram começar se apresentando e contando como foi parar na comunidade, visto que isso foi um reflexo das expulsões econômicas e sociais que ocorreram no período pandêmico

Participante 01: Tenho 36 anos. Antes da pandemia, eu trabalhava, meu esposo trabalhava. Aí meu esposo sofreu um acidente e a gente morava com a minha mãe. Meu irmão tem três filhos autistas, e aí meu irmão também perdeu o emprego, foi morar dentro da casa da minha mãe. Então, a casa da minha mãe ficou sobrecarregada, e aí a gente não tinha mais espaço, como viver lá, as coisas estavam muito difíceis. Então, eu conhecia essa área, a área que a gente mora, que é perto da casa da minha mãe. E essa área sempre foi de descarte de lixo, onde os bandidos se escondiam para poder roubar o pessoal. Então, a gente não pensou duas vezes, eu e meu marido, acabamos vindo pra cá. Eu tenho sete filhos, hoje eu estou gestante de nove meses do oitavo filho, e é muito difícil! Eu tinha que escolher, ou pagar aluguel ou comer. Então, eu escolhi deixar meus filhos de barriga cheia. Vim para a ocupação, ocupar. Então, era um espaço que não tinha função social, nunca teve. A gente mesmo, nunca teve conhecimento de dono aqui, nunca viu ninguém. E a gente acabou vindo, fomos um dos primeiros, eu e ele. Foram chegando famílias e famílias, com as mesmas histórias, na mesma situação, e a gente foi acolhendo essas famílias que precisavam. E fazendo, como se diz, a coletividade, e construindo uma comunidade, que hoje é a comunidade Beira da Mata.

A gente estava ocupando por quatro meses, quando a gente sofreu o primeiro despejo. Um despejo que não teve truculência, eles chegaram ainda a conversar, deixaram a gente tirar as nossas coisas. E a gente falou para eles: “você vão tirar, mas a gente vai ter que voltar, porque é como vai fazer? A gente não tem para onde ir. Vai ficar onde? No meio da rua?” E aí, quando eles foram embora, a gente voltou de novo, passamos a noite construindo a

barraca, para amanhecer o dia e a gente já estar com a barraca pronta. Quando foi 15 dias do primeiro despejo, a gente sofreu o segundo despejo. E o segundo despejo foi com muita turbulência, eles vieram já, muito agressivos. Veio a polícia, veio a GCM, a prefeitura. E aí, eles vieram batendo na gente, tirando a gente que nem cachorro, batendo nas crianças. Na época, meu marido de muleta apanhou, eu também apanhei. Eu fiquei até hoje, tenho sequelas no meu joelho. Isso foi muito triste, a gente ficou lesado materialmente, porque destruiu nossas barracas de novo, a gente tinha acabado de construir, que já tinha sido destruído; e sentimentalmente, porque a gente foi xingado, de lixo, chamado de vagabundo, de ladrão. E a gente não é isso, a gente trabalha também, corre atrás. A gente tem só uma diferença com as pessoas que tem casa, que é o CEP, a gente não tem esse CEP, mas eu creio que isso também não faz a gente muito diferente não. A gente é igual, mas infelizmente na vista da sociedade, quem não tem CEP, quem não tem moradia, não é ninguém, é invisível.

E aí a gente vem nessa luta, pelejando e tudo, conhecemos o movimento chamado MTD. Esse movimento foi que nem uma mãe pra nós. Ele pegou a gente mesmo assim, abraçou e apoiou. Foi ensinando a gente o que era direito, que a gente não estava fazendo nada errado; que a gente estava aqui, porque é precisava, porque está na Constituição Federal Brasileira, que a gente tem direito de moradia digna. Essa lei foi criada em 1988, e a gente quer que ela saia do papel, e venha atender as famílias, em extrema vulnerabilidade social. E, logo em seguida, a gente conheceu a TETO, que dá teto pra quem não tem, é uma ONG internacional, e ela está com nós também. Eles vieram construir casas, que eu falo que pra nós não são só casas, mas esperança, uma luz no fim do túnel. É uma ONG muito boa, trouxe mais conhecimento pra nós também. Através da TETO a gente conheceu, também muitas pessoas boas que vem voluntariado trabalhar com eles, e cada um vem trazendo um apoio, um carinho, um abraço pra nós, e foi também deixando a gente mais forte.

Então, vamos fazer quatro anos que estamos na ocupação Beira da Mata, com muita resiliência e resistência, e lutando pelas famílias, estamos com 78 famílias, em extrema vulnerabilidade social. Temos uma senhora de 110 anos, quando a gente fala assim a gente fica até triste, 110 anos esperando o seu direito de moradia. Aí, qual que é os critérios da prefeitura, né?! Eu já perguntei para o secretário de habitação: “qual é o critério?” Eu vou para o meu 8º filho, quanto filhos tem que ter? É 20 filhos? É 150 anos? Porque uma senhora de 110 anos, uma mulher de 8 filhos, já tem que estar dentro, né?! E nunca teve casa, eu estou inscrita no MCMV já tem 12 anos, eu nunca fui chamada. Meu irmão, foi 9 anos com 3 filhos autistas, para poder conseguir um apartamento pelo MCMV. Então, a gente fica muito triste. Infelizmente, essas casinhas do MCMV é só sonho mesmo, porque acaba atendendo as pessoas que são familiares deles lá. Porque, para as pessoas que realmente precisam, que tem direito, eles não chega. Então, a gente acaba ocupando, para não morar na rua. Enquanto morar for privilégio, ocupar é certo, porque as pessoas precisam.

Participante 02: Quando eu pensei em vir pra cá, eu estava grávida do meu segundo filho. Eu tinha acabado de sair do serviço. E aí a gente estava com um pouco de dificuldade para estar pagando energia, aluguel, água. A gente estava pagando aluguel, e ao invés de pagar energia, a gente tinha que comprar comida. Aí...uma amiga nossa, a participante 4, morava aqui já e chamou a gente. Disse que tinha um lote disponível. E aí a gente veio conhecer. E aí a gente veio pra cá, porque estávamos deixando de pagar energia para comprar comida. Então a gente estava num momento difícil, e com mais um bebê...e eu estava desempregada na época. A gente pegou, juntou um pouquinho de dinheiro, veio pra cá, montou uma barraca nossa.

A gente não chegou a participar do despejo, porque a gente ainda não sabia, assim...dessa ocupação. A gente veio depois do despejo, mas a gente entende da dificuldade que as pessoas passaram aqui, porque ainda não tinha água,...(no fundo alguém diz “não tinha energia”), não tinha energia. Então a gente entende todo o sufoco, que todo mundo passou aqui. Teve que abrir poço. Não tinha energia elétrica para conservar a comida. Então, a gente entende a

dificuldade, o sofrimento que todo mundo passou. E até hoje a gente enfrenta muita dificuldade, até para marcar uma consulta no postinho, um exame para os nossos filhos, porque a gente não tem o CEP, não tem um comprovante de endereço.

Participante 03: Então quando eu cheguei até aqui... assim, a minha família nunca foi de ter convívio, de ter apoio, nada... assim de boas convivências, mas foi isso que eu vim para cá. E quando eu cheguei aqui, eu fui para o barraco de Lona, e eu sofri muito no tempo da enxurrada, foi difícil. E... a gente, esqueci, e agora?

Isabela Veiga: Quando você chegou aqui, já tinham ocorrido os despejos?

Participante 03: Quando eu cheguei aqui, já tinha...

Já tinha água, já tinha energia, já tinha tudo, né?

Mas assim, a dificuldade maior, é a rede de esgoto, escola, mercados,... que é difícil pra gente que tem criança pequena, para estar se deslocando para... ir pro postinho, para ir no hospital. E assim... eu sofri nesse tempo da chuva, porque ficou de difícil acesso para as pessoas entrar com o carro, muita lama. E assim, o dia-a-dia da gente não é fácil aqui na comunidade! Porque às vezes vem polícia, e eles não querem saber quem é bandido, eles tratam todos nós como bandidos, pela questão da gente morar aqui, né? É difícil, porque a gente leva a culpa, sendo que somos cidadãos. E, às vezes, ao invés de irem atrás do bandido, vão atrás das pessoas honestas; e às vezes batem, e todo mundo se cala por conta do medo deles.

Isabela Veiga: Você chegou durante a pandemia?

Participante 03: Acho que foi.

Isabela Veiga: 2021?

Participante 03: Sim. E é isso!

A questão de saúde mesmo, a questão de postinho, é difícil para estar marcando, consultando... por exemplo, eu mesma, estou passando por uma dificuldade, já tem quatro meses que eu estou correndo atrás de uma consulta para retirar o meu DIU, e eles não fazem nada. Falam que aqui não tem ginecologista, que não tem médicos especialistas para atender. E é difícil! Pela questão do CEP, porque o CEP vale muito. E às vezes eles deixam de nos atender, até de nós conseguir pegar cartão,... e é isso aí.

Participante 04: Quando eu vim pra cá, não tinha acontecido ainda o despejo. Com 15 dias que eu estava aqui teve o primeiro despejo, só que esse não foi tão violento como no segundo despejo. Aí... quando eu venho pra cá, foi no mês de fevereiro, no mês da chuva e ventania. Aí nós fizemos a nossa barraca, vinha o vento e derrubava. Nós fazíamos nossa barraca de novo e o vento derrubava. Aí, com 15 dias, teve o segundo despejo, no segundo despejo, eles vieram com muita violência. Batendo em todo mundo, nas crianças, nos idosos. Não queriam saber. Queria passar a patrula em cima das barracas onde as crianças estavam dormindo. Eles não queriam saber de nada! Até que nós conseguimos. Veio uma moça do ministério público e nos ajudou, trouxe uns advogados...

Interrupção da gravação para esperar a carreta de um dos candidatos à prefeitura de Aparecida de Goiânia passar.

Participante 04: Aí depois do segundo despejo, nós ficamos morando aqui, a luz na vela. E para nós fazer comida era no fogão de lenha, a gente fazia no tacho para todos os moradores que estavam aqui com nós, para todo mundo comer. E nós dormia na rede, embaixo do pé de árvore. Até que nós conseguimos arrumar a energia depois de quatro meses, nós conseguimos arrumar a energia de pouco em pouco. Depois nós conseguimos arrumar água, porque nós pegávamos em um poço artesiano que tem ali pra baixo, e a água vinha com muito gosto de ferrugem. Aí, depois de uns dois ou três meses que nós conseguimos arrumar água. E que foi melhorando, melhorando, e nós estamos aí.

Isabela Veiga: Vocês chegaram a usar a água do córrego?

Participante 04: Com certeza! Nós íamos lá lavar roupa, vasilha,...era a única água que tinha. Nós usamos bastante essa água.

Participante 05: Quando eu cheguei, já estava bem estruturado, tem quase um ano que estou aqui, mas eu reconheço a luta de todos por moradia, né?! E quando eu vim, eu vim com bastante sofrimento, sem poder pagar aluguel, água, luz... Vim devendo os “senhorinhos” onde a gente morava. Eles não esperam, eles botam a gente para fora. E pelo nosso governo que não ajuda a gente, o que a gente faz? Por conta da participante 01, a gente conseguiu aqui e veio pra cá, senão a gente estava na rua, ou debaixo da ponte. Então, assim, a gente é bem grato, porque, graças a Deus, nós não pegamos o despejo. Não peguei as coisas de quem veio antes, não peguei a falta de água, luz. Mas o sofrimento foi grande para eles chegarem até aqui. Agora já está bem mais estruturado. Falta muita coisa, esgoto, o CEP, que para a gente trabalhar, a gente não consegue, tem que pegar endereço de outras pessoas. Mas graças a Deus, hoje a gente tem onde morar, e graças a Deus, nós temos onde ficar, porque antes, não tínhamos. Minhas coisas foram despejadas, por eu não ter onde ficar.

Isabela Veiga: Você chegou aqui em 2022?

Participante 05: Eu cheguei agora esse ano.

Isabela Veiga: E como foi a pandemia pra você? Você acha que você estar passando por dificuldades econômicas é decorrente da pandemia?

Participante 05: Decorrente da pandemia, da falta de moradia...bastante. Minha menina pegou covid, meu irmão pegou covid, quase morreu. A gente teve que juntar todo mundo num lugar só, por não ter dinheiro para pagar aluguel, morando umas 12 pessoas, por conta da pandemia também.

Participante 06: Bom dia, eu tenho 45 anos. Então, eu cheguei aqui já estava quase no final da pandemia. Graças a Deus e a participante 01, eu agradeço muito a Deus e a participante 01 também. Porque, como eu peguei covid, meus patrões me mandaram embora, sem direito a nada. E assim, recente que eu tive a covid, eu perdi meu pai. Então, era muito difícil pra mim, eu trabalhar, eu que cuidava dele. E aí veio a covid, eu entrei em depressão. Então, eu perdi o emprego, eu não tinha onde morar. E aí, a minha irmã morava aqui..., ela conversou com a participante 01, que me ajudou. Eu não participei do despejo, mas a gente passou muita dificuldade. Porque não é fácil, quando é tempo de chuva, as barracas da gente não têm segurança. A gente tem que pedir muito a Deus para proteger a gente. Então, assim, eu cheguei aqui, já tinha água, já tinha luz, mas não é fácil, porque a gente tem muito preconceito. Às vezes, você precisa de uma ajuda, “ah, mas você mora lá naquela ocupação, lá só tem bandido, eu não vou, eu não posso ajudar, não tenho que fazer”. Você precisa de um médico, você não tem CEP, você não tem que fazer. Então, você precisa ficar atrás das autoridades para ver o que pode fazer para te ajudar. Assim, hoje eu me sinto uma vitoriosa, porque o que era no começo, o que eu já participei, era muito difícil. Mas graças a Deus, que Deus guarde nós todos aqui, nós vamos vencer. E é isso.

Participante 07: Tenho 50 anos, moro aqui na Ocupação Beira da Mata. E foi difícil, porque antes eu morava com a minha sobrinha, morei com a minha irmã, depois eu fui morar com uma amiga, e depois essa amiga minha viajou. E eu fiquei sabendo da invasão, ocupação Beira da Mata. Como eu morava de favor, eu falei: “vou lá, vou tentar”. Aqui eu senti mais à vontade, me senti mais bem. E estou aí! Cheguei aqui, para fazer um barraco e me deram o prazo de dois dias, que era para fazer uma barraca, aí eu vim e fiquei pelegando aqui...

Novamente, Interrupção da gravação para esperar a carreta de um dos candidatos à prefeitura de Aparecida de Goiânia passar.

Participante 07: Eu vim pra cá com a intenção de trazer um filho meu que morava com a minha filha. Eu queria ter um lar, pra mim e pra ele, que dá pra nós viver, e pra me sair da

casas dos outros também, da casa dos parentes, pois a gente é mal recebido. Daí fui morar com uma colega, morei com ela por 6 meses. Aí ela viajou, e eu fiquei sabendo da ocupação, eu peguei e vim. E estou aí pelejando na luta.

Participante 08: Quando eu vim que ir pra ocupação, eu tinha dois filhos, era solteira. Não tinha essa rua, o acesso aqui era muito difícil, tanto que só tinha que lá, onde asfaltou agora. Eu tive que carregar os meus materiais num carrinho de mão com o Chico, falecido, Seu Francisco, que me ajudou a fazer o meu primeiro barracão. Foi muito difícil. Quando eu vim pra cá, não foi no despejo, foi depois. Mas não tinha água, não tinha energia, nós pegamos uma extensão com a outra, e ia emendando, emendando até chegar aqui em cima. A água, tinha um tanque que era da participante 01. O tanquinho, que era para lavar roupa, ficava lá na associação, que era uma lona esticada de caminhoneiro. Tinha fogão que a participante 01 fazia comida pra gente, porque quem não tinha comida em casa, a participante 01 chamava, pra fazer o panelão pra todo mundo comer. Aí nós buscava água na bica, e a água dali começou a adoecer as crianças. Aí para lavar roupa, nós lavava no tanque da participante 01, nós ficava revezando, pegava água no balde pra trazer. Aí foi uma luta, bem grande. Mas aí nós pegava a extensão, ligava um no outro, e no outro, e no outro, aí a minha extensão era maior, ligava na da a, ligava da b, ligava na c, e na do d. Ligava 5 casas no T, e quando chovia, nós ficava sem energia, porque tinha que tirar as extensões. Tirava correndo, pra não dar “pipoco”, mas deu uma duas ou três vezes. Que nós saiu correndo pra desativar. Mas aí, graças a Deus, nós tá aí na luta.

Isabela Veiga: Chegou alguma coisa pegar fogo?

Participante 08: Sim, a minha televisão pegou fogo, a dela ali queimou tanto. Quando nós ligava, eles desativavam, tanto que a vizinha também ficou no escuro. Aí nós teve uma reportagem, e nós lutou para não desativarem a nossa energia, porque tinha criança que usava o aparelho, que aqui era muito quente. Na chuva, ficava fria, vinha enxurrada, levava as coisas, estragava, não tinha como secar roupa, e as roupas tudo perdendo, as coisas tudinho, pois não tinha energia pra estar arrumando.

Isabela Veiga: Vamos para a segunda etapa. Gostaria que vocês falassem sobre quem ajudou vocês nessas dificuldades que relataram, quais organizações, se a comunidade é unida nesse sentido. Podem trazer uma perspectiva do coletivo ou uma perspectiva pessoal.

Participante 01: Quando a gente sofreu o segundo despejo, a gente teve uma ajuda muito grande aqui, que foi o pessoal do MTD, o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos. Eu até brinco muito com a A., eu falo que ela é a mãe da comunidade Beira da Mata, porque através deles...eles vieram com tudo para acolher a comunidade. Sempre andou junto com a gente. Quando tinha alguma coisa que a gente ficava preocupada, algum carro suspeito, a gente ligava para eles, e eles entravam em contato com o pessoal da Defensoria, para estar vigiando, ajudando a gente, que a gente tinha muito medo. Quando teve o segundo despejo, a gente começou a dormir todo mundo junto na associação, porque era a única lona que tinha sobrevivido, e a barraca que dava para colher todo mundo. Então todo mundo dormia lá com medo de chegar alguém para fazer mal, querer matar a gente, a gente ficava muito junto lá. Então tinha esse apoio do pessoal do MTD, até hoje eles estão junto com a gente também ajudando. Se a gente participou de alguma passeata em prol da comunidade, em prol da moradia digna, foi através deles, eles que conseguiram ônibus, eles que correram atrás.

Aí logo depois veio o pessoal da Teto. A Teto é uma ONG, que ela é fora do Brasil, ela traz moradia, que é a casa. Eles trazem teto para as famílias em extrema vulnerabilidade social. E eu falava muito com o F. da Teto, que até para nós, que essas casas não são casas, são aquelas luzinhas que a gente vê lá no final do túnel. Então, eles estão junto com a gente também trazendo moradia digna. Para nós é digna, porque nós sofremos demais dentro daquelas barracas. Eu mesma, minha barraca desmontou uns três vezes. Era lona, então quando vinha o vento forte rasgava, eu sofri muito, com muito filho lá dentro. A maioria do pessoal também

que tem uma casinha dessa, é muito agradecido. O pessoal da Teto proporcionou isso para nós. E teve várias e várias outras ONGs, outros movimentos que participou, mas não ficou, não teve um tempo duradouro com a comunidade, que nem a TETO e o MTD. Então, eu falo muito deles dois, mas teve outros que fizeram parte da nossa vida, mas não durou.

Isabela Veiga: E como que a organização da comunidade? Tem uma associação, como funciona a associação?

Participante 01: A comunidade, no começo a gente se organizava muito de forma coletiva, porque a gente precisava sempre estar mais coletivo. Hoje, infelizmente não está tão nessa coletividade. O pessoal já estabilizou mais, muita gente foi trabalhar fora, já estão mais bem, vamos dizer. E aí não tem muita essa coletividade. Existe sim, a nossa reunião. Quando acontece alguma coisa na comunidade, a gente junta o pessoal, faz uma reunião para poder debater sobre a pauta, para resolver. E, às vezes, não comparece todo mundo que nem antigamente. Antigamente, se chamava não cabia gente, hoje é menos. Mas continua tendo a coletividade, né?! Nossa associação é mais para isso: para a reunião, é para a gente receber doação para poder ajudar a comunidade, o espaço é para isso.

Isabela Veiga: Vocês integram o MTD na coordenação, como foi esse processo? Tem alguma coisa que queiram falar sobre isso? Como é a relação da comunidade com MTD? Eles conseguem fazer as atividades aqui?

Participante 01: Conseguem sim. O MTD é muito bem recebido na nossa comunidade. Todas as vezes que marcam uma atividade dentro da comunidade o pessoal se mobiliza e comparece, porque a gente tem a consciência, a gratidão do que eles fizeram e fazem, e do nós vamos fazer junto. Porque eles são uma rede de apoio muito grande e muito forte para nós. Então, é muito importante eles aqui dentro. Então, sempre quando eles vêm, todo mundo participa sim, e eles conseguem fazer as atividades aqui dentro.

A participante 02 precisou se ausentar.

Isabela Veiga: E aí, quem ajudou você?

Participante 03: A participante 01, a participante 4, o esposo dela,...quando eu cheguei aqui, eu fui muito bem acolhida. E até hoje, a gente somos unidos. Quando uma precisa da outra, eu chego “ei participante 01, me dá um leite que eu estou precisando” e ela também. A gente aqui, entre a gente, a gente se ajuda da forma que a gente pode. Se uma não tem e a outra tem, a gente divide. A gente corre atrás, e ajuda um ao outro. Então, não é todo mundo, como ela falou, que tem essa coletividade de um estar se ajudando. Como na parte da construção da associação, muitas vezes, quase nem um dos moradores está presente, faz vista grossa às vezes, e aí fica difícil também, porque eles trabalham sozinho. Eu sou uma contemplada, como ela, e a gente agradece bastante a TETO, que nos proporcionou a casinha. E a associação é nossa terceira casa, porque tudo que é coisa, nós corremos para lá. E, é onde nós temos a oportunidade de estar todos juntos, e a gente conversar, de manhã tomar um café. A gente também tira um tempinho pra poder ficar lá, para as crianças brincarem na associação. E assim, a questão da gente se ajudar, não é todos, mas é como a gente sempre diz, a união faz a força. Então, se a gente estamos juntos morando, é porque nós estamos lutando pela moradia digna. E, com certeza, vamos ganhar, em nome de Jesus, porque nós merecemos, nós merecemos.

Isabela Veiga: A senhora quer falar quem ajudou nas dificuldades?

Participante 07: Primeiramente foi Jesus, Deus. Depois foi o D., a participante 01, que ajudou quando eu estava desanimando, tinha dois dias para fazer a barraca. eu apressei. Depois ganhei a casinha da Teto, e aí indo, fui participando das reuniões, das atividades, do povo do movimento. E tenho muito que agradecer a Deus, e eles também que me ajudaram muito.

Participante 04: Depois do despejo que a gente foi se organizando, em 4 ou 5 meses, eu arrumei um serviço e comecei a trabalhar. Fiz uma barraca mais reforçada, coloquei um telhado bom na barraca que eu fiz, depois que eu comecei a trabalhar. Eu comecei a trabalhar fichado e já vai fazer uns 2 anos nessa firma. Aí engravidei dele (criança no colo), e fiquei afastada, porque era gravidez de risco. Aí eu recebi licença maternidade. Fui arrumando a minha casa, construí em alvenaria. E hoje eu estou mais avançada, porque eu hoje eu estou em casa de alvenaria, tudo mais organizado. Agora o que falta organizar mais aqui para nós é a água e a energia, e o CEP que nós não temos ainda, e a associação, onde nós fazemos reunião pra nós organizar e ter nossas conversas.

Isabela Veiga: Vocês recebem muitas visitas né, hoje mesmo estava tendo uma, gostaria de falar mais sobre isso?

Participante 04: Desde o começo, quando eu vim pra cá, quando teve o primeiro e segundo despejo, nós já começamos a ter doadores. Nós tivemos doadores de muitas coisas, de roupa, cobertor, cestas. Os doadores que vêm ajudou a gente bastante doado mesmo. Se não fosse eles, ia ser mais difícil ainda pra nós conseguir, que já não era fácil. Aí vinha os doadores, doavam muitas coisas boas, roupas, cestas, cobertores,...E cada um de nós foi fazendo as suas atividades - alguns vendendo alguma coisa, outro manicure, eu fui trabalhar de carteira assinada, e assim por diante.

Isabela Veiga: Então, teve um momento de maior dificuldade, após os despejos, mas depois foi melhorando.

Participante 04: É, nós foi se organizando. Vieram bastante doadores para ajudar a gente, então deu muita força pra nós, né?! Então, cada um foi fazendo alguma coisa, elas duas é manicure, eu fui trabalhar fichado, outro foi vender salgado, para ver se melhorava mais.

Participante 02: Eu ia falar a mesma coisa que ela falou. O despejo foi na época da pandemia, estava muito difícil arrumar emprego. Então, a gente tinha que contar com a ajuda de doadores mesmo, tanto para alimento, quanto para roupa, essas coisas. Então, os doadores ajudaram muito nessa época, eles doaram muita coberta para o pessoal. Então, essa foi a ajuda que a gente teve para ir firmando as pernas, né?!

Participante 05: Quando eu vim pra cá, por conta da gente precisar de mudar, essas coisas, a gente teve a ajuda da comunidade, veio doadores que ajudou a gente com coberta, com alimento, que a gente não estava tendo. Foi bastante doadores que ajudaram a gente, do pouco que eu estou aqui, graças a Deus, é bastante gente que vem ajudar a gente.

Participante 06: Então, eu também, até hoje estou desempregada, com problemas de saúde, fiz uma cirurgia no olho. Então não estou podendo ir trabalhar. Mas, eu estou olhando as crianças em casa. Como diz os meninos, eu sou a avó de todos da comunidade, que esses meninos não podem me ver (risadas), e sou grata por isso. Graças a Deus, Deus me deu esse dom de ter muito amor pelas crianças, as crianças se apegam muito comigo. E eu tenho só que agradecer, a participante 01, o D., a participante 04 também. Porque eu não tenho família aqui, a minha família é o pessoal da comunidade.

APÊNDICE 03

Grupo Focal na Ocupação Jatobá - 17/08/2024

A atividade ocorreu na casa da “participante 04” do grupo focal. A conversa iniciou depois das 9h da manhã, e participaram 4 pessoas, todas mulheres. As condições climáticas do período em que foi realizado a atividade ressaltou um problema crônico na comunidade, que é a poeira devido à estrada de chão que passa em frente às casas. A casa da participante número 01 é de alvenaria sem acabamentos nas paredes, e no chão, apenas com contrapiso, a atividade aconteceu na varanda coberta.

Isabela Veiga: Bom, então, é o seguinte: a primeira rodada é sobre expulsão. Gostaríamos de saber de cada um de vocês se passaram por alguma experiência de expulsão durante a pandemia.

Wagner Rezende: E que falassem como foi essa experiência pra gente.

Participante 01: A gente passou por uma expulsão na pandemia em 2022. Tinham várias famílias do outro lado da rua, tinha mais ou menos umas 150 famílias. Foi quando a prefeitura chegou e falou que o outro lado da rua era deles, e que eles tinham que sair. Só que, na hora que eles falaram que tinha que sair, chegaram mais ou menos umas 30 viaturas - umas bem agressivas, chegaram umas batendo nas pessoas do outro lado da rua, chegaram com a patrula entupindo os poços, passando a patrula nas casas das pessoas, jogando para debaixo da terra o fogão,...as coisas que tem dentro de casa, botijão, é... arrastando para dentro dos poços e tampando. E as famílias falando para eles não fazerem aquilo, e eles em cima com patrula e viatura, dizendo que ali não era deles e eles tinham que sair dali. Outros apanharam também na hora do despejo, eles batiam neles - a polícia. Tanto que as pessoas colocaram no Instagram, colocaram no YouTube, muita gente ficou revoltada, porque eles não estavam respeitando as crianças, não estavam respeitando os animais, e não estavam respeitando adultos, não estavam respeitando ninguém. Eles estavam colocando em primeiro lugar só autoridade, eles estavam colocando como se fosse da prefeitura, a favor de que a polícia pudesse fazer qualquer coisa, como os outros mais inferiores. E aí, a gente achou muito descaso, porque a gente tava aqui desse lado e aí eles vieram e falaram assim: “você também vão ter que sair”. A gente falou assim “não, não temos que sair, porque não estamos em área de prefeitura”. Foi aí que eles ficaram, todo dia vindo perturbar.

Wagner Rezende: Eles abordaram você?

Participante 01: Não, eles vieram na nossa casa aqui, desceu na casa de cada um - veio na minha, veio na vizinha da I,...sei que eles passaram aqui dizendo que era para a gente desocupar a área.

Isabela Veiga: A polícia?

Participante 01: Não, quem veio foi o pessoal da prefeitura. Não vou mencionar o nome dele, mas a gente conhece quem é, a gente foi procurar na prefeitura...

Wagner Rezende: você lembra o dia?

Participante 01: eu não lembro o dia, mas a gente tem um papel que confirma. Mas aí a gente foi na prefeitura ver se era verídico o que ele estava dizendo, e aí falaram que não era. A gente reuniu os moradores e fomos lá, conversar com o superintendente da prefeitura. Ele falou que não tinha solicitado para a gente ser despejados não. Mas do lado de lá, eles tinham

pedido para sair. Aí eu falei, mas você viu as consequências de lá - teve muitas mortes de animais, teve muito descaso lá. E aí, portanto, você vê nas filmagens, o pessoal filmou, muita gente filmou. Eu mesmo filmei, só não tem mais no meu celular.

Isabela Veiga: Você estava nessa reunião com a superintendência.

Participante 01: Estava, estávamos 6 moradores daqui no dia da reunião. Inclusive a gente pediu ajuda para o vereador Araújo para a gente estar lá dentro, porque a gente foi em muitos moradores no dia, porém depois que passou o dia foram menos moradores para ir mais afundo e aí a gente descobriu. Aí depois a gente pediu energia, mas eles não querem liberar a energia, não querem liberar nada de saneamento básico que a gente é digno de ter, eles não querem liberar. Não quer liberar pra gente um asfalto, como vocês estão vendo, aqui é muito poeira. A pessoa que tem doença de pulmão não tem jeito de ficar aqui nessa poeira, né? E...é só.

Isabela Veiga: pode ir o participante número 02.

Entrevistada 02: Você pode repetir a pergunta, Isabela.

Isabela Veiga: Sim! Eu queria saber de cada um de vocês se passaram por alguma experiência de expulsão durante a pandemia. E vocês podem trazer experiências pessoais, né? Ou coletivas também...

Wagner Rezende: como que afetou vocês pessoalmente.

Participante 02: Eu vi tudo que aconteceu aqui no outro lado. Eu não estava aqui, mas na época não estava por aqui, eu estava doente. Em 2020, eu tinha feito uma cirurgia, eu estava muito mal, estava lá em Goiânia. Mas eu vi tudo pela televisão depois, e eu estava sempre em contato com a participante 01, que é minha comadre e me falava tudo: “Comadre, eles estão aqui”, e eu disse: “mas o que vai fazer?” - “Eles não querem liberar e não sei mais o que...”. E a gente está precisando de recursos aqui, pra não acontecer o mesmo que aconteceu do outro lado. Eu acho que todo ser humano tem o direito de ir e vir, ter uma moradia digna, né?! E, eu acho que o poder público tendo essa área aqui, por que não se já estamos aqui? Por que não nós? Eu acho que é justo! Já estamos aqui há 5 ou 6 anos. Vai fazer 5 ou 6 anos que a gente está aqui. Merecemos sim - água, ter uma moradia digna,...E mesmo sem condições de construir aí. Então eu “pelejo” compro um tijolo, uma vigota, compro um não sei o quê...Estou “pelejando” para construir, e eles podiam ajudar, né?! Eles vieram aqui e a patrula passou por cima de casas, só não passou por cima de morador, porque o morador saía correndo, mas passou por cima de bichinho, de cachorro, né?! Tirou muita coisa, a gente...eu vendo pela televisão, fiquei revoltadíssima. Muito revoltada, brava, se tivesse aqui eu tinha ficado... Como é que o poder público pode fazer isso? Como é que a defensoria pública não atendeu isso? Quer dizer, isso faz parte do defensor público. É essa a função do defensor público, defender o cidadão. Aqui não tem nenhum bandido, aqui não tem nenhum marginal. Mesmo que tivesse, quem está na “Papuda”, quem está no “Tremembé” tem direito, por que que nós não temos? É complicado, o poder público, se depender da justiça pra fazer as coisas pra gente...É complicado! Mas...antes tarde do que nunca! Esperamos justiça! Queremos uma moradia digna, queremos água, queremos luz, queremos tudo que o ser humano deveria ter direito. É o mínimo que o poder público pode fazer, né?! Obrigada.

Participante 03: uai gente? É isso aí, né?! Para falar a verdade eu até tenho as filmagens do que aconteceu, mas está no outro celular. Foi muito triste ver as pessoas aí...daquele jeito...

Wagner Rezende: a senhora estava aqui na ocupação?

Participante 03: teve um dia que estava, mas aí no outro dia que eles voltaram aqui, eu estava trabalhando. Só que meu marido estava aqui...ainda chegou, foram lá conversar com os policiais e tudo. Eles estavam muito ignorantes, não queriam saber de nada não. Mas aí, é triste demais uma situação dessa. Aí eles vieram, disseram que iriam derrubar o lado de cá também, mas graça a Deus, isso não aconteceu não. Nós estamos aí tentando lutar para ter algum recurso.

Isabela Veiga: Então,...uma forma de dificultar a permanência de vocês foi cortando água e luz?

Participante 03: mas aqui nunca teve água e luz, aqui é cisterna.

Participante 02: Por isso que eu estou falando, o saneamento básico que o poder público poderia oferecer pra gente, ele não está oferecendo, aqui é com a cisterna que a gente puxa.

Wagner Rezende: Mas o momento que eles vieram ali, com as patrulas, os policiais, com toda essa violência, isso afetou vocês? Vocês ficaram com medo? Isso deixou vocês por um tempo inseguras e a família de vocês? Eu gostaria que vocês falassem um pouco sobre isso.

Participante 03: Demais da conta, pois eles ameaçaram nós aqui, não só o lado de lá. Aí eles vinham e diziam que a gente tinha que sair também.

Wagner Rezende: Aí vocês se juntaram e foram buscar informações.

Participante 03: Foi. Juntaram um pessoal e foram lá na defensoria, só que era só o lado de lá, não era o lado de cá, só que eles estavam usando o de lá para afetar o de cá.

Participante 02: Tipo uma pressão psicológica, né?! E é o que eles fazem, ficam pressionado, até quem não tem uma estrutura...o brasileiro apesar de ser meio fraco das pernas, estrutura ele tem porque o povo que sabe apanhar.

Isabela Veiga: Mas, além da questão do despejo, como a pandemia afetou vocês socialmente? Perderam emprego por causa do fechamento dos comércios? Como foi a vivência da pandemia aqui na ocupação?

Participante 03: É, na pandemia, graças a Deus, a gente recebeu algumas doações, aí teve a A. (membro do MTD e Comitê de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino), teve um grupo aí que trouxe umas cestas básicas pra gente, teve um pessoal que também passaram aí doando. Aí fomos levando, e passamos por ela.

Wagner Rezende: Só para lembrar, você pode falar sobre a sua experiência pessoal e da sua família com relação a algum tipo de expulsão que você experienciou durante a pandemia.

Participante 04: Eu, pra falar a verdade, foi a primeira vez que a gente passou por isso. Quando aconteceu do povo chegar e tirar as pessoas daí, a gente foi bastante ameaçado aqui, né?! Eu fiquei com muito medo, às vezes chegava até a passar mal também. E...com medo deles vim aqui, mexer com a gente. À noite também a gente tinha medo, porque depois que eles tiraram o povo daí, eles passaram mais ou menos 15 dias, não davam sossego para nós. A polícia mesmo, passava aqui, batia na porta assim “levanta seu bando de invasores”. Foi duas ou três vezes que aconteceu, a gente fazendo fogo aqui que a gente morava lá no fundo em um barraco de lona, e aí a gente estava aqui tomando café cedo e eles passavam batendo na porta do carro e gritando. Ficaram mais ou menos 15 dias vigiando essa área aqui. E eles deitavam nas árvores ali, falavam que se alguém tentasse levantar os barracos eles vinham e tocava fogo, eles falavam desse jeito. Aí, a gente ficava com muito medo. Quando a prefeitura veio, teve uma vez que eles vieram, e a gente estava começando a construir aqui, eles falavam que era para a gente tirar os tijolos, que a gente puder aproveitar o máximo que a gente pudesse

aproveitar os tijolos, que eles vinham com as máquinas derrubar aqui. E que eles estavam fazendo favor, pois estavam avisando, e na próxima vez eles não iriam avisar, viriam direto com as máquinas. E eles falaram que não era para a gente insistir, que era tempo perdido da gente, que a gente não ia conseguir. E aí eles colocavam muitas ameaças em cima da gente, pra gente ficar com medo.

Wagner Rezende: E eram da prefeitura?

Participante 04: Da prefeitura, era acompanhado por uns PMs também. Eles eram muito agressivos, ficavam fazendo tipo...gracinha com nós. A I. falando com eles e eles muito agressivos falando que não sabiam porque que a gente estava aqui, que nós não poderíamos estar aqui. E aí, quando vieram de noite, eles passavam aqui ó, ficavam jogando a lanterninha no rosto da pessoa. Isso foi muitas vezes. Tinha uns caras aqui do lado que eram conhecidos nossos que a gente ficou até um que ficou dormindo um dia aqui, porque não tinham onde eles dormirem.

Wagner Rezende: Quem?

Participante 04: Um cara que morava aqui atrás e era conhecido nosso, né?! Aí ficou ele e o filho dele, que ele não tinha esposa. E eles tinham comprado algumas telhas, as telhas novinhas, passaram por cima das telhas dele. Passaram com as máquinas duas ou três vezes para destruir mesmo, pra não sobrar nada, entendeu?! E, eles falavam ainda, que se a gente chegasse a dar apoio para o povo de lá, que ia pegar para o nosso lado também, eles avisavam isso. E, o meu marido tentou ajudar um senhor que morava ali, e foi a hora que eles chegaram e falaram que se vissem e soubessem de alguém daqui, ajudando o lado de lá, eles iam começar a mexer com nós também, pois aí a gente tava procurando.

Wagner Rezende: Então vocês não podiam apoiar ninguém que...

Participante 04: Não podia, não podia dar apoio pra ninguém. E assim, eu só assistia daqui porque, eu sou muito nervosa, e eu sou dura para essas coisas não. Mas é muito triste, a gente vê as famílias...gente necessitando de lugar para morar, mães de famílias, mães solteiras, não tinha onde deixar os filhos. Às vezes ia trabalha e deixava os filhos sozinhos, mas com medo, até quando chegou a acontecer mesmo isso, né? E aí, a gente via como é que era o desespero do povo correndo. E tinha uns que parecia que fazia mesmo por maldade, sabe? A gente olhava o rosto deles e via que eles estavam fazendo aquilo por maldade mesmo, achava bom ver o sofrimento das pessoas. E não é fácil o que a gente passou aqui, não é fácil de jeito nenhum. E até hoje, mesmo, para muitas pessoas não somos bem vistos aqui. Não somos. Tipo assim, eles são favelados, os homens não trabalham, pra eles os homens são pessoas que mexem com coisa errada. Sendo que eles não conhecem... não dá nem oportunidade de conhecer um pouco da vida da gente. Como é a convivência, do que a gente trabalha, como que a gente vive, né?! Não tem asfalto, nós não temos água encanada, nossa água é da nossa cisterna, né?! Que eles mesmo, prefeitura, chegaram a falar para nós que nós não podia tomar essa água daqui, pois essas águas por causa do cemitério aqui, e que a água podia fazer mal para a gente. E aí, tem uma vez que a gente foi oferecer água para algum deles eles falavam que não tomavam, porque era água que vinha ali do cemitério. E assim, a gente passou por muito apuro aqui, a noite de dia, tanto por parte da prefeitura como das polícias que vinham, não davam liberdade...já passou?

Isabela Veiga: Pode concluir a sua fala.

Participante 04: E aí, eles não davam liberdade pra gente se explicar, sabe?! Quando eles chegavam, se fosse na parte da manhã, não sabiam dar um “bom dia” pra gente. Tratavam todo mundo assim de maneira muito ruim, sabe?! Não queriam saber se a gente tinha nome, só queriam saber de fazer a parte deles, e que eles estavam certos, a gente que éramos os errados. É isso!

Wagner Rezende: Gostaria de saber se alguém quer complementar, mas também colocar uma outra questão que eu acho que está relacionada é “se vocês sofreram durante a pandemia por morarem aqui algum tipo de preconceito ou de limitação de direitos. Aí...acho que é complementando, né?! Vocês concordam? começar de novo do número 01.

Participante 01: Sim, tivemos sim. Inclusive, crianças que moram aqui na nossa ocupação não têm direito à escola. Por exemplo, a gente mora aqui bem no entremeio entre Senador Canedo, Goiânia e Aparecida (de Goiânia), quando é para fornecer uma van para... a gente foi lá e pediu essa van, eles não forneceram pra gente. Falaram assim “vocês tem que colocar eles pra estudar lá em Goiânia”, quando chega em Goiânia “não é Aparecida (de Goiânia)”, e ficou. Aqui a gente tem que ir ou de bicicleta, ou com transporte...gente que faz os gastos para levar e trazer as crianças da escola, pois eles não fornecem transporte. Se você precisa de um médico, quando chega lá perguntam cadê o cartão do SUS, aí você diz “eu não tenho” - “ah, então não consulta, você tem que ir em uma emergência, porque nos hospitais ambulatoriais não tem jeito de consultar, você tem que ter cartão do SUS”. Aí eles colocam isso de impedimento para as pessoas não ter portas abertas no ambulatório, só se for na emergência, porque não emergência eles sabem que tem portas abertas e tem que ter consulta para as pessoas. Isso aí eu acho que foi um pouco de discriminação entre a gente aqui.

Isabela Veiga: Por que você não tem o cartão do SUS?

Participante 01: Eu tenho, é que muitas pessoas que não têm, aí eles não aceitam no ambulatório.

Isabela Veiga: Mas aí, quando vocês, por exemplo, precisam fazer um registro, como que vocês fazem? Pegam um comprovante de residência com um amigo, algum conhecido...

Participante 01: Muitas vezes quando a gente vai fazer aqui em Aparecida, a primeira que a gente pega é da I. aqui, porque eles, na época que a gente pediu a energia, eles deram uma bobeira muito grande, eles veio e instalou uns três relógios, aí veio os comprovantes de endereço, porque vinha cobrando eles, aí lá é um comprovante de endereço. Servia pra usar, né?!

Participante 02: Mas, e agora a gente tá querendo colocar...pedindo luz aqui pra eles, querendo colocar um poste pra cada um, a gente quer...mas aí, como é que a gente consegue? O Poder público não quer liberar, né?! Aí, a gente tá em cima da defensoria pública pra liberar isso aí pra gente, um comprovante de endereço, pra gente ter alguma coisa, né?! Eu mesmo quero construir aqui, mas eu não tenho como construir aqui sem água, sem luz, como é que eu vou fazer?! Eu vou... Se eu comprar uma lona, eu venho pra cá, mas como eu vou fazer? Eu sou doente, sou deficiente visual. Esses dias estava fazendo tratamento no Araújo Jorge (Hospital de tratamento oncológico em Goiânia). Aí, quer dizer, é o descaso do poder público, que poderia nos ajudar, né?! Fazer essa caridade, mas, como sempre, o poder público, é...”descasado”.

Participante 03: Falou as mesmas coisas que eu ia comentar.

Wagner Rezende: Mas você, pessoalmente, não tem algum caso que você pode contar para a gente, durante a pandemia, por você estar morando aqui na ocupação? Se tem alguma caso de impedimento de algum direito seu?

Participante 03: Pra nós, o ruim é que a gente não tem recurso, igual a gente tem que puxar água na cisterna. É um descaso pra gente não ter energia. É complicado!!

Isabela Veiga: Você passou por alguma situação que você lembra?

Participante 03: Ah, a gente sempre passa. Igual, nós puxa água ali, igual hoje a gente estava puxando água até, para molhar as plantas, pra fazer as coisas, aí é ruim demais sem água.

Wagner Rezende: Questão de água, tem rede de água aqui próximo?

Participante 03: Eu acho que até no cemitério.

Wagner Rezende: Do cemitério aqui é quantos metros?

Participante 03: Uns 600 metros.

Wagner Rezende: E aqui não tem né?

Participante 03: Uhum (concordando).

Wagner Rezende: Por não ter CEP, você sofre alguma discriminação? Na saúde, educação,...

Participante 03: É, não tem transporte escolar pra pegar as crianças, que tem muitas crianças que mora aqui também. A saúde também é um descaso, até para chamar um Uber para ir no médico é a maior dificuldade, eles não querem descer, porque é estrada de chão. É um descaso total!

Wagner Rezende: Aham, isso é um caso, né?! De não ter acesso a um transporte.

Participante 04: Eu já passei por isso. Assim que eu adoeci eu fui ali em Aparecida, meu marido me levou em um postinho lá. Quando eu cheguei lá que a moça pediu pra passar o endereço e que a gente falou que não tinha, ela falou “como eu ia fazer se eu não tinha o endereço nem de onde eu morava”, “onde eu morava que eu não tinha nem o endereço”. A gente foi explicar para ela e ela virou e falou para mim que então eu não morava, que eu era uma invasora. Entendeu? Ela falou pra mim desse jeito lá dentro do hospital. Aí eu falei pra ela que a gente estava pouco tempo aqui, porque isso a gente não tinha, mas que logo a gente ia conseguir. Aí, ela falou assim “que não sabia entender qual que era a parte dos invasores, que tava querendo moraria ou que eu tava querendo chegar (palavra não compreendida). Pra mim, eu achei que foi um preconceito da parte dela.

Wagner Rezende: Qual foi o hospital?

Participante 04: UPA de Aparecida. Aí chegou outra moça e me perguntou o que tava acontecendo, aí ela falou “pode deixar que eu atendo ela”, aí ela falou que ela era novata e que era daquele jeito mesmo (a atendente anterior).

Wagner Rezende: Era um atendimento de emergência?

Participante 04: Isso! Eu estava passando mal, porque eu tenho problema de saúde. Aí o meu marido me levou lá e ela me tratou desse jeito. Do jeito que eu estava não era nem para estar conversando com ela, era para já estar sendo atendida pelo médico. Aí a gente não ficou lá, fomos lá para Goiânia para a Chácara do Governador, que é um postinho que tem lá. A gente pegou um talão de energia emprestado da casa da mulher onde eu morava, ela me emprestou. Então meus tratamentos são feitos todos lá (no postinho do bairro Chácara do Governador em Goiânia). Aí quando começamos usar o talão de energia do padrão que instalaram aqui, muitos falavam “eu sei onde é, é lá na invasão”. A gente entende que é sim um preconceito. Às vezes a gente chegava no posto de saúde e eles falavam pra gente por a máscara que aqui

nessas invasões a gente pegava covid e passava para eles. E eu entendo como um preconceito deles, destratando do lugar que a gente mora e da pessoa de nós mesmos e da convivência da gente. Porque tem muitas vezes... eu mesmo a primeira vez que eu adoeci, me envolvi com um grupinho de gente que eu saí de lá bem doente já (risos). E acho que dentro da minha casa eu não ia ter pegado (covid-19), mas fiquei quieta e não falei para ninguém (risos). E é isso gente.

Isabela Veiga: Bom, então vamos para a segunda rodada? Ou querem fazer mais algum comentário? Aí damos um tempinho de até um minuto para o comentário.

O grupo concordou que as falas contemplaram problemas em comum dos moradores.

Isabela Veiga: Bom, então, agora a gente vai conversar sobre as estratégias de resistência, né?! Como que a comunidade reagiu a tudo isso que vocês relataram pra gente? Como vocês se mobilizaram? Se vocês se mobilizaram? Quem que ajudou vocês nesse processo? Vocês tiveram alguma assistência do poder público ou se não teve. Como vocês reagiram?

Participante 01: Eu acho que...a nossa defesa aqui dependeu muito do MTD, porque nos deu, assim, uma segurança muito grande, porque juntou a A., a C., a C. tudo junto com a gente, e daí que a gente foi para o ministério público, correr contra o despejo, contra eles chegarem aqui e dizer que “vai todo mundo sair que a gente vai passar a máquina em cima”. Aí foi eles (MTD) que deu aquela segurança da gente permanecer, para a gente construir as coisas devagarinho, mas construir conforme a gente podia fazer. E foi aí que eles incentivaram a gente estar aqui, e inclusive a gente vai entrar com a ação de pegar o documento de posse de moradia, porque já fez cinco anos, né?!

Wagner Rezende: o usucapião?

Participante 01: É, o usucapião. A gente vai também ver como é que faz para eles vir fazer uma análise da água do poço que não foi feita também. Os meninos da defensoria que vai vir pra fazer isso. Eles disseram que quando completasse 5 anos (de permanência das famílias na área) entrássemos com essa ação que eles vinham fazer a análise da água também. E aí...foi isso que eu acho que incentivou a gente...foi grupos de pessoas que apareceram e que deu aquela força pra gente. E o grupo que mais deu força pra gente foi o MTD, que está sempre tá aqui nos acompanhando. Qualquer problema a gente entra em contato com eles, pra gente direcionar o que fazer.

Wagner Rezende: E como iniciou esse contato e trabalho conjunto?

Participante 01: Começou esse contato e trabalho conjunto, pois um dia eles estavam fazendo palestra aqui embaixo (provavelmente na outra ocupação) e a I. falou vamos entrar em contato com a A., pois daí quando estiver contato com a A., tem como nós entrar na defensoria, como correr atrás na prefeitura, tem como correr atrás em qualquer lugar, porque eles sempre ajudam a gente. Eles tiveram aqui no dia do despejo, então foi o dia que entramos em contato com a A., aí foi só benção, só ajuda boa.

Isabela Veiga: Gostaria de saber como está sendo essa experiência de formação, vocês participam de vários eventos. Como isso ajuda a comunidade, essa formação política de vocês terem o entendimento dos direitos?

Participante 01: Eu acho muito bom! Sabe porque? porque, assim, através deles, a gente sabe participar das reuniões e conhecer outras ocupações que passam pelas mesmas dificuldades que a gente. O incentivo da gente ficar aqui é isso. Porque se a gente demonstrar cada dia, demonstrar na defensoria, demonstrar na prefeitura, demonstrar em algum lugar, fica

mais difícil de eles chegar e achar que somos uns zé ninguém aqui, que não tem ninguém que possa nos ajudar. É o pessoal do MTD, tem algumas pessoas da prefeitura que são também bem influentes, sabe?! É vereador, que são lá da prefeitura, que se chegar um despejo, a gente vai lá e explica e eles falam “não, vamos ver se não acontece”, porque não vai mais acontecer, né?! Em nome de Jesus, vai ser só benção.

Isabela Veiga: Posso fazer uma complementação desse início de contato?

Participantes afirmam que sim.

Isabela Veiga: Inicialmente era o Comitê Dom Tomás Balduino, que a A. faz parte da Secretaria e a C. também. E foi por este contato com as famílias que estava no período da pandemia sofrendo ameaça e, lutando contra o despejo, que nós nos reunimos um dia do SindSaúde, no dia 13 de agosto de 2021, há três anos, foi quando a gente propôs esse caminho de construir um movimento conjunto, né?! Junto com as famílias para a gente se organizar, para essa auto-organização, para a formação, né?! Então, primeiro foi o Comitê Dom Tomás Balduino e depois essa própria relação com as famílias foi a motivadora da fundação do MTD, do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos.

Wagner Rezende: Então as duas coisas caminharam juntas no início, né?!

Participante 01: Isso!

Participante 02: Eu não quero mais falar.

Wagner Rezende: A senhora pode falar da sua experiência pessoal de grupos e pessoas que te apoiaram nesse processo.

Participante 02: Nesse processo eu não estava aqui, eu estava doente, então a Participante 01 me passava tudo pelo celular, que eu tinha feito uma cirurgia. Eu fiquei muito mal, enfartei. Então a Participante 01 me passava tudo por celular, eu fiquei sabendo de tudo.

Wagner Rezende: Então a Participante 01 foi sua rede de apoio?

Participante 02: É, foi. Ela é minha comadre e rede de apoio.

Isabela Veiga: Essa reação não precisa ser só reação aos despejos. Você passou dificuldades na pandemia, como você buscou solucionar, quem você buscou ajuda?

Participante 03: Na pandemia foi muito complicado pra mim, porque na pandemia eu tive que largar aqui e ir para o Tocantins, pois minha mãe estava passando mal e até faleceu.

Wagner Rezende: Mais ou menos quando que foi isso?

Participante 03: Já tem três anos que ela faleceu.

Wagner Rezende: 2021?

Participante 03: Aí eu tive que sair daqui às pressas e também estava tentando construir...

Wagner Rezende: E quanto tempo você ficou lá?

Participante 03: Fiquei um mês. Aí toda vez que é pra mim fazer alguma coisa acontece um probleminha de saúde, tô tentando também construir aqui. Mas Deus vai abençoar que vai dar certo!

Wagner Rezende: Você tem o apoio da sua família?

Participante 03: Tenho, graças a Deus. E o pessoal do MTD também tem ajudado a gente. Foi benção de Deus.

Participante 04: Então, quando a gente estava nessa fase, que estava essa doença (a covid-19) pegando todo mundo aí, né?! Foi assim, por uma parte foi bom e outra ruim, porque doença ninguém merece, mas foi que a gente conseguiu aqui. A gente conseguiu aqui e, assim que começou (a pandemia), eu morava de aluguel, meu marido foi mandado embora do

serviço, e aí foi o tempo que a gente veio pra cá, e ficamos enfrentando as lutas por aqui. A gente teve muita ajuda de doação e os vizinhos todo mundo conhecidos se ajudando da maneira que podiam ajudar o outro. Foi aí que conhecemos essas bênçãos, vocês e todo mundo que está nos ajudando. E, assim, primeiramente Deus e depois eles que deram essa força. E, assim, a gente confiou muito...quando a Dra. A. entrou aqui, a gente ficou muito confiante e graças a Deus que está dando tudo certo. E, assim, foi difícil, porque a gente adoeceu também, passamos por momentos muito difíceis, né?! Mas a gente superou.

Wagner Rezende: Você, por exemplo, número 04, você vem de outro estado, como foi esse processo de ter apoios aqui, além do MTD, outros grupos, o pessoal daqui também. Como foi isso? Teve muitas ameaças a isso não acontecer? Você sentiu que foi muito desafiador?

Participante 04: A gente foi se apegando às pessoas que já conviviam por mais tempo, já conhecia. Mas a gente teve apoio sim, de outras pessoas conhecidas da gente. Minha família mora tudo longe, mas tem algumas pessoas bem próximas da gente, uns amigos, que deram muito apoio pra gente. A gente que não tinha costume de viver nessa vida, quando chega aqui é completamente diferente.

Wagner Rezende: Como assim diferente?

Participante 04: “Diferente” que eu falo é do modo do povo tratar a gente, mas a gente teve muito apoio sim, de pessoas queridas, de amigos, né?! E igual eu falo, teve apoio deles que estão até hoje ajudando a gente. É isso! Só agradecer a Deus e todo mundo que está ajudando nós.

Isabela Veiga: Eu queria aproveitar que vocês citaram que vieram de outros estados, eu gostaria de saber, a maioria do pessoal da ocupação é de Goiás ou é de fora? Gostaria que falassem sobre as origens, como que vieram parar na ocupação.

Participante 02: Eu estava lá na cidade, né?! Surgiu essa oportunidade, vim pra cá.

Isabela Veiga: Qual cidade?

Participante 02: Aqui em Goiânia.

Participante 01: Eu era do Maranhão e vim pra Goiânia, já tem 22 anos. Só que vivia de aluguel e que houve a oportunidade de a gente comprar mais barato aqui o pedacinho e a gente vir pra cá.

Wagner Rezende: Fala um pouco dessa oportunidade, conta pra gente como aconteceu.

Participante 01: Foi assim, meu menino e um rapaz que se candidatava a vereador, eles andavam muito, eles gostavam de não ficar em casa no final de semana. Aí começou a pandemia em 2019 e ele falou assim “ah comadre, nós vamos já sair, nós vamos caçar qualquer lugar, nós vamos caçar um lago pra ir tomar banho, nessa doença nós não vamos ficar na rua, vamos comadre” eu falei “não vou não”, “então faz a comida aí que eu vou andar mais o J., e agorinha nós voltamos pra buscar vocês com comida e tudo, nós vamos nem que seja para a beira do mato” e aí eu falei “tá bom”. E eles foram andar, andaram e vieram por aqui e disseram assim “tem um loteamento ali embaixo”. E aí ele veio aqui e disse “como compra esses lotes aqui desse pedaço?”, aí falaram “e com o pessoal lá debaixo”. Aí ele disse “quero comprar esse pedaço aqui, eu já fui mandado embora do serviço, esse pedacinho é quanto?”, um homem falou “é baratinho, vamos ver quanto nós faz”. Aí ele disse “vocês me vende mesmo? como que você faz? Faz pra mim dividir em várias vezes?”, aí o rapaz lá embaixo disse “eu só posso dividir em três vezes”, aí ele falou “não, então fechou!!”. Era mil e pouco o pedacinho na época que eles vieram. Aí ele falou “então vamos buscar a comadre

agora, vamos comer bem aqui nesse pedacinho”. Aí depois foram lá e disse “comadre, comprei um pedaço de terra, vamos lá que agora é nosso” eu disse “vocês tomam jeito meninos”, “comprei, tem um loteamento lá, e o rapaz está vendendo os pedacinhos dele. Vamos levar nossa comida pra comer lá dentro do mato”, aí nós viemos, já viemos com um monte de lona e ele disse “eu vou colocar a lona aqui, que vamos dormir hoje é aqui. Vamos lá de novo, buscar rede, buscar colchão, que vamos dormir aqui”. Esses meninos fizeram uma cobertura de lona, trouxemos água no tambor e dormimos aqui. No outro dia ele falou “agora vamos fazer uma mais bonitinha. E., você que é caprichoso faz bem feitinho”. E lá se vai ele ripando, pregando a lona,...no outro dia de manhã, quando vê arrancou tudinho. Aí eu falei “eita, mas ficou bonzinho, não ficou?” (risos). Foi em 2019. Aí depois como tava na pandemia não podíamos voltar pra lá não, minha menina estava pequenininha, tinha 2 anos. Ele falou “vamos voltar pra cá de novo, vamos só lá buscar mais coisa pra gente comer e vamos ficar aqui”. Ele fez bem feitinho, esse pézinho de pau a gente sempre ficava debaixo dele, pequenininho, tinha só uma sombrinha, aí ele fez mais caprichadinho, fez um vãoção assim, fez uma bancadinha para por as panelas, fizeram um buraco no chão pra fazer a comida, no outro dia tivemos que fazer, não fui lá fazer não (na casa que ela morava de aluguel). Aí que começou, ele era baiano, “era”, pois faleceu, o W., ele sempre se candidatava a vereador, mas aí deu depressão que não ganhou. Ele queria muito ganhar para ajudar a gente nessa glebazineira. Aí deu depressão, deu covid, aí juntou com a microcefalite viral, deu várias doenças, aí ele faleceu.

Isabela Veiga: Então aqui era um loteamento pronto?

Participante 01: Não era pronto não, era cheio de pedra, cheio de entulho, cheio de tudo assim...

Isabela Veiga: eu digo, a terra já era separada...

Wagner Rezende: Então, você é pioneira aqui?

Participante 01: Somos. Nós todos, assim, as dez famílias daqui, nós somos os primeiros, pois quando nós viemos, o monte de entulho era maior que aquilo ali (aponta para algo), os capinzão, a gente pra puxar, pra limpar,...cada um pra limpar o seu pedacinho sofreu. Aí já fomos chegando e avisando para os outros meninos que moravam de aluguel também, já fomos avisando pro meu cunhado “ali tem um pedaço, vai lá e compra”, que era baratinho. Vamos juntar todo mundo pra comprar e depois correr atrás dos objetivos.

Isabela Veiga: E de quem vocês compraram?

Participante 01: Um rapaz que tem um terreno aqui embaixo. Aí ele era dono de um pedaço maior, tinha outro que era dono...ele já tinham vindo, já tinham cercado a parte deles, aí nós compramos do jeito que estava cercado. O meu lá da frente era de outro, esse aqui já era de outro,...e assim foi. Esse seu aqui, começava do Jadson ali em cima e terminava aqui, que era dele mais o Willian Baiano, foi o primeirinho que veio.

Wagner Rezende: Vocês tem foto e vídeo...

Participante 01: Tem foto e vídeo, não tinha nada nada nada.

Wagner Rezende: Depois se puder disponibilizar para a gente.

Participante 01: Uhum. Na época, antes do compadre W., ele conseguiu um topógrafo, e ele tirou várias fotos, só que ele levou para um vereador na câmara de Goiânia, alguma coisa M., eu não encontrei mais o rapaz, porque no dia os meninos vieram e eu não pude vir, aí eles tiraram fotos, tudo bunitinho assim, os terreninhos. Eu não tenho, a minha nora que eu acho

que tinha, porque cada pulo que a gente dava aqui ela tava tirando foto. Aí o celular dela estragou e eu não sei se tem ainda. Filmagem de tudo, tudo, tudo...o estradão tudo fechadão de um lado e do outro, só aquele trieiro na estrada.

Isabela Veiga: E tem uma documentação de compra e venda?

Participante 01: Tem não. Pois como ele era o primeiro, a gente comprou e nem foi fazer.

Participante 02: Passaram só um papelzinho pra gente, né comadre?!

Participante 01: Mas o que compramos primeiro não tinha não. Era só palavra mesmo, acreditando um no outro.

Participante 02: O que comprei me passou só um papelzinho. Ele já tinha comprado de um, aí eles quiseram vender e eu comprei. Que foi esse daqui, aí ele passou só um papelzinho de que a prefeitura já tinha vindo aqui, não sei o que e não sei o que...

Isabela Veiga: O que dizia no papel, a senhora lembra?

Participante 01: Era a metragem dos lotes. E que a gente levou o nome dos moradores e a metragem dos lotes, é isso.

Wagner Rezende: As dez famílias que formam a comunidade, vocês já se conheciam? Essa rede existe antes da ocupação? Vocês já tinham contato e já eram próximos?

Participante 01: Era, porque sempre a gente morava de aluguel, na mesma rua, aquele conhecimento de um com o outro. Então a gente disse “não, como a gente mora de aluguel, vamos morar todo mundo junto, porque quando for resolver alguma coisa, junta todo mundo e resolve”. Nós é parente aqui, tudinho. Porque tem a primeira, a minha casa, a segunda é do meu cunhado, aqui já é meu menino. Aqui já é a Participante 4, nossa vizinha que a gente conhecia a muito tempo. Ali é da minha comadre que é outro lote. Só a I. que já era daqui.

Wagner Rezende: A I. era da outra? Como foi o contato com a I.?

Participante 01: Foi depois que nós chegamos aqui, que ela tinha só uma loninha, mas tinha uns pés de milho. Eu falei “mas gente, o dono desse lote...eu fiquei morrendo de medo...porque deve ter um dono, tem até pé de milho. Todo mundo que passava a gente perguntava “você conhece o dono desse lote aqui?” e ninguém falava quem era, aí eu pensei “quando a gente começar a construir aqui, vai aparecer, pois vai ter medo de invadir o pedaço dela”. Foi dito e certo, nós passamos uns 15 dias e ela chegou “ei, eu sou dona desse lote aqui”. Aí foi aí que ela veio, mas ela já tinha esse pedacinho quando a gente veio. Quando soube que a gente tava construindo, subiu de lá debaixo e veio. Só ela que a gente não conhecia da convivência nossa, só que depois ela veio e tivemos a convivência.

Isabela Veiga: Então a senhora era vizinha dela?

Participante 02: Sim, vizinha assim, eu morava umas três ou quatro ruas, eu sou comadre. Ela é madrinha do meu sobrinho. Aí meu irmão faleceu, e ela deu muito apoio pra minha irmão que morava do lado da casa dela. Meu irmão faleceu. Ela que caminhou com o meu irmão. Aí antes dele falecer, já chamava ela de comadre, aí eu peguei o costume. Aí peguei aquela amizade com ela. Aí em março de 2020 meu irmão faleceu. E acabou!

Wagner Rezende: A participante 01 fez o contato com você? Como que foi?

Participante 03: Na verdade, eles conversaram com o meu esposo, que é cunhado dela. Eu vim do Tocantins, quando vim tinha 13 anos.

Wagner Rezende: Para Goiânia?

Participante 03: Aham. E ele é da Bahia, também já tem muito tempo que veio pra cá. E estamos aí lutando. Na verdade, a gente também tem as fotos de quando começou, tava tudo

barraco de lona, não tinha cisterna. Só um que tinha cisterna, aí a gente ia pegando a água lá na participante 01, ia pegando a água de lá.

Wagner Rezende: Servia pra todo mundo?

Participante 03: Aham.

Wagner Rezende: Entendi!

Participante 03: Porque não dava conta de cada um abrir uma cisterna...

Wagner Rezende: Aqui foi muito difícil abrir a cisterna, muito fundo, muita pedra?

Participante 01: A nossa tem 9 metros. Tem uma camada que é terra, aí na outra já é barro, aí chega nas mais escuras, e depois nas pedras, que aí é difícil.

Participante 03: A nossa tem 8 metros.

Participante 04: Eu vim do Maranhão pra cá. Quando a gente chegou aqui em Goiânia, a gente conheceu a participante 01, a participante 03. E aí foi através delas que a gente conseguiu aqui também. Elas vieram e, assim que elas chegaram, viemos fazer uma visita, aí eu me apaixonei por esse lugar. E, assim, esse pedaço nosso aqui também era do rapaz que faleceu, o W., e aí ele tava vendendo e ofereceu pra gente. Aí compramos baratinho aqui também, compramos não, eu sempre falo que a gente ganhou, porque mil reais não paga. Aí a gente foi e comprou através das meninas, e hoje a gente tá aqui. E a gente não quer sair não.

Wagner Rezende: Eu tinha mais uma pergunta, porque eu to vendo que são quatro mulheres. Gostaria que falassem do protagonismo da mulher aqui na ocupação. Na sua família, tudo é conversado e te apoiam nas suas decisões?

Isabela Veiga: Só acrescentando, seria no sentido de ação, pois percebemos que, às vezes, as mulheres se mobilizam mais para resolver os problemas,... a questão da solidariedade entre as mulheres, vocês percebem isso?

Participante 04: Eu fui criada em uma família bem...”parceira” entre o meu pai e a minha mãe, e eu sou assim também com o meu marido, se a gente quer uma coisa a gente resolve na conversa. Só que eu sou,...gosto de dar mais ideia e ele sempre vai pelas minhas ideias. E sobre ajudar, assim, às vezes a gente pode ajudar, às vezes a gente não pode. Quando a gente pode ajudar, a gente ajuda da maneira que pode, né? Eu acho que a mulher, ela tem que ser ajudada, porque a mulher passa por muitas situações que são muito difíceis que o homem não chega nem na metade das coisas que a mulher passa. Porque além da mulher trabalhar no serviço, ela trabalha na casa dela, e a correria da mulher é muito grande. Então, que penso assim, que a mulher tem que ser sempre mais ajudada. Todas as mulheres, entendeu?! O homem não, por mais que ele trabalha, ele fica mais “de boa”. A parte dele, assim, eu acho que é mais de leve. Porque a mulher trabalha muito, trabalha na mente, trabalha com tudo. Ela tá deitada ali, às vezes pensa que ela tá dormindo, mas tá trabalhando na mente dela, tá funcionando - o que ela vai fazer, como vai ser o dia de amanhã. Aí o homem, já é mais de boa, né?! É isso!

Participante 01: Eu tenho a mesma posição da participante 04, de que a mulher tem que ser ajudada, porque a mulher é multi uma função dentro de casa. A mulher é mãe, é marido, é tudo dentro de casa! Porque amanhece o dia “aí vou fazer comida, cuidar dos bichos, cuidar das plantas, vou cuidar de outra, vou levar menino pra escola, tal hora eu tenho que buscar” e a mente fica assim ó, misturada, sabe?! E eu acho que a mulher tem que ser valorizada, tem que ser bem ajudada. Ser um ponto de referência pra ajudar a outra, tipo assim, se a outra tá com

dificuldade, a gente saber a necessidade e correr pra tal lugar que é lá que vão poder nos ajudar, né?! Ou uma reuni com a outra. E acho que é isso!

Wagner Rezende: Qual o maior desafio de ser mulher e estar enfrentando isso tudo?

Participante 01: Além desse despejo que a gente presenciou ali, e a gente ansiosos para construir, tinha dia que o meu marido acordava cansado, trabalhou de domingo a domingo, eu falava “vou fazer o café e toma aí, que daqui a pouco é fazer massa”. E eles faziam massa e eu carregava tijolo, carregava madeira, e já colocava no cantinho pra ficar mais fácil deles mexerem, pra levantar um lugarzinho pra gente ter um lugar digno de a gente deitar, dormir sem passar cobra por cima, passar bicho, passar nada. O desafio foi que trabalhava igual homem. Se tivesse que catar uma enxada para capinar, capinava. Queria ver limpinho, ver organizado.

Isabela Veiga: Gostaria de perguntar como é a convivência de vocês no cotidiano da comunidade e se gostam de realizar confraternizações entre os vizinhos.

Participante 01: A gente costuma se reunir. Em um aniversário, data comemorativa, a gente se reúne. Não é toda semana, pois todos trabalham e têm que cuidar da sua vida. Mas quando tem um aniversário, juntamos em uma casa, cada um leva uma coisa ou ingrediente para colaborar.

Participante 02: uma convivência boa que pode, cada vez mais, melhorar. Cada um...”vamos fazer uma almoço, vamos fazer um jantar, aí cada um leva alguma coisa”...as condições e pouca, mas se cada um leva um pouquinho, vira um “pocão” (risos).

Participante 01: Vira uma refeição excelente, igual a nossa cozinha daquele dia (atividade do MTD de cozinha solidária). Você veio? (pergunta para outra participante).

Participante 02: ahh, você perdeu o franguinho caipira.

Participante 04: a comida da participante 01, excelente!

Participante 03: Final de semana, cada um faz uma coisa, outro faz outra, um feijão tropeiro, carne assada...carne tá caro, mas aí cada um compra meio quilo, aí dá um churrasco.

Participante 02: Churrasco, frango caipira, feijão tropeiro...

Isabela Veiga: E vocês criam animais, plantam, utilizam o que produzem, como matar um frango.

Participante 01: Tinha muita galinha, mas eu fiquei com dó no dia que choveu, as árvores caíram, derrubou o galinheiro e os cachorros mataram muitas galinhas. Aí não criei mais, mas minha menina é doida para criar. Ela ganhou um porquinho que era para matar no natal, sei que ela viu matando esse porco, e ela não come mais carne de porco. Se ela vai na casa de alguém e tem carne de porco, ela fala “É a carne da minha princesa”.

Participante 04: A convivência entre nós aqui é boa. É uma tentando ajudar a outra, e quando dar de se reunir a gente faz um almoço, uma refeição na casa do vizinho,...todo mundo brinca de boa. E entre nós, as mulheres têm “mais ideia” que os homens, quando nós queremos, a gente chega uma na outra sem eles saberem, mas eles tem que aceitar no final (risos). E é muito bom!

E sobre criação, no começo eu criava umas galinhas, mas aqui tem muitos cachorros que o povo solta na rua, e eles ficam com fome, se verem uma galinha solta eles pegam. Graças a Deus, nós nos damos muito bem.

APÊNDICE 04

RELATÓRIOS OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

06/12/2023 (Quarta-Feira) - Visita às ocupações do Bairro Solar Ville (Goiânia)

Visita realizada em duas ocupações no Bairro Solar Ville. A ocasião se tratava de uma atividade realizada por uma disciplina do curso de enfermagem da UFG, onde os discentes estavam produzindo mini-documentários sobre as ocupações. A turma se dividiu entre duas ocupações, a Paulo Freire e Zumbi dos Palmares.

O bairro possui três ocupações irregulares, a mais antiga tem o mesmo nome do bairro e, segundo o relatório da Missão-denúncia do Conselho Nacional de Direitos Humanos (2022), iniciou há cerca de nove anos em uma área pública de preservação ambiental. A Ocupação Paulo Freire possui menos de dois anos. Assim que ocuparam em setembro de 2022, ocorreu um despejo. A data ainda estava dentro do período de validade da ADPF 828. Os moradores continuaram na área após a patrula derrubar suas casas, e reconstruíram os barracos. Segundo, informações da Campanha Despejo Zero, a justificativa do despejo também é que a área é uma reserva ambiental, apesar de visualmente não apresentar características de uma (segundo o que observei). A ocupação mais recente é a Zumbi dos Palmares, com cerca de um mês, localizada em uma área pública municipal. No dia 19 de novembro, véspera do dia da consciência negra, houve o despejo administrativo das 23 famílias que viviam ali até então. Contudo, as pessoas permaneceram na propriedade após a derrubada dos barracos pela patrula. Atualmente, a ocupação está com 36 famílias.

Passei muito rapidamente pela comunidade Paulo Freire, em seu espaço coletivo, uma cobertura de telha metálica de duas águas, vedada por madeiras de pallets, bem na entrada da ocupação. Acompanhei um dos grupos de trabalho da turma de enfermagem que entrevistou os moradores da ocupação Zumbi dos Palmares. A atividade se iniciou com um café da manhã oferecido pela turma debaixo da sombra de um pé de manga e outro de amora, onde os moradores, geralmente, se reúnem para conversar. E pelo que pareceu, o lugar onde as crianças gostam de brincar, tem até um balanço improvisado pendurado em uma das árvores. O MTD está tentando ajudá-los, por meio de uma “vaquinha”, a construir uma área comunitária, que além de melhorar o espaço de reuniões, poderá ser um abrigo para os moradores em situações de perda dos barracos. Os moradores relataram que houve uma chuva muito forte no dia anterior que derrubou parte dos barracos e estragou parte dos seus pertences pessoais. Muitas casas estavam sendo reconstruídas.

O terreno da ocupação está em uma área alta com um leve declive, é descampada, sem vegetação rasteira e com pouquíssimas árvores e venta bastante. A área foi loteada pelos moradores, e a maioria dos lotes estão separados por cercas. As casas são, estruturalmente, muito frágeis, feitas de maneira improvisada, com restos de materiais de construção e móveis, madeira e lona. Não existem banheiros, um dos moradores disse que usam o canavial ao lado. Puxam a água da rua, percebeu-se uma grande caixa d'água e mangueiras. Na casa de um dos entrevistados pela turma de enfermagem, percebi um espaço cercado por lona, que acredito ser um espaço para tomar banho. No momento da visita, a maioria dos moradores estavam trabalhando.

Acompanhei as entrevistas de três famílias. Duas das famílias eram formadas por um casal de jovens com filhos pequenos, ambas recém-chegadas na ocupação, uma com uma semana e a outra com três dias. A outra entrevista, que ocorreu por último, foi com um senhor que aparenta ter 50 e poucos anos, pai e avô de pessoas que também moram ali, porém que não estavam presentes. A família dele está lá desde o início da ocupação e presenciaram o despejo. No despejo, o senhor perdeu pertences, inclusive os seus documentos pessoais, no momento ele se encontra desempregado. Os entulhos gerados pelo patrolamento das casas ainda está presente na ocupação, e soterrado nos entulhos o corpo de um cachorro que era de algum dos moradores. Todos os entrevistados alegaram que o motivo de estarem ocupando a área eram as dificuldades de pagar o aluguel, contas de água e energia elétrica, também disseram que gostariam de se fixar no local com suas famílias sempre melhorando suas casas. Um dos casais também está desempregado, enquanto o outro trabalha de maneira informal vendendo frutas na rua. Enquanto os jovens se mostraram mais otimistas com relação a adaptação no local, o senhor mais velho lamentou chegar a idade que está nesta situação. Os entrevistados disseram que a ocupação age como uma comunidade onde todos se ajudam solidariamente. Entretanto, os vizinhos fora da ocupação os olham com desconfiança ou desprezo. Nenhum dos entrevistados souberam dizer a diferença entre ocupação e invasão. Observei o excesso de moscas, que pode ser resultado da plantação de cana-de-açúcar que fica ao lado da terra e também devido a um aterro sanitário localizado próximo.

29/01/2024 (Segunda-Feira) - Visita à Ocupação Beira da Mata

Visita realizada à ocupação Beira da Mata, em Aparecida de Goiânia, no bairro Independência Mansões. Inicialmente, foram ocupados dois terrenos vizinhos, um deles é público municipal, designado como parte da Área de Proteção Ambiental – APA Serra das

Areias. O outro terreno é particular, e atualmente, os moradores ocupam apenas este, após dois despejos no mês de setembro de 2021, o primeiro dia 18 e o segundo dia 27.

Com relação aos aspectos espaciais do território, trata-se de um terreno acidentado, em declive com relação ao terreno vizinho. É composto por uma única rua de terra, traçada pelos próprios moradores, com entrada pela Av. Dom Fernando Gomes dos Santos, que dá acesso aos lotes em suas laterais. Segundo uma das lideranças da comunidade L., atualmente a área é habitada por 70 famílias. Ao fundo do terreno há um córrego que, segundo a A., os moradores costumam utilizar para o lazer. Conforme dito por um dos moradores, o terreno já foi utilizado para a retirada de terra para a construção civil e também jogavam lixo no local. A água e energia são conseguidas através do sistema de “gatos”. A água é distribuída através de uma mangueira preta que percorre toda a rua, e a luz através de postes de madeira em frente a cada lote. Foi percebida, apenas, duas casas de alvenaria, uma delas feita em mutirão pela comunidade para dar melhores condições a Dona S., que tem 108 anos de idade. Foram construídas 15 casas pela ONG TETO de placas de madeira pré-moldadas. A L. disse que a escolha dos moradores que receberam essas casas foi por uma seleção daqueles que tinham mais filhos e posteriormente, foi feito um sorteio. As demais casas são feitas de lona e madeira.

Há um espaço aberto e coberto por telhas de fibrocimento onde a comunidade realiza reuniões da associação de moradores da ocupação. Há três banheiros feitos de placas OSB e um lavatório próximo a esta cobertura. Também tem um parquinho para crianças. Segundo L. e algumas moradoras, pretende-se construir uma cozinha comunitária e uma sala administrativa nesse espaço coletivo. Alguns lotes possuem hortas, e as moradoras expressaram que pretendem organizar uma cozinha solidária. Por meio da conversa com L. e mais duas moradoras, solidariedade e união pareceu ser uma característica na relação entre os moradores. Contaram que quando outras pessoas desejam um lote na ocupação, priorizam famílias com filhos, sejam mães solo, ou casais com filhos. Segundo L., os moradores pagam uma mensalidade a associação no valor de R\$20,00. Esse valor é utilizado para manutenção da estrutura elétrica e de distribuição da água (as mangueiras, que muitas vezes precisam ser remendadas).

25/02/2024 (Domingo) - Aniversário da Ocupação Beira da Mata

Na presente ocasião, a ocupação Beira da Mata está completando 3 anos de existência. Os moradores juntamente com o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos - MTD, organizaram uma comemoração em que foram convidados parceiros e simpatizantes da luta pelo direito à moradia e a cidade. Estiveram presentes membros do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, moradores do assentamento Dona Neura em Hidrolândia; membros da Igreja Católica; um representante do mandato da vereadora de Goiânia Kátia Maria (Partido dos Trabalhadores - PT); e integrantes da ONG TETO. A comemoração iniciou no final da tarde, em torno das 17h.

A comemoração iniciou trazendo a memória da ocupação, com falas dos moradores e de membros do MTD. O movimento acompanhou a ocupação desde o momento dos despejos, que ocorreram no mês de setembro de 2021. As moradoras que falaram contaram que os despejos foram os momentos mais marcantes para elas nesses três anos, disseram que apanharam da polícia, principalmente no momento que formaram uma barreira humana para proteger uma barraca em que dormia uma criança. Aliás, é expressiva a grande quantidade de crianças pequenas na ocupação, que estiveram a maior parte do tempo brincando no parquinho ao lado da sede da associação. Foi realizado um culto ecumênico pelos membros da Igreja Católica. O discurso do culto se concentrou, principalmente, no tema de justiça e paz. Foram realizadas falas dos parceiros da luta da comunidade. Abriram uma colcha de retalhos que foi costurada em um encontro de mulheres do MTD por elas mesmas em um ato simbólico. A colcha possui algumas frases dizendo pelo que elas lutam. As crianças da comunidade também quiseram participar das homenagens, cantaram músicas, cantaram os gritos de guerra do MTD, o que mostraram que elas estão habituadas ao movimento na comunidade.

Posteriormente, cantou-se o parabéns para a ocupação em frente a um grande bolo feito por mulheres da comunidade. Também teve uma apresentação de um grupo de homens, moradores, que dançam *flashback*. Não estavam presentes todos os moradores, principalmente no início, onde muitos estavam preparando os alimentos para o festejo mais tarde. Tinha caldo de frango, arroz, feijão tropeiro, churrasco e cerveja. No momento que fui embora, os moradores estavam animados, festejando.

03/03/2024 (Domingo) - REUNIÃO MTD - GO - PLANEJAMENTO 2024

LOCAL: SINDSAÚDE

A convite de integrantes do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, participei da reunião de Planejamento de 2024, a primeira reunião do ano. Estava presente a coordenação estadual do movimento, e convidadas - eu e a Prof.^a M., do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica - PUC. O MTD foi formado a partir da Campanha Despejo Zero em Goiás, sua coordenação é composta por algumas pessoas que atuaram na campanha e já faziam parte de outras entidades e

movimentos sociais, como o C. do BRCidades, a A. do Comitê de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino e a C. dos Jornalistas Livres, que estavam presentes na reunião. Também fazem parte da coordenação estadual do MTD, lideranças de nove ocupações urbanas localizadas na Região Metropolitana de Goiânia: Alfredo Nasser (Goiânia), Nova Canaã (Goiânia), Solar Ville (Goiânia), Paulo Freire (Goiânia), Zumbi dos Palmares (Goiânia), Alto da Boa Vista (Aparecida de Goiânia), Beira da Mata (Aparecida de Goiânia), Jatobá (Aparecida de Goiânia) e Povo Trabalhador (Terezópolis de Goiás). Nesta reunião só não estavam presentes representantes da ocupação Beira da Mata e Alto da Boa Vista.

A reunião se iniciou com uma “mística” - foi colocada a música “A minha alma está armada (a paz que eu não quero)” do grupo O Rappa. Em um dos principais trechos da música é dito “paz sem voz não é paz, é medo”. Após o término da música pediu-se para que cada um respondesse “que paz eu quero?”. A maioria atrelou a paz com a conquista e realização dos seus direitos básicos, o respeito, a não violência por parte da polícia, e o fim dos despejos, que possuem total relação com a violência institucional.

Após a mística a Prof. ^a M. fez uma apresentação sobre “direito à moradia”, trazendo uma breve contextualização sobre o acesso à terra no Brasil (posse e propriedade) e a função social da propriedade. A ideia era ser uma apresentação rápida, visto que a reunião iniciou atrasada, porém não teve como impedir as discussões sobre o tema, o que acredito de suma relevância. Os moradores trouxeram suas experiências, principalmente, em relação ao poder público, abordando a imparcialidade com relação ao cumprimento de leis, sempre beneficiando alguns em prol de outros.

Em um terceiro momento, foi projetado em slides as respostas das lideranças das ocupações que participam do movimento a um questionário online. As perguntas foram: 1) Quantas famílias habitavam a ocupação; 2) Qual o maior medo da comunidade; 3) Qual a maior esperança da comunidade; 4) Citar 3 problemas que a ocupação passa nos dias atuais; 5) Quais seriam as soluções para esses problemas. O maior medo de todas as ocupações é o despejo, e a maior esperança é conquistar a posse definitiva sobre a terra e conquistar a moradia própria. Os problemas estão todos relacionados à infraestrutura do assentamento precário (acesso a água, energia, coleta do lixo, etc) e dos bairros onde se localizam, que em sua maioria são distantes dos centros urbanos consolidados, e não possuem postos de saúde, escolas e creches, ou são insuficientes. Além da falta de transporte para as pessoas se deslocarem em busca do acesso aos equipamentos urbanos. Esse foi um momento para pensar, conjuntamente, soluções e ações para os problemas das comunidades - como agir, com quem entrar em contato. Foi uma discussão em que se percebeu a troca de experiências entre as

ocupações. Exemplo: uma ocupação apresentava um problema que estava vivenciando, e outra que já passou pelo mesmo problema explica como conseguiu resolver, ou amenizar; e a partir disso, vão sendo propostas ações, que podem ocorrer com a colaboração das outras ocupações ou integrantes do MTD.

Tiveram outras pautas, de maneira mais breve, como a importância de fortalecer a unidade das ocupações, realizando os “círculos de cultura”. Os círculos de cultura são reuniões realizadas pelo movimento dentro das ocupações, com todos os moradores (se possível). São momentos de formação política, em que se debate os problemas vividos no cotidiano das comunidades em uma perspectiva de compreender porque são violações de direitos, e pensar ações e mobilizações para solucioná-los.

De um modo geral, percebe-se que há colaboração entre as comunidades, principalmente, as que estão mais próximas, como a Solar Ville, Paulo Freire e Zumbi dos Palmares que estão todas no bairro Solar Ville em Goiânia. Pela fala de uma das lideranças, ficou entendido que estão em contato cotidianamente.

16/03/2024 (Sábado) - Visita às Ocupações Jatobá e Beira da Mata

Foi contratado um profissional para fazer imagens, vídeos e levantamentos geográficos por meio de drones das ocupações Jatobá e Beira da Mata, localizadas no município de Aparecida de Goiânia. Iniciamos o trabalho na Ocupação Jatobá, localizada no Setor Buenos Aires. Chegamos na comunidade em torno das 11h e saímos depois das 14h. Nesse período, além de fazer as imagens do drone, passamos algum tempo na casa da A. conversando com ela e a I., as duas são lideranças da ocupação. Fomos muito bem recebidos, nos ofereceram almoço, café, melancia. Conversamos bastante sobre aleatoriedades da vida, gostos e experiências. Segundo as moradoras, não tem nenhuma família da ocupação que seja de Goiás, todas são de fora, muitos da Bahia e Maranhão, é o caso de A. e I. I. se estabeleceu na área há cerca de 6 anos e A. 5. Estão esperando que todos os moradores da ocupação completem 5 anos na área para solicitarem o Usucapião.

A ocupação Jatobá está bem distante do centro urbano, próximo a fazendas e plantações, porém dentro do perímetro urbano delimitado pelo Plano Diretor de Aparecida de Goiânia. A ocupação tem características rurais, com 10 lotes que devem possuir um pouco mais de 200 m², casas simples de alvenaria (I. construiu a própria casa a partir da fabricação de blocos de concreto por ela mesma), plantações e criações de animais nos terrenos, e energia puxada de uma ocupação vizinha, que chega fraca, em meia fase. A. e I. expressaram gostar de morar no local, apesar das dificuldades impostas pela distância dos equipamentos

urbanos e demais problemas estruturais. Gostam de viver em um local mais tranquilo, que tenha espaço e privacidade.

Posteriormente, mais ou menos entre as 15h e 16h30, estivemos na Ocupação Beira da Mata. Não encontramos a liderança da ocupação de início, ela e sua família estavam no córrego próximo a comunidade, é um dia de sábado e estava muito quente. Paramos próximo a um jovem barbeiro que estava fazendo o seu trabalho, era um local com sombra, onde poderíamos trabalhar com o drone. A ocupação Beira da Mata possui muitas crianças brincando no parquinho e na rua. Eram elas que estavam dando mais movimento para a ocupação, estava muito calor, acredito que a maioria dos moradores não estivesse em casa. Há poucas árvores e sombras.

Quando estávamos de saída encontramos L. e o marido D. Em conversa com L. foi possível perceber a sua consciência política e sobre seus direitos. A líder falou da importância de mais pessoas conhecerem a ocupação e desfazer os preconceitos e a estigmatização social que coloca os moradores da ocupação como invasores e criminosos.

11/05/2024 (Sábado) - Visita à Ocupação Beira da Mata

Dia 25/05/2024 será realizada uma visita dos mestrandos do Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade na comunidade Beira da Mata. A atividade será realizada em parceria com o MTD, que está realizando atividades especiais em maio em razão do mês dos trabalhadores, mães e aniversário de 23 anos do MTD nacional. Fui à ocupação na presente data para conversar com a liderança sobre algumas questões do evento. A casa de L. é a primeira da rua traçada pelos moradores ao lotear a área. Dali percebi que a ocupação estava movimentada, os moradores em suas casas, recebendo pessoas ou conversando com os vizinhos. Estava acontecendo uma atividade com as crianças, não entendi quem estava organizando, mas fizeram lanche e entregaram panfletos educativos da campanha “Faça Bonito”, que atua no combate a violência sexual contra crianças e adolescentes. Segundo L., são cerca de 107 crianças na ocupação (e 72 famílias).

Além de falarmos sobre a atividade, também conversamos sobre a ocupação. L. contou que chegou novos moradores, um casal de idosos na casa dos 90 anos, que estão em uma barraca de lona deixados por antigos moradores. Conversei com a idosa, que disse sentir muito frio à noite, a lona protege pouco contra o sereno. L. lembrou o período de pandemia, a ocupação tinha 56 famílias que ocuparam o terreno privado e parte do público, chegando bem próximo ao córrego. Posteriormente, ocorreu o primeiro despejo, sem ordem judicial, um despejo administrativo pela prefeitura, com a justificativa de ocuparem a área de preservação.

Logo, as famílias se espremeram no terreno privado. As 56 famílias precisaram diminuir os seus lotes, atualmente, a maioria possui cerca de 6 metros de largura e 25 metros de comprimento, e alguns poucos têm 12 metros de largura. O número de famílias aumentou muito rapidamente durante os três anos de comunidade, segundo a liderança, algumas pessoas eram “jogadas” na ocupação com as suas coisas, pessoas despejadas por não conseguir pagar o aluguel. A comunidade sempre acolheu. Ela contou sobre pessoas que vão embora e vendem os seus barracos de lona, pois por mais frágil que seja a estrutura para uma moradia, as pessoas investem algum dinheiro em tábuas, pallets, lona, mão de obra, entre outros materiais, e tudo tem um custo.

Recentemente, foi realizado um mutirão de ações do MP-GO, DPE-GO e Prefeitura de Aparecida de Goiânia, prestando assistência de diversos tipos para a comunidade. Nesse mutirão, alguém da prefeitura notou um alagamento em um dos lotes e apontou que aquilo era uma nascente, o esposo de L., D., também uma liderança na comunidade, disse que era um trecho que a mangueira que abastece as famílias estourou, e era época de chuva. A comunidade está preocupada, pois se um laudo apontar uma nascente na área, é mais uma “justificativa” que pode ser utilizada para expulsá-los da área. Foi relatado que, apesar da área ser acidentada e próxima a um córrego, as chuvas não causam enchentes, mas muita lama sim, visto que não há pavimentação na ocupação. A moradora disse que às vezes aparecem cobras venenosas que saem da área de preservação.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DESPEJOS NA PANDEMIA: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DAS OCUPAÇÕES NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

Pesquisador: Isabela Caixeta Veiga

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 78334224.1.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás - UFG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.792.706

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: DESPEJOS NA PANDEMIA: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DAS OCUPAÇÕES NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA. Pesquisador Responsável: Isabela Caixeta Veiga. Membro da equipe de pesquisa: Wagner de Souza Rezende.

Trata-se de pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Projeto e Cidade (FAV/UFG), que parte da hipótese de que as ocupações irregulares urbanas da Região Metropolitana de Goiânia contaram com uma rede, neste caso, a campanha "Parem os Despejos", que contribuiu com apoio jurídico, técnico, político, entre outros. A pergunta da pesquisa gira em torno de como esses processos ocorreram, portanto os objetivos são analisar e descrever as estratégias de resistência das ocupações coletivas da Região Metropolitana de Goiânia, especificamente a Jatobá e a Beira da Mata, localizadas no município de Aparecida de Goiânia. A primeira é composta por 10 famílias que ocupam há cerca de 5 anos uma área no bairro Setor Buenos Aires; a segunda ocupação está localizada no bairro Independência das Mansões, é composta por cerca de 70 famílias, iniciou-se em 2021, período da pandemia.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral: identificar as estratégias de resistência diante dos processos de expulsão durante a pandemia da Covid-19 nas duas ocupações estudadas. Objetivos específicos: Identificar os agentes e os objetos das estratégias de resistência das ocupações; Descrever a atuação do poder público nos processos de expulsão das ocupações urbanas; Descrever os

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1

Bairro: Campus Samambaia

CEP: 74.690-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

Fax: (62)3521-2045

E-mail: cep.prpi@ufg.br



processos de territorialização e desterritorialização.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS Mínimos: Exposição de dados e perda da privacidade, o que pode fazer com que os participantes se sintam desprotegidos; As conversas podem gerar cansaço e trazer lembranças de períodos difíceis, o que pode causar desconfortos emocionais aos participantes. Para amenizar os riscos, em acordo com a Resolução 510/16, serão adotados princípios éticos, como respeito aos valores culturais, morais e religiosos do participante. Será garantido o anonimato aos participantes, substituindo o nome por códigos. Estes poderão desistir de participar da pesquisa, podendo retornar a qualquer momento. Terão direito ao ressarcimento de despesas decorrentes da sua participação na pesquisa. Em caso de danos, poderão pedir indenização, conforme a lei.

BENEFÍCIOS diretos e indiretos: A produção de um material que reúne histórias vividas pelas ocupações, bem como a atuação de organizações e movimentos sociais, dando visibilidade às lutas sociais e por moradia; A visibilidade e denúncia das condições e processos vividos pelas ocupações irregulares, no qual muitos direitos humanos e sociais são violados; O material produzido poderá servir de base para cobrar a responsabilidade do poder público e outros agentes que contribuem para tais violações; Contribuição para a discussão teórica e prática sobre habitação, cidadania, movimentos sociais, direitos humanos e políticas públicas em tempos de pandemia.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa muito bem estruturada. Metodologia: estudo de caso de duas ocupações irregulares urbanas na Região Metropolitana de Goiânia, a Beira da Mata e Jatobá, localizadas em Aparecida de Goiânia. Coleta de dados via grupo focal, observação participante em visitas às ocupações, entrevistas com representantes da esfera civil e política estadual e municipal de Aparecida de Goiânia, e pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa contará com cerca de 26 participantes, 12 de cada ocupação no grupo focal (somando 24 pessoas) e 2 entrevistados. A análise dos dados será realizada por meio da metodologia de teoria fundamentada nos dados (Grounded Theory), com a finalidade de formar novas teorias baseadas nos dados coletados. Essas informações irão interagir com as categorias analíticas concebidas a partir do referencial teórico-conceitual - interessam conceitos como territorialização, desterritorialização, resistência, expulsões, práticas espaciais insurgentes.

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 6.792.706

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados e estão de acordo com o exigido: Folha de rosto; Termo de compromisso; TCLE para as entrevistas e grupos focais; Anuência Beira da Mata; Anuência Jatobá; Anuência MTD; Cronograma; Instrumento de coleta de dados para as duas pessoas entrevistadas e para os grupos focais.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise dos documentos postados somos favoráveis à Aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2284725.pdf	13/03/2024 11:46:17		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermoDeAnuencia_OcupacaoJatobaassinado.pdf	13/03/2024 11:45:17	Isabela Caixeta Veiga	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermoDeAnuencia_OcupacaoBeiraDaMata.pdf	13/03/2024 11:45:04	Isabela Caixeta Veiga	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermoDeAnuencia_MTD_assinado.pdf	13/03/2024 11:43:10	Isabela Caixeta Veiga	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2284725.pdf	10/02/2024 13:43:33		Aceito
Brochura Pesquisa	Roteiro_Grupos_Focais.pdf	10/02/2024 13:40:58	Isabela Caixeta Veiga	Aceito
Brochura Pesquisa	Roteiro_Entrevistas.pdf	10/02/2024 13:40:37	Isabela Caixeta Veiga	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	IsabelaVeiga_ProjetoDePesquisa.pdf	10/02/2024 13:40:17	Isabela Caixeta Veiga	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Compromisso_assinado.pdf	10/02/2024 13:39:48	Isabela Caixeta Veiga	Aceito
TCLE / Termos de	_TCLE_Entrevistas.pdf	10/02/2024	Isabela Caixeta	Aceito

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 6.792.706

Assentimento / Justificativa de Ausência	_TCLE_Entrevistas.pdf	13:39:08	Veiga	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Grupos_focais.pdf	10/02/2024 13:38:58	Isabela Caixeta Veiga	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_anuencia_Ocupacao_Jatoba. pdf	10/02/2024 13:38:35	Isabela Caixeta Veiga	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_anuencia_Ocupacao_Jatoba. pdf	10/02/2024 13:38:35	Isabela Caixeta Veiga	Recusad o
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_anuencia_Ocupacao_Beira_ da_Mata.pdf	10/02/2024 13:37:56	Isabela Caixeta Veiga	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_anuencia_Ocupacao_Beira_ da_Mata.pdf	10/02/2024 13:37:56	Isabela Caixeta Veiga	Recusad o
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermoDeAnuenciaMTD.pdf	10/02/2024 13:37:21	Isabela Caixeta Veiga	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermoDeAnuenciaMTD.pdf	10/02/2024 13:37:21	Isabela Caixeta Veiga	Recusad o
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinada.pdf	10/02/2024 13:24:24	Isabela Caixeta Veiga	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2,sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



Continuação do Parecer: 6.792.706

GOIANIA, 29 de Abril de 2024

Assinado por:
Marilúcia Lago
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2,sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br